



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS (DCG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PAULO SÉRGIO CUNHA FARIAS

**OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DO
ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS DA PARAÍBA (2000-2008): UMA DIMENSÃO
GEOGRÁFICA DA FLEXIBILIZAÇÃO DO PRODUTO, DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO
DE MODA, FIBRAS, TÊXTEIS E CONFECÇÕES**

RECIFE-PE

2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS (DCG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PAULO SÉRGIO CUNHA FARIAS

**OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DO
ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS DA PARAÍBA (2000-2008): UMA DIMENSÃO
GEOGRÁFICA DA FLEXIBILIZAÇÃO DO PRODUTO, DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO
DE MODA, FIBRAS, TÊXTEIS E CONFECÇÕES**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do
Departamento de Ciências Geográficas do Centro de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Pernambuco como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador

Professor Dr. Alcindo José de Sá

RECIFE-PE

2010

Farias, Paulo Sérgio Cunha

Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados da Paraíba (2000-2008): uma dimensão geográfica da flexibilização do produto, da produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções / Paulo Sérgio Cunha Farias. -- Recife: O Autor, 2010.

309 folhas: il., graf., tab., fig., mapas, quadros

Dissertação (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2010.

Inclui: bibliografia.

1. Geografia. 2. Algodão colorido. 3. Flexibilidade. 4. Cooperação. 5. Produção. I. Título.

91

CDU (2. ed.)

UFPE

910

CDD (22. ed.)

BCFCH2010/36

PAULO SÉRGIO CUNHA FARIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

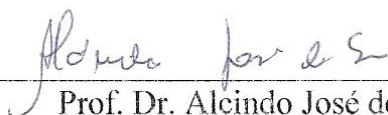
PAULO SÉRGIO CUNHA FARIAS

Título: “OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS DA PARAÍBA (2000-2008): UMA DIMENSÃO GEOGRÁFICA DA FLEXIBILIZAÇÃO DO PRODUTO, DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE MODA, FIBRAS, TÊXTEIS E CONFECÇÕES”

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

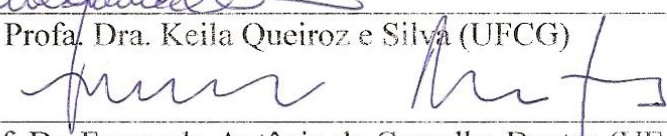
Orientador:


Prof. Dr. Alcindo José de Sá (UFPE)

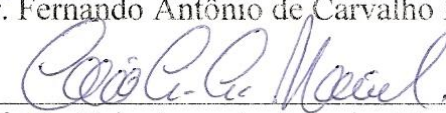
1º. Examinador:


Profa. Dra. Keila Queiroz e Silva (UFCG)

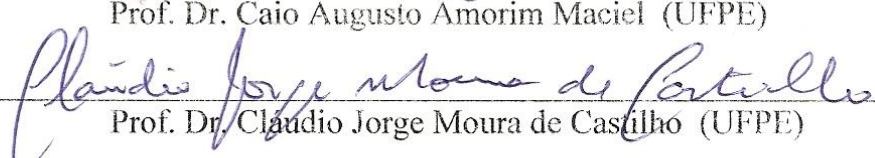
2º. Examinador:


Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas (UEAM)

3º. Examinador:


Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (UFPE)

4º. Examinador:


Prof. Dr. Claudio Jorge Moura de Castilho (UFPE)

APROVADA em 18 de agosto de 2010.

Ao meu pai José Pedro de Farias (*in memoriam*). Consegui chegar ao final, papai, mesmo enfrentando muitas dificuldades, inclusive a dor da tua morte tão inesperada.

Ao meu irmão Severino do Ramo Cunha Farias (*in memoriam*). Sei que na dimensão transcendente onde te encontras agora, estás comemorando a conclusão deste trabalho, embora eu preferisse que isto estivesse sendo feito no plano material junto comigo. Meu querido irmão, a escrita final deste texto foi realizada em meio à dor e ao vazio deixados pela tua ausência. Dedico-te com todo amor e com todas as saudades que sinto de ti agora, espero que esteja à altura da tua honestidade e da tua inteligência.

AGRADECIMENTOS

Ao professor orientador, Dr. Alcindo José de Sá, pela confiança, paciência, flexibilidade nos momentos em que pensei que não chegaria a concluir este estudo, acompanhamento e por todo o valioso trabalho desenvolvido durante a orientação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, Cláudio Castilho, Caio Maciel e Alcindo Sá, por me permitirem, nas disciplinas por eles ministradas, realizar leituras muito profícuas para a definição do arcabouço teórico deste estudo. No professor Caio encontrei um novo amigo, com quem espero ter o privilégio de contar por toda a minha vida.

A Rosa, secretária da Pós-Graduação em Geografia da UFPE, pela maneira sempre respeitosa e solícita com que me atendia sempre que necessitava dos serviços da secretaria.

Aos colegas Antonio Albuquerque, Jeane, Maria Soares, Sônia Lira e Maêlda Lacerda, pelas discussões, apoio e momentos de desconcentração. Ao Antonio por toda a história de intercâmbio geográfico que vem desde a graduação e pela ajuda material que sempre me proporcionou. Você é um dos responsáveis pela minha chegada até aqui. Obrigado por tudo! A Maria Soares, pela solidariedade e doçura como pessoa. A Maêlda, por ser verdadeira, honesta e comprometida com uma práxis geográfica que está longe de ser a dominante nos meios acadêmicos. Minha amiga querida, a Universidade precisa de ter mais pessoas como você em seus quadros!

Aos agricultores do Sertão e Seridó da Paraíba que plantam o algodão colorido e que me atenderam com tanta presteza quando solicitamos muitas das informações que embasaram o edifício empírico deste trabalho.

Ao senhor Mario Lemos, presidente da Cooperativa dos Produtores de Algodão de Patos (CAMAPAL), que me ensinou sobre o beneficiamento e nos deu pistas sobre as relações dos demais atores do circuito do algodão colorido e derivados com os agricultores, em entrevista que realizei com ele nas instalações dessa cooperativa.

A Filemon e Ivonaldo, da EMATER de Pombal, pela assistência que me foi dada para visitar as plantações de algodão colorido nesse município, inclusive a gentileza de me ceder o transporte e me conduzir até os Sítios Flores e Santa Maria.

Aos proprietários das empresas Redes Santa Luzia e Galante Art Decó, pelas informações fornecidas sobre suas respectivas produções e comercializações das confecções do algodão colorido.

Às gerentes da empresas Terra do Sol e da loja de fábrica da Redes Santa Luzia, em João Pessoa, pelas informações fornecidas sobre preços e perfil dos consumidores das confecções produzidas com o algodão colorido.

Às artesãs que me concederam entrevistas, pelas informações sobre as características e as condições do trabalho de acabamento artesanal que realizam nas confecções derivadas dos algodões de cor.

Ao meu ex-monitor e atual amigo Marciel Medeiros que, na condição de nativo, percorreu algumas localidades da zona rural de São Mamede para aplicar as entrevistas junto aos agricultores. Valeu, garoto, desejo todo o sucesso em teu mestrado!

À família da minha amiga Maria Rodrigues por me receber e me hospedar em Patos quando fiz minhas andanças pelo Sertão paraibano, especialmente ao seu irmão Ari.

A Maria Rodrigues e ao seu filho Mateus, com os quais dividi despesas de hospedagem em hotéis e o campo de pesquisa no Sertão paraibano. Amiga, obrigado pela força!

Ao colega Rosalvo Carneiro Nobre, por me receber em São Bento e me acompanhar em minhas pesquisas nesse município.

A Marlene Macário de Oliveira, coordenadora do curso de Geografia da UVA/UNAVIDA, geógrafa e amiga, com quem divido algumas reflexões no campo do ensino da ciência geográfica, por me garantir trabalho em um momento em que já não mais sabia de onde retirar as condições materiais para a minha sobrevivência.

Ao amigo e geógrafo Amilton Melo Leitão, pela força e ajuda material.

Ao grande amigo, criativo e talentoso geógrafo Santiago Andrade Vasconcelos. Dizem que os amigos de verdade esperam o convite para celebrar os momentos de felicidade e chegam sem ser convidados nos momentos difíceis. Foi assim que você chegou e de maneira incansável me ajudou na coleta da literatura sobre a produção de algodão convencional e do colorido e seus derivados no Brasil e no mundo, além de elaborar o material cartográfico, inserir as imagens e formatar o texto final. Gratidão imensa e eterna, meu querido amigo!

À amiga Carmen Verônica, professora da Unidade Acadêmica de Letras da UFCG, pelo resumé, mas, acima de tudo, pelas lições de humildade e solidariedade. Ah, se todos fossem iguais a você, Carmen, como a Universidade seria mais humana!

À grande amiga e colega de trabalho na UEAd/UFCG Keila Queiroz e Silva, pelo incondicional apoio material e imaterial. O carinho da tua amizade é revigorante. A tua presença na minha formação intelectual é preciosa. Amiga, ao teu lado só tenho crescido. Obrigado por tudo.

A Fabiana Ramos de Lima, grande amiga e colega de trabalho na UEAd/UFCG, pela revisão de parte do trabalho e pelo apoio incondicional à realização do mesmo. Sua força foi fundamental na reta final, quando as vicissitudes da vida quiseram-me fazer fraquejar. Quero-lhe muito.

A Fabíola Cordeiro de Vasconcelos, professora nata, com “P” maiúsculo, amiga na vida e colega de trabalho na UEAd/UFCG, pela paciente e competente revisão do trabalho e, principalmente, pelo conforto da sua amizade. Amiga, você é um grande e raro presente que a vida me ofertou. Qualificar a tua grandeza como pessoa e como profissional é impossível neste espaço. Mas, quero

dizer-lhe que a certeza da sua amizade me faz sentir que não estou sozinho, que sempre terei com quem contar. Adoro você.

A Fernadinha Leal, amiga e colega de trabalho na UEAd/UFCG, pela luz que porta e que ilumina a todos que estão a sua volta. Que privilégio é dispor da sua amizade e compartilhar da sua inteligência!

Aos demais colegas de trabalho na UAEd/UFCG, especialmente Gilmar, Ivan, Dorivaldo, Fátima Alves, Melânia Rodrigues, Niédja e Edileuza, pelas palavras de incentivo.

À minha tia Maria de Lourdes (Ném) (*in memoriam*), pelo aconchego e carinho com que sempre me recebeu em sua casa. Sua ausência retirou-me a certeza da palavra descontraída e amiga. Como sinto a sua falta, como nada mais foi como era antes, como me sinto um estranho em Campina Grande depois que a senhora se foi para outro plano...

Aos meus avôs Júlia Cecília (*in memoriam*) e Francisco Sabino (*in memoriam*), pelos cuidados com que tiveram comigo em grande parte da minha vida estudantil.

À minha tia Maria Daguiá Cunha, por não ter medido esforços para que todos os seus sobrinhos estudassem. A senhora é a principal responsável por minha chegada até aqui.

Aos meus pais Luísa Cunha de Farias e José Pedro de Farias (*in memoriam*), meus irmãos (Socorro, Marcos, Severino (*in memoriam*), Ana Maria, José Ricardo, Maria de Jesus e Luciano) e meus sobrinhos (Yuri, Yago, Otília, Ana Beatriz e Maria Luisa). Sei que vocês foram os que mais torceram para que eu vencesse mais essa jornada na minha vida. Família, vocês são a minha maior riqueza, a razão maior da minha vida. Mamãe, a senhora é uma mulher e uma mãe admiráveis, a sua ajuda material e imaterial foi imprescindível para que eu conseguisse galgar cada passo que me trouxe aqui. Amo-lhe muito.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE MAPAS

RESUMO

ABSTRACT

RÉSUMÉ

1	INTRODUÇÃO	20
	PARTE I	
	A PRODUÇÃO DE ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS EM ARRANJOS SOCIOESPACIAIS PRETÉRITOS	32
2	O CULTIVO E A PRODUÇÃO DE TÊXTEIS E CONFECÇÕES DO ALGODÃO COLORIDO EM MEIOS PRÉ-TÉCNICOS DA AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA	35
3	O CULTIVO E A PRODUÇÃO DE TÊXTEIS E CONFECÇÕES DO ALGODÃO COLORIDO EM ALGUNS ESPAÇOS DERIVADOS DA AMÉRICA: DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR ÀS TENTATIVAS DE ERRADICAÇÃO	49
3.1	Meios pré-técnicos e divisão territorial do trabalho em alguns espaços derivados da América: a conversão do cultivo do algodão colorido em atividade complementar	49
3.2	Meio técnico, indústria têxtil e as seletividades na divisão territorial do trabalho na cotonicultura comercial: o descarte do algodão colorido	54

PARTE II

	O TEMPO (OS EVENTOS) E O ESPAÇO: AS POSSIBILIDADES PARA A TRANSFORMAÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS EM MERCADORIAS COM VALORES DE TROCA	68
4	DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO FORDISTA/KEYNESIANO AO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL/NEOLIBERAISMO: POSSIBILIDADES PARA A MERCANTILIZAÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS	78
4.1	Fordismo/keynesianismo e meio técnico-científico: impossibilidades para a valorização mercantil do algodão colorido e derivados	79
4.2	Meio técnico-científico-informacional e acumulação flexível/neoliberalismo: possibilidades para a valorização mercantil do algodão colorido e manufaturados	91
5	A MARGINAZAÇÃO ESPACIAL DAS VELHAS REGIÕES COTONICULTORAS PARAIBANAS E A COMPETITIVIDADE (INTER)NACIONAL NA INDÚSTRIA DE TÊXTEIS E CONFECÇÕES COMO POSSIBILIDADES PARA A MERCANTILIZAÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS	120
5.1	Seleção e marginalização do espaço cotonicultor paraibano na divisão territorial internacional da produção de algodão	121
5.2	A marginalização do espaço cotonicultor paraibano na divisão territorial nacional da produção de algodão branco e a competição (inter)nacional no setor têxtil-confecção	132
6	AS IDENTIDADES ECOLÓGICA E TERRITORIAL COMO CONDIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOS POTENCIAIS NICHOS DE CONSUMIDORES E PARA A INSERÇÃO COMPETITIVA DOS LUGARES PRODUTORES DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS NOS MERCADOS	167
6.1	A questão e as subjetividades ecológicas como formadoras dos potenciais nichos de mercados consumidores do algodão colorido e derivados	169

6.2	A identidade territorial como condição para a inserção competitiva dos lugares produtores de têxteis e confecções do algodão colorido nos mercados de consumo	175

PARTE III

	A GEOGRAFIA MUNDIAL E BRASILEIRA DA PESQUISA E DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS: OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO	192
7	OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS DA PARAÍBA	196
7.1	Um breve esboço sobre a geografia mundial da pesquisa e da produção de algodão colorido e derivados	198
7.2	A geografia da pesquisa para a criação ou invenção de variedades do algodão colorido no Brasil	210
7.3	A contribuição dos sistemas de ações públicas, privadas e do terceiro setor à fixação do espaço produtor de algodão colorido e derivados na Paraíba	216
7.4	A divisão territorial do trabalho, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados na Paraíba	224
7.4.1	A produção direta do algodão colorido no campo em alguns lugares e regiões paraibanos	227
7.4.2	O beneficiamento do algodão colorido e o seu lugar de realização	248
7.4.3	A fiação e a tecelagem do algodão colorido e seus lugares de realização	252
7.4.4	A produção e o consumo das confecções e outros produtos derivados do algodão colorido e seus lugares de realização	257
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
9	REFERÊNCIAS	301

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01:	Brasil – produção de algodão em caroço (t) por Unidade da Federação - 1985, 1995 e 2006	148
Gráfico 02:	Fluxograma da cadeia produtiva do algodão colorido e derivados na Paraíba	226
Gráfico 03:	Percentual da participação das formas de comercialização no total de vendas da COOPNATURAL	279

LISTA DE QUADROS

Quadro01:	Evolução da área plantada com o algodão colorido na Paraíba	228

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	A produção mensal e anual de peças do algodão colorido na COOPNATURAL – Período 2004/2005	264
Tabela 02:	Faturamento mensal e anual da COOPNATURAL 2004/2005	279

LISTA DE FIGURAS

Fig. 01:	Cápsulas primitivas do algodão colorido dos Incas	36
Fig. 02:	Tecido de algodão colorido produzido artesanalmente pelos índios peruanos	43
Fig. 03:	Método tradicional de preparação do fio do algodão colorido pelos índios peruanos	43
Fig. 04:	Múmia de um Inca envolvida com manto feito do algodão colorido	43
Fig. 05:	Etapas da elaboração de confecções com fibras de bambu	118
Fig. 06:	Jaqueta ecológica de fibra natural de juta	119
Fig. 07:	Modelo mostra roupa feita com fibra de juta	119

Fig. 08:	Camiseta produzida com tecido PET	119
Fig. 09:	Roupas e acessórios produzidos com tecido PET	119
Fig. 10:	Gado pastando em pastagens artificiais na microrregião de Itabaiana - Agreste paraibano	150
Fig. 11:	Forma geográfica da SANBRA atualmente sem função, Patos-PB	151
Fig. 12:	Forma geográfica da empresa Adauto Pereira sem função, Patos-PB	151
Figuras 13 e 14:	Aspectos do meio técnico-científico-informacional da cotonicultura no Oeste baiano	158
Figuras 15 e 16:	Aspectos externo e interno do objeto geográfico da COTEMINAS em Campina Grande – PB	163
Fig. 17:	Lojista paraibana comprando confecções em loja do Bom Retiro – São Paulo – SP	165
Fig. 18:	Logomarca dos produtos da COAPECAL – Caturité – Cariri paraibano	179
Fig. 19:	Exemplo de etnização da moda	180
Fig. 20:	Exemplo de etnização da moda	180
Figuras 21 e 22:	Peças do vestuário feminino produzidas no Ceará	181
Fig. 23:	Exemplo de criação da identificação das confecções do algodão colorido com as paisagens rústicas paraibanas	184
Fig. 24:	Blusa com aplicação de retalhos de dois tons, reproduzindo elementos da paisagem da Caatinga, coleção <i>Natura Fashion</i>	184
Figuras 25 e 26:	Imagens da Caatinga e do modo de vida tradicional sertanejos reproduzidas nas peças fabricadas com o algodão colorido	185
Fig. 27:	Monumento aos pioneiros fundadores de Campina Grande – PB	185
Figuras 28 e 29:	O cangaço reproduzido em imagens nas confecções produzidas com o algodão colorido	186
Fig. 30:	Reprodução de elementos linguísticos regionais nas confecções produzidas com algodão colorido	186
Fig. 31:	Reprodução da tradição musical regional nas peças fabricadas com algodão colorido	187
Figuras 32 e 33:	Incorporação do artesanato regional (bordado e crochê) nas peças do vestuário produzidas com o algodão colorido	187

Fig. 34:	“Salão de Artesanato da Paraíba”. Local onde os turistas encontram confecções produzidas com algodão colorido	188
Fig. 35:	Teatralização de confecções de luxo feita com algodão colorido da COOPNATURAL na São Paulo <i>Fashion Week</i> de 2004	189
Fig. 36:	Arbusto de algodoeiro colorido do norte do Peru	207
Fig. 37:	Algumas amostras de fibras do algodão de cor do Peru.	207
Fig. 38:	Colheita manual do algodão colorido no Peru	208
Fig. 39:	Beneficiamento manual	208
Fig. 40:	Beneficiamento mecanizado	208
Fig. 41:	BRS 200	212
Fig. 42:	BRS 200	212
Fig. 43:	BRS Verde	213
Fig. 44:	BRS Safira.	214
Fig. 45:	BRS Rubi	214
Figuras 46,47, 48 e 49:	Vista parcial do cultivo irrigado do algodão colorido BRS Safira no Sítio Santa Maria – Pombal – PB	229
Fig. 50:	Pivô Central usado no cultivo irrigado do algodão colorido BRS Safira no Sítio União – São Bento – PB	231
Fig. 51:	Parceiros colhendo manualmente o algodão colorido BRS Safira no Sítio Santa Maria – Pombal – PB	237
Fig. 52:	Trabalhadores por produção colhendo manualmente o algodão BRS Safira no Sítio União – São Bento – PB	237
Fig. 53:	Saco de <i>nylon</i> cheio de Algodão de colorido BRS Safira em área de cultivo no Sítio Santa Maria – Pombal – PB	237
Figuras 54 e 55:	Estruturas de armazenagem do algodão colorido após a colheita no campo em São Bento e Pombal, respectivamente.	238
Fig. 56:	Rebanho bovino se alimentando com os restolhos do algodão colorido no Sítio Flores – Pombal - PB	238
Fig. 57:	Caminhão Baú da CAMPAL sendo carregado com algodão colorido no Sítio Flores – Pombal – PB	239

Fig. 58:	Trabalhadores por produção fazendo a refeição matinal na área de cultivo do algodão colorido no Sítio União – São Bento – PB	245
Fig. 59:	Instalações da CAMPAL em Patos – PB: local onde o algodão colorido é beneficiado	249
Figuras 60 e 61:	Algodão colorido BRS Safira <i>in natura</i> , estocado na CAMPAL a espera do beneficiamento	250
Fig. 62:	Estrutura mecânica usada para beneficiar o algodão colorido	251
Figuras 63 e 64:	Fios do algodão colorido	252
Fig. 65:	Algumas confecções produzidas com algodão colorido pela COOPNATURAL	264
Figuras 66 e 67:	Artesãs elaborando o acabamento artesanal das peças produzidas com algodão colorido	265
Fig. 68:	Peças do algodão colorido elaboradas em crochê	265
Fig. 69:	Vestido de algodão colorido com acabamento em bordado	265
Fig. 70:	Almofoda feita com algodão colorido com acabamento em fuxico e crochê	266
Fig. 71:	Confecções do algodão colorido expostas na vitrine da loja Dona Terra no Shopping Center Boulevard – Campina Grande – PB	278

LISTA DE MAPAS

Mapa 01:	Localização geográfica da Paraíba	21
Mapa 02:	A produção de algodão em caroço por unidade da federação – 1970	144
Mapa 03:	Produção de algodão em caroço (t) por Unidade da Federação - 2006	154
Mapa 04:	Províncias peruanas produtoras do algodão colorido e derivados	206
Mapa 05:	As etapas e os lugares de realização dos circuitos espaciais de produção do algodão colorido e derivados na Paraíba (2000-2008)	275
Mapa 06:	Estados brasileiros que dispõem de lojas que comercializam os confeccionados do algodão colorido produzidos na Paraíba	281
Mapa 07:	Os mercados externos onde as confecções produzidas com o algodão colorido na Paraíba são comercializadas	282

RESUMO

Neste estudo, procuramos responder à seguinte questão: como se inscreve territorialmente o circuito espacial de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados na Paraíba? Nele, objetivamos analisar um exemplo de uma das dimensões geográficas da flexibilização do produto, da produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções no atual contexto de passagem do modo de regulação e do regime de acumulação capitalista fordista/keynesiano para o da acumulação flexível/neoliberalismo. Para isso, optamos por trabalhar com a metodologia de pesquisa qualitativo-interpretativa, a qual se baseou em fontes orais (entrevistas semi-estruturadas), iconografias e referências bibliográficas de estudos já realizados sobre o tema. Como resultado da análise, constatamos que, na Paraíba, além dos eventos emanados da escala do mundo – passagem do fordismo para a acumulação flexível, competitividade global dos mercados, advento do meio técnico-científico-informacional e emergência e mercantilização da psicosfera centrada nas identidades ambiental e territorial –, outros relacionados à falência do complexo gado/algodão branco/culturas de subsistência e à competição interna e externa (a exemplo dos têxteis e confecções importados da Ásia) também contribuíram para que segmentos da indústria têxtil e de confecções paraibana, especialmente alguns localizados em Campina Grande, descobrissem no algodão colorido, resultante dos esforços públicos de pesquisa em melhoramento genético que vêm sendo realizados pelo CNPA/EMBRAPA desde o final dos anos 80 do século XX, um diferencial competitivo e um elemento de reforço da especialização produtiva para os seus produtos. Desse modo, por meio de estratégias de *marketing* relacionadas ao social e ambientalmente correto, e apelando para a etnização dos seus produtos como forma de atrair os consumidores, tais segmentos transformaram os derivados do algodão colorido em mercadorias com valor de troca. A partir do ano 2000, vêm resultando desses eventos os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação desse algodão e dos seus manufaturados, os quais distribuem, pelo território paraibano, agricultores, cooperativas de agricultores, empresas cooperadas e individuais, cooperativas e associações de artesãos, artesãos individuais e, também, estruturas domiciliares e familiares de produção para realizar, intermediados por estruturas técnico-geográficas de diversos períodos, inúmeras funções no ciclo produtivo, entre elas o cultivo, o beneficiamento, a fiação, a tecelagem, a produção de têxteis e confecções e o acabamento artesanal das peças para o consumo de nichos de mercado no Brasil e no exterior.

Palavras-chave: flexibilização, algodão colorido, têxteis, confecções, circuito espacial de produção, círculos de cooperação, Paraíba.

ABSTRACT

This study tried to answer the following question: how do the space circuit of production and cooperation circles of colored cotton and derivatives are territorially formed in Paraíba State in northwestern Brazil? Which we aimed to analyze an example of the geographical dimensions of the product flexibility, the production and consumption of fashion, fibers, textiles and clothing of the current context of transition from regulation mode and the capitalist accumulation system Fordist/Keynesian to the flexible accumulation/neoliberalism. For this, we chose working with the qualitative-interpretive research methodology which was based on oral sources (semi-structured interviews), iconography and bibliographical references of previous studies about this subject. As a result of this analysis, we verified that in Paraíba State, besides the emanating events from the Global scale - transition from Fordism to flexible accumulation, global competitiveness of markets, the advent of technical-scientific-informational processes and the development and commercialization of psychosphere focused on environmental and territorial identities - others related to the failure of the complex: cattle / white cotton / subsistence crops, and domestic and foreign competition (like the textile and clothing imports from Asia) it also contributed to segments of the textile industry and clothing of Paraíba, especially some located in the city of Campina Grande, they discover in colored cotton, resulting from the public research efforts in plant breeding that have been conducted by the CNPA / EMBRAPA since the late 1980s, a competitive differential and an element of strengthening of the productive specialization for their products. Thus, through marketing strategies related to socially and environmentally correct, and appealing for the ethnizing of their products as a form to attract consumers, such segments transformed colored cotton derivatives in goods with exchange value. Since 2000, the spatial circuits of production and cooperation circles of this cotton and its manufactures have been resulted of these events, which distribute through the Paraíba's territory farmers, farmer cooperatives, cooperative and individual companies, cooperatives and artisan associations, individual artisans, and also, family and household structures of production to accomplish, mediated by technical and geographical structures of several periods, many functions in the production cycle, including the cultivation, processing, spinning, weaving, the production of textiles and clothing and the finishing craft of the pieces for markets niche in Brazil and abroad.

Keywords: flexibility, colored cotton, textiles, clothing, spacial circuit of production, cooperation circles, Paraíba.

RÉSUMÉ

Avec cette étude nous essayerons de répondre à la question: comment s'inscrit, dans le territoire, le circuit spatial de production et les cercles de coopération du coton coloré et leurs dérivés au Paraíba? Ainsi, nous avons comme but d'analyser un exemple de l'une des dimensions géographiques de la flexibilisation du produit, de la production et de la consommation de mode, de fibres, de textiles et de confections dans le contexte actuel de passage du mode de réglage et du régime d'accumulation capitaliste fordiste/keynesien à l'accumulation flexible/néolibéralisme. Pour cela, nous avons choisi de travailler avec une méthodologie de recherche qualitative-interpretative laquelle s'est fondée sur des sources orales (interviews semi-structurées), des iconographies et bibliographique, à partir d'études déjà réalisées sur le sujet. Comme résultat de l'analyse, nous avons constaté que, au Paraíba, outre les événements venus d'ailleurs – passage du fordisme à l'accumulation flexible, compétitivité globale des marchés, venu du moyen technico-scientifique-informationnel et émergence et mercantilisation de la psychosphère centrée sur les identités de l'environnement et du territoire, - d'autres liés à la faute du complexe bétail/coton blanc/cultures de subsistance et à la compétition interne et externe (textiles et confections importés de l'Asie) ont aussi contribué à la découverte, par l'industrie textile et de confections de l'état, surtout celle située à Campina Grande, dans le coton coloré, d'un différentiel compétitif et un élément de renfort de la spécialisation productive de leurs produits. Pour cela, ces secteurs ont utilisé les résultats des efforts publics de recherche en amélioration génétique réalisés par le CNPA/EMBRAPA depuis la fin des années 80 du dernier siècle. Ainsi, grâce à des stratégies de marketing liées au plan social et respectueux de l'environnement, et en appelant pour l'ethinisation de leurs produits comme un moyen d'attirer l'attention des consommateurs, ces segments ont transformé les dérivés du coton coloré en marchés avec la valeur d'échange. Donc, à partir de l'année 2000, ces événements ont produit des circuits spatiaux de production et les cercles de coopération de ce coton et de leurs produits, qui distribuent, par le territoire du Paraíba, les agriculteurs, les coopératives d'agriculteurs, des entreprises coopérées et individuelles, des coopératives et des associations d'artisans, des artisans individuels et, aussi, des structures domiciliaires et familiaires de production pour réaliser, par la médiation des structures techniques et géographiques de différentes époques, de nombreuses fonctions dans le cercle de production, y compris la culture, l'amélioration, la filerie, le tissage et la production de textiles et de confections et le finissage artisanal des pièces pour la consommation du marché au Brésil et à l'étranger.

Mots- Clés: flexibilisation, coton coloré, textiles, confections, circuit spatial de production, cercles de coopération, Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

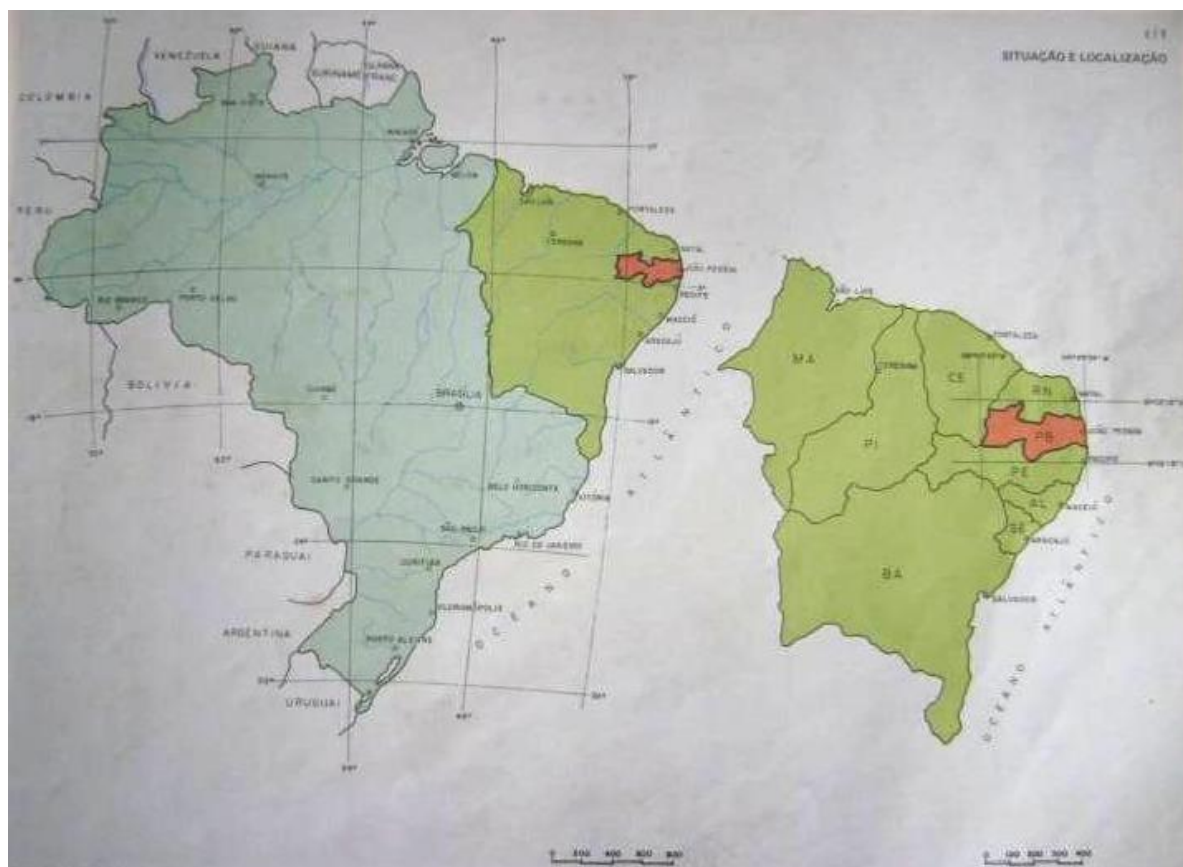
Se a preocupação que move a ciência geográfica é fazer a sociedade falar a partir do território usado ou do espaço geográfico, assim, este estudo se constitui em uma tentativa ou vontade de fazer a sociedade paraibana falar através do uso de porções do seu território para o cultivo e a transformação industrial do algodão colorido em diversos produtos manufaturados.

Desse modo, nestas notas introdutórias pretendemos esclarecer, ao leitor, o itinerário que percorremos na pesquisa que se propôs a ouvir e a traduzir as falas das porções do território paraibano (**ver mapa 01**) usadas para o exercício do cultivo do algodão colorido, bem como para o seu beneficiamento, fiação, tecelagem, transformação industrial em têxteis e confecções, e acabamento artesanal das peças destinadas ao consumo de nichos de consumidores no Brasil e no exterior.

Sabemos que toda pesquisa nasce de uma problemática para a qual a ciência ainda não obteve respostas. Assim sendo, este estudo surgiu das nossas inquietações com a organização do espaço paraibano no contexto histórico atual. Em 2005, quando começamos a fazer nossas primeiras reflexões sobre o nosso tema-problema, os discursos de apologia ao pioneirismo paraibano em cultivar o algodão colorido para a transformação em têxteis e confecções tinham invadido as mídias paraibana e nacional e, através desses meios de informação, o imaginário da sociedade paraibana, bem como as especulações de outros campos de investigação científica, como os da Agronomia e da Administração, entre outros. Nestes discursos, além do pioneirismo, a produção do algodão colorido e derivados na Paraíba era enaltecida pela sua sustentabilidade ambiental e social. Portanto, seu ciclo completo de produção era caracterizado como economia solidária, por alguns, e como *fair trade* (mercado justo) por outros, porque, segundo essas análises, repartiam benefícios proporcionais e lucros entre todos os envolvidos¹. Entretanto, tínhamos dúvidas sobre isso, pois pensávamos que questões subjacentes ao caráter dessa cadeia produtiva jaziam escondidas e que só a perspectiva científica social crítica poderia exumá-las.

Dada a nossa especialidade enquanto geógrafo e levando em conta a importância do espaço geográfico como revelador do movimento da sociedade e, portanto, desmistificador das ideologias e dos discursos, acreditávamos que a Geografia poderia contribuir para elucidar essas questões.

¹ Ver, entre outros trabalhos, os de PINHEIRO (2003); DUARTE (2006); PICCIOTTO e SHEWCHENKO (2006); e FARIAS e RAMOS (2009), cujos dados bibliográficos completos se encontram nas referências deste trabalho.



Mapa 01: Localização geográfica da Paraíba
Fonte: Atlas Geográfico do Estado da Paraíba (1985, p. 13)

Desse modo, nossa vontade de descortinar o real subjacente à produção do algodão colorido e derivados na Paraíba só poderia ser operacionalizada à luz do território usado ou do espaço geográfico. Para isso, as questões mais relevantes que nos inquietavam e para as quais este estudo busca respostas eram as seguintes: como se inscrevem territorialmente as etapas do ciclo de produção do algodão colorido e derivados na Paraíba, desde a cadeia primária (cultivo no campo) até a distribuição dos produtos finais aos consumidores? Como se configura a estrutura socioespacial dessa produção? Por que o algodão colorido e derivados entraram para a história da produção mundial de mercado, justificando, assim, a montagem ou reutilização de estruturas territoriais para mediar essa produção?

Na busca de respostas para estas questões, começamos refutando as explicações mais comuns, calcadas nos conceitos de sustentabilidade social e ambiental, e de economia solidária ou *fair trade* (comércio justo). Acreditávamos que estes conceitos eram usados como estratégia do *marketing* elaborado pela publicidade, sob encomenda dos produtores das confecções, com o objetivo de atrair os consumidores; portanto não servindo para definir geograficamente o que, na realidade, caracteriza a produção do algodão colorido e derivados na Paraíba.

Por razões que tentaremos explicar ao longo deste estudo, somos bastante céticos quanto aos discursos da sustentabilidade ambiental e social, da economia solidária ou do mercado justo em um sistema econômico calcado na busca incessante por lucro e que se sustenta em uma estrutura social marcada pelas diferenças entre os que detêm a propriedade das forças produtivas e os que dela estão destituídos.

Por outro lado, mesmo que a sustentabilidade ambiental e social, a economia solidária ou o mercado justo se configurem como realidades socioespaciais de uma solidariedade orgânica do “período popular da história” (SANTOS, 2000), não são possíveis de elaboração concreta em um ciclo de produção marcado pelas diferenças de poder econômico e político entre os sujeitos que o formam, como é o caso do que corresponde à produção do algodão colorido e derivados na Paraíba.

Segundo Santos (op. cit.), o período popular da história humana se consubstancia como uma realidade concreta elaborada pelos pobres em face da sua exclusão do processo globalitário do capitalismo. Assim, excluídos da participação efetiva nos circuitos superiores da economia, da política, da cultura, entre outros, os pobres constroem alternativas de produção das condições de reprodução da vida material e existencial, a exemplo dos circuitos inferiores da economia e dos movimentos da cultura popular. Essas alternativas representam contra-razionalidades elaboradas pelos pobres que enfrentam problemas comuns na co-presença e na cotidianidade compartilhada nos lugares. Portanto, acreditamos que só os sujeitos e os lugares que vivenciam experiências de exclusão são capazes de construir formas de solidariedade orgânica capazes de se distanciar da lógica inexorável que permeia as meras relações impostas pelo mercado. Nesse sentido, amparando-nos no referido autor (op. cit.), afirmamos que o período popular na história está sendo ou só poderá ser construído pelos pobres, na cidade e no campo de regiões e países subdesenvolvidos. No contexto do mercado, o que predomina é a solidariedade organizacional entre os agentes hegemônicos da economia e da política, em nome da produção das condições de reprodução do capital.

Em vista disso, questionávamos a possibilidade de sustentabilidade social e ambiental em um sistema econômico movido pelo lucro e que, para alcançá-lo, programa a obsolescência das coisas. Por outro lado, formas econômicas solidárias ou de trocas justas não são possíveis entre sujeitos desiguais, ou seja, só os pobres, na busca pela produção das condições de reprodução da vida material e existencial, em condições de exclusão socioespacial, podem criar formas solidárias de produção econômica ou de intercâmbio justo. Assim, em um ciclo de produção como o do algodão colorido e derivados, no qual se inscrevem desde agricultores pobres que, em sua imensa maioria, nem sabem o sentido e o

destino da sua produção, até representantes das oligarquias políticas e econômicas do Estado, que se situam na ponta superior, comandando o ciclo e subordinando todas as demais etapas e atores aos seus interesses, não é possível a sustentabilidade social e ambiental, a solidariedade econômica e o intercâmbio marcado por trocas justas e benefícios compartilhados entre todos os atores sociais que dele participam. Assim, as respostas as nossas inquietações não seriam possíveis seguindo essa possibilidade de explicação.

Por entendermos que as partes (os lugares, regiões e países) não se explicam fora da totalidade/totalização (o mundo), mas que a representam em suas diferentes formas de manifestação espacial (SANTOS, 1999), procuramos nossas respostas dentro do contexto das mudanças estruturais e superestruturais que vinham marcando a globalização do capitalismo desde a década de 70 do século XX. Portanto, considerávamos que a produção do algodão colorido e derivados, bem como as instâncias espaciais de sua realização na Paraíba, representavam uma das dimensões geográficas das mudanças do paradigma produtivo e do modo de regulação do capitalismo, com a passagem do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo.

Outra face desse processo de mudanças, permitida pela fluidez dos territórios dada pela emergência do meio técnico-científico-informacional e pela implantação do conjunto de normas neoliberais, foi o acirramento da competição mundial dos mercados de algodão, têxteis e confecções que, combinado com a crise do complexo gado/algodão branco/culturas de subsistência e a exposição à competitividade interna com outros lugares brasileiros produtores de têxteis e confecções, obrigaram alguns segmentos da indústria paraibana, fabricantes desses produtos, a forjar um diferencial competitivo para reforçar a sua especialização produtiva em um contexto marcado pelas disputas por fatias de mercado.

Em vista disso tudo, estes segmentos, fundamentados em uma forte estratégia de *marketing* baseada na ideia do produto social e ecologicamente correto, apelando para a etnização dos seus produtos, favorecidos pela abertura da moda, descobriram nos derivados do algodão colorido a possibilidade de explorar nichos de mercado consumidores de produtos naturais ou orgânicos, nascidos com a mercantilização da questão ambiental e das políticas de identidades. Para isso, amparados pelo sistema de ações públicas do Estado, montaram ou reutilizaram subsistemas de objetos e ações para viabilizar a realização das etapas do ciclo de produção desse algodão e dos seus manufaturados.

Assim, com base nisso, a resposta provisória aos nossos questionamentos, a qual nos guiou durante toda a pesquisa, foi a que afirmava ser a produção do algodão colorido e derivados, bem como a sua concretude espacial na Paraíba, uma das dimensões geográficas da

flexibilização do produto, da produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções. Portanto, não representava uma manifestação espacial de contra-racionalidades ou de resistência ao capital, mas uma faceta geográfica do seu regime de acumulação flexível, estruturada por agentes paraibanos que sempre estiveram no ápice da dominação econômica e política no Estado. Desse modo, a produção do algodoeiro de cor e dos manufaturados dele derivados se inscreve territorialmente através da distribuição das localizações produtivas de suas diversas etapas nos lugares paraibanos, sem, contudo, formar uma área contínua. Seu arranjo espacial contempla objetos e ações herdados do velho complexo gado/algodão/culturas de subsistência, principalmente no campo, e formas geográficas e relações sociais circunscritas ao paradigma produtivo flexível, a exemplo das estruturas empresariais cooperadas, da presença da terceirização das funções, da incorporação das ações artesanais e paternais como parte do trabalho produtivo, da produção em pequena escala destinada ao consumo de nichos de mercado, entre outros.

Na busca por essa realidade como trama, “pelos personagens do enredo a estabelecer” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 11) era preciso definir os aspectos teórico-metodológicos que deveriam abrir as cortinas, permitindo revelar o que ocultava essa trama. Para isso, o primeiro passo dado foi definir as categorias geográficas de análise utilizadas como marionetes para fazer esta realidade falar.

Não pretendemos, aqui, enveredar pelo caminho tradicional traçado para este espaço nos trabalhos acadêmicos, ou seja, reservá-lo para discussões teóricas, pois acreditamos que a teoria e a empiria devem caminhar juntas na elucidação dos fatos enfocados por qualquer campo de pesquisa. Em outras palavras, ressaltamos que toda opção teórica escolhida se encontra com a empiria, ao longo da análise, formando um todo unitário. Esta tentativa de amalgamá-las, de diluí-las uma na outra, não nos impossibilita de tecer algumas considerações sobre o caminho do método escolhido para indagar a manifestação espacial da produção do algodão colorido e derivados na Paraíba.

A categoria geográfica que comparece como principal neste estudo é o espaço geográfico, tal qual o definiu Milton Santos, ou seja, “como união solidária, indissolúvel e contraditória de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas” (SANTOS, 1998 e 1999). O espaço sistema definido pelo referido autor (op. cit.) corresponde a uma totalidade em movimento incessante de totalização. Atualmente, em função do processo de globalização, esta totalidade tornou-se empírica, concreta, pois unificou todos os homens e os lugares em um sistema único: o sistema-mundo, daí vem a sua teoria de que o espaço geográfico se mundializou. O sistema é indissociável e contraditório porque os objetos

e as ações existem em sua unidade dialética. Portanto, o espaço não é formado apenas pelos objetos (cidades, prédios, auto-estradas, pontes, campos cultivados etc.) ou apenas pelas ações (relações sociais), mas pelos objetos e ações em conjunto. É, por isso, segundo este autor (op. cit.), um híbrido, ou seja, um composto de formas geográficas e suas funções ditadas pela maneira como os homens fazem a história. A contraditoriedade do sistema é quem revela a sua dinamicidade. Se a sociedade muda em função das suas contradições internas, mudam os objetos e seus arranjos para atender às novas ações. Assim, para o supra-referido autor (op. cit.), o espaço geográfico contempla um conjunto de objetos e ações que se realizam sobre os objetos, estes são impostos ao território para servir à realização das ações. Em suma, o espaço geográfico é o resultado das ações sobre o próprio espaço, intermediadas pelos objetos, naturais e artificiais; é um conjunto de objetos mais a vida que os anima.

As técnicas comparecem nesse enredo como fundamentais ao processo de ação dos agentes sociais, como definidoras das escalas de tempo de sua realização. Como “um conjunto de meios instrumentais e sociais”, são basilares as estratégias de organização dos arranjos espaciais. Enfim, estamos considerando neste estudo que “as técnicas são propriamente o meio”. São, no geral, condicionantes e condicionadas dos/aos diversos momentos da sociedade, “tanto para realizar o trabalho quanto para produzir o espaço” (SANTOS, 1999). O enfoque geográfico da técnica aqui considerado é o formulado pelo referido autor (op. cit.), ou seja, o das diversas etapas ou estágios de instrumentalização e artificialização da natureza pela humanidade ao longo do tempo, quais sejam: meio natural ou pré-técnico, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. A definição conceitual de cada um desses meios acompanha cada momento das suas empiricizações na abordagem da realidade aqui enfocada.

Além da tecnosfera, conceito que interpreta a montagem da instância espacial da passagem do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo, tratada, neste estudo, como um dos eventos possibilitadores da transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca, a psicosfera também comparece como conceito para abordar as mudanças e a mercantilização das identidades culturais que estão no âmago dessa transformação (advento das subjetividades calcadas nas identidades ambiental e territorial, por exemplo), também considerada neste enfoque como um evento portador das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca. Ambas, tecnosfera e psicosfera, são utilizadas, nesse enfoque, em sua unidade dialética, como sugeriu Santos (1993 e 1999)

“A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer [as] categorias analíticas internas [a ele]” (SANTOS,

op. cit., 19) que permeiam este trabalho, quais sejam: a divisão territorial do trabalho, as práticas espaciais de seletividade e marginalidade, a especialização produtiva ao nível do espaço, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação. Da mesma maneira, e com o mesmo ponto de partida, levamos em conta a questão do recorte espacial, ou seja, o lugar.

A concepção de lugar aqui utilizada é a que o define como um conjunto de objetos que tem autonomia de existência pelas coisas que o formam – rua, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas não tem autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (SANTOS, 1997a, p. 52).

Privilegiam-se na abordagem, além da técnica já referida, a ação, os objetos, as normas e os eventos, o universal e o particular, a totalidade e a totalização, o tempo, os conceitos de valor de uso e valor de troca, identidades, entre outras. “Noções originariamente externas ao espaço”, mas “comuns a toda a História e a todas as disciplinas sociais e sem as quais o entendimento das categorias analíticas internas seria impossível” (SANTOS, op. cit., 19). Tais categorias também são explicadas na medida em que são solicitadas para concretizar a essência dos fenômenos abordados neste estudo.

Acreditamos que

O conhecimento dos fatos empíricos permanece abstrato e superficial enquanto ele não [for] concretizado por sua integração ao único conjunto que permite ultrapassar o fenômeno parcial e abstrato para se chegar à sua essência concreta, e, implicitamente, para se chegar à sua significação (...). (GOLDAMAN *apud* SILVEIRA, 1999, p. 21)

Dessa forma, este enredo se apoia em uma abordagem histórico-geográfica que permite reconhecer, ao longo do tempo curto situado entre os anos de 2000 e 2008, a existência concreta das configurações territoriais do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação do algodão colorido e derivados na Paraíba. Portanto, os conceitos centrais deste estudo buscam “ajudar a surpreender a realidade no seu surgimento originário” (JASPERS *apud* SILVEIRA, 1999, p. 21), mas, também, em suas mudanças e permanências ao longo deste lapso de tempo.

Considerando que “espaço e tempo histórico são indissociáveis, já que o espaço retém o tempo comprimido nos objetos territoriais (SÁ, 1998, p. 18), entendíamos que para contar a história da geografia da produção do algodão colorido e derivados na Paraíba, além das

categorias de análise internas e externas ao espaço geográfico, tornava-se necessário estabelecer a metodologia capaz de revelar a sua essência histórico-geográfica concreta. Para isso, optamos pela abordagem metodológica da pesquisa qualitativo-interpretativa.

De acordo com Rodrigues, a pesquisa qualitativa é operacionalizada

(...) quando não [se] empregam procedimentos estatísticos ou não [se] tem, como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, podemos destacar aspectos ecológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias. (RODRIGUES, 2006, p. 90)

Nossa opção metodológica tem algumas justificativas. Deparamo-nos com a falta de dados consistentes que fornecessem uma base empírica sólida sobre a dinâmica socioespacial da produção e transformação do algodão colorido em produtos manufaturados, nas suas diversas etapas. Só para ficarmos em alguns exemplos, dados sobre o total de agricultores e a quantificação dos sistemas de cultivo, das propriedades, das áreas por elas ocupadas, da produção total e por variedades de cores não são confiáveis e fáceis de serem encontrados, uma vez que os institutos de pesquisa, como o IBGE, que continuam trabalhando com a classificação do algodão, independente da sua cor, em arbóreo e herbáceo, não disponibilizam dados sobre a produção por variedades de cores. Além disso, informações sobre a transformação e comercialização dos produtos derivados do algodoeiro de cor são precárias e de difícil acesso, já que estão nas mãos de cooperativas de empresas ou de empresas particulares, que não as repassam para o pesquisador. Por outro lado, o discurso que permeia essa produção no Estado da Paraíba, calcado em um forte *marketing* que difunde a imagem dessa produção como social e ambientalmente corretas, as condições sociais dessa produção e a complexidade da nossa hipótese de trabalho, inviabilizavam uma pesquisa de cunho exclusivamente quantitativo. Daí, nossa opção pela pesquisa qualitativo-interpretativa. Assim, para analisar nossas variáveis, coletar e interpretar dados e fatos, interpretar teorias, valemo-nos de fontes orais, (entrevistas semi-estruturadas), iconografias, referências bibliográficas de pesquisas realizadas a respeito do objeto sobre o qual nos debruçamos neste estudo, reportagens das mídias, além de materiais impressos de publicidade usados pelos segmentos do setor têxtil e de confecções paraibano para divulgar os produtos elaborados com esse algodão.

A coleta de dados e informações junto aos agricultores, à Cooperativa Mista dos Produtores de Algodão de Patos LTDA. (CAMPAL), aos artesãos, às empresas independentes² e às estruturas produtivas de base domiciliar e familiar foi realizada mediante entrevistas semi-estruturadas. Para conversar com os agricultores, percorremos alguns municípios do Seridó e do Sertão paraibanos. Na primeira região, falamos com 23 agricultores, sendo 20 em São Mamede e 3 em Pedra Lavrada. Quanto à segunda, concentramos nossas entrevistas no espaço agrário do município de Pombal, considerado o maior produto de algodão colorido do Estado. Nele, entrevistamos 15 agricultores, 10 no Sítio Santa Maria e 05 no Sítio Flores. Ainda nessa região, entrevistamos 1 agricultor em São Bento, no Sítio União, e 1 em Patos. As visitas à zona rural de Pombal e São Bento serviram de base para que conhecêssemos as condições sócio-técnicas da produção direta do algodão colorido no campo. No espaço urbano patoense, foram-nos reveladas, através de entrevista realizada com o presidente da CAMPAL e da visita às instalações dessa cooperativa, as estruturas socioespaciais do beneficiamento. Para deslindar as condições e características da produção do artesanato nas confecções, conversamos com 5 artesãos, sendo 3 independentes e dois cooperados. Os artesãos independentes foram entrevistados nos espaços de realização anual do Salão do Artesanato Paraibano, em João Pessoa e Campina Grande. Os artesãos associados foram entrevistados em seus espaços domiciliares, em Campina Grande. Nos salões de artesanato, também entrevistamos o proprietário da pequena empresa independente Galante Art Decó. Visitamos as instalações de produção e de comercialização da empresa Redes Santa Luzia, em São Bento e João Pessoa, respectivamente. Na primeira cidade, além de conhecermos as condições sócio-técnicas da produção, colhemos informações sobre a comercialização, fornecidas por seu proprietário. Na segunda, entrevistamos funcionários para saber os preços dos produtos e o perfil dos seus consumidores. Conhecemos também a estrutura da produção de base domiciliar e familiar através de entrevista com sua proprietária e da visita *in loco* às instalações de produção, localizadas no Bairro da Liberdade, em Campina Grande.

As informações sobre as pesquisas e a produção mundial do algodão colorido e manufaturados foram coletadas em artigos científicos, em relatos jornalísticos, em material de informação publicitária, entre outros, encontrados na Internet.

Buscamos, em artigos científicos e relatórios de pesquisa, notadamente os que foram elaborados por pesquisadores da EMBRAPA –Algodão, de Universidades, como a Fundação

² Nomeamos de empresas independentes, neste estudo, aquelas que atuam no circuito de forma independente e, portanto, não estão organizadas em redes de empresas, na forma de cooperativas.

Getúlio Vargas, do SEBRAE, entre outros; em reportagens impressas da mídias e em materiais de divulgação publicitária (textos e iconografias), os dados e informações para montar o edifício empírico sobre as pesquisas para o melhoramento genético e a criação de variedades comerciais de algodão colorido; a produção dos fios, tecidos e confecções, bem como o acabamento artesanal das peças; a elaboração do *marketing*; a comercialização final e a realização das confecções como mercadorias nos espaços de consumo, especialmente quando tivemos que analisar a produção e a venda realizadas por empresas estruturadas em rede, na forma de cooperativas, a exemplo da COOPNATURAL³ e da Natural *Cotton Color*.

Por fim, os resultados deste estudo, intitulado “**Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivadas da Paraíba (2000-2008)**”: uma dimensão geográfica da flexibilização do produto, da produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções”, estão divididos em três partes e sete seções, interligadas e complementares, que anunciam ou desvendam a trama territorial da produção do algodão colorido e derivados na Paraíba.

Na primeira parte, procuramos analisar a produção do algodão colorido e derivados em espaços e tempos pretéritos, tomando como exemplo as formações socioespaciais incaica, asteca e maia. Para isso, essa parte foi dividida em duas seções, que correspondem a segunda e a terceira seções deste estudo. Na segunda, amparados nos conceitos de meio pré-técnico, gênero de vida, valor de uso, entre outros, analisamos a produção do algodão colorido e dos têxteis artesanais com ele produzido para fins de subsistência, simbólicos e medicinais, em frações dos arranjos territoriais dos Incas, Astecas e Maias. Na terceira, embasando-nos nos conceitos de divisão territorial do trabalho, espaço derivado, seletividade espacial, meio técnico e meio técnico-científico-informacional, discorreremos sobre a transformação da produção do algodão colorido e derivados em atividade complementar dos circuitos produtivos voltados para a exportação, no continente americano, no período colonial. Posteriormente, atentamos para as tentativas de erradicação dos cultivos do algodão colorido em face do avanço das plantações capitalistas do algodão branco, cultivado para ser consumido pela indústria têxtil moderna, do período/meio técnico, como ocorreu no Peru, e a resistência histórica de camponeses e indígenas, que preservaram e continuaram cultivando as variedades de algodoeiro de cor para a produção de têxteis artesanais, para a realização de ritos religiosos e para o uso em sua farmacologia tradicional, até o tempo presente.

³ Cooperativa de Produtores de Têxteis e Afins da Paraíba.

A segunda parte trata dos eventos que portaram as possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca. Para isso, buscamos relacionar essa transformação com alguns eventos originados em diversas escalas: mundial, nacional, regional e local. Essa parte se divide em três seções. Na quarta seção, abordamos a passagem do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo, a competitividade global dos mercados que acompanhou essa passagem e as mudanças na tecnosfera que a autorizaram – transformação do meio técnico-científico em meio técnico-científico-informacional, como eventos emanados da escala do mundo portadores de algumas possibilidades para a mercantilização desse algodão e dos seus manufaturados. Na quinta seção, consideramos como outros feixes de eventos portadores das possibilidades para mercadorização desse algodão e dos seus manufaturados a crise histórica da cotonicultura paraibana tradicional, em face da competição com produções congêneres do Brasil e do exterior; a reestruturação e a consequente transformação das mediações espaciais brasileiras produtoras de algodão branco em meio técnico-científico-informacional, mudanças impostas pela abertura comercial nos anos 90 do século XX e, por conseguinte, a marginalização espacial das rugosas regiões cotonícolas nordestinas e paraibanas da divisão territorial da produção do setor cotonicultor do país; a competição interna e externa enfrentada pelo setor de têxteis e confecções da Paraíba, e, especialmente, de Campina Grande, que levaram segmentos dessa indústria a buscarem o diferencial competitivo e o reforço da sua especialização produtiva nos derivados do algodão colorido. Na sexta seção, abordamos os aspectos superestruturais da transformação estrutural do capitalismo, ou seja, a psicosfera calcada nos variados campos simbólicos, especialmente a centrada na questão e subjetividades ecológicas, e nas identidades culturais e territoriais que, no contexto de moda aberta ou flexível, são mercantilizadas e transformadas em mercadorias, e, assim, funcionam como mais um evento portador das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca.

Na terceira e última parte, abordamos como todos os eventos portadores das possibilidades para a mercantilização do algodão colorido e derivados se realizam como geografias singulares, específicas e únicas em alguns países, regiões e lugares do mundo. Esta parte é composta por uma única seção que corresponde à sétima deste estudo. Nela, mediados pelos conceitos de meio técnico-científico-informacional, divisão territorial do trabalho, circuitos espaciais de produção, círculos de cooperação, pelas relações entre as instâncias da produção (produção propriamente dita, circulação distribuição e consumo) e o espaço geográfico, buscamos analisar a natureza atual da pesquisa voltada para o melhoramento

genético e para a criação de variedades comerciais de algodão colorido, as características do cultivo, da transformação têxtil, da produção industrial de confecções, do consumo e dos consumidores dos produtos derivados desse algodão no mundo e no Brasil, centralizando o foco da nossa análise no espaço paraibano produtor desse algodão e dos seus manufaturados.

Por fim, nas considerações finais, tecemos nossas conclusões e críticas sobre o caráter do circuito espacial de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados da Paraíba.

PARTE I

A PRODUÇÃO DE ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS EM ARRANJOS SOCIOESPACIAIS PRETÉRITOS

A domesticação, a coleta, o cultivo e a produção de têxteis e confecções do algodão colorido não são eventos recentes na história e na geografia econômicas de vários lugares e regiões do mundo. Há milhares de anos, diversos povos, espalhados em praticamente todos os continentes, em seus esforços para impor leis e regras à natureza, já utilizavam pedaços dos seus territórios para o exercício dessas funções. Esse fato é constatado por diversos estudiosos filiados aos mais diferentes campos do conhecimento científico.

De acordo com Carvalho (s/d, p.1), o algodão colorido já era cultivado e utilizado como fibra têxtil há milhares de anos, como mostram os restos de tecidos de 2.500 anos A.C, encontrados em escavações no norte do Peru, os quais comprovam que o algodão cultivado naquela época era de várias cores: azul, rosa, verde, marrom⁴ etc. Esse marco temporal também é defendido por Enríquez (2005, p. 21), que assevera haver evidências de que o algodão colorido da costa norte peruana tem mais de 2.500 anos A.C de existência, daí, segundo ele, sua classificação como cultivo ‘milénar’.

Outros estudiosos defendem que a existência, a produção e a utilização do algodão colorido como fibra têxtil datam de um período de tempo bem mais recuado e cobriam uma escala geográfica bem mais ampla. Vreeland Júnior (s/d, p. 310), em suas análises, afirma que, “segundo explorações científicas dos ricos estratos arqueológicos conservados pela baixa umidade da costa norte do Peru, o algodão com fibras naturalmente coloridas data de pelo menos 4.500, constituindo-se no cultivo industrial mais antigo da área andina”. Beltrão (2004, p. 240) é partidário da mesma tese, pois em seus estudos salienta que “[o] algodão colorido já era usado pelos Incas, por exemplo, há pelo menos 4.500 anos, além de [por] outros povos das Américas, África e Austrália”. Para Beltrão e Carvalho (2004, p. 9-10), “o algodão de fibra colorida foi desenvolvido pelos povos antigos tais como os Astecas e os Incas há mais de 4.500 e por outros povos da Ásia e África, quando observaram a variabilidade existente na natureza e realizaram o melhoramento genético, chegando a usar as fibras de cor, em especial a marrom, a mais comum delas, presentes em diversas espécies de algodão”.

Recuar a um passado tão distante para contar a história do uso de territórios para cultivo e a produção de têxteis e confecções do algodão colorido, em vários lugares e regiões do mundo, é uma missão geográfica praticamente impossível. Frisa-nos Santos (1998, p. 71) que “as modernizações formam e desmancham períodos”, portanto, essa dialética ao longo de tão largo espaço de tempo apagou muito dos vestígios socioespaciais deixados pelo exercício

⁴ “(...) Amostras de algodão de fibra branca, coletadas no Paquistão, são datadas de 2.700 A.C, evidenciando, portanto, que estes dois tipos de algodão, o colorido e o branco, têm a mesma idade (...). Ver CARVALHO, Luiz Paulo de. **Algodão de fibra colorida no Brasil**, op. cit., p. 12.

dessas funções em muito desses lugares e regiões. Mas, a nossa busca em “surpreender a realidade no seu surgimento originário” (JASPES *apud* SILVEIRA, 1999, p. 21), ou seja, os atuais cultivo, processamento têxtil e produção de confecções do algodão colorido, obriga-nos “(...) a pintar o retrato da totalidade imediatamente anterior, pois o processo histórico não se detém” (SILVEIRA, *op. cit.*, p. 21), para isso torna-se necessário estabelecer alguns exemplos das escalas temporal e espacial de incidência passada do fenômeno, para aclarar o porquê da sua manifestação no presente. Nossas escolhas são frações do continente americano e o período imediatamente anterior e o posterior às suas inserções nas “economias-mundo”.

Essa escolha não foi aleatória. São em porções do Peru, México e da Guatemala que grupos sociais preexistentes, em suas formas particulares de organização social, econômica e espacial, vêm ao longo de muitos anos, continuamente, cultivando e produzindo têxteis do algodão colorido. Ademais, é nesse continente que, parafraseando Santos (1997 b, p. 79), o velho (a produção do algodão colorido) tem sido renovado e chamado a colaborar com a expansão do novo, com a produção de tecidos e confecções voltada para nichos de mercado, um dos aspectos da lógica da acumulação flexível do capitalismo, nos referidos países, nos EUA, no Brasil, entre outros. No Brasil, como teremos oportunidade de apresentar nos próximos capítulos, a escala de análise sobre os rebatimentos socioespaciais dessa renovação ou inovação é a do Estado da Paraíba, no qual, desde o final dos anos de 1990, espécies desse algodão foram criadas em laboratórios do CNPA/EMBRAPA, em Campina Grande-PB, e vêm sendo cultivadas por alguns agricultores do interior para servir como matéria-prima para alguns segmentos das indústrias de têxteis e de confecções do Estado.

2 O CULTIVO E A PRODUÇÃO DE TÊXTEIS E CONFECÇÕES DO ALGODÃO COLORIDO EM MEIOS PRÉ-TÉCNICOS DA AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA

Quando Cristóvão Colombo aportou no continente americano em fins do século XV e, posteriormente, o continente foi ocupado pelos europeus, no século XVI, o algodão colorido, há milhares de anos, já tinha sido domesticado e era coletado ou cultivado para a produção artesanal de têxteis e confecções por heterogêneos modelos de sociedade, cujos assentamentos humanos se fixavam nas mais diversas condições ecológicas.

Em sua passagem, em outubro de 1492, pela ilha caribenha Fernandina, atualmente Long Island, Colombo entrou em contato com uma gente que, segundo relatou em seus diários da descoberta da América, “é semelhante às das referidas ilhas [de San Salvador e Santa Maria], tanto na língua como nos costumes, só que os daqui me parecem um pouco mais domésticos, de trato, e mais perspicazes, pois vejo que trouxeram algodão aqui para a nau”. Continuando o seu relato afirma que: “(...) ainda nesta ilha vi panos de algodão feito mantilhas e pessoas mais gentis, e as mulheres trazem na frente do corpo um pedacinho de tecido de algodão que mal lhes cobre as partes pudendas” (COLOMBO, 1998, p. 53). Em conformidade com Dockery (*apud* SOUZA, 2000, p. 91), o referido conquistador, em sua chegada ao Caribe, foi recebido por índios usando roupas de algodão naturalmente colorido, que era, sem dúvida, cultivado de modo orgânico. Isso evidencia que esses índios utilizavam trechos da floresta tropical do Caribe para o cultivo do algodão colorido, que era usado para a produção de têxteis e confecções.

Samuel Cano Enríquez relata, em suas análises, o espanto e a surpresa dos colonizadores espanhóis quando se depararam com as plantações de algodão colorido dos Incas, descrevendo-os da seguinte maneira:

En sus travesías de conquista, los españoles cruzaron por los valles costeros del norte peruano, sorprendiéndose al encontrar en los desiertos, extensos cultivos de algodón nativo, pero mayor fue su sorpresa al observar que este algodón nada tenía que ver con el tipo de algodón conocido por ellos, ya que del algodón nativo brotaban ramas de algodón de colores (blanco, pardo, rojo y morado), eran unos colores tan encendidos, que al principio pensaron que el algodón estaba sucio y manchado, y algunos hasta llegaron a pensar que lo tenían los nativos aun en la mata. (ENRÍQUEZ, op. cit., p. 21)

Da mesma forma, os estudos do antropólogo norte-americano Vreeland Júnior revelam que:

Cuando las huestes españolas atravesaran por primera vez los valles del desierto costeño, en los albores del año 1531, descubrieron, con sorpresa, extensos sembríos de algodón nativo que crecían en profusión de ricos colores naturales, incluyendo (entre otros tonos), el blanco, pardo, marrón y lila. Como nunca habían visto algo semejante en Europa o en el norte de África, los españoles pensaban que habían sido teñidos previamente y puestos a secar por los indios en los arbustos algodoneros. (VREELAND JÚNIOR, s/d, p. 309) (**ver figura 01**)

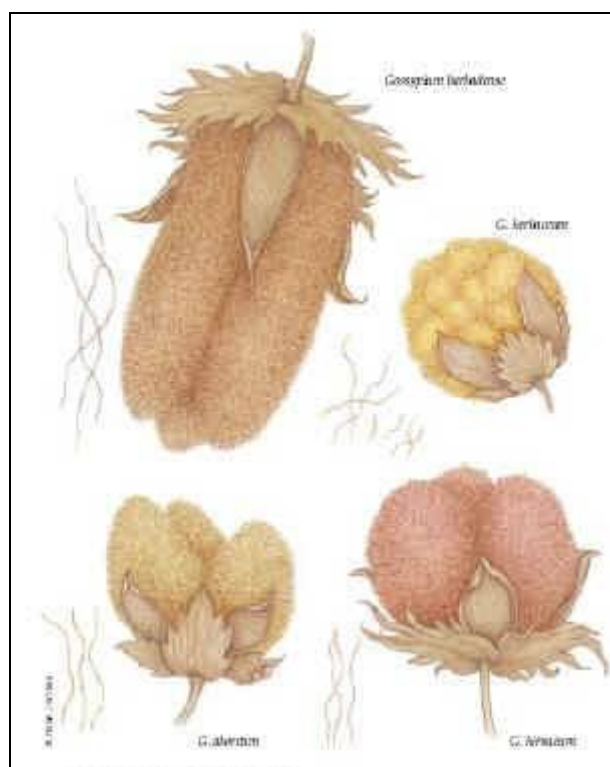


Fig. 01: Cápsulas primitivas do algodão colorido dos Incas
Fonte: Vreeland Junior (1999)

Assim, fica evidente que os Incas, em pleno deserto dos Andes Centrais, cultivavam o algodão colorido para atender as mais diversas necessidades de fibras vegetais.

A coleta, o cultivo e o processamento têxtil do algodão colorido eram praticados, também, pelos Astecas, Maias e, possivelmente, por tribos indígenas tupis que habitavam grandes extensões do atual território brasileiro, entre outros povos.

Os Maias, que cultivavam o algodão colorido, entre outras porções do seu território, nas terras altas da atual Guatemala, acreditavam que “o deus Quetzalcoalt, entre todos os ensinamentos e leis que deixou antes de partir, orientou-lhes a produzir espigas de milho que

alcançavam o porte de um homem e o algodão que já se colhia colorido” (VON DÄNIKEN, 1968, p. 126).

O cultivo de variedades coloridas de algodão, nesses pedaços de territórios quase autocontidos, usados por essas diversas formas de organização social, atendia às demandas da produção artesanal de fios, tecidos, vestimentas, redes, à farmacologia, à culinária e aos ritos espirituais em algumas delas, a exemplo dos Incas, etc.

Desse modo, no momento da ocupação da América pelos europeus, o algodão colorido estava entre as variedades vegetais cultivadas por sociedades que ocupavam os interstícios dos mais variados quadros naturais (desertos, serras, florestas etc.), nos quais elas buscavam, parafraseando Silveira (op.cit., p.32), “impor leis à natureza, mas ainda sem utilizar máquinas”. Nessa época, “as ações humanas já incorporavam conteúdos sociais aos meios naturais. (...) Mas a transformação do meio natural era heterogênea, pois eram diversos os graus de desenvolvimento técnico e cultural dos diversos grupos”.

Os Incas e Astecas já haviam desenvolvido várias técnicas que lhes possibilitaram praticar uma agricultura intensiva e excedente de regadio, entre elas sistemas de cultivo em terraços, redes de irrigação integradas por aquedutos e barragens, e a adubagem do solo com o guano⁵ (no caso dos Incas), que lhes asseguravam o controle sobre os dois fatores essenciais da produtividade agrícola: a água e o solo. Entre os Maias, a instrumentalização do território com esses artefatos foi parcial e restrita a algumas áreas, pois “[não] desenvolve[ram] uma agricultura de regadio comparável à dos demais, em parte pelas peculiaridades ecológicas das zonas tropicais onde essa civilização floresceu” (RIBEIRO, 1998, p. 123-124). Seu sistema agrícola predominante era o de “coivara,” embora “nas zonas secas fossem usados depósitos naturais (cenotes) e artificiais de água [para irrigar as plantações]” e em “certas regiões - como as terras altas da Guatemala - haja-se desenvolvido um agricultura mais eficiente, com terraços de cultura e irrigação” (CARDOSO, 1982, p. 69). Assim, entre essas organizações sociais, a humanização da natureza já tinha alcançado o estágio de incorporação de sistemas de engenharia⁶ ou de fixos sociais às suas configurações territoriais⁷. Estas já resultavam da

⁵ Guano – acumulação de fosfato de cálcio resultante de excrementos de aves marinhas. Muito abundante no litoral peruano e chileno.

⁶ “O conjunto de fixos, naturais e sociais, forma sistemas de engenharia seja qual for o tipo de sociedade. Mesmo as chamadas civilizações primitivas dispunham de sistemas de engenharia e às vezes até mais elaborados que os atuais, porque demandando engenho e arte, a empreender com poucos meios. (...). [Um sistema de engenharia] se define como um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho. (...). Ver SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1997a, p. 79.

⁷ A configuração territorial dos Incas tinha três mil quilômetros de extensão, ia do norte do Chile ao sul da Colômbia, cobrindo os territórios atuais da Bolívia, Peru e Equador. A dos Astecas se estendia pelo centro e o

divisão social e territorial do trabalho entre o campo e a cidade, considerada, por Marx e Engels (1999, p. 29), como a primeira grande divisão do trabalho da história.

Afora os sistemas técnicos montados para o controle das águas e das soluções criadas para o cultivo em terras altas, “a tecnologia agrária [os instrumentos de trabalho e os meios de circulação da produção] dos Incas, Astecas e Maias era primitiva”, sendo composta, predominantemente, por “instrumentos de pedra e madeira, pois nessas civilizações a metalurgia teve pouca aplicação prática” (CARDOSO, op. cit.). Entre os Incas, por exemplo,

[a] preparação da terra se fazia com um bastão de semear reforçado, com apoio para o pé (tacla), às vezes denominado ‘arado de pé’, já que permitia não apenas perfurar como também revolver o solo, depois que os homens, ‘aravam’ a terra com tal instrumento, as mulheres quebravam os torrões com uma enxada (lampa) (...). (CARDOSO, op. cit., p. 99)

Não dispunham de animais de tração e, talvez, por isso não tiveram acesso a outras inovações agrícolas fundamentais como o uso do arado e de veículos de roda. As colheitas eram realizadas com o uso das mãos. A distribuição das colheitas, a coleta dos tributos, o controle e a fiscalização dos territórios eram realizados através da utilização do próprio corpo⁸, da lhama⁹ (no caso dos Incas), único animal usado para o transporte de carga domesticado na América pré-colombiana, ou de canoas, onde a navegação era possível.

Assim, por não disporem de fonte de energia muscular de origem animal (exceto a lhama¹⁰ entre os Incas), esses povos não conheceram a roda, portanto não puderam contar com a força de tração de arados e carros que multiplicassem a capacidade produtiva e a mobilidade espacial. Logo, a força de energia predominante com a qual realizavam o trabalho, produziam o espaço e faziam o resultado do trabalho circular era a força muscular humana. Destarte, era o uso maior do trabalho e não de capital¹¹ que lhes possibilitava preparar os

sul do atual território mexicano. A dos Maias ocupou terras do México (península de Yucatán e atual Estado de Chiapas), da Guatemala, de Belize, Honduras e El Salvador.

⁸ Entre os Astecas, as pessoas degradadas por crime de traição, homicídio, furto, ou comprometidas por dívidas pessoais ou familiares de bens ou de tributos, que por isso caíam na condição de servos postos a serviço de outros, por toda a vida, exerciam, entre outros serviços forçados, o de carregadores para os grandes mercadores. Ver RIBEIRO, Darcy. **As Américas...**, op. cit., p. 108.

⁹ O transporte terrestre de carga na porção da América pré-colombiana em análise era feito em recipientes presos por correias às costas dos ameríndios e sobre o dorso ou por arrastamento utilizando a lhama. Ver DERRUAU, Max. **Geografia Humana II**. Tradução de Arlindo Mota. Lisboa: Editora Presença, 1973, p. 113-114.

¹⁰ “A lhama, principal animal de carga dos pré-colombianos, está longe de ter o valor do cavalo e do macho, que o fizeram desaparecer das regiões menos elevadas dos Andes, para a acantonar acima dos 4000 metros. Só pode transportar 30 a 40 Kg de carga”. Ver DERRUAU, Max. **Geografia...**, op. cit., p. 117.

¹¹ “(...) Os sistemas de engenharia evoluem com a história. De modo geral, podemos dizer que passamos primeiro de um uso maior do trabalho a um uso maior do capital, sempre. Por exemplo, no caso do arroz de bolanha da Guiné, é através do trabalho que são feitos os diques, os canais de irrigação ou de drenagem enquanto que, nos países mais ricos, os sistemas modernos de irrigação e de drenagem, que são mais capital, por isso

terraços, os sistemas de irrigação, semear, tratar os cultivos, escoar a produção agrícola para os armazéns localizados ao longo dos caminhos e distribuí-la à população.

Apesar dessas “altas” culturas pré-colombianas apresentarem sérias deficiências em relação aos instrumentos agrícolas de trabalho: ausência do arado, de veículos de roda, de um uso amplo de metais para fins produtivos, do escasso emprego de adubos pela falta da associação agricultura/pecuária, exceto entre os Incas, que usavam o guano para esse fim (CARDOSO, op.cit., p. 106), conseguiram desenvolver uma agricultura de alta produtividade nas áreas cultivadas, com o aumento correspondente dos excedentes alimentares, que “ensejaram novos ascensos demográficos e permitiram a manutenção de grandes massas desobrigadas das atividades de subsistência, aliciáveis para outras tarefas” (RIBEIRO, 1998, p. 125), fatores indubitáveis para o incremento da urbanização, para a formação das cidades e das redes que as articulavam, e para a instauração da separação entre as atividades rurais e urbanas. Nessas condições, como essas sociedades conseguiram, em seus arranjos territoriais, a produção de excedentes agrícolas?

De acordo com Santos (1999, p. 140) “(...) uma técnica nunca aparece só e jamais funciona isoladamente”. Nesse sentido, ‘não é possível entender plenamente uma técnica fora do todo a que pertence’(ELLUL *apud* SANTOS, op. cit., p. 140). “As técnicas constitutivas do sistema são integradas funcionalmente (...). A vida das técnicas é sistêmica e sua evolução também o é (...)” (op. cit., p 140). Para Perrin (*apud* SILVEIRA, op. cit., p. 25), ‘[as] técnicas formam sistema porque todo artefato é o resultado de um processo de concepção, funcionando a partir de modelos e, notadamente, de modelos organizacionais’. Em outras palavras, em torno dos instrumentos de trabalho se organiza cada tecnologia específica e uma forma específica de organização do trabalho. Daí, não é possível entender os instrumentos de trabalho agrícola e os meios utilizados para a circulação da produção dos Incas, Astecas e Maias fora do contexto geral dos seus sistemas técnicos de produção, o que implica dizer que era da combinação entre os sistemas de engenharia usados para a irrigação, as soluções para o cultivo em terras altas, as ferramentas movidas pela força humana e as formas específicas de organização do trabalho, que se extraia excedentes da agricultura.

Nessa combinação, Castillo (*apud* CARDOSO, op. cit., p. 106) afirma que o aperfeiçoamento da organização da divisão social e técnica do trabalho e das formas de controle e cooperação da mão-de-obra, principalmente da camponesa e da artesã, compensaram o relativo primitivismo dos seus instrumentos de produção agrícola. Portanto,

para esse autor, era dessa equação que os Incas, Astecas e Maias produziam os excedentes agrícolas necessários à reprodução das suas formas de organização social. Em outras palavras, o atraso das tecnologias agrícolas (as ferramentas de trabalho, os meios de circulação da produção etc.) era compensado pelo desenvolvimento, pelos poderosos e centralizados Estados teocráticos, de complexos sistemas administrativos organizadores da divisão técnica e social do trabalho, e controladores da mão-de-obra, dos sistemas de irrigação, das terras cultiváveis, do excedente da produção camponesa e artesã e da sua distribuição à massa desobrigada das atividades de subsistência e ocupadas nas funções urbanas (nobreza, sacerdotes, burocratas e funcionários estatais, chefes militares, arquitetos, engenheiros etc.).

Segundo Santos (1997a), “dentro da natureza modificada pelo homem os níveis de organização são tão diferentes quanto são os níveis de humanização da natureza (...)”. Daí, a necessidade, em qualquer estudo geográfico, de se abordar a configuração territorial “no seu matrimônio ou encontro com a sociedade, que resulta no espaço, este, sim, a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial”.

Nesse caso, “o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza [a configuração territorial]. O espaço é tudo isso, mais a sociedade” (SANTOS, 1997b, p. 1). A configuração territorial não pode ser entendida sem a sociedade que dá vida ou humaniza os objetos contidos no seu interior (SANTOS, 1997a, p. 78, 1997b, p. 2). Os fixos [naturais e artificiais] e os fluxos [de curta, média ou longa extensão] interagem e se alteram mutuamente (SANTOS, 1997b, p. 78). Os objetos [naturais e artificiais] e as ações [as relações sociais] formam um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1998, p. 90, 1999, p. 51). Dessa forma, as configurações territoriais dos Astecas, Incas e Maias, não podem ser compreendidas sem os conteúdos sociais que lhes preenchiam.

Essas configurações territoriais eram animadas por atores e funções nascidos da divisão territorial do trabalho entre o campo e a cidade e da “divisão entre o trabalho material e espiritual” (MARX e ENGELS, 1999, p. 45), portanto, próprios da vida social de “economias agroartesaniais geridas por cidades” (RIBEIRO, 1998 e 2007), notadamente nos casos dos Astecas e Incas. A estratificação social era definida pelo papel e lugar que cada ator ocupava nos aparelhos produtivo, gestor, ideológico, repressor, defensor etc., estruturando-se, grosso modo, da seguinte forma: no cume estava o imperador e a nobreza dirigente; nos estratos intermediários se situavam os sacerdotes, burocratas, chefes militares, artistas,

arquitetos, artesãos, funcionários menores etc.; na base a camada formada por camponeses e artesãos, “responsável pelo cultivo das terras, pela produção dos instrumentos de trabalho, pela reprodução das suas condições de vida na conformidade dos padrões tradicionais de subsistência e de proverem o excedente de bens transferível às outras camadas” (RIBEIRO, 1998). Essas estruturas sociais se organizavam em Estados teocráticos, “grandes centralizadores e poderosos integradores de todas as forças de compulsão social”, bem como “proprietários das terras cultiváveis, monopolizadores das atividades produtivas e comerciais e organizadores de complexos sistemas administrativos de controle da força de trabalho” (op. cit.).

No interior desses arranjos socioespaciais onde se localizavam os cultivos e as produções artesanais de têxteis e confecções do algodão colorido?

No território incaico, o algodão colorido era cultivado nos ayllus¹² que se fixavam nas áreas que correspondem aos atuais norte e noroeste do Peru, e ao sul do Equador. Segundo Vreeland Júnior (op.cit., p. 309-310), essas áreas se constituem em zonas ecológicas que estão entre as mais áridas do mundo, caracterizadas, segundo o mapa ecológico do Peru, como deserto dissecado-premontano tropical e deserto superárido premontano tropical, que apresentam temperaturas anuais relativamente altas (19,5 – 24⁰ C) e médias de precipitação anual muito baixas (2,2 – 59,6 mm). O cenário edáfico está representado por solos de textura variável, com concentrações salinas, cálcicas ou gípsicas (yeso), com pouco material orgânico. O relevo varia desde o plano ao ondulado e apresenta, no geral, escassa e rala vegetação, representada por arbustos xerófilos, como o algaroba, o zapote, o faique, e o bicaio; plantas halófitas, como a leiria, a flor de arena e a cana brava; e, em alguns poucos setores, o algodão silvestre.

O referido autor (op. cit.) ainda salienta que, provavelmente, as variedades coloridas de algodão cultivadas pelos Incas eram nativas desse ambiente, portanto, adaptadas ao ritmo dessas forças naturais. Contudo, é provável que as obras hidráulicas de regadio tenham sido utilizadas para intensificar à sua produção.

Quanto à produção do algodão colorido dos Astecas, a literatura consultada não faz nenhuma menção à sua localização geográfica, embora deixe claro que suas comunidades rurais indígenas “cultivavam e ainda cultivam atualmente uma variedade marrom conhecida como coyote ou coyuche”. No que se refere aos Maias, as evidências atuais apontam que a

¹² Unidade administrativa elementar formada por um grupo de pessoas unidas por parentesco. No ayllu, a terra não pertencia ao grupo familiar, mas estava dividida em três partes: uma pertencia ao imperador, outra aos deuses e a terceira ao grupo. O imposto pago em espécie ou em trabalho extraído do ayllu mantinha as populações não-camponesas.

sua produção de algodão colorido de fixava “nas serras e montanhas da Guatemala, onde comunidades rurais indígenas produziam e produzem atualmente um tipo de algodão marrom denominado Ixcoco” (BIO-PIRATERIA, 1993, p. 2).

À semelhança da produção de outras fibras, a lã da lhama entre os Incas, por exemplo, as fibras naturalmente coloridas de algodão alimentavam uma intensa indústria artesanal de bordados, tapetes, brocados, malhas, tecidos (**ver figura 02**), além de mantos, ponchos, turbantes que envolviam as múmias (**ver figura 03**), praticada por artesãs tanto no campo quanto nas cidades. A literatura pesquisada pouco esclarece sobre as técnicas de fiação e tecelagem das artesãs incas, astecas e maias. No que diz respeito aos Incas, Von Däniken (op. cit., p. 144) chega a sugerir que, há 3.000 anos A. C, essa civilização cultivava algodão, embora não conhecesse, nem possuísse teares. Para Vreeland Júnior (op. cit.), essa é a data que marca a introdução de teares nos Andes. Seja como for, a produção de têxteis dos Incas e das demais “altas” civilizações pré-colombianas, era intermediada pelo corpo ou por instrumentos que se constituíam em suas meras extensões (**ver figura 04**). No entanto, sabe-se que na confecção de tecidos, os Incas atingiram um nível de qualidade superior ao dos Astecas.

Dessa forma, o algodão colorido compunha o elenco das variedades vegetais cultivadas por sociedades pré-colombianas cujos níveis de humanização da natureza já tinham alcançado a fase de implantação de próteses nos lugares, que refletiam e condicionavam a divisão social e territorial do trabalho no interior dos seus territórios, a exemplo das estradas ou caminhos que os articulavam e integravam, dos sistemas de abastecimento d'água das suas cidades, dos sistemas de irrigação e de terraços que intermediavam as suas produções agrícolas, das suas cidades e das redes que as articulavam etc. Entretanto, a imposição dessas próteses, caracterizada por essa presença técnica nos territórios, não implicava a constituição de ‘um meio técnico ‘puro’¹³, do qual [estivesse] excluía qualquer ação dos elementos naturais’ (FRIEDMAN *apud* SANTOS, 1999, nota 4, p. 188). Em outras palavras, os estágios das suas técnicas não permitiam que a construção dos seus espaços geográficos escapasse aos constrangimentos do meio natural.

¹³ Estamos reservando essa denominação para o período que vê a emergência do espaço mecanizado. Nele, os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais, como os impostos aos seus meios pelos astecas, incas e maias, eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo. No meio técnico os objetos técnicos são maquímicos, são instrumentos que já não são prolongamento do corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiros próteses. A razão do comércio, e não a razão da natureza, é que preside à sua instalação. Em outras palavras, sua presença torna-se crescentemente indiferente às condições preexistentes. Portanto, o período técnico vê se instalar a mecanização da produção e do território. Ver SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 188-190.

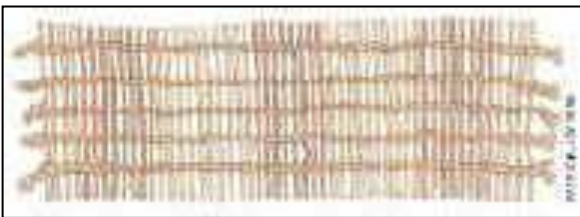
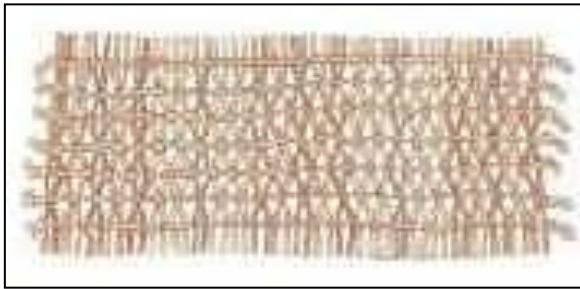


Fig. 02 - Tecido de algodão colorido produzido artesanalmente pelos índios peruanos.
Fonte: Vreeland Júnior (1999).

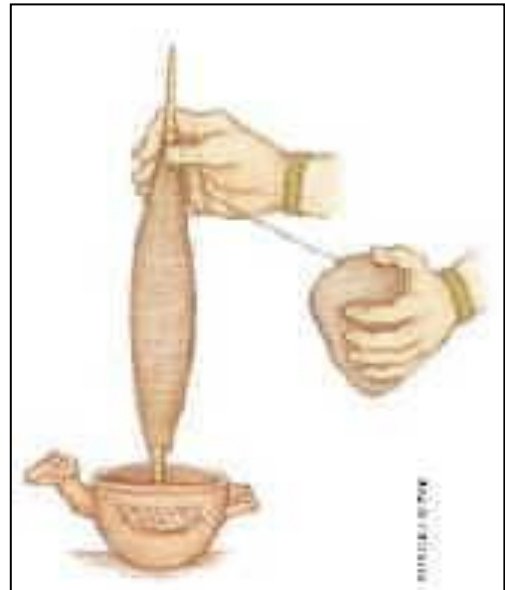


Fig. 04: Método tradicional de preparação do fio do algodão colorido pelos índios peruanos.
Fonte: Vreeland Júnior (1999).



Fig. 03: Múmia de um Inca envolvida com manto feito de algodão colorido.
Fonte: Vreeland Júnior (1999).

Amparando-nos em Santos (op. cit., p. 188), podemos afirmar que as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas dos pedaços de natureza, com os quais essas sociedades se relacionavam quase sem intermediação. Seus sistemas técnicos não tinham existência autônoma. Sua simbiose com a natureza resultante era total, pois nasceram das experiências adquiridas no âmbito ambiental local, respondiam aos desafios impostos por ele e não

funcionavam independentes dele, e podemos dizer, talvez, que o possibilismo da criação mergulhava no determinismo do funcionamento. Nesses compartimentos quase autocontidos, eram as sociedades locais, ao mesmo tempo, criadoras das técnicas utilizadas, organizadoras das formas de cooperação – através de normas e regras internas, nascidas, portanto, no âmbito histórico local –, comandantes dos tempos sociais internos e dos limites da sua utilização. Pode-se afirmar que havia uma harmonia socioespacial, pois o processo de criação de uma nova natureza era respeitoso da natureza herdada. Produzindo-a, essas sociedades territoriais produziam, também, uma série de comportamentos, cuja razão era a preservação e a continuidade dos seus meios de vida ou de assegurar a perenidade dessas formas de organização social – exemplo disso são o terraciamento em curvas de nível dos Incas, o pousio e a agricultura itinerante dos Maias, que constituíam, ao mesmo tempo, regras sociais e regras territoriais, tendentes a conciliar o uso e a conservação da natureza (a fertilidade natural dos solos e a reconstituição dos bosques), para que ela pudesse ser outra vez utilizada. Portanto, esses sistemas técnicos sem objetos técnicos, não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissociáveis em relação à natureza que, em suas operações, ajudavam a reconstituir. Desse modo, a montagem de próteses não significou que o funcionamento dos territórios astecas, incas e maias se libertou das suas feições naturais, uma vez que as técnicas de alguma forma eram herdeiras da natureza circundante ou meros prolongamentos do corpo dos seus agentes sociais.

Como foi colocado anteriormente, o algodão colorido era, também, coletado ou cultivado, para diversos fins, por várias sociedades indígenas da América do Sul e da América Central Insular, a exemplo de várias tribos brasileiras e caribenhas. A coleta era praticada no que Kayser (1969, p. 25-30) chama de “espaços indiferenciados¹⁴” que, a exemplo de muitos presentes no que hoje é o território brasileiro, apresentavam as árvores e os arbustos do algodoeiro em abundância. O cultivo era executado em porções desses espaços onde o desmatamento, a queimada e o uso do bastão de semear possibilitaram a prática da roça tropical itinerante, conhecida como sistema agrícola de coivara.

No tocante ao Brasil, a prática agrícola de coivara foi intensamente utilizada pelos povos Tupi. Conforme aponta Ribeiro (2007, p. 198), esses povos domesticaram diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para os roçados, dentre essas plantas se incluíam a mandioca, o milho, o feijão, o amendoim, o tabaco, a batata doce, o cará, a abóbora, as

¹⁴ O espaço indiferenciado é aquele em que o quadro natural não sofreu grandes modificações pela ação da sociedade e que ainda se apresenta subpovoado. Ver KAYSER, B. Tipologia do espaço geográfico no mundo subdesenvolvido. **Orientação**, São Paulo, nº 4, p. 25-30, 1969.

cabaças e cuias, as varas de flechas, a pimenta, o urucu, o caruá, o caju, o mamão, o mate, o guaraná e [diversas variedades de] algodão, [entre elas, possivelmente, as variedades de cor], entre muitas outras plantas, que lhes asseguravam fartura de alimentos durante todo o ano e uma grande variedade de materiais para o fabrico de artefatos, condimentos, venenos, pigmentos e estimulantes.

Segundo Moreira e Santos (1994, p. 7-11), os indígenas brasileiros usavam o algodão para elaborar diversos produtos, para as mais diversas utilidades. Fabricavam, artesanalmente, com as suas fibras, redes de dormir; panos, para confeccionar vestimentas, em algumas tribos; suportes, para atar os filhos ao pescoço ou às costas das índias em viagens e fainas diárias; cordas, para amarrar os prisioneiros de guerra; estopim revestido de cera, empregado na iluminação ou para enrolar na ponta das flechas incendiárias com as quais ateavam fogo às casas de seus inimigos; fios, para prender as penas usadas nos objetos de adorno dos corpos; cintos; tiras; fitas; cordas dos arcos; tecidos, para cobrir os mortos nas cerimônias funerárias etc. Para os referidos autores (op. cit., p. 10), o algodão ainda tinha, em certas tribos indígenas brasileiras, valores simbólico, medicinal e culinário. Nesse sentido, a referida malvácea se constituía num distintivo de manifestação do próprio código moral entre certas tribos indígenas, pois suas fibras eram utilizadas para preparar uma espécie de fio que servia como símbolo de indicação da castidade feminina. As folhas do algodão eram utilizadas para tratar ferimentos. As sementes serviam para preparar uma espécie de mingau utilizado em suas refeições. Entre as diversas espécies de algodão utilizadas para esses fins estavam, seguramente, as variedades coloridas.

Os supracitados autores (op. cit., p. 49-50), amparados nos relatos de vários cronistas dos primórdios do período colonial brasileiro, afirmam que a prática da coleta do algodão pelos indígenas era possibilitada pela existência, em abundância, de árvores dessa malvácea em praticamente todo o nosso território atual. No que se refere ao cultivo, os índios já adotavam algumas técnicas de trato dos algodoeiros, a exemplo da poda, cuja finalidade era assegurar a exploração da planta por diversos anos. A prática da poda era executada de duas maneiras: dobrava-se a ponta da planta com a mão ou cortava-se o algodoeiro ao pé, de seis em seis meses. Os índios acreditavam que com essas operações as plantas ficavam revigoradas, aumentavam a produtividade e o tempo de vida útil. Por outro lado, os índios, nas demais fases do processo de produção e de transformação do algodão – colheita, beneficiamento, fiação e tecelagem, usavam as mãos para colher e separar a pluma das sementes, paus para fiar e teares primitivos de madeira para tecer os diversos objetos que produziam.

Assim, o algodão, incluindo o colorido, estava presente no despertar da agricultura desses povos, despertar esse que foi sinônimo de desmatamento, todavia, como afirmam Santos e Silveira,

(...) esse processo não significou a implantação de próteses nos lugares, mas a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença técnica, pois ritmos e regras humanas buscavam sobrepor-se às leis naturais [a própria domesticação do algodão é um exemplo disso]. Todavia a natureza comandava, direta e indiretamente, as ações humanas. A precariedade ou a pobreza das técnicas disponíveis constituía o corpo do homem como principal agente de transformação tanto na produção como no enfrentamento das distâncias, e ainda aqui a natureza triunfa e o homem se adapta. Era um período de acomodação e morosidade na relação com o meio, pois permitia-se que a floresta voltasse a crescer durante algumas décadas, antes do plantio recomeçar num mesmo lugar. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 29)

Amparando-nos em Santos (1999, p. 47), podemos deduzir que a coleta, a domesticação, os sistemas de cultivos (dependentes dos desígnios da natureza, da força humana ou de sistemas de engenharia para o controle das águas e de soluções para o cultivo em terras altas, nos casos dos Astecas, Incas e Maias), as técnicas de beneficiamento, fiação e tecelagem do algodão colorido e demais algodões e fibras (fiação e tecelagem manuais) para a utilização, em diversos fins, por essas sociedades, nesses lugares e regiões da América pré-colombiana, devido à falta de intercâmbios entre as mesmas, compunham um conjunto de soluções técnicas próprias, mas convergentes, todavia não havia simultaneidade em suas aparições, nem o surgimento desses sistemas técnicos de produção acarretava obrigatoriamente repercussões entre si ou em outros pontos da superfície da Terra. Era, assim, que se constituía a tendência universalizante das técnicas nos primórdios da história humana e nas vésperas dos impulsos da sua universalização sob o capitalismo¹⁵.

Esse caráter local da elaboração das soluções técnicas, da produção e dos intercâmbios correspondia a um período em que as sociedades viviam “o tempo de um mundo cuja compartimentação produzia alvéolos que [eram] quase autocontidos” (SANTOS, 2007, p. 14-15). Portanto, um tempo no qual a criação das condições materiais e imateriais necessárias à

¹⁵ Segundo SANTOS (1997, p. 49), na aurora da história humana, havia tantos sistemas técnicos quantos eram os lugares. A história humana é igualmente a da diminuição do número de sistemas técnicos, movimento de unificação acelerado pelo capitalismo e plenamente afirmado com a globalização. Segundo o referido autor (1999, p. 55), Leroi-Gourham, ao estudar vários sistemas técnicos de vários povos considerados primitivos, distanciados entre eles culturalmente e geograficamente, reconheceu, porém, um ar de familiaridade entre utensílios fundamentais, fato que lhe permitiu formular como hipótese a universalidade da técnica. Ver SANTOS, Milton. **Técnica-espaco-tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1997 e **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

preservação e à continuidade dos meios de vida era realizada bem ao nível da escala local. Era, no dizer de Pierre George, as escalas espaço-temporais das

(...) civilizações pré-industriais, civilizações que viviam dos recursos do meio ambiente. (...). O comércio dos recursos de base começou com o aparecimento dos Impérios: a ‘annone’ alimentava a população de Roma juntamente com o trigo do Egito e da Tunísia (a ‘África’ de então). Mas, até à época industrial, as necessidades de todos os povos do mundo eram satisfeitas mais ou menos bem ao nível local. (GEORGE, 1989, p. 141)

À guisa das considerações acima tecidas, é relevante repetir que a produção e a transformação têxtil do algodão colorido nessas diferentes formas de organização social, condicionadas e condicionadoras dos diferentes estágios de antromorfização dos pedaços de crosta da América pré-colombiana, não invalidam o fato, segundo o qual, em todas elas

(...) o funcionamento do[s] [seus] território[s] devia muito às suas feições naturais, às quais os homens e suas obras de adaptavam com pequena mediação técnica, porque então as técnicas eram de alguma forma herdeiras da natureza circundante, ou um prolongamento do corpo. Elas eram ao mesmo tempo o resultado desse afeiçoamento do corpo à natureza, e desse comando da natureza sobre a história possível, de tal maneira que a tecnicidade a partir dos objetos fabricados além do corpo era limitada. (SANTOS, op.cit., p.15)

Em outras palavras, nesse continente, várias sociedades, com suas “práticas espirituais, materiais e sociais [específicas]” (SORRE, 1984, p. 101), em plena simbiose com os seus meios geográficos únicos, sem conhecer outra vida de relações que não fosse a restrita à escala local ou regional, utilizavam as fibras das variedades de algodões naturalmente coloridos para diversos fins, inclusive no desenvolvimento de uma produção têxtil artesanal de vários produtos, principalmente os destinados as suas vestimentas. Amparando-nos, ainda, em Santos (1999), podemos afirmar que tais sociedades, mesmo considerando os seus diversos estágios de evolução material e imaterial e, conseqüentemente, as suas diversas modalidades de interferências nos seus quadros naturais, apresentavam vários “meios naturais” ou “pré-técnicos¹⁶”.

¹⁶ A idéia de considerar o período e os meios em apreço de pré-técnicos exclui uma definição restritiva. As transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas, inclusive das diversas variedades de algodão, e animais, a exemplo da lhama entre os Incas, aparece como um momento marcante: o homem mudando a natureza, impondo-lhe leis. A tudo isso também se pode chamar de técnicas. Ver SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 188.

Por outro lado, se considerarmos, como formulou Vidal de La Blache, que tais sociedades apresentavam diversos “gêneros de vida¹⁷”, podemos assegurar que nesse continente, antes da instalação da colonização européia, o algodão colorido estava presente na composição produtiva de sociedades que apresentavam desde os gêneros de vida simples, a exemplo dos indígenas brasileiros e caribenhos, até os gêneros de vida complexos, a exemplo dos Incas, Astecas e Maias.

Moreira (2007, p. 174) assegura haver semelhança entre os dois conceitos de meio pré-técnico e de gênero de vida, notadamente em três dos seus componentes essenciais: o meio, a cultura técnica e a regulação institucional. Nesse sentido, segundo o referido geógrafo, “o meio natural corresponde em Santos aos gêneros de vida, em particular aos gêneros de vida mais simples, de La Blache¹⁸”.

A chegada do colonizador europeu quebrou o funcionamento harmonioso desses vários gêneros de vida ou meios pré-técnicos. Nesse contexto, qual o destino dado a produção preexistente do algodão colorido e derivados. Esta questão será tratada no capítulo subsequente.

¹⁷ O conceito de gênero de vida foi proposto por Vidal de La Blache. Segundo esse enfoque, seria por intermédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entre em relação com a natureza. Ver SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 36.

¹⁸ Para Rui Moreira, o meio natural corresponde em Santos aos gêneros de vida, em particular os gêneros de vida mais simples de La Blache. O meio técnico-científico corresponde às sociedades técnicas da primeira e da segunda revoluções industriais, pondo-se para além da época dos gêneros de vida, simples e complexos, do passado, e já traduzindo a desapareição destes na história. Já o meio técnico-científico-informacional designa as sociedades da fase avançada da segunda e inícios da terceira revolução industrial, isto é, as sociedades do presente. Ver MOREIRA, Rui. **Pensar e ser em geografia.** São Paulo: Contexto, 2007, p. 176.

3 O CULTIVO E A PRODUÇÃO DE TÊXTEIS E CONFECÇÕES DO ALGODÃO COLORIDO EM ALGUNS ESPAÇOS DERIVADOS DA AMÉRICA: DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR ÀS TENTATIVAS DE ERRADICAÇÃO

A instalação da colonização européia no continente americano e, conseqüentemente, a montagem de configurações territoriais europeizadas e o estabelecimento da complementaridade e da hierarquização dos territórios pelo mercantilismo espanhol e português, converteu os arranjos socioespaciais produtores do algodão colorido preexistentes em espaços complementares dos arranjos socioespaciais derivados articulados diretamente com os circuitos do comércio europeu.

Posteriormente, o capitalismo industrial inglês, cuja indústria mais importante no seu alvorecer foi a têxtil, comandou o rearranjo dos espaços derivados e a re-hierarquização mundial dos territórios. Nesse processo, impôs à escala do mundo as variedades de algodão que deveriam ser cultivadas. Nessa seletividade, os arranjos socioespaciais produtores do algodão colorido existentes no continente americano, especialmente os do Peru, foram marginalizados em função das preferências às variedades de algodão branco, consideradas mais produtivas e aptas ao processamento industrial. Contudo, conforme veremos nesta seção, os produtores nativos do algodão colorido e de seus derivados artesanais resistiram às tentativas de erradicação impostas pelos plantadores capitalistas do algodão branco, preservando algumas das variedades coloridas que hoje são transformadas em mercadorias com valor de troca por segmentos capitalistas da indústria têxtil em vários países.

3.1 Meios pré-técnicos e divisão territorial do trabalho em alguns espaços derivados da América: a conversão do cultivo do algodão colorido em atividade complementar

A partir do século XVI, a expansão da colonização européia comandada por Portugal e Espanha e possibilitada pelos progressos técnicos do século XV, que tornaram possível uma maior capacidade de deslocamento e, portanto, um aumento dos intercâmbios comerciais [o barco a vela, a bússola, o sextante e a tábua de navegação] (SILVEIRA, op. cit., p. 35), fundou o processo de “europeização do ecúmeno” (SORRE, op.cit., p. 180) ou de “ocidentalização do mundo¹⁹” (IANNI, 2003), pois a partir dela se “ampliou aos limites do ecúmeno o domínio da civilização européia com seus ideais [e suas formas de produção

¹⁹ A ocidentalização do mundo se refere à extensão, para o mundo, dos padrões, valores, idéias e instituições sócio-culturais, políticas e econômicas predominantes na Europa Ocidental e, posteriormente, nos EUA. Ver IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 97-115.

material]” (SORRE, op. cit., p. 181). Esse evento da história mundial, consubstanciado numa visão evolucionista, foi consagrado como uma obra civilizadora, enaltecida, inclusive, por geógrafos filiados ao paradigma lablachiano da Geografia, a exemplo de Max Sorre, que, inspirados nas teorias de Vidal de La Blache, viam-na como um “preparo de grupos incompletamente evoluídos para o pleno exercício da soberania” (SORRE, op. cit., p. 181).

Essa expansão territorial européia foi impelida pela busca de metais preciosos, escravos, especiarias e produtos agrícolas com mercados garantidos na Europa. No seu primeiro momento, instalou-se uma divisão territorial internacional do trabalho que impôs a montagem de espaços derivados²⁰ e alienados²¹ no continente americano, cuja racionalidade estava voltada para a extração de minerais, na América Espanhola, e para o cultivo de monoculturas, a exemplo da cana-de-açúcar, e a extração de minerais, na América Portuguesa. Parafraseando Silveira (op. cit., p. 36), na imposição dessa racionalidade mercantil pelos colonizadores espanhóis e portugueses aos espaços indígenas do continente americano, baseada numa intencionalidade extrativa e agrícola, houve desinteresse pela conservação ou aperfeiçoamento das várias formas de transformação da natureza preexistentes. Na verdade, a “obra civilizadora” dos colonizadores destruiu o funcionamento harmonioso dos vários meios geográficos indígenas. Não houve uma reação de todos os elementos técnicos uns sobre os outros, mas uma marcada ruptura no processo de imposição de racionalidades aos lugares.

No lastro desses acontecimentos, generalizaram-se os pilares básicos do modo de produção capitalista no referido continente, os seja, o instituto da propriedade privada, a produção de mercadorias, a busca incessante do lucro como vetor principal da produção, entre outros. Enfim, aos territórios indígenas foram impostos os tempos externos próprios da reprodução do capital mercantil europeu. Nesse mesmo processo, intensificaram-se as transferências de animais, plantas, pessoas, instrumentos e formas de organização do trabalho

²⁰ Conceito fundado por Milton Santos a partir da denominação paisagem derivada formulada por Max Sorre. Para Santos, não é apenas a materialidade – as formas geográficas que compõem as paisagens, que é derivada, mas as funções ou as ações, os processos e as estruturas, ou seja, espaço geográfico. O espaço derivado tem seus princípios de organização forçados mais a partir de uma vontade longínqua do que dos impulsos ou organizações simplesmente locais; sua organização é função de necessidades exógenas e depende de parâmetros importados, tomados de empréstimo aos sistemas representativos desses interesses distantes. Ver SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p 104-105.

²¹ O conceito de espaço alienado foi formulado por Hildebert Isnard para designar regiões que devem ao exterior, não só a sua criação e a sua integração ao mercado mundial, mas ainda a sobrevivência da sua organização. Enfim, regiões cuja população indígena jamais controla, e que até os próprios poderes públicos dificilmente controlam. Ver ISNARD, H. **O espaço geográfico**. Tradução de João Victor G. da Silva Pereira. Coimbra: Almedina, 1982, p. 54-55.

entre os lugares, numa escala geográfica até então desconhecida. Esse evento é descrito por Rui Moreira da seguinte forma:

O surto das trocas a longa distância leva a um contínuo intercâmbio de plantas e animais entre os diferentes continentes do mundo. E inicia uma fase de mistura cada vez mais ampla de cultivares de distintos ecossistemas pela superfície terrestre, que em breve tempo muda a velha divisão territorial das paisagens do mundo.

Plantas e animais domésticos, por séculos presos a confinamentos locais, extrapolam esses limites para ganhar os continentes e estabelecer nessa escala um rearranjo territorial jamais visto: tabaco, cana, arroz, café, trigo, bois, cavalos e ovelhas saem do “velho mundo” para cruzar em sentido contrário com a batata, o milho, drogas diversas, espécies do “novo mundo”, entrecruzando os espaços num troca-troca que altera com mudanças radicais os ambientes e os gêneros de vida [os meios pré-técnicos]. (...).

Cruzamentos que misturam paisagens. Alargam o ecúmeno. Mesclam configurações. Tornam os espaços socialmente mais densos. E dão início a uma alteração do equilíbrio ambiental em escala planetária.

O resultado é a gigantesca acumulação mercantil que no século XVIII desemboca na revolução industrial. E com ela a acelerada transformação da técnica que subverte os espaços numa escala ainda maior e mais ampla. (MOREIRA, 2007, p. 48-49)

No tocante ao algodão, o surgimento da manufatura na Europa despertou o interesse pelo seu uso como matéria-prima e, conseqüentemente, a sua participação nas trocas já no século XIV. Conforme nos relata Zischka (1936, p. 22), “a partir da metade do século XIV, Milão trava relações com tecelões de Francforte, Constança e Augsburg, onde se passa a fabricar o fustão com o algodão da Índia”. Para o autor citado (op. cit., p. 22), “datam de 1325 notícias sobre tecelões de Manchester tentarem empregar as fibras do algodão que lhes vinham da Índia, através das cidades comerciais italianas, de modo análogo aos do burgo de Basiléia, cujos artesãos misturavam o algodão com suas lãs... e o próprio Conselho se interessou pelo novo material têxtil, ocupando mulheres indigentes em fiá-lo”. No entanto, tais relações se constituíam ainda em evento circunscrito ao renascer do comércio, processo necessário à acumulação primitiva do capital no interior do espaço europeu. Além disso, tais relações estavam circunscritas, territorialmente, à bacia do Mediterrâneo, local de contato comercial entre o Ocidente e o Oriente, e que se constituía no mundo de então para o europeu.

Conforme afirma Albuquerque (1983, p. 32), na fase mercantilista do capitalismo, período que correspondeu à ampliação da escala territorial do processo de acumulação primitiva, que desembocou na Revolução Industrial, a Inglaterra já comercializava a produção têxtil da Índia nos mercados europeus.

De acordo com Moreira e Santos (1994, p. 11), no tocante ao algodão existente na América Portuguesa, na fase do escambo, momento que antecedeu a instalação propriamente dita dos espaços derivados e alienados voltados para o cultivo da cana-de-açúcar e para a extração mineral, o mesmo estava entre os produtos coletados e trocados pelos indígenas com os portugueses para serem enviados à Europa.

Contudo, na primeira fase de internacionalização capitalista e de hierarquização dos territórios, imposta pela primeira divisão territorial internacional do trabalho, forjada pelo mercantilismo, cujos centros estavam localizados na Península Ibérica, a participação do algodão nas trocas não foi capaz de criar um mercado internacional constante para essa malvacea. Nessa fase, o algodão se constituiu como cultivo interno aos espaços derivados, voltando-se para complementar as atividades mais importantes para os circuitos produtivos do capital mercantil ou como cultivo destinado ao auto-abastecimento das populações pobres das colônias.

Na América espanhola, especialmente no Peru, a desarticulação das condições socioespaciais preexistentes, que acompanhou a montagem dos espaços voltados para atender às necessidades do mercantilismo espanhol, transformou o cultivo do algodão colorido, praticado pelas sociedades originárias, em atividade destinada ao auto-abastecimento do mercado interno colonial. Esse fato é assegurado por Enríquez (op. cit., p. 22) ao afirmar que, no Peru, na época colonial, a produção do algodão nativo, cuja fibra dominante é a colorida, sustentou um auto-abastecimento de produção e formas de comercialização e intercâmbio de têxteis artesanais. O mesmo deve ter acontecido com a produção dos Astecas e Maias, uma vez que a continuidade das práticas do cultivo e da produção de têxteis do algodão colorido pelos remanescentes desses povos, em pequenas frações dos atuais territórios do México e da Guatemala, persiste até o presente.

No caso da América Portuguesa, a função de cultivo complementar do algodão foi definida no início da colonização no século XVI, quando os primeiros colonos, utilizando-se das formas técnicas da agricultura dos indígenas, cultivavam o algodão em roças de subsistência e em fundos de quintais. Esse tipo de cultivo, praticado, na maioria das vezes, por colonos pobres, foi possibilitado pela facilidade de exploração, que exigia poucas despesas com a sua implantação, menos mão-de-obra do que a cana e poucos recursos técnicos. Esse tipo de exploração da terra perdurou até mais ou menos meados do século XVIII, quando, então, foi substituído pelas lavouras de algodão voltadas à exportação, portanto, com fins plenamente comerciais (MOREIRA e SANTOS, op. cit., p. 50-51).

De acordo com Albuquerque (1983), Andrade (1986 e 2005), Furtado (1987), Prado Júnior (1987) e Suzigan (2000), esses cultivos de algodão alimentavam uma rudimentar indústria têxtil voltada à produção de rudes tecidos destinados às vestimentas da escravaria, dos pobres e para a produção da sacaria usada como embalagem do açúcar. Essa função complementar da produção algodoeira para as atividades principais comandadas pelo mercado externo (cana-de-açúcar e mineração) configurou, juntamente com a pecuária, uma divisão interna do trabalho no espaço derivado correspondente à América Portuguesa.

É possível que entre as espécies de algodão cultivadas nas roças de subsistência e em fundos de quintais, nessa época, estivessem, também, as coloridas. Moreira e Santos (op. cit., p. 60-61), ao comentarem sobre as espécies de algodão cultivadas no Brasil no século XVIII, baseados nos relatos de Arruda Câmara e Sá Bettencourt sobre as variedades plantadas na Paraíba e na Bahia, respectivamente, citam a presença de espécies de cor marrom, no primeiro Estado, e caqui, no segundo.

Todavia, no primeiro período de internacionalização do capitalismo, o algodão em geral não aparecia, ainda, como cultura cuja dinâmica era determinada e comandada pelas demandas do mercado externo, fato que só ocorreu com o advento do capitalismo industrial, quando o mercado internacional do algodão se formou definitivamente.

Portanto, foi a partir da Revolução Industrial da segunda metade do século XVIII²² que o algodão entrou definitivamente nos circuitos produtivos do capitalismo, impondo-se como a mais importante matéria-prima para a indústria têxtil, então o mais destacado segmento industrial. O advento da indústria moderna, nesse período, foi possibilitado pelo surgimento e utilização solidária de uma família de técnicas²³, expressa nos aparatos mecânicos utilizados na produção (a roda de fiar mecânica, o tear mecânico, a máquina a vapor e o descaroçador mecânico) e nos sistemas de engenharia voltados à circulação de bens e pessoas e à produção e distribuição de energia (a ferrovia, o trem, o navio a vapor e o carvão mineral), que denotaram a configuração do “meio técnico da mecanização da produção e do

²² A primeira Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra no século XVIII, entre 1780 e 1830. Por volta de 1830, ela migra da Inglaterra para o continente, expandindo-se para a Bélgica e a França, países próximos do arquipélago britânico. E nos meados de 1870, atravessa o Atlântico e rumo para os EUA, antes de generalizar-se pelo resto do continente. Ver MOREIRA, Rui. **Para onde vai o pensamento geográfico?** por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006, p. 135.

²³ A família de técnicas sobre a qual fazemos referência, que desencadeou a chamada Revolução Industrial e estabeleceu as condições técnicas que possibilitaram a utilização, em grande escala, do algodão na fiação e tecelagem, corresponde à roda de fiar mecânica, inventada por Richard Arkwright; ao tear mecânico, inventado por Edmundo Cartwright; à máquina a vapor, inventada por James Watt, e ao descaroçador mecânico, inventado por Eli Whitney. Estes instrumentos de produção, juntamente com o advento da ferrovia e do trem como meios de transporte terrestre, do navio a vapor na navegação e do uso do carvão como força de energia, denotam a emergência do meio técnico maquinário (mecanização da produção e do território) na Europa. Para maiores detalhes, ver MOREIRA, Rui, op.cit., p.136.

território²⁴ em frações do continente europeu (SANTOS, 1998 e 1999; SANTOS e SILVEIRA, 2001). A Inglaterra, comandante dessa etapa de internacionalização do capitalismo, transformou os conteúdos da divisão territorial do trabalho. O rápido crescimento da sua indústria exigiu, de um lado, novos mercados para os produtos manufaturados e, de outro, territórios aptos ao uso para a produção de matérias-primas e alimentos indispensáveis às suas indústrias e à sua população (SILVEIRA, op. cit., p. 40). Nesse sentido, a re-hierarquização dos territórios, comandada pela divisão territorial do trabalho imposta pela indústria inglesa, impôs o funcionamento de espaços derivados complementares voltados para o suprimento das suas demandas em todo o mundo, entre eles os destinados à produção de algodão branco, nos quais se afiguraram a Índia, o Sul dos EUA, o Egito, o nordeste brasileiro, e nele, o Estado da Paraíba etc.

3.2 Meio técnico, indústria têxtil e as seletividades na divisão territorial do trabalho na cotonicultura comercial: o descarte do algodão colorido.

A Revolução Industrial se constituiu, assim, no evento da história mundial que transformou o algodão, definitivamente, de cultivo complementar e de subsistência, com caráter de produção local, em cultivo comercial cuja dinâmica passou a ser comandada pelas demandas do mercado. Nesse processo, transformou-se, assim, de produto com valor de uso para mercadoria com valor de troca. Esse evento se constituiu como o marco de um processo de seletividade de lugares, homens, empresas e espécies de algodoeiro, orientando-se pela e em função de uma divisão territorial do trabalho comandada pelo capitalismo industrial, especialmente pelo seu segmento têxtil.

Para Corrêa (1995, p. 36), “[no] processo de organização do seu espaço o homem age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos”. Esses atributos podem ser “[a] fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um porto, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouco ativa etc”. Tais atributos podem agir “(...) de forma isolada ou combinada, [variando] de lugar para lugar e são avaliados e reavaliados sistematicamente [na

²⁴ O meio geográfico viveu milênios como meio natural ou pré-técnico. Durante os dois ou três últimos séculos se metamorfoseou em meio técnico maquínico, com a mecanização da produção e do território. Hoje, é considerado como meio técnico-científico-informacional. Ver SANTOS, Milton. **A natureza do espaço...**, op.cit., p. 35.

escolha da localização ideal dos investimentos]”. A essa prática o referido autor chama de seletividade espacial.

De acordo com Rui Moreira,

A organização espacial da sociedade começa com a prática da seletividade. Espécie de ponte entre a história natural e a história social se expressando já em termos de espaço, a seletividade é o processo de eleição do local com que a sociedade inicia a montagem de sua estrutura geográfica. Ela é uma expressão direta e combinada dos princípios de localização e distribuição. Por meio da localização, o homem elege a melhor possibilidade de fixação espacial de suas ações. A distribuição compõe o sistema das localizações e transforma a seletividade numa configuração de pontos e o todo numa extensão. (MOREIRA, 2007, p. 82-83)

Nos albores da história das relações entre os humanos e a natureza, “(...) as áreas eram escolhidas em locais situados nas encostas montanhosas, mais secas e menos abundantes em recursos, porém mais abrigadas de ameaça de animais de maior porte”. Com isso, “[por] um longo período, a seletividade [espacial] limitou-se a se confundir com o processo da aprendizagem da domesticação e da aclimação da flora e da fauna”. Assim, “[o] grupo humano migra entre uma área e outra, até que, já munido da experiência do trato ambiental, desce para as ‘regiões anfíbias’ nas quais vai se fixar em caráter permanente” (MOREIRA, op. cit., p. 83).

A sedentarização, que implicou em uma prática da seletividade espacial que não foi atingida sem tentativas que falharam e duros fracassos, representou a ambientalização e a territorialização dos grupos humanos e, conseqüentemente, os seus enraizamentos culturais. É a seletividade que responde, também, pelo elenco das espécies de plantas e animais com que a sociedade se relaciona com o meio. Entretanto, com a sedentarização a amplitude do elenco de espécies das plantas e animais do começo da história humana se reduziu a um pequeno número. Calculadas no conjunto em 140 ou 150 mil, somente cerca de 300 espécies vegetais e 200 do reino animal hoje são aproveitadas como recurso pelo homem (op. cit., p. 83).

De acordo com Isnard, (1982, p. 101) “a transformação dos seres vivos do ecossistema é bem radical: o homem retira do espaço natural um pequeno número de animais e vegetais que modelou segundo a vontade e para a sua vantagem (...)”.

Para Claval (*apud* MOREIRA, op. cit., p. 84), a causa dessa redução é a lógica que preside a seletividade, desde a Antiguidade, que consiste em: “1º) substituir as associações naturais por associações vegetais ou animais suscetíveis de fornecer um número elevado de

calorias ao homem; e 2º) aumentar a produtividade geral, agindo sobre os fatores que a limitam”.

Ainda em conformidade com Moreira (op. cit., p. 84), foi com o nascimento da agricultura, quando a prática das transformações das paisagens naturais em paisagens humanizadas tornou-se a base da constituição dos modos de vida, que a seletividade restringiu toda a diversidade de flora e fauna com a qual a humanidade se relacionava com o meio nas fases primitivas de coleta, caça e pesca. Essa seletividade, redutora das espécies vegetais e animais, surgiu orientada para atender ao fim de transformação que converteu as associações naturais em associações domesticadas, cujo objetivo era compor, entre outros, o complexo alimentar das comunidades.

Contudo, durante um longo período da história humana, as possibilidades técnicas incipientes das sociedades limitavam “(...) a vontade de substituir [totalmente] o ecossistema por uma organização espacial controlada (...) (ISNARD, op. cit., p. 99). Dessa forma, o cultivo de vegetais e a criação de animais eram restringidos aos confinamentos ambientais de origem das espécies. Neles, a agricultura se desenvolvia ao sabor das condições ideais de clima, nos melhores solos, nas topografias mais adequadas etc.

Com o advento do capitalismo na agropecuária, a seleção dos lugares, dos homens, das espécies de animais e vegetais, entre outros, passou a ser comandada pelos interesses de troca, pelo cálculo racional entre custo e benefício, portanto, pela busca de acumulação de capital. Foi a lógica do mercado que comandou e intensificou, a partir da expansão do mercantilismo europeu, a transferência, a aclimação, o cultivo de vegetais e a criação de animais fora dos seus confinamentos ambientais de origem. No entanto, nas primeiras etapas do processo de internacionalização do capitalismo (mercantilista e concorrencial), os limites das possibilidades técnicas oferecidas ao homem para corrigir a natureza não autorizavam que a seletividade de espécies de vegetais e animais, imposta pelo interesse mercantil, libertasse-se dos constrangimentos representados pelas condições ecológicas dos territórios, que permitiam ou não o sucesso da transferência e da aclimação.

Desse modo, o cultivo de plantas e a criação de animais transferidos de um continente para outro eram possibilitados pelo potencial biótico de adaptação das espécies às condições ecológicas dos meios que as recebiam. Nesses meios, as condições ideais de clima, solo, topografia, entre outros, eram determinantes para o êxito dos empreendimentos agrícolas. O exemplo da cana-de-açúcar é emblemático do sucesso da transferência e da aclimação possibilitado pelas virtualidades ecológicas dos territórios que a acolheram. Essa cultura se desenvolveu bem nas proximidades do litoral oriental do Nordeste brasileiro, no período

colonial, transformando-se em grande empreendimento voltado à exportação, que reduziu a diversidade da flora e da fauna da Mata Atlântica à monotonia de um habitat de monocultura, porque encontrou no solo de massapé das várzeas dos rios e no clima quente e úmido dessa fração do território brasileiro, as condições propícias para o seu desenvolvimento. Assim, numa época de poucas possibilidades para imposição de capital à natureza, notadamente na agricultura, a lógica capitalista teve que se submeter às incertezas representadas pelos fatores ecológicos dos meios que recebiam as plantas e animais que extrapolavam os seus confinamentos locais sob o comando desse modo de produção.

O algodão é outro exemplo que ilustra o papel das virtualidades naturais para o êxito do seu cultivo no Brasil a partir do último quartel do século XIX. Mesmo dispondo de várias espécies nativas de algodoeiros, distribuídas em praticamente todo o seu território, o sucesso dos cultivos comerciais dessa malvacea, nesse país, no período em questão, segundo ponderam Andrade (1986) e Prado Júnior (1987), deveu-se às virtualidades ecológicas dos meios geográficos onde se desenvolveram: o Sertão e o Agreste nordestinos.

Essas sub-regiões se avantajaram sobre as áreas que foram eleitas para a cana e o tabaco no que concerne aos melhores espaços para o cultivo do algodão. Rebelde à umidade e ao excesso das precipitações pluviométricas das áreas próximas ao litoral, que na época em que se abrem as maçãs deterioram as suas fibras, o algodão encontrou no Sertão e no Agreste as condições climáticas essenciais para o seu desenvolvimento: chuvas menos frequentes e irregulares (PRADO JÚNIOR, op.cit., p. 83). Embora, como afirma o referido autor (op. cit., p. 83), fatores relativos à organização do espaço da época, como o afastamento dos portos de embarque e as dificuldades para transformar as suas fibras em fluxos, dada a precariedade das vias e meios de transporte, tenham marginalizado algumas regiões e contribuído, também, para a eleição desses sub-espacos regionais do Nordeste. Mais tarde, essas virtualidades naturais do Sertão e Agreste nordestinos foram suplantadas pelas virtualidades sociotécnicas de outros lugares e regiões - São Paulo, Paraná, Centro-Oeste etc., marginalizando-as da divisão territorial e social do trabalho do circuito espacial produtivo superior da cotonicultura nacional.

Com a emergência do meio técnico-científico-informacional, contemporâneo do período de mesmo nome da civilização humana²⁵ (SANTOS, 1997b, p. 37), face espaço-tempo

²⁵ O meio e período em apreço se instalaram no centro do capitalismo no Pós- Segunda Guerra Mundial e nos anos de 1970 na sua periferia.

da globalização do capitalismo²⁶, agora em sua avançada etapa monopolista, “o desenvolvimento da ciência das técnicas, isto é, da tecnologia, possibilitou a aplicação da ciência ao processo produtivo” (op. cit., p. 37), inclusive na agropecuária, “(...) cujo desenvolvimento passou a se basear na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar e melhorar a produção, bem como diminuir os seus custos” (ELIAS, 1996 e 2003). Dessa forma, foi “(...) minimizada a anterior vantagem relativa representada pela produção localizada nos melhores solos, nas topografias mais adequadas, entre outros (...)” (ELIAS, 1996, p. 2). Em outras palavras, ocorre na agropecuária um “aumento da proporção da natureza social sobre a natural” (op. cit., p. 5) na seleção dos lugares onde se possa auferir maiores rendimentos, com menores custos e incertezas. Nesse mesmo processo, foram redefinidos os parâmetros da seleção dos homens, das firmas, das espécies vegetais e animais, entre outros, a serem inseridos nos grandes circuitos espaciais de produção e troca desse setor.

Nesse contexto, em um território que apresenta as mesmas condições de solo, topografia, clima etc., as frações que se encontram instrumentalizadas com os aparatos fornecidos pela tecnologia e que deles conseguem tirar o máximo da eficiência produtiva - a mecanização, motorização e informacionalização, que agilizam a realização e o controle da execução das tarefas; a quimificação, que assegura o combate das doenças e pragas das plantas e a correção dos solos, com a produção de “solos artificiais diferentes do solo que a pedogênese originou a partir da alteração da rocha mãe” (ISNARD, op cit.); a irrigação, que permite o controle das águas profundas e correntes, empregada para corrigir a irregularidade e a ausência das chuvas (op. cit.); a monitorização do clima através do uso das informações fornecidas pelos radares meteorológicos, “que se não permite à ação humana alterar os mecanismos dos fenômenos atmosféricos, possibilita-lhe prever e controlar os seus efeitos” (op. cit.); a biotecnologia, que assegura a criação de espécies híbridas de vegetais e animais, o controle sobre os seus ciclos biológicos, o combate às pragas e doenças; entre outros; avantajam-se na competição, no contexto da divisão territorial do trabalho globalizada, com

²⁶ O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI, avança por saltos através dos séculos de expansão capitalista, para finalmente ganhar corpo, após a Segunda Guerra Mundial, no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as formas de vida no Planeta sofrem repentinamente transformação: as relações do homem com a natureza passam por uma reviravolta, graças aos formidáveis meios colocados à disposição do primeiro. Houve mudanças qualitativas surpreendentes, a mais notável das quais foi a possibilidade de tudo conhecer e tudo utilizar em escala planetária, desde então convertida no quadro das relações sociais. Pode-se falar de mundialização (globalização), enquanto outrora se tratava de mera internacionalização. Ver SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997a, p. 11-15.

as frações que deles não dispõem ou que não conseguem extrair deles a eficiência requerida pela lógica da acumulação capitalista.

Por outro lado, o preenchimento dos territórios com esses signos relativizou os constrangimentos naturais à agricultura, representados, por exemplo, pelos solos de baixa fertilidade e pelo clima com chuvas irregulares, que deixam de ser impedimentos absolutos à eleição dos lugares e regiões mais propícias ao sucesso mercadológico dos empreendimentos agrícolas. O sucesso do agronegócio da soja e do algodão em pleno Cerrado brasileiro, da fruticultura irrigada no médio São Francisco, da agricultura irrigada no deserto, em Israel, entre outros, exemplifica a capacidade dada ao homem de aplicar o conhecimento científico e tornar espaços com sérios limites naturais (solos pouco férteis e climas com chuvas irregulares ou quase ausentes) ao pleno desenvolvimento agrícola, em espaços altamente produtivos e inseridos na divisão territorial do capitalismo globalizado.

Contudo, os nexos da modernização agrícola não se distribuem de maneira homogênea pelos territórios dos continentes, países, regiões, estados etc. Assim, nesses recortes territoriais, há frações em que sua presença é ausente, outras em que é rarefeita e aquelas em que é bastante densa. Essa dialética inscrita nos territórios da produção agropecuária, governada pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, autoriza-nos a falar da existência, neles, de “espaços luminosos, intermediários e opacos” (SANTOS, 1998 e 1999). Dito de modo breve, nos primeiros, instala-se a produção agropecuária globalizada²⁷; nos segundos, a voltada para atender aos mercados de consumo das escalas intermediárias (nacionais, regionais e locais); e, nos últimos, a produção agrícola de subsistência ou de produção simples de mercadorias.

Daí, concordarmos com Rui Moreira, quando afirma que

Nas sociedades modernas, a seleção ganha o sentido restritivo que hoje conhecemos. Governada pela lógica do mercado, a seletividade é transformada numa prática de ocupação cada vez mais especializada e fragmentária do espaço, orientando-se pela e em função de uma divisão territorial do trabalho que baixe os custos e aumente a produtividade no sentido mercantil do termo (...). (MOREIRA, op. cit., p. 84)

²⁷ “(...) Hoje, também a agricultura se realiza de forma globalizada, se não na sua produção propriamente, na sua circulação, distribuição ou consumo, mostrando-se uma das atividades mais contagiadas pela revolução tecnológica”. Ver ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 59 (Coleção Campi; 21).

Portanto, na prática da seletividade espacial comandada pelo mercado, os lugares e as regiões são escolhidos de acordo com os atributos que possam oferecer à produção agropecuária de alta produtividade, rentabilidade e baixos custos. Entre tais atributos, a rentabilidade espacial passou a ter um peso cada vez mais crescente na definição das escolhas. A mesma pode ser obtida através do uso das virtualidades ecológicas dos territórios, mas, ao longo do processo histórico de humanização da natureza sob o capitalismo, notadamente na sua etapa tecnológica iniciada a partir do pós Segunda Guerra Mundial, os objetos artificialmente criados passaram a defini-la como atributo para a escolha da localização mais favorável. É o neodeterminismo do objeto tecnicamente elaborado que substituiu o determinismo da natureza (SANTOS, 1999), quem define a escolha dos territórios para o uso pela moderna agropecuária capitalista.

Se são os “magmas da tecnologia” derramados sobre pedaços da crosta terrestre que definem suas inserções na divisão territorial do trabalho da agropecuária globalizada, eles têm no uso seletivo por firmas e homens a razão social das suas existências. Assim, são as grandes empresas agrícolas e as agroindústrias quem dispõe dos aparatos tecnológicos e os usam a serviço da sua produção, tirando deles o máximo de eficiência. Por isso, são essas firmas as eleitas para compor os grandes circuitos produtivos do setor. Por outro lado, o uso intensivo do trabalho morto, corporificado nos objetos mecanizados, motorizados, informatizados e cientificizados, liberou a agropecuária da sua secular dependência de grandes quantidades de trabalho vivo sem qualificação, que era usado para realizar grande parte das etapas da sua produção. Ao mesmo tempo, a racionalização dessa produção tornou-a dependente de mão-de-obra científica e trabalhadores formais especializados. Desse modo, nas paisagens agrícolas tecnologizadas, “desaparecem os animais, os homens são raros” (GEORGE, op. cit., p. 87). Isso, em parte, explica o desemprego no campo e a concentração da propriedade da terra nas áreas infestadas pelos signos da modernização. Não obstante, algumas atividades agrícolas, a exemplo da canavieira e fruticultura, ainda dependem de bastante mão-de-obra estacionária para a execução de parte da produção, notadamente no período de colheita.

Como já dito anteriormente, na agropecuária, a escolha, além de incluir os lugares, os homens, as empresas, entre outros, responde pelo elenco das espécies de plantas e animais com que a sociedade se relaciona com o meio. Numa economia de mercado, a escolha é definida não pelo valor de uso, mas pelo valor de troca que as espécies de animais e vegetais possam apresentar. Se há procura no mercado por determinada espécie, cria-se ou cultiva-se essa espécie. Por outro lado, o excesso da sua oferta, que provoca queda nos preços, obriga o pecuarista e o agricultor a deixarem de criá-la ou cultivá-la, o que os leva a direcionar o uso

das forças produtivas para a criação ou cultivo das espécies que possam auferir maior rentabilidade aos investimentos realizados. Enfim, no capitalismo, a seletividade das espécies animais e vegetais passou a ser orientada pelas possibilidades dadas, por elas, de auferir largas margens de lucros ao pecuarista ou agricultor, no menor espaço de tempo possível.

Atualmente, a seletividade das espécies de animais e vegetais com que a sociedade se relaciona com o meio técnico-científico-informacional deixou de ser produto da observação e da experiência empíricas e passou a ser fruto da descoberta das contradições e dos mecanismos da vida nos laboratórios. Para Santos (1999, p. 242), na contemporaneidade, “plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia”. Nos laboratórios, o uso da biotecnologia e da engenharia genética, a serviço dos atores hegemônicos da agropecuária capitalista, domestica, cruza, hibridiza e cria espécies de plantas e de animais geneticamente modificadas, portanto, novas espécies que não existem na natureza natural. Essas plantas e animais novos são dotados de características intencionalmente criadas pelos cientistas, as quais se afigura a aceleração dos mecanismos biológicos (fecundidade, germinação, tamanho, crescimento, frutificação, produtividade etc.), um dos fatores que “aproximam os seus processos de produção com o funcionamento da indústria, parâmetro ideal para obter maior crescimento e acumulação” (ELIAS, 1996, p. 2). Nesse contexto, as criaturas animais e vegetais que povoam as paisagens tecnologizadas do capitalismo e chegam aos mercados de consumo, já não são aquelas escolhidas entre as colocadas à disposição do homem pelo longo processo de seleção natural. O mercado impõe não só a criação, mas uma nova seleção das espécies animais e vegetais com as quais o homem lida com o meio.

No tocante ao algodão, não tem sido diferente. A partir do pós Segunda Guerra Mundial, ao sabor das forças do Estado e do mercado, os trabalhos de especialistas em genética vegetal e em biotecnologia, realizados em laboratórios de instituições estatais ou de grandes conglomerados privados que atuam na agropecuária, vêm sendo utilizados para domesticar, cruzar, hibridizar e criar espécies de algodoeiros geneticamente modificadas, que atendam aos parâmetros e aos ritmos capitalistas de funcionamento da produção agrícola e industrial. No Brasil, por exemplo, foi criado, em 1975, o Centro Nacional de Pesquisas do Algodão, da EMBRAPA, localizado em Campina Grande-PB, para impor a racionalização e a modernização à cotonicultura nacional. Para isso, a domesticação, o cruzamento, a hibridização, a criação de espécies geneticamente modificadas, entre outros, adaptadas aos mais diversos ecossistemas do país, representam os seus principais objetivos. Em decorrência disso, o deslocamento da maior parte da produção algodoeira do país para o Centro-Oeste se

deveu, em parte, à disponibilidade de sementes de algodoeiros adaptadas ao cerrado, criadas nos laboratórios desse centro, colocadas à disposição dos empresários agricultores dessa região.

Retornando ao enfoque principal deste tópico, o nascimento da indústria têxtil, com uma demanda por fibras vegetais a ser suprida, possibilitou a transformação do algodão em cultura comercial e, conseqüentemente, a formação do seu mercado internacional. A divisão territorial do trabalho imposta por esse setor industrial selecionou lugares, homens e espécies de algodoeiro para atender ao seu consumo produtivo.

Na verdade, a prática da seletividade das espécies de algodão e dos lugares aptos para o seu cultivo é tão antiga quanto a domesticação desse vegetal. Contudo, essa escolha tinha como finalidade aumentar a produtividade geral, agindo sobre os fatores que a limitavam, com vistas a fornecer a quantidade necessária de algodão para o uso das comunidades confinadas aos seus recortes territoriais locais. A partir da Revolução Industrial Inglesa e do nascimento da indústria têxtil, a seleção de lugares, homens e espécies de algodão ganhou outro sentido: a maior produtividade no sentido mercantil.

Nesse sentido, diversos lugares e regiões na escala do mundo foram escolhidos para exercer a função da produção do algodão, entre eles o Sul dos EUA, a Índia, o Egito e o Nordeste brasileiro, que presenciou a fixação de objetos e ações voltados à sua produção distribuídos pelo Maranhão, Agreste e Sertão. O Sul dos EUA, região que sempre se sobrepôs às demais na eleição dos espaços produtores de algodão para a indústria têxtil internacional, contou, para isso, com as técnicas de produção mais aperfeiçoadas, que se refletiam em um produto de melhor qualidade. Já o Sertão e o Agreste do Nordeste brasileiro, que, antes de ter a produção algodoeira voltada para o mercado interno, compuseram o “exército de reserva de lugares” (SANTOS, 1999, p. 198) chamado a produzir o algodão sempre que a produção estadunidense encontrava dificuldades de inserção nos mercados internacionais, contaram com as suas virtualidades ecológicas na definição das suas escolhas para cultivar o algodão reclamado pelo mercado mundial e, posteriormente, nacional. Como já comentado, o regime pluviométrico, com chuvas menos frequentes e irregulares nestas áreas, acabou tornando-as propícias para a fixação dos cultivos comerciais dessa malvacea.

No Sul dos EUA, a seletividade dos homens para a produção do algodão privilegiou os grandes proprietários de terra que, em suas *plantations*, produziam-no através do uso da mão-de-obra escrava importada da África. Situação semelhante ocorreu no Maranhão, onde a organização da produção em forma de *plantation* escravista marcou, indelevelmente, a sua configuração geográfica. No tocante ao Sertão e ao Agreste, embora o algodão fosse plantado

por grandes proprietários de terra que usavam a força de trabalho escrava, principalmente na primeira região, lavradores, em pequenas e médias propriedades, também participaram do seu cultivo, muito deles exercendo a função da produção do algodão através de algumas formas de parceria e do intenso uso da força de trabalho familiar.

As exigências do consumo produtivo da indústria têxtil moderna impuseram os padrões de classificação das variedades de algodão possuidoras de fibras viáveis para a troca. Conforme atestam as palavras do consultor da Revista Cultivar Grandes Cultivares, João C. Farias de Santana,

[o] primeiro padrão estabelecendo normas de qualidade surgiu na Inglaterra, em 1800, para classificar o algodão em pluma e visava proteger os industriais têxteis ingleses contra o recebimento de fibras de algodão - desuniforme e de má qualidade - importadas de outros países. (SANTANA, 2000, p. 1)

Nesse sentido, as normas e os padrões estreitaram a seletividade, que respondeu pelo elenco das espécies de algodoeiros que passaram a ser cultivadas em vários lugares e regiões do mundo. Esta seletividade restritiva, portanto, foi responsável pela imposição, aos territórios e aos homens, das variedades de algodão branco que deveriam ser cultivadas, sempre privilegiando aquelas consideradas mais qualificadas ao processamento têxtil. No século XIX, este setor industrial, inclusive, passou a dispor de tintas artificiais para tingir os tecidos, adquiridas através de processos químicos. Nesse contexto, “o algodão colorido não despertou o interesse desse setor industrial, sendo, inclusive, considerado como mistura indesejável quando aparecia em meio aos cultivos comerciais do algodão branco” (FARIAS e SÁ, 2005, 2006a e 2006b). Mesmo nas áreas onde tradicionalmente foi sempre cultivado, o algodão colorido passou a enfrentar a concorrência das variedades brancas pelo espaço. Desse modo, no interesse da troca, a seletividade se converteu num mecanismo de descarte de espécies de algodão em favor das que ofereciam menores custos e maior produtividade no sentido mercantil. Entre as descartadas, estavam as variedades coloridas.

As tentativas de descarte das variedades de algodão colorido no Peru são bastante ilustrativas dos mecanismos da seletividade de espécies na cotonicultura comercial. De acordo com Veeland Júnior (s.d, p. 309), neste país, durante os últimos setenta e cinco anos, as normas e regulamentos agrários têm favorecido, claramente, a introdução de cultivos exóticos para exportação, promovendo a eliminação sistemática das variedades nativas, inclusive as coloridas. Para o autor (op.cit.), uma das razões principais disto se baseia na crença

convencional de que as variedades nativas de algodão são inferiores às variedades híbridas, a maioria obtida no estrangeiro, a exemplo dos algodões comerciais pina e cerro. Estas variedades são, atualmente, intensamente cultivadas na costa norte peruana, com destino a um mercado industrial determinado. Acredita-se que, devido a sua capacidade de frutificar durante todo o ano, as plantas de algodão nativo atraem insetos maléficos para as plantações do algodão industrial. Por isso, os plantadores deste algodão consideram o nativo não só sem valor, mas uma ameaça aos cultivos comerciais. Portanto, para o autor supracitado (op.cit.), o algodão nativo, cuja fibra dominante é a colorida, tem sido vítima de uma espécie de racismo econômico e industrial, cujos principais prejudicados têm sido os camponeses e artesãos da costa norte peruana.

Ainda de acordo com Vreeland Júnior (op.cit.), com o objetivo de erradicar ou limitar o cultivo das variedades de algodão nativo, o Ministério da Agricultura do Peru, há quase cinquenta anos, estabeleceu uma lei de saúde vegetal para todo o vale do Piura, que mais tarde foi estendida ao vale de Lambayeque e logo para toda a costa peruana. Esta lei ordenou aos camponeses derrubarem e queimarem os caules, as folhas e as cápsulas dos seus cultivos de algodão nativo, plantas perenes, depois de cada campanha agrícola. Nesses vales, tampouco se considera *G. barbadense*, espécie nativa a qual pertencem as variedades coloridas de algodão, como cultivo autorizado. Em virtude dessas normas e regulamentos proibitivos e restritivos, seus plantadores não têm direito a receber diretamente a água regulada pelo Estado.

Embora nos faltem referências que possam aclarar a situação dos cultivos do algodão colorido em outros lugares e regiões da América Latina, a exemplo do México e da Guatemala, é bem provável que nesses países os plantadores desse algodão também tenham enfrentado tentativas de erradicação ou de limitação da sua produção ao ritmo das forças do Estado e do mercado.

No Brasil, onde não se tem evidência da existência de importantes áreas de cultivo do algodão colorido no passado, as plantas deste algodão, que nasciam em meio às plantas das variedades brancas cultivadas, eram erradicadas, uma vez que se constituíam, para o mercado, em fator depreciador da qualidade das fibras comerciais. Segundo relato de um antigo operário²⁸ que trabalhou na Anderson Clayton, em Natal, e na SANBRA, em Campina Grande, empresas têxteis beneficiadoras do algodão e que aturam na Paraíba no auge da sua cotonicultura, na triagem das fibras dessa malvácea, as plumas coloridas das plantas que

²⁸ Em entrevista realizada pelo autor em Patos-PB, no dia 15/01/2008.

escapavam da erradicação, e que por descuido eram colhidas e enviadas em meio às plumas brancas para as usinas, eram consideradas impurezas, sendo, por isso, descartadas.

Isso se devia, em parte, ao fato de muitas das espécies coloridas de algodão serem inadequadas, devido ao pequeno tamanho e a pouca resistência das suas fibras, às técnicas de fiação e tecelagem da indústria têxtil moderna. Porém, “como o consumo é o regulador final da produção” (LANNOU *apud* SILVEIRA, op. cit., p. 70), a ausência de um mercado consumidor para suas fibras e derivados explica melhor a sua rejeição pelas indústrias de fiação, tecelagem e confecções.

Todavia, não faltou interesse à ciência em conhecer essas espécies de algodão e descobrir o seu valor econômico. Segundo Vreeland Júnior (op. cit., p. 309), data do século XIX a curiosidade de inúmeros cientistas e exploradores, entre os quais Humboldt, considerado o pai da Geografia Moderna, e Darwin, formulador da teoria da evolução, que, em suas viagens à América, interessaram-se pela singular beleza e pelo valor econômico do algodão colorido peruano. Foram alguns desses cientistas que identificaram e descobriram, para a ciência, várias espécies do gênero *Gossypium*, ao qual pertencem as variedades nativas coloridas peruanas.

Esse interesse não coincidiu com o do mercado e das pesquisas científicas postas em prática em boa parte do século XX. Entre os produtores do algodão comercial foi se cristalizando a crença segundo a qual as fibras do algodão colorido são inferiores às do algodão comercial branco e, por serem perenes, os seus cultivos podem contaminá-lo com pragas e doenças. Por outro lado, mesmo com as condições técnico-científicas advindas da instalação do meio técnico-científico-informacional nos territórios, a partir do pós Segunda Guerra Mundial, segundo afirma Carvalho (op. cit., p. 1), “(...) os algodões de fibra branca mereceram mais atenção em programas de melhoramento genético (...) do que os de fibra colorida”. Para este autor (*idem, ibidem*), “ (...) isso fez com que se acentuasse a diferença entre estes dois tipos de algodão no que se refere aos caracteres de importância econômica”.

Mesmo reprimido pela força das leis e regulamentos impostos pelo Estado; impedido de usufruir dos sistemas hidráulicos de irrigação, como ocorreu no Peru; descartado pelas normas de escolha das matérias-primas têxteis pela indústria e desprezado pelos programas de melhoramento genético, entre os camponeses e as populações indígenas, a quem essas pressões internas e externas impuseram uma organização do espaço estranha às suas tradições, não faltou o engenho para continuarem cultivando e produzindo têxteis do algodão colorido. Portanto, para esses segmentos sociais no Peru, México e na Guatemala, o cultivo e a produção de têxteis desse tipo de algodão se consubstanciam em algumas das maneiras que

usam para continuarem “(...) sujeitos à organização espacial que lhe legaram os seus antepassados” (ISNARD, op. cit., p. 79). Foram esses camponeses e indígenas, que ainda cultivam rotineiramente variedades nativas desse algodão, os responsáveis pela sua manutenção ao longo dos anos (BIO-PIRATERIA, 1993).

No Brasil, em conformidade com Freire *et al* (2001), as fibras de algodão colorido eram usadas pelas fiandeiras e tecedeiras artesanais para criar motivos decorativos em seus tecidos e como planta ornamental em jardins e calçadas, principalmente nos Estados da Bahia e de Minas Gerais.

À guisa do exposto, ao longo de boa parte do itinerário da história da sua produção, o algodão colorido, nos lugares onde seu cultivo resistiu aos impactos da seletividade restritiva de espécies, comandada pela cotonicultura de mercado, manteve-se como matéria-prima com valor de uso para os povos que continuaram a cultivá-lo, alimentando, principalmente, formas artesanais e domésticas de produção de têxteis e confecções. Nestes termos, a sua produção apresentava as características geográficas de circuitos locais de produção, pois a sua produção propriamente dita, sua circulação, sua distribuição e seu consumo se circunscreviam aos entornos geográficos e atendiam às necessidades de uso dos seus produtores. Em outras palavras, os seus ciclos de produção não apresentavam a separação entre o produtor direto e o consumidor final, pois todas elas tinham na escala local a dimensão geográfica de sua realização.

Todavia, a partir dos anos de 1980-1990, os desdobramentos dos eventos que redefiniram a economia política do capitalismo desde o começo dos anos de 1970 – o acirramento da competitividade mundial no setor de têxteis e confecções, patrocinado pela globalização dos mercados; a transição no regime de acumulação e no modo de regulação política do capitalismo, com a passagem do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo; as mudanças nos parâmetros do consumo; a emergência da globalização da questão ecológica e das políticas de identidade, bem como a mercantilização dessas questões, decretaram a valorização do algodão colorido como fibra têxtil por segmentos capitalistas e mudaram sua condição de matéria-prima com valor de uso, transformando-o, a partir de então, também, em mercadoria com valor de troca, partícipe dos circuitos espaciais e dos círculos de cooperação capitalistas de produção e do consumo de têxteis e confecções. No caso da emergência do cultivo e da produção de têxteis e confecções do algodão colorido na Paraíba, como veremos nos próximos capítulos, além desses fatores, contaram, ainda, a crise e o quase desaparecimento da produção do algodão branco do seu espaço agrário, bem como o acirramento da competitividade nos setores de têxteis e

confeções no interior da formação socioespacial brasileira, num cenário de reestruturação produtiva provocada pela liberalização comercial e globalização dos mercados das fibras, têxteis e confeções do algodão convencional. Nos próximos capítulos trataremos dessas e outras questões, voltando o foco da nossa análise para o espaço paraibano produtor de algodão colorido e derivados.

PARTE II

O TEMPO (OS EVENTOS) E O ESPAÇO: AS POSSIBILIDADES PARA A TRANSFORMAÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS EM MERCADORIAS COM VALORES DE TROCA

Conforme expusemos nos seções anteriores, antes do início da primeira etapa de internacionalização do capitalismo (a mercantilista), alguns povos, circunscritos e confinados em certas realidades locais ou regionais, especialmente da América pré-colombiana, cultivavam algumas variedades de algodão colorido e, com suas fibras, produziam têxteis artesanais para atender às suas necessidades de consumo. Portanto, nesse momento, para esses povos, as variedades de algodão colorido e os produtos derivados das suas fibras apresentavam apenas valores de uso.

Na etapa mercantilista do capitalismo, com a montagem da primeira divisão internacional da produção e, conseqüentemente, o estabelecimento das hierarquias e complementaridades dos territórios sob o comando das potências mercantilistas européias, os arranjos socioespaciais preexistentes da América pré-colombiana, produtores de algodões coloridos e derivados, ao exercerem a função de produtores das variedades desse algodão colorido para a fabricação de têxteis artesanais para o mercado das colônias espanholas, como ocorreu no Peru, foram transformados em espaços complementares dos espaços derivados diretamente articulados com o mercado europeu.

A partir da etapa industrial da internacionalização do capitalismo, a paulatina expansão da produção seriada de tecidos e roupas industrializados, exigente de grandes quantidades de algodão branco, contribuiu para, através de normas e regulamentos estatais e dos programas de melhoramento genético postos em prática a serviço dos plantadores capitalistas do algodão branco, que visavam a atender os parâmetros estabelecidos pelas indústrias têxteis em relação às fibras consumidas, estreitar a seletividade de espécies de algodoeiros cultivadas comercialmente, o que quase erradicou as espécies e os cultivos do algodão colorido. Todavia, em alguns lugares do Peru, México, Brasil, Guatemala etc., espécies, cultivos e têxteis do algodão colorido, preservados, cultivados e artesanalmente fabricados pelos povos originários ou camponeses e artesãos, resistiram às tentativas de erradicação.

No atual “(...) estágio supremo da internacionalização, [de] ampliação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos (...)” (SANTOS, 1998, p. 48), ou seja, de globalização, o algodão colorido começou a despertar os interesses de agentes capitalistas da agricultura, indústria de têxteis e confecções e do comércio, inclusive de atores hegemônicos globalizados, como a Monsanto e a Wal-Mart, levando algumas empresas de pesquisa agropecuária, privadas ou públicas, a desenvolverem trabalhos de melhoramento genético ou de criação de variedades desse algodão para fins

comerciais, como são exemplares os casos da EMBRAPA e dos laboratórios de pesquisa da Monsanto.

Nesse sentido, a pergunta que nos guia nessa parte dessa reflexão, que tentaremos responder nas próximas seções, é a seguinte: quais eventos foram portadores das possibilidades para a transformação das variedades coloridas de algodão e, por conseguinte, dos manufaturados delas derivados, em mercadorias com valores de troca?

Partimos da hipótese segundo a qual o mundo forneceu um conjunto de possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca. As possibilidades oferecidas pelo mundo foram conduzidas pelo conjunto de eventos estruturais e superestruturais, que antecipou, acompanhou ou marcou as mudanças no regime de acumulação e no modo de regulação do capitalismo - a passagem do fordismo²⁹/keynesianismo³⁰ para a acumulação flexível/neoliberalismo.

Mas o que é um evento? Como podemos qualificar ou teorizar o conjunto de eventos que decretou a passagem do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo à luz do espaço geográfico? Como esse conjunto de eventos agiu como portador das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca e quais os rebatimentos socioespaciais dessa transformação nos lugares, nesse caso, na Paraíba?

Segundo escreve Santos (1999, p. 114), a palavra evento, tanto no vocabulário corrente quanto nos dicionários filosóficos, ganha diferentes nomes e acepções. Para este autor, apenas no interior do sistema de ideias da filosofia, o evento é nomeado como momento (H. Lefebvre), instante (Bachelard), ocasião (Whitehead) e uma série de instantes (Russell). Qualquer um dos vocábulos desta sinonímia plural, dependendo da coerência teórica interna e do valor próprio atribuído aos termos, pode ser utilizado pela Geografia.

²⁹ “O termo fordismo foi utilizado pela primeira vez há muito tempo por Antonio Gramsci e Henri de Man, mas, fiel aos hábitos da coruja de Minerva de Hegel, foi descoberto e trazido ao primeiro plano e ao uso comum apenas quando o sol que brilhava sobre as práticas fordistas começou a se pôr”. Ver BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 67.

³⁰ O keynesianismo corresponde a um conjunto de teorias econômicas, formulado pelo economista inglês John Maynard Keynes, em seu livro *Theory of Employment, Interest and Money* (Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda). Este conjunto de teorias se contrapõe às concepções liberais sobre a organização político-econômica do Estado. Para o keynesianismo, o Estado é um agente indispensável de controle da economia, com o objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. As teorias keynesianas tiveram uma enorme influência na renovação das teorias econômicas clássicas e na reformulação da política de livre mercado. De acordo com elas, o Estado tem o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida: criação do salário-mínimo, salário-desemprego, redução da jornada de trabalho e assistência médica gratuita. As teorias keynesianas foram aplicadas como princípios da organização do Estado, pela primeira, nos EUA, por Roosevelt, da década de 1930, no que se denominou de New Deal. Os Estados que se estruturaram em torno no keynesianismo, principalmente na Europa Ocidental do Pós Segunda Grande Guerra Mundial, ficaram conhecidos como Estados do Bem-Estar Social.

De acordo com Lefebvre (1958 *apud* SANTOS, op. cit., p. 114), ‘o momento [evento] é a tentativa visando a realização total de uma possibilidade. Essa possibilidade ‘se dá’, ela ‘se descobre’, e pode ser vivida como totalidade, o que significa realizá-la e esgotá-la’.

Afirma-nos Milton Santos que,

Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo (SANTOS op. cit., p. 115).

Segundo o geógrafo supracitado (op. cit., p. 119), “os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos – verdadeiras situações”. Nesse sentido, podemos qualificar a passagem do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo - substituição das economias de escala pelas economias de escopo ou de variedades, das relações sociais de produção monopolistas pela flexibilização trabalhista (relações sociais de produção precarizadas ou terceirizadas), do consumo homogeneizado e estandarizado pelo diferenciado (individualizado ou “tribalizado”), do trabalho parcelado nas linhas de produção pelo trabalho em equipes das “ilhas” de produção, da mecanização da produção pela automação da produção, do Estado protetor (keynesiano) pelo neoliberal etc., como um sistema de eventos, verdadeiras situações, desencadeadas, segundo Harvey (1998, p. 135), a partir de 1973³¹.

Esse conjunto sistêmico de eventos, que marcou a passagem do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo, pode ser classificado como social ou histórico e planejado.

Trata-se de um conjunto sistêmico de eventos sociais ou históricos porque, diferentemente dos eventos naturais³², resulta da ação humana, da interação entre os homens, dos efeitos das ações humanas sobre os dados naturais ou da segunda natureza precedente. Aqui, é o movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação. Portanto, consubstancia-se em uma etapa histórica da humanidade marcada por

³¹ Segundo Santos, o evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. Daí decorre a idéia de duração, isto é, do lapso de tempo em que um dado evento, guardando suas características constitucionais, tem presença eficaz. Isso é importante reconhecer, quando desejamos distinguir a ação de eventos consecutivos ou simultâneos. Ver SANTOS, M. A **Natureza do espaço...**, op. cit., p. 118.

³² Os eventos naturais resultam do próprio movimento da natureza, isto é, da manifestação diversificada da energia natural. Ver SANTOS, M. A **natureza do espaço...**, op. cit., p. 117.

um mundo de ações em conflito (SANTOS, op. cit., p.117), este resultante das próprias contradições internas do regime de acumulação e do modo de regulação fordista/keynesiano.

Por outro lado, esse sistema de eventos sociais ou históricos não foi obra do acaso, não se estabeleceu sem plano algum, como que de surpresa. Resultou da vontade de determinar o futuro, nesse caso da própria economia capitalista, sendo, por isso, planejado. Nesse sentido, ao ser instalado, teve como objetivo reestruturar o funcionamento, o controle e a regulação do capitalismo. Portanto, é dependente da organização (SANTOS, op. cit., p. 118). Para os agentes hegemônicos da economia capitalista, a organização ou reorganização do regime de acumulação e do seu modo de regulação foi necessária para eliminar os entraves impostos pela crise do fordismo/keynesianismo³³ e para restituir as taxas de lucros em patamares elevados sob novo regime de acumulação e modo de regulação – flexibilização/neoliberalismo.

Em suma, esse conjunto sistêmico de eventos sociais ou históricos e planejados, que requalificou a história do capitalismo – passagem do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo - redefiniu os conteúdos da própria totalidade-mundo ou globalização.

Como bem nos lembra Diano (1994, p. 66 *apud* SANTOS, 1999, p. 117), ‘não há evento sem ator’. Para Santos (op. cit., p. 117), “(...) toda teoria da ação é, também, uma teoria do evento e vice-versa”. Ainda segundo este geógrafo (op. cit., p. 117), “essa assimilação da ideia de evento e da ideia de ação é fundamental para a construção de uma teoria geográfica”. Nesse sentido, evidencia-se que o sistema de eventos ou de ações sociais ou históricas e planejadas, que marcou a passagem do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/ neoliberalismo, teve como protagonistas os atores hegemônicos da globalização – as grandes corporações, as grandes instituições financeiras internacionais, os cientistas a soldo do capital, os Estados Centrais etc. Portanto, foram estes atores que, com o intuito de conter a crise do capitalismo, restituir as bases ideais para a extração do lucro e enfrentar a competitividade global dos mercados, instituíram os novos nexos técnicos, organizacionais e regulatórios das atividades econômicas.

Todavia, os eventos portadores das possibilidades para as mudanças no paradigma produtivo e no modo de regulação do capitalismo – fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo - não teriam sido possíveis sem outro sistema solidário de

³³ Segundo P. Nora (1976, p. 191), não há diferença de natureza entre um acontecimento e uma crise, que ele considera como um complexo de acontecimentos. Por isso, a cada novo acontecer as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e também mudam sua significação. Ver SANTOS, M. **A natureza do espaço...**, op. cit., p.116.

eventos: a revolução técnico-científica, esta composta pela família de técnicas baseadas na microeletrônica - informática, robótica, engenharia genética, biotecnologia, química fina etc.

Com a revolução técnico-científica, em marcha desde o último quartel do século XX, a interação entre a ciência e a técnica se estreitou “(...) a tal ponto que certos autores preferem falar de tecnociência para realçar a inseparabilidade atual dos dois conceitos e das duas práticas” (SANTOS, op. cit., p. 190).

Para Santos (op. cit., p. 190), “[e]ssa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, tornou-se um mercado global”. A tecnociência é utilizada atualmente na criação de novos produtos, na aceleração das temporalidades do fazer, no controle e na organização deste, na aceleração das temporalidades e no alargamento dos contextos da circulação e da distribuição dos produtos e serviços, nos objetos e nos serviços consumidos etc. Nesse sentido, ainda nos amparando nas teses do referido autor (op. cit., p. 190), “a idéia de ciência, a idéia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente (...)”. Daí o caráter de eventos solidários da acumulação flexível/neoliberalismo e de eventos da revolução técnico-científica. Os primeiros se tornaram eficazes, foram instalados, propuseram a mudança, constituíram-se em uma brutalidade eficaz etc. justamente pelas possibilidades oferecidas pelos segundos.

As mudanças no paradigma produtivo e no modo de regulação do capitalismo, autorizadas ou acompanhadas pela “aceleração contemporânea” e pela “unicidade das técnicas”, permitidas e possibilitadas pela revolução técnico-científica, levaram à construção, no campo das pesquisas sociais, de teorias que pregam a “compressão do espaço pelo tempo” (HARVEY, 1998), o “aniquilamento do espaço pelo tempo” (VIRILIO, 1993), o “desencaixe espaço/tempo das relações sociais” (GIDDENS, 1991), o “fim da história” (FUKUYAMA *apud* ANDERSON, 1992).

Contudo, esses eventos solidários – acumulação flexível/neoliberalismo e revolução técnico-científica - estão longe de decretar o fim da história, aniquilar o espaço ou torná-lo resumido à mera questão da distância. Pelo contrário, parafraseando Santos (op. cit., p. 116), a emergência desses eventos propôs uma nova história. A sua eficácia e irreversibilidade configuraram os conteúdos de uma nova etapa histórica da globalização do capitalismo. Quanto ao espaço geográfico, tais eventos ou ações “(...) mudaram as coisas, transformaram os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (SANTOS, op. cit., p. 116). Nessa tessitura, o povoamento do espaço geográfico com objetos cada vez mais tecnicizados, informacionalizados e cientificizados, indissolúveis das ações normadas e racionalizadas, reconfigura-o e o afirma como meio geográfico técnico-científico-

informacional. Este espaço geográfico requalificado é produto, meio e condição da aceleração contemporânea, razão *sine qua non* para tornar concretos os tempos rápidos característicos das ações dos atores hegemônicos da globalização. Esses tempos permitem aos agentes hegemônicos da economia fundar uma nova divisão territorial da produção que toma a escala do mundo como a sua dimensão espacial.

As mudanças no paradigma produtivo e no modo de regulação do capitalismo – passagem do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo, acompanhadas e possibilitadas pela revolução técnico-científica, compõem um conjunto de eventos de duração organizacional. Considerando que, como nos alerta Santos (op. cit., p. 118), esse conjunto de eventos não representa “o tempo apenas como transcurso ou intensidade, mas igualmente, como extensão – ou espacialidade”, caber-nos-ia constatar a superfície atingida, as áreas de presença, única ou compartilhada, absoluta ou relativa desses eventos. Por outro lado, conforme ainda sugere Santos (op. cit., p. 119), “[a] dificuldade, aqui, se localiza na busca de uma explicação. [Haveríamos] que distinguir entre os fatores propriamente organizacionais, e os fatores propriamente técnicos, lembrando, porém, que, atualmente, uns e outros tendem a se confundir”.

Nesta análise, não temos a pretensão de pormenorizar as áreas de ocorrência desses eventos - acumulação flexível/neoliberalismo e revolução técnico-científica, e tampouco estabelecer uma diferenciação entre eles. Nossa intenção, como forma de situar a emergência do nosso objeto de pesquisa no tempo - **o espaço de produção do algodão colorido e derivados da Paraíba**, é a de apenas situar a escala das suas forças operantes, os lugares geográficos, econômicos ou políticos de onde atuam como eventos portadoras das possibilidades para a transformação do algodão colorido e das manufaturas dele derivadas em mercadorias com valores de troca, justificando a montagem das estruturas territoriais que viabilizem a sua produção, especialmente, no espaço paraibano. Em outras palavras, esboçaremos, em linhas gerais, as origens desses eventos na escala do mundo, suas características principais, seus impactos na constituição do espaço geográfico como meio técnico-científico-informacional. Essa síntese tem como objetivo entender a competitividade, os novos padrões dos gostos, da moda e de consumo, as novas formas de organização da produção nos setores cotonicultor, têxtil e de confecções sob o novo regime de acumulação e modo de regulação – acumulação flexível/neoliberalismo, que possibilitaram a transformação do algodão colorido e dos têxteis e das confecções com ele produzidos em mercadorias com valores de troca.

Em outras palavras, consideramos que as formas flexíveis de organização da produção, a flexibilização do produto, a emergência de novos padrões flexíveis dos gostos, da moda e do consumo, a competitividade global nos setores cotonicultor, têxtil e de confecções, facilitada pela abrangência mundial da tecnosfera e pela desregulamentação neoliberal dos mercados etc., constituem um conjunto de eventos emanados da escala do mundo que permitiram às indústrias de têxteis e confecções, especialmente as de pequeno e médio porte, usarem, como matérias-primas, uma diversidade maior de fibras têxteis naturais e artificiais, inclusive o algodão colorido, que assim, junto com os tecidos e as confecções produzidas com ele, transmutam-se de produtos com valores de uso, como no passado, para mercadorias com valores de troca, justificando, assim, a montagem dos espaços destinados a sua produção, a exemplo do espaço paraibano objetivado nessa análise.

Mas, quanto à escala das forças operantes, que leva em conta o lugar geográfico, econômico ou político de origem ou emissor dos eventos, além da escala mundial, há que se considerar, também, que existem eventos originados ou emitidos pelas escalas nacionais, regionais e locais (SANTOS, op. cit., p. 121). De fato, só a totalidade em movimento cria eventos. Mas a totalidade em movimento também inclui as ações tornadas possíveis em um lugar particular, a partir do qual acabam por influenciar outros lugares. E as ações não são indiferentes à realidade do espaço, pois a própria localização dos eventos é condicionada pela estrutura do lugar (SANTOS, op. cit., p. 127-128).

Dessa forma, no tocante ao espaço de produção das variedades coloridas de algodão e dos produtos delas elaborados na Paraíba, além dos eventos relacionados à emergência do regime de acumulação flexível – flexibilização do produto, da produção, dos gostos, da moda, do consumo etc. nos setores de têxteis e de confecções, que possibilitou a transformação dessas variedades de algodão e dos produtos com elas fabricados em mercadorias com valores de troca, situação compartilhada por vários lugares do mundo e do Brasil, e da abertura comercial imposta à formação socioespacial brasileira pela reestruturação neoliberal do seu Estado a partir dos anos de 1990, que forçou a reestruturação produtiva da sua cotonicultura e da sua indústria têxteis e de confecções, e possibilitou a competição das produções de algodão, têxtil e confecções externas com as suas congêneres no interior do seu território, contaram outros eventos que guardam íntimas relações com a dinâmica interna desses setores econômicos no Brasil, no Nordeste e na Paraíba.

Dito de outra forma, a competição interna entre os espaços brasileiros produtores do algodão branco, de têxteis e confecções; a incoerência do subsistema de objetos e ações do complexo gado/algodão arbóreo branco/culturas de subsistência nordestino e, por extensão,

paraibano, com os parâmetros técnicos e científicos modernos e atuais implantados nos processos produtivos da cotonicultura brasileira; a competição entre fibras naturais e fibras químicas, acentuada no início da década de 1960; as secas prolongadas; a descapitalização e o atraso tecnológico dos cotonicultores nordestinos e paraibanos e, conseqüentemente, a sua incapacidade para enfrentar as vicissitudes históricas e naturais impostas às suas plantações de algodão branco; a falência da indústria de beneficiamento do algodão branco da região e do Estado e, conseqüentemente, a crise dos seus setores produtores de têxteis e confecções, entre outros, constituem um conjunto de eventos superpostos portadores das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca na Paraíba. Como procuraremos mostrar mais adiante, o algodão colorido e derivados representam, para alguns segmentos da indústria de têxteis e confecções do Estado, uma alternativa de inserção competitiva nos mercados, dos quais a produção paraibana do algodão branco e derivados foi alijada. Destarte, em meio à competitividade nos mercados interno e externo, e diante das possibilidades oferecidas pelas escalas do mundo, do país, da região e do Estado, alguns agentes da economia paraibana descobriram nos têxteis e confeccionados produzidos com o algodão colorido uma forma de inserção competitiva nos nichos de mercado que possibilitaram o surgimento das economias de variedades, justificando assim a produção, mesmo que em pequenas quantidades, de variedades de algodão colorido nesse Estado.

Desse modo, no caso específico dos espaços de cultivo e de produção de manufaturados do algodão colorido na Paraíba, eventos estruturais superpostos, operando a partir de diferentes dimensões territoriais, agiram como portadores das possibilidades para as suas emergências e inserções nos circuitos produtivos e de trocas da atualidade.

Portanto, parafraseando Santos (op. cit., p. 122), esses vetores estruturais de diferentes níveis hierárquicos se combinam para solidariamente transformar o algodão colorido e seus produtos derivados em mercadorias com valores de troca e para constituir as áreas da realização da sua produção no Estado da Paraíba.

Ainda nessa digressão, em conformidade com Diano (1994 *apud* SANTOS op. cit., p. 116), temos que considerar que ‘os eventos dissolvem as coisas’. Para Santos (op. cit., p. 116), “eles dissolvem as identidades, propondo-nos outras, mostrando que não são fixas”.

Assim, os eventos que estão na origem da acumulação flexível/neoliberalismo, bem como da renovação da tecnosfera que autorizou a emergência e o pleno funcionamento desse regime de acumulação e desse modo de regulação do capitalismo, foram antecipados, acompanhados ou combinados por/com um conjunto de eventos superestruturais, que

redefiniram ou remodelaram a psicosfera – crise das metaidentidades relacionadas à nacionalidade e às insígnias de classes, e o avanço de expressões identitárias coletivas voltadas para a transformação das relações humanas em níveis mais básicos, como o feminismo e o ambientalismo, e que incluem, também, uma gama de movimentos de resistência ou de afirmação coletiva, assentados no(a) religião, raça, etnia, gênero, sexualidade, geração, ambiental, herança colonial, localismo, regionalismo, nacionalismo etc.

Parece-nos que o atual momento histórico aponta para uma crise das subjetividades homogêneas e para a emergência de um verdadeiro fascínio pela diferença. Esta efervescência identitária marcou as mudanças culturais que vêm se processando desde o final dos anos de 1960 e implicou, também, na mercantilização cultural (HARVEY, 1998). Nesse sentido, esse fascínio pela diferença é apropriado pelos agentes da economia capitalista, o que tem levado lugares e empresas, em meio à competitividade global dos mercados, a utilizá-lo como elemento de diferenciação competitiva e para reforçar as suas especializações produtivas para se inserirem nos circuitos de produção e de troca. Além disso, numa economia baseada no regime de acumulação flexível, esses diversos grupos identitários, que desfraldam diversas bandeiras simbólicas, formam nichos de mercados potenciais a serem explorados pelo sistema produtor de mercadorias e serviços, compondo um diverso mercado de bens materiais e simbólicos que não passam despercebidos pelos agentes do mercado em estreita competitividade.

A emergência de diversos movimentos identitários, conjunto de eventos simultâneos que marcou as mudanças culturais em processo desde o final dos anos de 1960, compôs a psicosfera que, mercantilizada, portou outras possibilidades para a transformação do algodão colorido e dos manufaturados com ele produzidos em mercadorias com valores de troca. Como tentaremos mostrar mais adiante neste texto, esse algodão, por ser naturalmente colorido e não necessitar de corantes artificiais nos processos de transformação da suas fibras em produtos manufaturados, tornou-se atrativo para os consumidores que se identificam com a causa ambiental. Por outro lado, as confecções paraibanas que o utilizam como matéria-prima básica para a elaboração da suas peças, agregam nelas elementos da cultura regional nordestina e paraibana ou enfatizam a sua identidade telúrica com o Nordeste e a Paraíba para atrair os consumidores que guardam verdadeiro fascínio pelos produtos etnizados.

Por fim, é para o conjunto de eventos estruturais e superestruturais, que emanam de diversas escalas territoriais (mundial, brasileira, nordestina, paraibana etc.) e são os portadores das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca, que se direcionam as três próximas seções dessa análise.

4 DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO FORDISTA/KEYNESIANO AO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL/NEOLIBERISMO: POSSIBILIDADES PARA A MERCANTILIZAÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS

Como ressalta Keller (2002, p. 194), “o capitalismo sempre esteve envolto num manto de modernização desde os seus primórdios”. Essa característica imanente a esse modo de produção, de revolucionar as forças produtivas e as relações sociais de produção, “os seus sistemas de objetos e de ações” (SANTOS, 1999), numa verdadeira “destruição criadora” (SHUMPETER *apud* BENKO, 1996, p. 108), com o objetivo de preservar, em patamares elevados, as taxas de lucros e de extração de mais-valia, foi notavelmente sintetizada por Marx e Engels, ao afirmarem que

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. (...) A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas. (MARX e ENGELS, 2004, p. 48)

Algumas interpretações sobre a dinâmica do capitalismo dos últimos trinta anos do século XX, elaboradas por alguns estudiosos dos mais diferentes campos dos estudos da sociedade, entre eles Antunes (2005), Benko (1996, p. 115), Harvey (1998, p. 125), Hobsbawm (1995) e Moreira (2006, p. 141), atestam que, a partir do fim dos anos 60 e do início dos anos 70 do século passado, esse modo de produção entrou em uma nova etapa de reestruturação. Essa reestruturação foi marcada pela adoção de um novo paradigma tecnológico (sistema de objetos) e pela introdução de novos marcos organizacionais e regulatórios na produção, que impuseram fortes impactos e transformações no mundo do trabalho e nas relações sociais (no sistema de ações) de produção. Trata-se, no geral, das mudanças que culminaram com a passagem do regime de acumulação e do modo de regulação fordista/keynesiano para o regime de acumulação e para o modo de regulação flexível/neoliberal. No bojo desse processo, crenças, paixões e opiniões (psicosfera) estão sendo dissolvidas para dar lugar a outras; bases estruturais estão sendo volatilizadas para

permitir a emergência de outras, susceptíveis de oferecer os aportes materiais coerentes à reprodução, em níveis ampliados, desse sistema sócio-econômico. Entre essas materialidades se incluem as espaciais (difusão e consolidação da técnica, da ciência e da informação como conteúdos dos territórios). Essa reestruturação se constituiu na resposta dos agentes hegemônicos do mercado à crise da “Era de Ouro” (HOBSEBAWM, 1995, p. 253), ou seja, do crescimento das economias capitalistas avançadas promovidas pelo fordismo/keynesianismo, que se abateu sobre o capitalismo no período supracitado.

A transição do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo, pelas mudanças que impôs ao setor produtor de têxteis e confecções, constituiu-se como um dos eventos portadores de possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca. Portanto, é para ela que se direcionam agora as lentes da nossa análise. Contudo, antes de tentarmos estabelecer essa relação entre flexibilização/neoliberalismo, a emergência do meio técnico-científico-informacional como sua instância espacial e as possibilidades para a mercadorização do algodão colorido e derivados sob seu modelo de produção em pequenos e variados lotes de produtos para o consumo de nichos de mercado, analisaremos, rapidamente, as bases estruturais do fordismo/keynesianismo, especialmente a tecnosfera pesada, ou seja, técnico-científica, que serviu de instância espacial para o crescimento das economias que o adotaram como regime de acumulação e modo de regulação e, portanto, a impossibilidade de valorização mercadológica do algodão colorido e derivados no seu modelo de produção em série de grandes lotes de produtos para o consumo de massa.

4.1 Fordismo/keynesianismo e meio técnico-científico: impossibilidades para a valorização mercantil do algodão colorido e derivados

A “Era de Ouro”, que durou do fim da Segunda Guerra Mundial aos primeiros anos da década de 1970, constituiu-se, para o capitalismo, como uma “nova fase de geração de riqueza; de aumento da produtividade; de organização das suas bases produtivas” (KELLER, op. cit.), inclusive das espaciais, com a implantação do meio técnico-científico. Foi um período de expansão, crescimento e estabilidade econômicos, notadamente nos países de capitalismo avançado, que se baseou no regime de acumulação e no modo de regulação denominado de fordismo/keynesianismo.

Como frisa Keller (2002), a forma taylorista/fordista de organizar o sistema produtivo capitalista, combinando as estratégias competitivas das firmas e a organização do seu sistema

produtivo, já vinha sendo implantada nas primeiras décadas do século XX, por H. Ford, nos EUA.

De acordo com Fleury,

(...) Ford conseguiu identificar as necessidades de um mercado enorme e inexplorado, particularmente compradores potenciais de classe média. Uma demanda que não estava sendo satisfeita pelos fabricantes de automóveis da época, cujo enfoque estava dirigido para clientes altamente sofisticados e ricos (...). (FLEURY 1995 *apud* KELLER, op. cit., p. 2-3)

Nesse sentido, Ford procurou organizar um sistema produtivo que atendesse à estratégia escolhida, ou seja, criando um produto (um automóvel ‘*user-friendly*’) que respondesse às demandas daquele mercado (KELLER, op. cit., p. 3). Daí, Hobsbawm (op. cit., p. 259) considerar que “(...) muito do grande *boom* mundial [do pós-Segunda Guerra Mundial] foi assim um alcançar ou, no caso dos EUA, um continuar de velhas tendências: o modelo de produção em massa para um consumo de massa de Henry Ford”.

Entretanto, para Harvey (op. cit., p. 125), só após a Segunda Guerra Mundial o fordismo amadureceu como forma de organização da produção. Para Santos (1997a, p. 12), este é o marco temporal em que a globalização do capitalismo se afirma e se impõe como uma fase inteiramente nova da humanidade. Para a afirmação do fordismo como paradigma produtivo, alguns compromissos e reposicionamentos foram estabelecidos entre os principais agentes do processo de desenvolvimento capitalista: o Estado, o capital corporativo e o trabalho organizado. Estes compromissos e reposicionamentos não foram alcançados por acaso, mas resultaram de anos de luta. Desse modo, a afirmação do fordismo/keynesianismo dependeu do equilíbrio de poder tenso, mas firme, entre esses agentes.

O Estado, para cumprir os seus keynesianos papéis, esforçava-se por controlar os ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias (HARVEY, op. cit., p. 129). As políticas fiscais eram direcionadas para a montagem da “infraestrutura espacial - estradas, vias de comunicação, redes de transmissão de energia, entre outras” (MOREIRA, 2006, p. 133-134), “vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e para a garantia do emprego relativamente pleno” (HARVEY, op. cit., p. 129). Era ainda atribuição dos governos a montagem da “infraestrutura social” (MOREIRA, op. cit., p. 133) destinada a “fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc.” (HARVEY, op. cit., p. 129). Além disso, “o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e

os direitos dos trabalhadores na produção” (p. 129). Entretanto, a intervenção estatal variava muito entre os países capitalistas avançados, nas negociações trabalhistas, no padrão dos gastos públicos, na organização dos sistemas de bem-estar social, porém, em todos eles, era tácita nas decisões econômicas (p. 130).

Ao capital corporativo, organizado através da centralização do capital, cabia “assegurar o crescimento contínuo de investimentos que elevassem a produtividade, garantissem o crescimento e elevassem o padrão de vida enquanto mantinham uma base estável para a realização dos lucros” (HARVEY, op. cit., p. 129). Isso exigia um compromisso das corporações “com processos estáveis, mas vigorosos de mudança tecnológica, um grande investimento em capital fixo, melhoria da capacidade administrativa na produção e no marketing e mobilização de economias de escala mediante a padronização do produto” (op. cit., p. 129). Era, ainda, atributo do capital corporativo, garantir o pleno emprego, os reais ganhos salariais dos trabalhadores e os recursos fiscais para o Estado realizar as suas funções keynesianas.

A repressão imposta pelo poder estatal às organizações sindicais burocratizadas permitiu que os trabalhadores se submetessem e cooperassem na disciplina nos sistemas de produção rotinizados, inexpressivos e degradantes do fordismo, em troca de ganhos reais de salários, da seguridade social, dos benefícios do Estado de bem-estar social, da garantia do emprego, da inserção no consumo de massa, entre outros. Embora essa adaptação superficial – conforme atestam os levantes operários na década de 1960, na Europa, tenha variado de país para país e até de região para região (HARVEY, op. cit., p. 127-128).

Portanto, os compromissos e reposicionamentos estabelecidos entre esses atores possibilitaram o amadurecimento e a concretização do regime de acumulação e do modo de regulação fordista/keynesiano que, de acordo com Antunes, representou

(...) a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho se consolidaram ao longo do século [XX], cujos elementos constitutivos básicos eram (...) a produção em massa, através da linha de montagem, de produtos homogêneos; [o] controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; [a] existência do trabalho parcela[do] e [a] fragmentação das funções; [a] separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; [a] existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas; [a] constituição/consolidação do operário/massa, do trabalhador coletivo fabril; entre outras dimensões. (ANTUNES, 2005, p. 25)

Para Keller (op.cit., p. 3), o fordismo representou não só um paradigma produtivo, mas também um sistema idealizado, tanto no mundo capitalista como no socialista³⁴. A sua disseminação, para diversos setores da produção, e sua difusão espacial, no pós-Segunda Guerra Mundial, são destacadas por Hobsbawm, ao afirmar que, dos EUA, o fordismo

(...) espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliou-se para novos tipos de produção, da construção civil à chamada *junk food* (o McDonald's foi uma história de sucesso do pós-guerra). Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa (...). (HOBSBAWM, op. cit., p. 259)

Todavia, o crescimento econômico no período pós-Segunda Grande Guerra foi impulsionado por uma série de indústrias, nas quais os vetores das organizações fordistas vieram intensificar e aprofundar os níveis de racionalização. Segundo pondera Harvey (op. cit., p. 125), tratavam-se de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Entre essas indústrias estavam: a automobilística, a naval, a de equipamentos de transporte, a siderúrgica, a petroquímica, a da borracha, a de eletrodomésticos e a da construção civil.

Nessa perspectiva, o apogeu do pós-guerra se baseou cientificamente na química e na eletromecânica. Esse período reforçou e consolidou a cultura mecanicista e tecnicista da civilização aberta durante a primeira Revolução Industrial, intensificando “a unicidade das técnicas” (SANTOS, 1998 e 1999), bem como a sua implantação nos territórios. A capacidade de realizar trabalho foi acrescida pela difusão do uso da eletricidade e do petróleo. A energia elétrica liberou, definitivamente, a indústria dos constrangimentos de localização e deu abertura para uma expansão territorial sem limites, levando o mundo a industrializar-se como um todo. Por sua vez, o uso do motor elétrico e do motor a explosão movimentaram, além das máquinas, um sistema de transportes no qual a rodovia e a navegação aérea vieram se somar à

³⁴ “De fato, parecia não existir alternativa à fábrica fordista, nem algum obstáculo sério a impedir a expansão do modelo fordista até os mais recônditos recessos e fissuras da sociedade (...). O comunismo, afinal, desejava apenas livrar o modelo fordista de suas poluições presentes (não imperfeições) – do maligno caos gerado pelo mercado que se impunha no caminho da última e total derrota dos acidentes e da contingência e que assim limitava o planejamento racional. Nas palavras de Lênin, a visão do socialismo seria efetivada se os comunistas conseguissem ‘combinar o poder soviético e a organização soviética da administração com o último progresso do capitalismo’, com a ‘organização soviética da administração’ significando, para Lênin, permitir que o ‘último progresso do capitalismo’ (isto é, como ele insistia em repetir, a ‘organização científica do trabalho’) transbordasse de dentro dos muros das fábricas para penetrar e saturar a vida social como um todo”. Ver BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 68-69.

ferrovia e à navegação, de forte integração em rede e de grande rapidez e capacidade de deslocamento das coisas (MOREIRA, 2006, p. 138-139).

A produção industrial se servia de grandes estruturas geográficas, que se concentravam espacialmente numa “(...) série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos EUA, a região do Rur-Reno, as Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha, a região de Tóquio/Iocoama” (HARVEY, op. cit., p. 125). Era nessas regiões, também, que “as técnicas do período se caracterizavam pela alta escala de concentração orgânica” (MOREIRA, op. cit., p. 139). O tamanho e o arranjo espacial dessas formas eram meio e condição para a estocagem de grandes quantidades de matéria-prima, para a produção, a estocagem e a distribuição dos produtos fabricados em grande escala, para extrair lucros possibilitados pelas economias de aglomeração, entre outras vantagens.

Rui Moreira, ao analisar o perfil das formas geográficas das fábricas e a importância dessas formas para a implantação das regras do taylorismo/fordismo, afirma que

(...) A arquitetura da fábrica (...), alicerçada no fluxo de energia elétrica, favorece a implantação das regras do taylorismo/[fordismo]: os prédios ganham um desenho interno e externo mais correspondente à nova função técnica da indústria, e os cabos elétricos substituem as polias, liberando área para melhor arranjo distributivo das máquinas e tornando a fábrica um ambiente mais arejado, iluminado e espaçoso. (MOREIRA, op. cit., p. 139)

As coisas [os objetos], por seu arranjo e estrutura interna, de certo modo comandam a temporalidade do fazer (SANTOS, 1998, p. 94). Nesse sentido, esse arranjo do espaço interior das fábricas facilitava a arrumação da “(...) cadeia máquinas-operários-fluxo sequencial da produção” (MOREIRA, op.cit., p. 139), estabelecida pelo taylorismo para eliminar a porosidade no trabalho fabril. A esse arranjo, o fordismo acrescentou a esteira rolante, legada de Ford, que permitia que o trabalhador recebesse a tarefa para execução em posição fixa, possibilitando, dessa maneira, extrair elevada produtividade do trabalho. Todavia, como nos ensina Santos (1998, p. 90 e 1999, p. 51), “o espaço é formado pela união indissolúvel, solidária e contraditória de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Desse modo, “os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de ações”. Por outro lado, “os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos”. Nesse sentido, os sistemas de objetos mecanizados permitiram o aprofundamento da organização científica e, conseqüentemente, da racionalização fordista dos sistemas de ações no interior das unidades

industriais. Os sistemas de ações eram compostos por uma série de atos³⁵, de forma a permitir que, na elaboração do produto, cada trabalhador executasse uma etapa. Portanto, “(...) o trabalho [era organizado] por tarefa, específico, fragmentário, mediante o qual o tempo se encurtava pela repetição, ao infinito, dos mesmos gestos corporais, num ritmo de velocidade crescente (...)” (MOREIRA, op. cit., p. 139).

Além de decomposto, o sistema de ações organizado dentro das regras tayloristas/fordistas era extremamente hierarquizado, “dissociando o trabalho intelectual do trabalho manual e o trabalho de direção do trabalho de execução” (MOREIRA, op. cit., p. 140). Assim, “separava espacialmente a função de pensar (concepção do produto), realizada pelo engenheiro, no escritório, da execução (elaboração do produto), realizada pelo operário, no chão da fábrica” (op. cit., p. 140). Entre esses dois agentes presentes no sistema de ações da produção sob o fordismo, “existia uma rede intermediária de chefias, responsável por fazer o projeto chegar ao operário” (op. cit., p. 140). As ações para elaboração de um produto seguiam os seguintes passos:

(...) O projeto [era] explicado pelo engenheiro e a explicação [percorria] de chefia a chefia toda a fábrica, até chegar à execução do operário. Para isso, o chão da fábrica [era] dividido em várias porções de espaço, cada qual com a gestão de um chefe (...). A hierarquia ganha tal dimensão, que a vigilância, supostamente um meio e uma regra, torna-se um fim (...). (MOREIRA, op. cit., p. 140)

De acordo com Bauman,

(...) A fábrica fordista - com a meticulosa separação entre projeto e execução, iniciativa e atendimento a comandos, liberdade e obediência, invenção e determinação, com o estreito entrelaçamento dos opostos dentro de cada uma das posições binárias e a suave transmissão de comandos do primeiro elemento de cada par ao segundo - foi sem dúvida a maior realização até hoje da engenharia social orientada pela ordem (...). (BAUMAN, 2001, p. 68)

Portanto, no chão das fábricas fordistas,

³⁵ Segundo A. Giddens (*apud* SANTOS, 1999, p. 64), um ato seria um seguimento identificado de uma ação. Esta se daria como um conjunto de atos ou como um processo formado de subprocessos, atos consecutivos. Ver SANTOS, Milton. A natureza do espaço..., op. cit., p. 64.

As ações (...) aparecem como ações racionais, movidas por uma racionalidade conforme aos fins e aos meios, obedientes à razão do instrumento, à razão formalizada, ação deliberada por outros, informada por outros. É uma ação insuflada, e por isso mesmo recusando debate; e, ao mesmo tempo, uma ação não explicada a todos e apenas ensinada aos agentes. É uma ação pragmática na qual a inteligência prática substitui a meditação, espantando toda forma de espontaneidade e, também, [apesar da decomposição das funções na elaboração dos produtos], a ação não isolada e que arrasta, que se dá também ela em sistema. (SANTOS, 1998, p. 91)

Parafraseando Moreira (op. cit., p. 140), podemos afirmar que, por meio da regulação taylorista/fordista, o sistema de objetos das fábricas se mecaniza e vira um sistema de objetos voltado para a produção homogeneizada, em série e em massa, com o seu indissociável sistema de ações padronizado, parcializado, hierarquizado e massificado.

Doravante, como enfatiza Bauman (2001, p. 68), “(...) o modelo fordista era mais que isso, um local epistemológico de construção do qual se erigia toda uma visão de mundo e a partir da qual se sobrepunha magesticamente à totalidade da experiência vivida (...)”. De fato, parafraseando o referido autor (op. cit., p. 69), “a organização científica do trabalho” transbordou de dentro dos muros das fábricas para penetrar e saturar a vida social como um todo, inclusive o espaço total das sociedades, impondo-lhe novas bases de organização.

Sobre as mudanças impostas pela racionalização fordista a todo o espaço geográfico, Rui Moreira ressalta que

(...) A sociedade de consumo de massa que a fordização origina dissolve a região homogênea e redivide o espaço nacional em regiões polarizadas. Um sistema de hierarquia territorial entre as cidades, com base em seus respectivos equipamentos terciários, que se reproduz no espaço como um todo na forma de hierarquias regionais a partir do seu principal centro urbano. Esta organização do espaço se transporta da fábrica para o todo da cidade, e desta para os campos, organizando todo o espaço nacional num sistema hierárquico, que logo se estende às relações entre os países, tudo propiciado pelo rápido desenvolvimento dos meios de transferência, que vencem as distâncias, multiplicam a divisão territorial do trabalho e expandem a hierarquia dos pólos pelo mundo.

A infraestrutura trata-se, assim, de um elemento básico, e este espaço polarizado, hierarquizado e uniformizado é dependente do Estado. É pela intervenção do Estado, mediante o planejamento do território, um pressuposto da propagação fordista, que todo esse processo ocorre e ganha o mundo em ritmo acelerado. O investimento muito alto, seja em infraestrutura, seja em pesquisa, implica um dispêndio de tempo e recursos tão elevado que somente o Estado pode bancar. Sob sua instância, a infraestrutura se difunde e por esse intermédio a cidade subordina o campo - a região superior à região inferior em desenvolvimento industrial -, a produção integra o consumo e o mercado se transforma num fenômeno de massa. É o Estado Keynesiano.

Incorporado, diferenciado e integralizado nessa esfera da circulação de infraestrutura dos meios de transferência subvencionado pelo Estado, o espaço ganha uma escala ampla de complexidade. A divisão territorial do trabalho avança pela especialização das áreas agrícolas, mecaniza o campo e empurra os camponeses para as cidades em todo o mundo. Os campos se despovoam. As cidades se proletarizam. Os automóveis monopolizam e metropolizam o espaço urbano, invadem as paisagens rurais e põem fim à velha sociedade rural que se mantivera inalterada por todo o período da primeira Revolução Industrial. (MOREIRA, 2006, p. 140-141)

Nesse sentido, o fordismo contribuiu ou se atrelou à emergência do “período tecnológico” da história humana, no qual “a técnica (...) converteu-se no objeto de elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações sociais entre si e as relações entre as nações” (SANTOS, 1997c, p. 11).

Como a própria técnica constitui o meio geográfico (SANTOS, 1999, p. 69), sua aderência como formas-conteúdo aos territórios deu origem à chamada tecnosfera. Esta tecnosfera, cujos padrões de densidade e extensão se diferenciam entre os países, as regiões e os lugares desenvolvidos e subdesenvolvidos, foi implantada ao sabor das forças do Estado e do mercado, acabando por substituir os meios pré-técnico e técnico que a antecederam.

Conforme nos adverte Moreira (op. cit., p. 138-139), na afirmação e na consolidação do fordismo como regime de acumulação, a racionalização (tecnicização e cietificização) das instâncias da produção e, conseqüentemente, dos territórios, apoiou-se na eletromecânica e na química. Provavelmente, em função disso, Bauman (2001, p. 69) se refere ao fordismo como a autoconsciência da sociedade moderna em sua fase “pesada”, “volumosa”, “imóvel e “enraizada” ou “sólida”. Nela, capital, administração e trabalho estavam juntos, amarrados pela combinação de fábricas enormes, maquinaria pesada e força de trabalho maciça. Ainda nas palavras do referido sociólogo (op. cit., p. 69), o fordismo representou a versão mais acabada do capitalismo ou modernidade pesada. Tal versão era obcecada por volume e tamanho.

Nesse sentido, a estrutura espacial elaborada para servir aos princípios da fordização das instâncias da produção (produção, circulação, distribuição e consumo) e, conseqüentemente, aos ditames do mercado global, tanto no campo quanto na cidade, bem como a sociedade como um todo, era pesada, volumosa e grandiosa (fábricas enormes, maquinaria pesada, estruturas grandiosas de meios e redes de transportes ferroviário, rodoviário e marítimo, estruturas de comunicação aderidas aos territórios na forma de telefonia fixa, elaboração de produtos homogêneos em grandes quantidades para o consumo

de massa etc.). Nela, os objetos técnico-geográficos eram produtos da elaboração da eletromecânica e da química, e funcionavam a partir dos seus princípios. Por outro lado, o indissolúvel e contraditório sistema de ações, que juntava capital, administração e força de trabalho maciça, e era utilizado para fazer funcionar os objetos, estruturava-se a partir dos princípios científicos da racionalização científica do trabalho da administração taylorista. Contudo, embora fossem produto da racionalidade técnico-científica, os objetos e as ações do espaço fordista constituíam uma tecnosfera, na qual a presença de objetos geográficos, que são informação e funcionam a partir da informação, era bastante rarefeita. Em vista disso, compreendemos que o meio geográfico elaborado por e para a reprodução do fordismo deve ser qualificado como técnico-científico. A sua reconfiguração, com a implantação da microeletrônica, da informática, ou seja, das tecnologias da informação, reconfigurando-o como meio técnico-científico-informacional, ocorreu a partir das décadas de 1960/1970, constituindo-se como condição para a instauração do regime de acumulação flexível.

Conforme salienta Castells (1999, vol. I, p. 25), a indústria eletrônica e as tecnologias da informação tiveram seus primeiros estágios de elaboração entre as décadas de 40 e 60 do século XX. Contudo, segundo ele, seus progressos ocorreram no início dos anos 70 do mesmo século, impulsionados pela cultura da liberdade, pela inovação individual e pela iniciativa empreendedora oriunda dos *campi* universitários norte-americanos da década de 60. A partir dos anos 70, a revolução das tecnologias da informação se instaurou, propagou-se e foi apropriada por diferentes países, várias culturas, organizações diversas e diferentes objetivos. As tecnologias da informação explodiram em todos os tipos de aplicações e usos que, por sua vez, produziram inovação tecnológica, acelerando a velocidade e ampliando o escopo das transformações tecnológicas. Com elas, os territórios passaram a ser povoados por objetos geográficos que são e funcionam a partir da informação. Portanto, esses territórios, preenchidos por esses objetos técnicos, científicos e informacionais, constituem-se no substrato para a produção e reprodução das formas flexíveis de acumulação.

À guisa do exposto, os objetos técnicos da modernização fordista, graças à extrema intencionalidade técnico-científica (eletromecânica e química) de sua produção e de sua localização, e seu correlato sistema de ações, racionalizado dentro dos princípios da “organização científica” da administração, contribuíram sobremaneira para a emergência da “tecnosfera” ou do “meio técnico-científico” (SANTOS, 1997a, 1997b, 1997c, 1998 e 1999). Este se afirmou a partir dos anos de 1970 (SANTOS, 1999, p. 190), já no contexto de crise do fordismo central e da emergência das formas flexíveis de acumulação, renovando as suas estruturas técnicas através da incorporação de objetos informacionais mais performantes à sua

constituição. A colonização do meio geográfico pelos objetos técnicos, científicos e, a partir da difusão das tecnologias da informação, informacionais, transforma-o de meio técnico-científico em meio técnico-científico-informacional.

No mundo subdesenvolvido, embora com suas especificidades e se adequando às circunstâncias das heranças socioespaciais concretas distintas de cada país, as regulamentações, as técnicas, as relações sociais de produção fordistas de espalharam, nas décadas de 60 e 70 do século XX, compondo a versão do fordismo que A. Lipietz (1988) denominou de “fordismo periférico”.

Essa ampliação da escala territorial da produção fordista ou, no dizer de Harvey (2004), de ajuste espacial expresso na expansão geográfica, na organização/reorganização dos territórios e na (re)criação do desenvolvimento geográfico desigual e combinado, que, para Haesbaert (1999, p. 79), constitui-se em uma “estratégia que decorre da própria lógica do fordismo e da sua crise latente já nos anos sessenta”, tinha como finalidade ampliar os mercados e aumentar as margens de lucro pela exploração de mão-de-obra barata na periferia do capitalismo. De acordo com o referido geógrafo (op. cit., p. 70-71), assomaram-se a esse fato as estratégias de alguns Estados do mundo subdesenvolvido de buscarem, inicialmente, promover a industrialização por meio do protecionismo e da substituição de importações. Nesse contexto, países como o Brasil, o México, a Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura³⁶, entre outros, conheceram, seja pela absorção das indústrias já existentes ou pela implantação, na década de 70, de plantas industriais completas transferidas do centro do capitalismo, suas versões industriais nos moldes técnicos, nas regras e nas relações sociais do fordismo.

No Brasil, a industrialização substitutiva, associada às redefinições do capitalismo no pós-guerra, baseou-se no “modelo de tripé”: o capital privado nacional produzindo bens de consumo não-duráveis, o capital privado estrangeiro dominando a produção de bens duráveis, sobretudo eletrodomésticos e automóveis, e o capital estatal operando na esfera dos bens de produção (BECKER e EGLER, 2003, p. 83). Contudo, se o Estado, através dos sucessivos governos instalados no pós-guerra, cumpriu, com sucesso, o seu papel keynesiano na construção do arcabouço normativo e financeiro (controle do mercado interno, protecionismo, incentivos financeiros e isenções fiscais, controle e disciplinarização da mão-de-obra, notadamente no período militar, brandas restrições ambientais, entre outros), na montagem da tecnosfera relativa aos sistemas de engenharia destinados à circulação de bens e pessoas, à produção e distribuição de energia e informação, aos subsistemas de objetos e ações da

³⁶ Sobre o fordismo periférico nos Tigres Asiáticos, ver LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

indústria de base, fornecedora de matérias-primas às demais indústrias etc., o mesmo não ocorreu no que concerne aos benefícios relativos ao bem-estar social da sua população. A industrialização brasileira do pós-guerra foi concretizada com o aprofundamento da concentração da renda, da propriedade da terra e dos demais meios de produção, ao mesmo tempo em que sua dinâmica se concentrou no Centro-Sul do país, reproduzindo as desigualdades socioespaciais que já vinham sendo gestadas desde o apogeu da cafeicultura e da industrialização balbuciente do começo do século XX. No Brasil, a montagem da infraestrutura social, própria do Estado keynesiano, para fornecer forte complemento ao salário social (gastos em seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc.) não se concretizou plenamente. Além disso, as promessas da produção em massa para o consumo de massa, promovidas pela industrialização, não foram cumpridas para a maioria da sua população. Ao contrário do que era próprio à lógica do fordismo central - incremento do mercado interno via elevação dos salários, no Brasil, a redução salarial foi um dos fortes atrativos para que o capital corporativo internacional viesse se instalar no seu território, para produzir bens de consumo duráveis (geladeiras, televisores, telefones, automóveis etc.). Embora os desejos e os anseios de consumo tenham se estendido para a psicosfera de toda a sociedade, foram, especialmente, as classes média e alta as beneficiadas da versão brasileira da produção em massa para o consumo de massa.

No apogeu do fordismo, as possibilidades para a mercadorização do algodão colorido e derivados não estavam suficientemente dadas. Como já foi exaustivamente colocado ao longo deste texto, a estrutura da produção fordista se assentava na produção em série de bens homogêneos ou estandarizados para o consumo de massa, e isso implicava a manipulação de grandes estoques de matérias-primas homogêneas. Com o fordismo, a produção industrial de têxteis e de confecções em série e baratos, que já vinha “ocorrendo desde a segunda década do século XIX, anterior, portanto, à própria máquina de costura³⁷” (LIPOVETSKY, 1989, p. 71), acentua-se e se difunde espacialmente para todo o mundo, ganhando um caráter de produção em massa de bens homogêneos para o consumo de massa. Para isso, eram necessárias a formação e a manipulação de grandes estoques de matérias-primas têxteis. Nessas condições, só a produção em larga escala do algodão branco e, em menor proporção, das fibras sintéticas – que “passaram a ser utilizadas a partir de 1939” (LIPOVETSKY, op. cit., p. 71), podiam suprir as demandas dos setores produtores de têxteis e de confecções. Portanto, em um

³⁷ A mecanização da produção de confecções ocorreu na Europa por volta de 1860. Ver LIPOVETSKY, Giles. **O império do efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 71.

sistema de produção voltado exclusivamente para a produção em grande escala e em série de bens homogêneos (tecidos e confecções), produzidos a partir de grandes quantidades de matérias-primas homogêneas, manipuladas em rígidas linhas de produção, não havia qualquer possibilidade para a valorização, pelo mercado, das fibras, têxteis e confecções do algodão colorido. Nesse sentido, o cultivo e a produção de têxteis artesanais do algodão colorido de comunidades camponesas ou indígenas, que resistiram às tentativas de erradicação desses algodoads, a exemplo da produção fixada milenarmente na costa norte do Peru, continuaram apresentando apenas valor de uso para os seus produtores. Quando muito, as peças artesanais produzidas com as fibras desse algodão eram apenas comercializadas, por seus produtores, em feiras livres.

Contudo, a passagem do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo se constituiu como um evento carregado de possibilidades para a apropriação e a transformação do algodão colorido e seus produtos derivados em mercadorias com valores de troca pelos agentes do mercado.

Como já salientamos na introdução desta parte da nossa análise/síntese, baseando-nos em Harvey (1998), a flexibilização da produção foi antecipada ou acompanhada na ponta pela flexibilização dos padrões de consumo. Dessa forma, as economias de escala do fordismo – produção em grandes quantidades e em série de bens homogêneos para o consumo de massa, vêm sendo substituídas pelas “economias de escopo” (HARVEY, op. cit., p. 148) ou “economias de variedades” (BENKO, op. cit., p. 117) – produção de bens em pequenos volumes ou lotes e a preços baixos para um mercado de consumo que solicita produtos diferenciados. Em um contexto de recessão e de aumento da competição, produzir bens em pequenos volumes e a preços baixos, para explorar nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala, tornou-se uma estratégia fundamental para a sobrevivência ou para a inserção das empresas nos mercados cada vez mais globalizados. Como veremos mais adiante neste texto, esta tendência também vai ser acompanhada tanto pela produção agrícola – o cultivo de produtos orgânicos em pequena escala, por exemplo, quanto pela indústria têxtil e de confecções, notadamente os médios e pequenos produtores – a produção de tecidos e roupas ecológicas ou a produção de roupas de luxo também em pequena escala, por exemplo. Portanto, dentro dessa lógica, a produção em pequena escala do algodão colorido e dos seus produtos derivados é mercadorizada. Nesse panorama, torna-se recorrente entender como a passagem do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo propiciou as possibilidades para a transformação do algodão colorido

e de seus manufaturados em mercadorias com valores de uso para mercadorias com valores de troca.

4.2 Meio técnico-científico-informacional e acumulação flexível/neoliberalismo: possibilidades para a valorização mercantil do algodão colorido e manufaturados

Como já enfatizamos no começo desta seção, é consenso entre alguns analistas da dinâmica do capitalismo (ANTUNES, 2005; BENKO, 1996; HARVEY, 1998; HOBBSBAWM, 1995; LEITE *apud* KELLER, 2002 e MOREIRA, 2006) que, entre o final da década de 60 e no início da década de 70, esse sistema sócio-econômico vai passar por um momento de crise no modelo de desenvolvimento baseado numa forma específica de organização da produção e do trabalho, num regime de acumulação e também num modo de regulação. Trata-se, portanto, da crise do regime fordista de acumulação e do seu correlato modo de regulação keynesiano. Daí, torna-se recorrente entender os fatores geradores dessa crise e quais foram as soluções elaboradas pelo sistema capitalista para superá-la. Além disso, quais foram os rebatimentos socioespaciais produzidos ou necessários para viabilizar essas soluções. E, finalmente, como estas soluções possibilitaram a mercantilização do algodão colorido e seus manufaturados.

Conforme salienta Harvey (1998, p. 135), parece que a estrutura fordista de acumulação começou a apresentar sérios problemas já nos meados dos anos de 1960. Para Piore e Sabel (1984 *apud* BENKO, 1996, p. 115), nas origens da crise do fordismo está ‘o desmoronamento da produção de massa’. Segundo esses autores, ‘a demanda de bens produzidos em série estagnou num período em que os mercados nos países adiantados estavam saturados e no momento em que os consumidores procuravam bens mais diversificados e apelavam para a concepção mais elaborada’ (PIORE e SABEL *apud* BENKO, op. cit., p. 115). Para os pensadores filiados à teoria da regulação³⁸, a crise do

³⁸ A **Escola da regulação** ou **teoria da regulação** é uma corrente de pensamento econômico de origem francesa. No centro de suas teorias está a ideia de regulação econômica. Nasceu em meados da década de 70 de uma crítica severa à economia neoclássica, que procurou ultrapassar através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales francesa. A obra de Michel Aglietta, "*Régulation et crises du capitalisme*" (Regulação e crises do capitalismo), publicada em 1976, representa a obra fundadora desta concepção teórica. Segundo a abordagem regulacionista, o capitalismo é um sistema socioeconômico instável, portanto, sujeito a crises cíclicas. Porém, esse sistema consegue se reproduzir durante um determinado período através da criação de um aparato regulatório que, uma vez aceito pelos agentes econômicos, tende a agir de forma anticíclica. Desta forma, a abordagem regulacionista se contrapõe e critica o marxismo ortodoxo, uma vez que as crises do capitalismo não redundam em sua superação. Um importante conceito utilizado pela escola da regulação é o de *regime de acumulação*. Um regime de acumulação pressupõe um padrão de organização da atividade produtiva adequada ao padrão de consumo, isto é,

fordismo teve como os dois fatores primordiais definidores da sua eclosão: a) uma crise da oferta, que refletiu a baixa tendencial da taxa de lucros, fincando raízes não nas condições do mercado, mas no seio mesmo do sistema de produção de valor e dos conflitos de classe; b) uma crise da demanda, subsequente à internacionalização da atividade econômica (gerada pela busca de economias de escala), com o consequente enfraquecimento do vínculo entre crescimento nacional e controle da demanda ao nível de um país, fenômeno que conduziu ao monetarismo (BENKO, op. cit., p. 115).

As análises elaboradas por Harvey (op. cit.) sobre esta crise se filiam à teoria da regulação. Nas concepções deste geógrafo (p. 135), nos meados da década de 60, a recuperação da Europa Ocidental e do Japão tinha se completado, os mercados internos desta região e deste país, respectivamente, estavam saturados e o impulso das suas economias para criar mercados de exportação para os seus produtos excedentes tinha de começar. Foi justamente nesse período que aconteceu o enfraquecimento da demanda efetiva nas economias avançadas e nos demais mercados potenciais. Nesse contexto, ocorreu a queda da produtividade e da lucratividade corporativas, que marcou o começo do problema fiscal nos Estados Unidos, problema este que foi sanado às custas de uma aceleração da inflação, o que iniciou o solapamento do papel do dólar como moeda internacional estável. Por sua vez, a formação do mercado do eurodólar e a contração do crédito no período 1966-1967 foram os sinais prescientes da redução do poder estadunidense de regulamentar o sistema financeiro internacional. Aliado a isso tudo, foi nessa época que as políticas de substituição de importações em muitos países do Terceiro Mundo (da América Latina, em particular), associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais na direção da manufatura no estrangeiro (no Sudeste asiático, por exemplo), geraram uma onda de industrialização fordista

um nível de atividade econômica compatível com a demanda efetiva (oferta agregada = demanda agregada). Isto evitaria crises de superprodução ou situações de elevado nível de inflação. Outro conceito é o de *modo de regulação*, este um conjunto de leis, valores, hábitos que mediam a relação com o regime de acumulação e mantêm a coesão social. Os elementos que constituem um modo de regulação são as chamadas *formas estruturais*. A abordagem regulacionista destaca 5 importantes formas estruturais na sua análise: a) *forma de adesão ao sistema internacional*, ou seja, a forma de inserção no comércio internacional, que pode ser na forma de livre-circulação (Divisão Internacional do Trabalho), ou através de acordos comerciais regulados pelos órgãos competentes (GATT, OMC); b) *padrão monetário*, que corresponde ao padrão de pagamentos internacional, como por exemplo o padrão ouro-libra e o padrão ouro-dólar; c) *forma de concorrência* - definida pela relação entre as empresas, pode ser livre-concorrencial ou monopolista (concorrência administrada); d) *forma de Estado*, correspondente à forma de intervenção estatal, que pode ser regulatória (Estado liberal) ou direta (Estado intervencionista); e) *relação salarial*, definida pela forma de organização do trabalho, pode ser concorrencial, taylorista, fordista ou toyotista. Da relação harmônica entre o conjunto das formas estruturais e o regime de acumulação capitalista na sociedade resulta um *modo de desenvolvimento*. Para maiores detalhes, ver AGLIETA, M. **Regulación y crisis del capitalismo**. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

competitiva em espaços geográficos inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente. Dessa forma, a competição internacional se intensificou na medida em que a Europa Ocidental e o Japão, acompanhados por todo um conjunto de países recém-industrializados, puseram em xeque a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo, derrubando o acordo de Bretton Woods e provocando a desvalorização do dólar. Daí, então, as taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes sobremodo voláteis, substituíram as taxas fixas de expansão do pós-guerra.

Ainda de acordo com Harvey (op. cit., pp. 135-136), de maneira mais geral, o lapso de tempo demarcado entre 1965 e 1973 tornou evidente a incapacidade do fordismo/keynesianismo de controlar as contradições inerentes ao capitalismo. Para este geógrafo, estas dificuldades estavam na própria rigidez desse modo de acumulação e do seu correlato regime de regulação: rigidez nas formas de investimentos do capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam a flexibilidade do planejamento e presumiam crescimento estável em mercados invariáveis; rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista” ou dos trabalhadores centrais), e toda tentativa de superar essa rigidez encontrava forte resistência da classe trabalhadora (o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas no período 1968-1972, principalmente na Europa); rigidez dos compromissos do Estado, intensificada na medida em que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentaram sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez da produção sob o fordismo restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. Na avaliação desse geógrafo (p. 136), por trás de toda a rigidez específica de cada área estava a rigidez da configuração indomável e aparentemente fixa do poder político e relações recíprocas que uniam o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos, definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital.

Reportando-nos ainda ao supracitado geógrafo (op. cit., p. 136-140), esse contexto foi marcado pelo excesso de fundos – excesso este que se refletiu em uma forte inflação, cujas tentativas para freá-la expuseram muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando, antes de tudo, uma crise mundial do mercado imobiliário, e pela existência de poucas áreas produtivas para investimento. Aliado a isso tudo, os efeitos da decisão da OPEP³⁹ de aumentar os preços do petróleo e da decisão árabe de embargar as exportações de

³⁹ Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973, mudaram o custo relativo dos insumos de energia de maneira dramática, levando todos os segmentos da economia a buscarem modos de economizá-la através da mudança tecnológica e organizacional, e levou ao problema da reciclagem dos petrodólares excedentes, problema que exacerbou a já forte instabilidade dos mercados financeiros mundiais. Nesse mesmo panorama, a forte deflação de 1973-1975 indicou que as finanças do Estado estavam muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação. Ainda segundo o referido autor, a falência técnica de Nova Iorque em 1975 - cidade com um dos maiores orçamentos públicos do mundo - ilustrou a seriedade do problema. Nessa conjuntura de crise, as grandes corporações viram-se com muita capacidade excedente inutilizável (notadamente fábricas e equipamentos) em condições de intensificação da competição. Isto as obrigou a entrar em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação.

Outra análise sobre a crise do fordismo/keynesianismo que nos parece estar filiada às teorias da regulação é a de Leite. Segundo este autor (*apud* KELLER, 2002, p. 3), além dos limites técnicos e sociais da organização científica do trabalho e do endurecimento das lutas de classe na produção, novos elementos contribuíram para colocar a economia capitalista em crise: a ascensão das taxas de juros, a queda das taxas de lucros das empresas, a diminuição da rentabilidade e o choque do petróleo.

Essa conjuntura de crise forçou, conforme assevera Harvey (1998), a partir de 1973, esse modo de produção a entrar numa fase de transformação, transição ou reparo temporário, com a passagem do fordismo para a acumulação flexível, cabendo-nos nessa reflexão tentar esboçar algumas das suas características básicas, inclusive as espaciais, que autorizam a sua reprodução, e buscar as suas relações com o surgimento dos espaços voltados à produção do algodão colorido e manufaturados na Paraíba.

Segundo afirma Harvey (*op. cit.*), a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com as rigidezes ou, como afirma Bauman (2001), com o peso do fordismo. Assim, contrapondo-se a essas rigidezes ou peso, a flexibilização se manifesta nos processos de trabalho, processos de produção, relações de produção, produtos, padrões de consumo, práticas do Estado etc.

No campo da produção e do consumo, a transição do fordismo à acumulação flexível caracteriza-se pela substituição da economia de escala, baseada na produção em massa e em série de bens homogêneos para o consumo de massa, pela economia de escopo ou de variedades, baseada na produção em pequenos lotes e a preços baixos para um mercado que solicita produtos diferenciados. Para Harvey,

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARVEY, op.cit., p. 148)

Na base dessas mudanças está o uso das novas tecnologias da informação: informática, robótica etc., que possibilitaram a automação das linhas de produção e, conseqüentemente, a sua flexibilidade para elaborar os produtos diferenciados exigidos pelo mercado, diferente da estrutura de produção do fordismo, cuja rigidez das linhas mecanizadas de produção só permitia a produção, em grandes séries, de bens homogêneos.

Para Harvey (op. cit., p. 148), os “sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo de inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala”. Essa possibilidade de adaptabilidade dos sistemas produtivos informacionalizados para explorar nichos de mercado, segundo o referido autor (*idem, ibidem*), “tornou-se fundamental para a sobrevivência das empresas em condições recessivas e de aumento da competição”. Foi a microeletrônica, desdobrada na informatização e na robotização das linhas de produção, “que permitiu às empresas reduzirem o tempo de giro do capital, primordial à lucratividade capitalista”.

Contudo, como afirma Santos (1998, p. 63), “é evidente que a técnica por si não explica nada”. “No plano puramente formal, haveria que levar em conta outros dados, como, por exemplo, as formas organizativas do trabalho, seja no espaço, seja no tempo, seja no domínio das relações entre os agentes”. Assim, essa redução também foi autorizada pela adoção de novas formas organizacionais, ou seja, a adoção da regulação toyotista⁴⁰ no gerenciamento de estoque ‘*just-in-time*’, que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo. Por sua vez, para acompanhar a aceleração do

⁴⁰ “(...) O Toyotismo, nome tirado da fábrica de automóveis da Toyota, é filho da crise que se instala no modelo do taylorismo-fordismo no imediato pós-Segunda Guerra (...)”. Ver MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo; Contexto, 2006, p. 142.

tempo de giro da produção, foi necessário reduzir o tempo de giro do consumo, com a redução da meia vida dos produtos pela metade, como está ocorrendo, por exemplo, nos setores de têxteis e vestuário, cujos produtos tinham, no período fordista, uma meia vida de cinco a sete anos, e na produção flexível esta foi reduzida pela metade.

Assim, as mudanças no regime de acumulação e no modo de regulação do capitalismo, com a passagem do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/ neoliberalismo, foram acompanhadas ou permitidas pela terceira revolução tecnológica, que, por sua vez, tem como base, como bem assevera Moreira,

(...) a microeletrônica, desdobrada na informática, na robótica e na engenharia genética (biotecnologia moderna), atividades que fogem às características de ramos industriais habituais e traçam a diferença do capital (...) em relação às duas anteriores, essencialmente mecânicas (...). (MOREIRA, 2006, p. 140)

A informacionalização, através da introdução da informática e da robótica na produção, povoa os espaços fabris de objetos que, segundo Santos (1999, p. 190), caracterizam-se por ser informação e por funcionar, também, a partir da informação. Segundo o referido autor (op. cit., p. 190), esses objetos denotam a emergência do meio geográfico técnico-científico-informacional. Nesse meio, “(...) os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação (...)”. Portanto, o meio técnico-científico-informacional é produto, meio e condição para a reprodução do capitalismo em sua etapa flexível de acumulação.

A automação torna os espaços fabris flexíveis, portanto, adaptáveis à realização da produção diversificada exigida pelo mercado de consumo formado por diversos nichos de consumidores. A flexibilidade dos objetos produtivos informacionalizados permite que “(...) a sequência [da produção] possa ser parada à vontade (...)” (SENNETT, 2006, p. 49), ou seja, a troca e mesmo a reorientação da cadeia do processamento produtivo no interior dos espaços fabris. É essa flexibilidade das estruturas de produção que possibilita corrigir as falhas dos produtos e a elaboração de produtos diferenciados reclamados pelos nichos de mercado.

A flexibilidade da produção pôde se concretizar porque o computador, inserido nos seus processos de trabalho, é por si só uma máquina flexível. De acordo com Moreira,

O computador ocupa um lugar central nessa nova economia. Máquina de novo tipo, o computador difere da máquina das revoluções industriais anteriores. É flexível e não tem a rigidez e incapacidade de reciclagem daquela. Composto de duas partes, o *hardware* (máquina propriamente dita) e o *software* (o programa), integrados sob o comando de um *chip*, o computador é uma máquina reprogramável e mesmo autoprogramável. A cadeia do processamento produtivo pode com ela ser trocada e mesmo reorientada em plano andamento, conforme a necessidade. É a flexibilização do trabalho e da produção. (MOREIRA, op. cit., p. 142)

Por outro lado, o povoamento dos espaços fabris com os objetos informacionais possibilitou a reorganização interna do sistema de ações. Este, organizado pelos princípios de racionalização do toyotismo, passou a se caracterizar pela integração das etapas da concepção, do gerenciamento e da elaboração de um produto nas chamadas “ilhas de produção”. Sobre essa recomposição do sistema de ações manipuladores do sistema de objetos dos espaços fabris flexíveis, Moreira, em suas análises, revela-nos que

O Toyotismo substitui o trabalho em migalhas do chão-da-fábrica [do taylorismo/fordismo] pelo trabalho polivalente, e a linha de produção [fordista] pelas ilhas de produção. E aproxima escritório e chão-de-fábrica, via conexão informatizada das fases do processamento da produção, ensaiando uma mudança na relação ente o trabalho intelectual e o trabalho manual, por meio da “socialização” das responsabilidades de concepção, bem como do trabalho de direção e do trabalho de execução. De modo que, no plano interno da fábrica, a resposta toyotista é uma nova forma de relação de tempo-espço. Programado e transmitido pelo computador, o projeto é levado à discussão dos trabalhadores em equipes. Estes se distribuem não mais em linhas, mas em círculos de equipes (CCQ), as ilhas de produção. A distribuição dos trabalhadores em círculos quebra a linha de montagem nessas ilhas, cada ilha formando um setor da fábrica e no interior das quais o trabalho se torna polivalente e integrado, levando a um rodízio de tarefas. (MOREIRA, op. cit., p. 142-143)

Todavia, como desdobramento do avanço do uso da informática e da robótica no processo de automação da atividade industrial, grandes contingentes de trabalhadores foram jogados para fora do sistema de ações do processo de produção industrial em praticamente todos os lugares do mundo, engrossando, assim, o número de desempregados em todo o planeta. Nas fileiras de desempregados, que alguns listam no universo do que se convencionou chamar de desemprego estrutural, estão os trabalhadores nomeados por Bauman (1999) de irrecicláveis, ou seja, aqueles cujos conhecimentos ou experiências laborativas anteriores não servem mais para o processo produtivo ou para os serviços modernos atuais e que não dispõem de condições para mudar o seu perfil de trabalhador e se adequar aos parâmetros instáveis das tecnologias usadas nesses setores modernizados, que se

caracterizam por estar em constante mudança. Por outro lado, cresceu no sistema, em praticamente todos os setores da economia dos países capitalistas industrializados e com forte participação dos serviços modernos na sua composição econômica, o uso de ações precarizadas de trabalho temporárias, subcontratadas, terceirizadas etc. Nesse sentido, “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra e sai facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 1998, p. 144). A subcontratação, por exemplo, “abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas [de ações] antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (padrinhos, patronos e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo (...)” (op. cit., p. 145).

O avanço das forças produtivas, possibilitado pela automação, permitiu ao capital se libertar das necessidades de negociar com o trabalho para estabelecer os parâmetros do seu uso no processo produtivo ou nos outros setores da economia. Assim, como afirma Bauman (2001), quebra-se o vínculo no qual o capital e o trabalho, mesmo se odiando, tinham que permanecer juntos porque o capital precisava do trabalho e vice-versa, como era característico do período fordista.

Desse modo, a substituição do trabalhador por autômatos e robôs no processo produtivo, o desemprego, a proliferação de ações precarizadas de trabalho, o crescimento das fileiras do exército de reserva de mão-de-obra etc. enfraquecem o poder de barganha dos sindicatos. Estes, por exemplo, “(...) dependiam bastante do acúmulo de trabalhadores na fábrica para serem viáveis, sendo particularmente difícil ter acesso aos sistemas [de ações] de trabalho familiares e domésticos (...)” (HARVEY, op. cit., p. 145).

Como bem mostra o referido autor (op. cit., p. 145-146), uma das grandes vantagens do uso de sistemas de ações oriundos de processos de trabalho e de produção antigos é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes. Nelas, a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando para um terreno muito confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas. Assim sendo, como afirma este geógrafo, a luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional.

A própria “cognoscibilidade do planeta”⁴¹ (SANTOS, 1999; 2000, p. 31), autorizada pelo uso do unificado sistema de técnicas de produção, captação e transmissão de informação em tempo real, permitiu ao capital, no processo de unificação mundial do seu motor de extração de mais-valia, buscar paisagens mais “verdejantes” dos lugares para extrair o sobretrabalho onde quer que essas paisagens existam. Entre as virtualidades que vicejam nos lugares, e que permitem a sua eleição para participar da divisão territorial do trabalho pulverizada, imposta pelo capital globalizado, está a ausência da atuação de organizações sindicais fortes, portanto, a fraqueza da organização dos seus trabalhadores.

Nessa mobilidade espacial do capital, as antigas regiões fordistas de forte presença de organizações sindicais, a exemplo do Nordeste dos EUA, da região do Rur-Reno, das Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha, do ABC paulista etc., conheceram fortes processos de desindustrialização, os quais se expressam, em suas paisagens, através da forte presença de formas geográficas viúvas de suas funções produtivas do passado.

Provavelmente foi essa decadência das regiões da produção industrial fordista e, consonante a ela, o crescimento do setor de serviços na importância econômica e na geração de empregos, principalmente os relacionados aos serviços financeiros e os de produção e distribuição de informações, que levaram Castells (1999, p. 224) a teorizar que as sociedades humanas estão entrando em uma nova era histórica, a qual definiu como era do pós-industrialismo ou do informacionalismo. Para este autor (op. cit., p. 224), nas sociedades pós-industriais ou informacionais ou, ainda, sociedades em rede, processaram-se as seguintes mudanças: passagem da economia baseada na produção para uma economia assentada nos serviços; surgimento de profissões administrativas e especializadas; fim do emprego rural e industrial; crescente conteúdo de informação no trabalho das economias mais avançadas etc.

Mesmo para o trabalhador que apresenta os atributos para permanecer no sistema de ações manipulador dos objetos que intermedeiam a produção, nos espaços de produção tecnicizados, cientificizados e informacionalizados do regime de acumulação flexível, a situação de instabilidade passa a ser uma condição ditada pelos novos tempos. Segundo pondera Cohen,

⁴¹ “A cognoscibilidade do planeta corresponde à possibilidade de conhecer o planeta extensiva e profundamente. Isso nunca existiu antes e deve-se, exatamente, aos progressos da ciência e da técnica (melhor ainda, dos progressos da técnica derivados dos progressos da ciência) (...). As empresas, na busca da mais-valia desejada, valorizam diferentemente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma. A cognoscibilidade do planeta constitui um dado essencial à operação das empresas e à produção do sistema histórico atual”. Ver SANTOS, M. **A natureza do espaço...** (op. cit.); SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, p. 31-33.

A corrente invisível que prendia os trabalhadores a seus lugares e impedia sua mobilidade era o “coração do fordismo”. O rompimento dessa corrente foi também o divisor de águas decisivo na experiência de vida, e se associa à decadência e extinção aceleradas do modelo fordista. Quem começa uma carreira na Microsoft não sabe onde vai terminar. Começar na Ford ou na Renault implicava, ao contrário, a quase certeza de que a carreira seguiria seu curso no mesmo lugar. (COHEN *apud* BAUMAN, 2001, p. 70)

Se de um lado o regime de acumulação flexível, condicionado pela extrema mobilidade espacial permitida pela revolução dos meios de transporte e de informação, autorizam ao capital viajar leve pela escala do planeta em busca de lugares luminosos de onde possa extrair elevadas taxas de lucro, ao trabalho resta uma certa imobilidade. De acordo com Bauman,

(...) O trabalho permanece tão imobilizado quanto no passado – mas o lugar em que ele imaginava estar fixado de uma vez por todas perdeu sua solidez de outrora; buscando rochas, as âncoras encontram areias movediças. Alguns dos habitantes do mundo [os atores hegemônicos da globalização] estão em movimento; para os demais [os trabalhadores], é o mundo que se recusa a ficar parado (...). (BAUMAN, *op. cit.*, p.70)

Nesse terreno de areias movediças, ou seja, de condições sociais instáveis e fragmentadas, a inserção do sujeito no sistema de ações de trabalho do capitalismo lhe exige, segundo pondera Sennett (2006, p. 13-14), enfrentar três desafios. O primeiro diz respeito ao tempo, ou seja, o de como cuidar de relações de curto prazo e de si mesmo, e ao mesmo tempo estar sempre migrando de uma tarefa para outra, de um emprego para outro, de um lugar para outro. Quando as instituições já não proporcionam um contexto de longo prazo, o indivíduo pode ser obrigado a improvisar a narrativa de sua própria vida, e mesmo a se virar sem um sentimento constante de si mesmo. O segundo desafio diz respeito ao talento, ou seja, como desenvolver novas capacitações, como descobrir capacidades potenciais, à medida que vão mudando as exigências da realidade. Em termos práticos, na economia moderna, a vida útil de muitas capacitações é curta; na tecnologia e nas ciências, assim como em formas avançadas de manufatura, os trabalhadores precisam atualmente se reciclar a cada período de oito a doze anos (...). O terceiro desafio se refere à questão de abrir mão do passado, ou seja, deixar o passado para trás. Enfim, ser capaz de se desvincular de experiências passadas para estar apto a acompanhar as mudanças constantes no universo da produção e dos serviços. Para o referido autor (*op. cit.*, p. 14), essa personalidade exigida do trabalhador lhe assemelha mais ao consumidor, sempre ávido por novidades, descartando bens antigos, embora ainda perfeitamente capazes de ser úteis, do que ao proprietário muito zeloso daquilo que já possui.

Dessa maneira, a inserção do sujeito como trabalhador no sistema de ações da produção e dos serviços, cujos espaços se encontram preenchidos por objetos automatizados, exige a sua capacidade de se remodelar ou se reciclar constantemente; deslocar-se continuamente para acompanhar as corriqueiras mudanças tecnológicas e de alocação espacial do capital na superfície terrestre; construir uma personalidade pautada no individualismo etc. A remodelagem ou reciclagem do trabalhador, como condição de inserção no processo produtivo ou nos serviços, exige-lhe a capacidade de abandonar o conhecimento adquirido e aprender a exercer constantemente as novas funções reclamadas pela nova economia capitalista. Nessa mesma conjuntura, o trabalhador precisa ser móvel, portanto, estar preparado para acompanhar o deslocamento do capital na sua procura por lugares luminosos, onde quer que eles existam na superfície terrestre, e que, por serem luminosos, possam oferecer as condições ideais para extrair taxas ampliadas de lucro. Assim, além da capacidade de se reciclar constantemente, o desenraizamento territorial passa a ser uma condição necessária no perfil do trabalhador para que ele se insira na nova indústria e nos serviços. Por fim, exige-lhe uma personalidade marcada pela individualidade. Sennett (op. cit., p. 14-15), abordando este fenômeno numa perspectiva cultural, explicita que a individualidade do trabalhador está “voltada para o curto prazo, preocupada com as habilidades potenciais e disposta a abrir mão das experiências passadas”. Para este autor, isso implica na exigência da existência de “seres humanos nada comuns”. No geral, “(...) a maioria das pessoas não é assim, precisa de uma narrativa contínua em suas vidas, orgulha-se de sua capacitação em algo específico e valoriza as experiências por que já passou. Desse modo, o ideal cultural necessário nas novas instituições faz mal a muitos dos que nelas vivem”.

Santos (1999; 2000), numa perspectiva crítica, que envolve a dimensão socioeconômica e política da globalização em sua territorialidade, esclarece que a competitividade que caracteriza as relações entre as empresas derramou-se para a sociedade como um todo, invadindo o campo das relações sociais, da política etc. Nessas condições, instaura-se a competitividade que induz ao individualismo no mundo do trabalho. Assim, cada sujeito passa a ser responsável pela construção das suas habilidades e do *marketing* individual sobre elas, condição para vencer a disputa com o outro na busca frenética pela inserção no mercado de trabalho. Isso enfraquece a solidariedade entre os trabalhadores e, também, a solidariedade sindical. Instaura-se, no universo do trabalho, a lógica perversa do cada um por si.

Entre as tantas implicações das mudanças no regime de acumulação do capitalismo - passagem do fordismo para a acumulação flexível no universo da economia e do trabalho, está a transferência da base da economia e do emprego da produção para os serviços.

Essa expansão dos serviços tem como justificativa, segundo pondera Harvey (op. cit., p. 148), as mudanças na ponta do consumo, associadas à mudanças na produção, na reunião de informações e no financiamento, que parecem estar na base de um notável aumento proporcional do emprego nesse setor a partir do início dos anos 70 do século XX. Para o referido autor (op. cit., p. 148-149), em certa medida, a tendência desse aumento do emprego no setor de serviços já podia ser detectada muito antes, provavelmente como decorrência de rápidos incrementos da eficiência em boa parte da indústria manufatureira, em virtude da racionalização fordista, e da clara dificuldade de se obterem ganhos de produtividade semelhantes no fornecimento de serviços. Contudo, a contração do emprego industrial depois de 1972 deu maior relevância ao rápido aumento do emprego nos serviços, não tanto no varejo, na distribuição, nos transportes e nos serviços pessoais, que se mantiveram razoavelmente estáveis ou até perderam terreno, mas na assistência, nas finanças, nos seguros e no setor de imóveis, bem como em outros segmentos como saúde e educação. Todavia, ainda de acordo com Harvey (op. cit., p. 149), a exata interpretação (ou, na verdade, definições básicas sobre o que significa um serviço) a ser dada a isso é objeto de considerável controvérsia. Pode-se atribuir parte da expansão dos serviços, por exemplo, ao crescimento da subcontratação e da consultoria, que permitiram que atividades antes internalizadas nas firmas manufatureiras (legais, de marketing, publicidade, de secretaria etc.) fossem entregues a empresas separadas. Esse aumento do emprego no setor de serviços pode ser também atribuído à necessidade de acelerar o tempo de giro no consumo, que provocou uma mudança de ênfase da produção de bens (muitos dos quais, como facas e garfos, têm um tempo de vida substancial) para a produção de eventos (como espetáculos, que têm um tempo de giro quase instantâneo). Independente de uma explicação completa para esse aumento do emprego no setor de serviços, para tratar da transformação das economias capitalistas avançadas a partir de 1972, é preciso considerar cuidadosamente essa marcada transformação da estrutura ocupacional.

Quanto à atividade industrial, “a transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo mudanças de igual importância na [sua] organização (...)” (HARVEY, op. cit., 145). Esta se configura através de um novo sistema de relação entre as empresas. Conforme analisa Moreira,

(...) a forma de administração que combina JIT e Kanban⁴² abre espaço para um sistema de terceirização e subcontratação entre pessoas e empresas. Todo um conjunto de empresas de produção e serviços é estimulado a surgir para se impor entre o balcão e a fábrica, numa horizontalização das relações entre empresas de vários tamanhos, setores e tipos, que substitui a verticalização fordista. (MOREIRA, 2006, p. 143)

Foi essa nova forma de organização horizontalizada das empresas de produção e de serviços que estimulou a proliferação de pequenos negócios e, em alguns casos, permitiu que sistemas [de ações] antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à da máfia) revivessem e florescessem como peças centrais e não apêndices do sistema produtivo atual, conforme mostramos em páginas anteriores, baseando-nos em Harvey. Nessa mesma conjuntura, “(...) num dos extremos da escala de negócios, a acumulação flexível levou a maciças fusões e diversificações corporativas (...)”. (HARVEY, op. cit., p. 150)

Por outro lado, o sistema de ações da organização da administração que combina o JIT e o Kanban sincroniza o balcão e a fábrica. Nas palavras de Moreira (op. cit., p. 143), “(...) o movimento do balcão determina o movimento da fábrica, e a fábrica responde ao que o balcão pede (...)”. Isso inverte a clássica relação fordista da produção em massa e seriada de bens homogêneos, que implicava na formação de estoques imensos de matérias-primas e de produtos manufaturados, sem considerar a orientação das vendas. Na forma flexível de organização da produção baseada na combinação do JIT com o kanban, “a venda orienta a produção, resolvendo o problema dos estoques”. No regime de acumulação flexível, “a introdução da diversidade e da quantidade da produção limitada ao volume da demanda por produto vira a norma, e o custo e a produtividade tornam-se mais controlados (...)” (op. cit., p. 143). Dessa forma, “as economias de escala baseadas na produção fordista de massa foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes (...)” (HARVEY, op. cit., p. 148). Isso implicou na derrota das economias de escala e na sua substituição pelas economias de escopo ou de variedades. Para o

⁴² “(...) O kanban é um sistema de controle de informação, semelhante ao sistema de sinalização do trânsito, que orienta a reposição de mercadorias nas lojas, e, então, a relação entre loja e fábrica. Adotado primeiramente nos supermercados, e, depois levado para a fábrica, modifica por inteiro a programação da produção. O desdobramento é o JIT (*just-in-time*/produção-a-tempo). Apoiado no Kanban, o JIT é um sistema que sincroniza balcão e fábrica num mesmo andamento. O movimento do balcão determina o movimento da fábrica, e a fábrica responde ao que o balcão pede. Invertendo a clássica relação fordista, a venda orienta a produção, resolvendo o problema dos estoques. A introdução da diversidade e da quantidade da produção limitada ao volume da demanda por produto vira a norma, e o custo e a produtividade tornam-se mais controlados. Integram-se, assim, no nível amplo da sociedade, o espaço da indústria e o espaço do comércio, alterando a divisão territorial do trabalho entre os setores secundário e terciário”. Ver MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006, p. 143.

geógrafo supracitado (op. cit., p. 148), as empresas fordistas podiam, a bem da verdade, incorporar as novas tecnologias e processos de trabalho, numa prática que alguns apelidaram de neofordista, porém, em muitos casos, as pressões da competição e a luta por melhores formas de controle do trabalho levaram tanto ao surgimento de formas industriais completamente novas ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de “descolamento” para permitir uma maior flexibilidade diante da elevação dos níveis de competição e dos riscos. Assim, “a produção em pequenos lotes e subcontratação tiveram por certo a virtude de superar a rigidez do sistema fordista e de atender a uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado, incluindo as rapidamente cambiáveis” (op. cit., p. 148).

A flexibilização como condição para que a produção satisfaça as mais amplas e diversificadas necessidades de consumo dos diversos e diferentes nichos de mercado, base para a restauração das elevadas taxas de lucro e para enfrentar a competitividade dos mercados, implicou, também, na flexibilização do produto, ou seja, na elaboração de produtos diferenciados e diversificados, mesmo que essa diferença esteja só nos detalhes ou nas imagens deles produzidas pelo *marketing*.

Segundo afirma Sennett (2006, p. 133), “a ênfase nas marcas, tentando fazer com que o produto básico vendido em todo o planeta pareça como único”, constitui-se como a estratégia de “flexibilização do produto”. Para isso, torna-se fundamental “obscurer a sua homogeneidade”. E quais as maneiras usadas para fazer isso e atrair os consumidores que buscam o estímulo da diferença em produtos cada vez mais homogeneizados?

Para o referido sociólogo,

Hoje, a fabricação industrial expõe em escala planetária a “construção da plataforma” dos mais variados bens, dos automóveis aos computadores e às roupas. A plataforma vem a ser um objetivo básico ao qual são aplicadas pequenas mudanças superficiais, para transformar o produto numa marca específica. O processo de produção não é exatamente o conhecido processo de produção de bens de massa. As tecnologias modernas são capazes de transformar rapidamente a forma e o tamanho de garrafas e caixas; os conteúdos também podem ser maquiados com mais rapidez na produção eletrônica do que na antiquada linha de montagem, na qual as ferramentas serviam de maneira fixa a uma mesma finalidade.

Os fabricantes referem-se a essas mudanças embutidas na moderna plataforma como laminagem de ouro, e a imagem é boa. Para vender algo essencialmente padronizado, o comerciante exalta o valor das pequenas diferenciações concebidas e executadas de maneira rápida e fácil, de tal maneira que é a superfície que importa. Para o consumidor, a marca deve ser mais relevante que a coisa em si. (SENNETT, op. cit., p. 133-134)

O referido autor (op. cit., p. 134) oferece-nos alguns exemplos da estratégia de flexibilizar o produto através da execução da laminagem de ouro em produtos padronizados, com o intuito de enfatizá-lo como único através da sua marca. Para ele, gigantes do setor automobilístico, a exemplo da Volkswagen e da Ford, podem produzir e efetivamente produzem versões de um automóvel global – uma plataforma básica de estrutura, motor e peças -, para em seguida fazer a laminagem de ouro das diferenças superficiais. Não raro, neste tipo de produção, a montagem da plataforma é feita em países de mão-de-obra barata do mundo subdesenvolvido; a laminagem de ouro, em fábricas de acabamento mais próximas dos mercados locais. Os computadores são fabricados da mesma maneira: chips, placas de circuitos e partes externas produzidas em plataformas comuns longe do mercado transformam-se em marcas quando mais próximas dos mercados, no tempo e no espaço.

Ainda de acordo com Sennett (op. cit., p. 134-135), o grande desafio do fabricante de plataforma é transformar a pequena diferença do DNA industrial entre dois produtos (um popular e outro de luxo, por exemplo) em lucro, ou seja, transformar as pequenas diferenças agregadas com a laminagem de ouro, em produtos feitos na mesma plataforma, em uma diferença de 100% no preço.

Por outro lado, para realçar a pequena diferença e obscurecer a homogeneidade da plataforma comum dos produtos, seus produtores fazem uso de campanhas de publicidade. Assim, através de campanhas de *marketing*, a intenção é minimizar a atenção do consumidor para o objeto em si e direcioná-la para as suas pequenas diferenças. É dessa maneira que as diferenças de imagem adquirem fundamental importância na obtenção de lucro. Quando as diferenças podem ser, de certa forma, insufladas, o comprador potencial está vivenciando a paixão do consumo e realizando a sua experiência da diferença em produtos cada vez mais homogêneos (SENNETT, op. cit., p. 134-137).

As mudanças no paradigma produtivo e no regime de acumulação do capitalismo, com a passagem do fordismo para a acumulação flexível, implicaram, também, na redefinição do papel do Estado como interventor, regulador e produtor da/na economia. Em conformidade com Moreira (op. cit., p. 134), por volta dos anos de 1970, concluiu-se a fase histórica na qual a indústria engatinhava a caminho da mundialização e, para isso, necessitava da participação efetiva do Estado na intermediação dos conflitos capital/trabalho, intervindo nos fluxos financeiros, completando os ganhos salariais dos trabalhadores com as políticas keynesianas de seguridade social, garantindo o pleno emprego, produzindo as infra-estruturas espaciais e bens de produção necessários à produção das empresas etc. A partir de então, “o empresariado

sente que já pode andar por todo o mundo com suas próprias pernas e declara cumprido o papel e cessada a necessidade do *Welfare state*; condena-se então o Estado interventor, exigindo a transferência para si das funções e do capital acumulado como patrimônio público nas mãos do Estado no correr desses anos” (op. cit., p. 134).

Dessa maneira, prega-se a reestruturação do Estado através das reformas neoliberais. Estas, na sua essência, defendem a desconstrução das regulações keynesianas, as quais “são acusadas de descapitalizar e asfixiar a empresa privada” (op. cit., p. 134). Por outro lado, defendem a adoção, pelos Estados, de normas regulatórias que eliminem as viscosidades territoriais, abrindo espaço para a livre circulação do capital. Assim, a função das normas do Estado neoliberal é tornar as fronteiras dos territórios nacionais, já enfraquecidas pela subversão dos seus limites pelas redes informacionais, mais porosas às investidas do capital, ao mesmo tempo em que transfere à iniciativa privada o seu patrimônio acumulado e parte da sua capacidade de fazer política.

De acordo com Moreira (op. cit., p. 134), a primeira medida no sentido de substituir a regulação estatal pelo livre mercado, condição para reparar, segundo os teóricos do neoliberalismo, “os equívocos keynesianos e desmontar o gigantismo estéril do Estado do Bem-Estar Social”, foi impor aos Estados territoriais a “redução fiscal, tomada como medida reparadora e desasfixiante que devolverá às empresas a iniciativa e liberdade de criação, bloqueada pela regulação estatal”. A segunda, complementar à primeira, “é a despatrimonialização, a política de transferir em leilões pela bolsa de valores a empresa pública ao sistema privado”. A terceira “é a desregulamentação, que faz a economia, agora no essencial privada, retornar ao sistema de regulação mercantil”. A redução fiscal implicou na diminuição ou retirada das taxas de impostos ao capital, contribuindo, assim, para alargar as suas taxas de lucro. Por sua vez, a despatrimonialização retirou do controle dos Estados, através da privatização, os sistemas de engenharia montados para a circulação de energia e informações; as empresas produtoras de bens de produção, a exemplo das que extraem e transformam minerais metálicos, petróleo etc.; a administração, através de concessões de serviços a empresas privadas, de sistemas de movimentos, a exemplo de trechos lucrativos do sistema de movimento rodoviário etc. Quanto à desregulamentação, esta se impôs através da entrega dos destinos das economias dos países às flutuações do próprio mercado, da retirada ou diminuição das taxas de importação e exportação pelos países, da retirada das normas regulatórias de uso e de proteção do trabalho, da entrega da seguridade do trabalhador a sistemas previdenciários privados etc.

Esse receituário foi imposto aos países por representantes do governo mundial, como o FMI, o Banco Mundial e os países de capitalismo avançado, como os EUA.

Enfim, “[r]edução fiscal, privatização, despatrimonialização, desregulamentação é o perfil do Estado que surge com a reestruturação neoliberal” (MOREIRA, op. cit., p. 135). Consubstancia-se, portanto, um conjunto de normas flexibilizadoras dos sistemas de ações públicas que permite, aliado a fluidez do território, autorizada pela montagem das redes de transportes e de circulação de informações modernas, que o capital, em seu regime de acumulação flexível, viaje com leveza pela superfície do planeta em busca de lugares que possam oferecer as condições ideais para a extração de mais-valia.

No que toca ao espaço geográfico, como já discutido anteriormente, reafirma-se como meio técnico-científico-informacional. Nesse sentido, sua composição, para se constituir como a instância espacial do capitalismo globalizado em sua versão neoliberal e flexível, impregna-se de signos da ciência, da técnica e da informação. Modelado pela microeletrônica, desdobrada na informática, na robótica e na engenharia genética, esse meio geográfico é constituído por “objetos que são informação e funcionam a partir da informação” (SANTOS, 1998 e 1999).

Parafraseando Bauman (2001), diferente da versão da tecnosfera moderna “pesada”, “volumosa”, “imóvel e “enraizada” ou “sólida” do fordismo e de sua regularização keynesiana, a tecnosfera da acumulação flexível e do seu regime de regulação neoliberal é leve, fluida, líquida, preparada para autorizar a desregulamentação, liberalização, flexibilização, fluidez crescente, o descontrole dos mercados financeiro, imobiliário e de trabalho, tornando mais leve o peso dos impostos etc. Em outras palavras, é composta por técnicas informacionais e normas regulatórias que permitem que o sistema capitalista e seus agentes hegemônicos se mantenham radicalmente livres para “sufar” o planeta como um todo em busca das condições ideais para a realização do lucro. Aliás, a informação passa a ser o insumo mais importante para a economia capitalista, que utiliza essa tecnosfera informacionalizada como substrato espacial para a realização das suas operações.

Por outro lado, o indissolúvel e contraditório sistema de ações exige conteúdos mais profundos de racionalidade, ou seja, a razão instrumental na manipulação dos objetos. Assim, aprofunda o uso da mão-de-obra ciência. Nesse sistema, difundem-se a utilização do trabalhador polivalente no universo dos trabalhadores centrais e, também, formas de trabalho arcaicas e precárias, porém, fundamentais aos fins de acumulação de lucros e “estranhas aos fins próprios do homem e do lugar” (SANTOS, 1999, p. 65).

Os espaços da globalização do capitalismo em sua versão flexível/neoliberal apresentam, ainda, outras características. Segundo afirma Moreira (op. cit., p. 143), a relação entre fábrica e mercado, com a integração entre balcão e produção, uma relação introduzida pelo uso generalizado do computador nos serviços, com dado chave no *kanban* e no *Just-in-time*, representa a grande transformação na organização do espaço. Segundo o referido autor (op. cit., p. 143), com a integração, no nível mais amplo da sociedade, dos espaços da indústria e do comércio, alterou-se a divisão territorial do trabalho entre os setores secundário e terciário. No contexto mais geral, o regime de acumulação flexível do capitalismo, mediado pelas tecnologias da informação, mudou os conteúdos da divisão territorial da produção industrial. Esta, na era de ouro do fordismo, caracterizava-se pela distribuição de plantas industriais completas dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos. Na etapa de acumulação flexível do capitalismo, as firmas transnacionais distribuem, pulverizam ou fragmentam as etapas do processo de produção em diversas partes, alocando-as em diversos países⁴³. É o que se convencionou chamar de indústria flexível. Contudo, os centros de pesquisa dessas firmas e o acúmulo do capital continuam se realizando em seus países de origem. Essa estratégia das firmas transnacionais de pulverizar as etapas da produção em diversos territórios exacerba as especializações produtivas no nível do espaço geográfico e aprofunda a divisão territorial do trabalho em nível mundial.

Aliás, a reconfiguração da divisão territorial do trabalho na fase de acumulação flexível do capitalismo envolve, segundo afirma Harvey (op. cit.), rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto nos setores econômicos como entre as regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento do emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas, a exemplo da Terceira Itália, Flandres, dos vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades industriais nos países recém-industrializados.

Retomando a questão das relações estabelecidas entre os setores de produção (indústria) e de vendas (comércio) no regime de acumulação flexível, bem como os rebatimentos socioespaciais dessa relação, baseando-nos em Moreira (op. cit.; p. 143), podemos afirmar que alteram como um todo a economia fordista. Os problemas de custo e

⁴³ “A estratégia de fragmentar a produção em várias partes, alocando-as internacionalmente e minimizando os custos totais, tornou-se uma prática freqüente desde o final da década de 1970. Os segmentos dos processos produtivos que utilizam trabalho intensivo e não-qualificado têm sido deslocados para países nos quais esse fator é abundante e barato, em geral países periféricos”. Ver CASTELLS *apud* KELLER, P. F. Economia global e novas formas de organização da produção na cadeia têxtil-confecções. In: *Rer. Univ. Rural Sér. Ciênc. Humanas*. vol. 24, n.1-2, jun./jul. 2002, p. 200.

produtividade, o equilíbrio entre produção e consumo, a crise de superprodução e de subconsumo, consequências da produção padronizada, em série e de massa, são, temporariamente, resolvidos. Os problemas dos estoques, com sua repercussão nas taxas de custo, produtividade, lucro e venda, praticamente desaparecem. Contudo, essa reestruturação que supera os problemas da acumulação cria uma série de outros problemas: o aumento da oligopolização e monopolização da economia, em virtude do nível alto dos investimentos que é exigido, que se centraliza em um número ainda menor de empresas; o surgimento do trabalho polivalente, que cria o desemprego; a subcontratação e a terceirização, que dividem os trabalhadores em permanentes e precarizados e trazem como efeito o enfraquecimento das organizações sindicais.

De acordo com o citado geógrafo (op. cit., p, 144), mudam a proporção e a relação entre as formas de capital e, conseqüentemente, a relação espacial entre as esferas da produção e da circulação. Aliás, como ressalta Santos (1998, p. 50; 1999), a circulação se aprofunda e se torna o fator principal na regulação das atividades econômicas localizadas, fortalecendo a divisão territorial e social do trabalho e a dependência deste em relação às formas espaciais e às normas sociais em todos os escalões. Assim, justifica-se a máxima do referido autor (1997a), segundo a qual não basta só produzir, torna-se fundamental para a reprodução do capital, na economia capitalista globalizada, transformar as massas produzidas em fluxos. Tais fluxos, de todos os tipos e intensidades, recortam os territórios em todas as direções. Segundo Moreira (op. cit., p. 144), “o vetor necessário dessa relação espacial é a fusão da informática com as telecomunicações, o novo efeito do uso do computador, cujo beneficiário [maior] é o capital financeiro”. Em outras palavras, é esse capital que, amparado pela informacionalização dos territórios, tornou-se capaz de gerar fluxos intensos que recobrem a escala do planeta. Ainda de acordo com Moreira (op. cit., p. 144), esse capital já era hegemônico desde os fins do século XIX, porém, atualmente, avança em definitivo o seu poder sobre a base da globalização da circulação, cujo desenvolvimento avança pelos espaços por intermédio dos meios de transferência organizados em rede, que têm como núcleo a infovia.

Do interior do capital financeiro emergiu, separou-se e se tornou autônomo o capital rentista, fração majoritária e meramente especulativa do capital. Este se desgarrou do capital financeiro na década de 1970, junto com a explosão da informática, pelo uso do computador nos serviços e pelo gigantesco endividamento dos Estados que ocorreu na mesma década, para tornar-se a forma dominante de capital na nova economia capitalista.

Por fim, como ressalta o supracitado autor (op. cit., p. 144), com a acumulação flexível e a reforma neoliberal do Estado que lhe acompanhou e lhe constituiu, mudaram as normas de regulação do espaço geográfico. Estas reformas contribuíram para desmontar as “estruturas pesadas do fordismo” (BAUMAN, 2001), os recortes territoriais regionais e as fronteiras do Estado, que serviam como arcabouço espacial para a acumulação industrial sob suas normas.

Para Moreira (op. cit., p. 144), “o impacto sobre as fronteiras do Estado nacional é o que mais chama a atenção”. As fronteiras do Estado nacional, “(...) já afetadas pelas empresas multinacionais e, depois, transnacionais (...)” (op. cit., p. 144), tornam-se porosas para facilitar a ação dos agentes hegemônicos da globalização, porém, bem rígidas para a livre circulação do trabalho.

Nesse contexto é que se entende o que Santos (1998, p. 50; 1999, p. 194-196) identifica como a “transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional”. Essa transformação está relacionada com o processo de “uniformização técnica do mundo” (MOREIRA, op. cit., p. 144) ou “unicidade das técnicas” (SANTOS, 1998; 1999) e com a imposição das normas regulatórias neoliberais aos Estados territoriais, que eliminaram as suas viscosidades territoriais e permitiram a sua maior fluidez.

Esta nova materialidade, como já delineamos, baseados no referido autor, transforma o espaço geográfico em meio técnico-científico-informacional. Assim, a unificação das técnicas, introduzida pela segunda revolução industrial e aprofundada pela terceira, dá lugar a um espaço fluido (MOREIRA, op. cit., p. 144), fundando, entre outros fatores, o que Bauman (2001) nomeia de “modernidade líquida”, condição para a livre mobilidade territorial do capital.

A fluidez técnica e normativa dos territórios “(...) dissolve, em consequência, as fronteiras das regiões, já esbatidas com a relação hierárquica das regiões polarizadas”. Nesse contexto, “(...) o espaço se estrutura totalmente em rede” (MOREIRA, op. cit., p. 144). Impõe-se a ele o “recorte horizontal e vertical dos territórios” (SANTOS, 1998, p. 144). Com esta nova estruturação do espaço, “o papel da organização e dos processos de regulação [se salientam] na constituição das regiões”. Por outro lado, instaura-se a “tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização” (SANTOS, op. cit., p. 51) capitalista em sua etapa de acumulação flexível/neoliberal.

No nosso entendimento, esse conjunto de eventos que marca a passagem do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo é cheio de possibilidades para a transformação do algodão colorido e de seus manufaturados em mercadorias com

valores de troca, justificando, assim, a organização de pedaços de territórios para o uso com o plantio dessa variedade de algodão e para a sua transformação em tecidos e roupas destinados ao consumo de nichos de mercado.

Essa conjuntura marca a quebra da rigidez da produção em série de tecidos e confecções padronizados e homogêneos, típica das economias de escala, que consolidou os correlatos sistemas padronizados e homogêneos de consumo, levada ao extremo pela produção em massa para o consumo de massa fordista. Em consequência, cria as condições efetivas para uma produção de têxteis e confecções em pequenos lotes, ou seja, uma produção típica das economias de escopo ou flexíveis, que atenda às necessidades de roupas dos mais diversos e diferentes nichos de mercado.

Essas estratégias tornaram-se fundamentais para a indústria de têxteis e confecções enfrentar a competitividade global dos seus mercados e atender às mudanças nos padrões de consumo de roupas, que acompanhou, na ponta, as mudanças nos padrões da sua produção. As modificações nos padrões de consumo de roupas se impuseram com a quebra da rigidez da moda e, conseqüentemente, com o advento da chamada moda flexível, notadamente a partir da década de 1980. Nesse sentido, impõe-se a “reorganização produtiva na cadeia têxtil-confecção” (KELLER, 2002, p. 201).

Assim, no setor têxtil-confecção, independente dos níveis de integração do processo produtivo no interior das empresas (integração intrafirmas), unindo dois ou mais setores produtivos da cadeia têxtil (fiação e tecelagem, por exemplo), há uma tendência à integração interfirmas no nível global, formando uma rede global de produção (KELLER, op. cit., p. 201). Esta tendência foi percebida por Gereffi (*apud* KELLER, op. cit., p. 201) no complexo têxtil-confecção nos EUA e o México, a partir do incremento da integração econômica após o NAFTA, que representa uma forma dinâmica competitiva dentro do contexto global. Segundo este autor (*apud* KELLER, op. cit., p. 201), entre os dois países citados está surgindo claramente um complexo têxtil e de vestuário formado por redes de empresas. Estas redes interligam diferentes tipos de firmas em agrupamentos ou nós industriais que atravessam as fronteiras dos países e do setor. Tais redes são de dois tipos: as redes centradas nos fabricantes e as redes centradas nos varejistas. As primeiras dominam o tradicional setor de maquiladoras do México. Estas têm no mercado externo o destino da sua produção e, para isso, estão visceralmente integradas e completamente subordinadas aos produtores de têxteis e de vestuário dos EUA. Estes, por sua vez, tendem a ser muito grandes, verticalmente integrados, e a se localizarem no Sul deste país. Ainda de acordo com Gereffi (*apud* KELLER, op. cit., p. 201), há uma estreita ligação entre as grandes tecelagens do Sul dos EUA e as maiores

confeções deste país, a exemplo da *Levi Strauss and Co.* (maior confecção do globo e principal fabricante mundial de jeans), com extensas redes de produção ligando o Sul dos EUA ao México. Quanto às redes centradas nos varejistas, tratam-se de cadeias comandadas pelos compradores, a exemplo da Wal-Mart. Estas cadeias exercem um duplo papel no circuito mundial de produção e distribuição de têxteis e confeções: colocam bens de consumo importados na economia mexicana e compram mercadorias fabricadas no México e as integram aos mercados externos, onde dispõem de lojas, especialmente nos EUA.

Quanto à produção do vestuário, Gereffi (*apud* KELLER, op. cit., p. 202) afirma haver uma forma de dualismo econômico em que convivem empresas produtoras de grandes volumes de roupas padronizadas ou básicas, com fábricas verticalmente integradas; e empresas tipicamente pequenas, produzindo “roupas da moda” ou voltadas para a moda, com grande importância do fator *design*, já que são roupas com alto valor agregado.

Contudo, parafraseando Keller (op. cit., p. 202), mesmo a produção de grandes volumes de roupas padronizadas e básicas, quando realizada por proprietários de marcas mundialmente conhecidas e com bastante aceitação nos mercados, é projetada por equipes de estilistas nos países centrais; a manufatura dessas roupas também é realizada nos países periféricos, onde a mão-de-obra é mais barata; a distribuição ao consumidor é feita através de grandes redes de lojas com projeção espacial mundial. Estas roupas têm nas marcas mundialmente famosas o seu valor simbólico agregado, constituindo esse valor o seu elemento de diferenciação, a exemplo da marca Calvin Klein.

Conforme nos esclarece Sennett (op.cit., p. 133), “(...) a ênfase nas marcas tenta fazer com que um produto básico vendido em todo o planeta fique parecendo único, tratando para isso de obscurecer a homogeneidade (...)”. Reportando-nos ainda às ideias do referido autor (op. cit., p. 134), mesmo que a plataforma de produção seja a mesma, a marca corresponde à “laminagem de ouro” dessas peças homogêneas para, assim, diferenciá-las de outras peças semelhantes, mas que são portadoras de outras marcas. A produção dessas marcas é feita através da aplicação de pequenas mudanças superficiais nas roupas: diferenças de estampas dos tecidos, detalhes diferenciados dos bolsos das calças, o logotipo ou marca do produto, as imagens colocadas como detalhes nas camisas etc. Para isso, “o processo de produção não é exatamente o conhecido processo industrial de bens de massa” (op. cit., p. 133). As tecnologias modernas são capazes de transformar rapidamente, por exemplo, a forma e o tamanho das embalagens (caixas, sacolas etc.), possibilitando que a diferenciação do produto esteja, ao menos, no detalhe da sua embalagem; os conteúdos dos produtos também podem ser maquiados com mais rapidez na produção eletrônica do que na antiquada linha de

montagem, na qual as ferramentas serviam de maneira fixa a uma mesma finalidade (op. cit., p. 133). Ainda nesse contexto, as roupas padronizadas ou básicas, “(...) mesmo sendo produzidas em grande quantidade, [têm seu] diferencial [no] fato de o produto ter aceitação mundial e, na medida em que é distribuído mundialmente, de seu grande volume se diluir numa miríade de lojas de departamento (...)” (KELLER, op. cit., p. 202).

Por outro lado, as diferenças do investimento em campanhas de publicidade podem gerar a diferenciação dos preços de um mesmo produto quando é destinado aos nichos de consumidores de diferentes extratos sociais. Assim, seus preços mais elevados, quando direcionados aos altos extratos sociais, podem refletir os maiores gastos nas campanhas de publicidade voltadas para atrair esse segmento social de consumidores. Na outra face da moeda, campanhas publicitárias do mesmo produto, mas com orçamento menos robusto, fazem-no acessível aos consumidores de menor poder aquisitivo. Em suma, as marcas, a sua projeção mundial, a diluição mundial em redes de lojas das roupas que portam essas marcas e as diferenças dos investimentos publicitários tornam diferentes as confecções produzidas em uma plataforma comum. É assim que se produzem, em parte, as diferenças reclamadas pelos consumidores de roupas cansados dos padrões homogeneizados da produção de massa para o consumo de massa característicos da época fordista.

De acordo com Keller (op. cit., p. 202-203), nas cadeias dirigidas pelos compradores de confecções, cujo lucro deriva de uma combinação entre pesquisa de alto valor, o projeto (*design*), as vendas, o *marketing* e os serviços financeiros, os proprietários das marcas registradas atuam como intermediários estratégicos entre os fabricantes estrangeiros (subcontratados, em geral, nos países periféricos) e os comerciantes, para desenvolver os nichos de produtos em seus principais mercados consumidores. Para esse autor (op. cit., p. 202-203), isso torna necessário, ao se examinar o setor têxtil-vestuário, entendê-lo dentro da perspectiva de uma cadeia complexa ou, como diz Santos (1999), dos seus “circuitos espaciais de produção e seus círculos de cooperação⁴⁴”, que envolvem encadeamentos estratégicos ou etapas soldadas territorialmente entre fabricantes de fibras, têxteis, vestuário, estilistas, distribuidores e varejistas de roupas.

Parafraseando Keller (op. cit., p. 203), os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do vestuário são altamente sensíveis às mudanças no mercado consumidor e dos custos da produção. Em vista disso, a divisão territorial internacional da produção do vestuário se processa da seguinte maneira: as atividades de *design* (projetos de peças do

⁴⁴ A conceituação de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação se encontra na terceira parte desse estudo.

vestuário nos quais já vêm sendo utilizados programas como o CAD/CAM) são elaboradas nos países centrais; as operações de manufatura devem estar preferencialmente localizadas em países ou regiões subdesenvolvidos onde há mão-de-obra barata sendo oferecida em formas intensivas; o acabamento ou “laminagem de ouro” das peças do vestuário, para acrescentar a elas as pequenas diferenciações e, assim, transformá-las em marcas, acontece, geralmente, em locais próximos aos mercados de consumo.

Gereffi (*apud* KELLER, op. cit., p. 203) nos oferece um bom exemplo dessa repartição territorial das etapas da elaboração de peças do vestuário, envolvendo os EUA, a Ásia e o México. Para este autor, “os varejistas norte-americanos e os estilistas populares (a exemplo de Liz Clairbone, Donna Karan, Ralph Lauren e Tommy Hilfiger) importam grandes quantidades de roupas femininas e masculinas da Ásia, que são etiquetadas ou ganham pequenos detalhes diferenciais nas maquiladoras mexicanas, atendendo às projeções (*design*) das peças elaboradas por estilistas nos EUA.

Quanto às empresas tipicamente pequenas que produzem “roupas de moda” ou voltadas para a moda, essa produção é feita em pequenos lotes para o segmento (efêmero) da moda. Tais roupas apresentam como elementos que lhes agregam valor o *design* (geralmente projetado em pequenas oficinas), o fato de terem sido produzidas em pequenas quantidades e os tecidos sofisticados e de alta qualidade com os quais são produzidas (KELLER, op. cit., p. 202). Desse modo, a elaboração de peças do vestuário com alto valor agregado se realiza quando o estilista, a serviço dos proprietários de grandes marcas, desenvolve roupas tanto com tecidos de alta qualidade quanto com *design* sofisticado. Dessa forma, o projeto, a produção de peças do vestuário e a elaboração de coleções pelos estilistas ligados às grandes confecções estão cada vez mais conectados à produção de fibras, fios e tecidos de alta qualidade pelos grandes fabricantes têxteis, formando um “encadeamento estratégico” (op. cit., p. 203) ou os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no setor têxtil-confecção-moda.

Contudo, esta produção não se resume atualmente a pequenos lotes de confecções de *prêt-à-porter* de luxo, elaborados com tecidos sofisticados, por pequenas e médias empresas do setor, visando ao mercado de consumo de alto poder econômico. Sabe-se que a produção do vestuário está profundamente ligada às tendências ditadas pela moda. Como procuraremos mostrar de maneira mais profunda na quinta seção deste estudo, a partir de 1970 a moda começou a se libertar dos ditames dos grandes costureiros e das grandes casas de costura, configurando-se não mais a partir de tendências rígidas, mas aberta, flexível, incorporando os *looks* mais diversos, em um movimento proveniente das ruas para as passarelas.

Este movimento de flexibilização da moda começou com os hippies nos anos de 1970 e se intensificou nas décadas seguintes. Na década de 80, a flexibilidade ou abertura da moda teve continuidade com a incorporação das influências das tribos urbanas (*punks*, *rockabillys*, *new wavers*), dos ecológicos etc. Na década de 90, uma diversidade de estilos advindos das ruas influenciou a moda, a exemplo dos *grunges*, *clubbers*, das *heroins chics*. No final desta década, houve a emergência da logomania, com a qual o importante era mostrar claramente que se estava usando um produto de grife. No século XXI, a moda se abre e se flexibiliza completamente, na medida em que estar na moda significa produzir o seu próprio *look*, ou seja, acrescentar à roupa algo que traga o traço pessoal do usuário. Desse modo, as peças de roupas lançadas pelos estilistas não são seguidas ao pé da letra. O que se procura fazer é uma adaptação das idéias deles, acrescentando um traço pessoal em cada *look* usado (BARBOSA e SHOJI, s/d, p 1-5).

Assim, com a moda flexível ou aberta,

(...) a marcada oposição anterior, fora da moda/“na moda”, esfuma-se, suas fronteiras se confundem. Sem dúvida há sempre uma última moda, mas sua percepção social é mais vaga, perdida que está na confusão pletórica dos criadores e dos diversos *looks*. Já não é o tempo em que uma tendência dominante se impunha a todos sob a autoridade da Alta Costura, das revistas e das estrelas; hoje, o *must* quase só é conhecido por um público circunscrito de profissionais ou de iniciados, a maioria não sabe mais exatamente o que está na ponta do novo, cujo conhecimento é distante e incerto. Simultaneamente, o fora de moda perde a sua radicalidade; ainda que não desapareça, é mais imprevisto, menos rápido, menos ridículo. Quando todos os comprimentos e amplitudes são possíveis, quando a multidão de estilos fica lado a lado, quando o retrô está em voga, quando parecer “imprestável” é o fino do fino *new wave*, torna-se difícil, com efeito, estar absolutamente fora de moda (...). Assim se instaura essa moda de “fisionomia humana” onde se aceitam quase todos os trajes, onde cada vez menos se julga o outro em relação a uma norma oficial. Não há euforia do look senão sobre o fundo dessa tolerância geral de vestuário, sobre o fundo de desconcentração e despassionalização da moda (LIPOVTSKY, 1989, p. 142-143).

É nessa conjuntura de flexibilização dos estilos que emerge a procura por roupas cuja “diferenciação marginal, que é a produção de novidades a partir de mudanças apenas em detalhes nos bens já existentes” (LIPOVETSKY, 1989), ou a “laminagem de ouro” (SENNETT, 2006), ou seja, os elementos de diferenciação estejam, por exemplo, nos processos arcaicos ou manuais de produção, no *design* que agrega o artesanato às peças do vestuário etc. Isso tem levado pequenas e médias confecções a produzirem pequenos lotes de

roupas destinadas aos nichos de mercado que procuram nesses detalhes o diferencial em meio à homogeneidade do vestuário industrializado.

Por outro lado, tanto a flexibilização dos estilos quanto a mundialização da causa ecológica ou da questão ambiental fizeram emergir, no campo da moda flexível ou aberta, a “moda ecológica ou a ecologia para a moda” (ARAÚJO, s/d, p. 1).

De acordo com o referido autor (op. cit., p. 1-2), a denominação moda ecológica ou *eco-fashion* é uma contradição em si, uma vez que o descartável não pode ser ecológico. Para ele, a moda, juntamente com a publicidade, são os setores da indústria cultural que mais contribuem para criar e incentivar uma mentalidade voltada para a obsolescência das coisas, ou seja, a favor do descartável, do fútil, do inútil e do supérfluo. Por isso, ainda segundo este autor, a ideia de moda ecológica é um contra-senso e o melhor seria falar em ecologia para a moda.

No entanto, em um contexto marcado pelo regime de acumulação flexível, pelo acirramento da competição global possibilitada pela implantação de tecnologias baseadas na microeletrônica nos processos de produção, circulação, distribuição e consumo, e pela “desregulamentação” dos mercados através da reforma neoliberal do Estado, que renovaram a tecnosfera e os seus processos de regulação, alguns agentes econômicos pequenos e médios, inscritos nos circuitos espaciais de produção e comercialização de fibras, têxteis e confecções, são obrigados a considerar as possibilidades de lucro oferecidas pela emergência da atomização dos desejos de consumo, inclusive dos nichos de mercados advindos da flexibilização dos estilos e que nasceram com a eclosão mundial da causa ambiental ou ecológica.

Em outras palavras, a necessidade de sobrevivência nesse setor obriga algumas pequenas e médias empresas do setor têxtil-confecção a incorporarem o *design* ecológico como elemento de “diferenciação marginal” ou de “laminagem de ouro” na produção de pequenos lotes de roupas destinadas para os nichos de mercado que se identificam com a causa ambiental. Essa diferenciação marginal ou “laminagem de ouro” no uso da “ecologia para a moda” está, geralmente, nas fibras têxteis naturais ou orgânicas⁴⁵ usadas na elaboração de peças do vestuário. Estas, no entanto, apresentam a mesma plataforma (moldes) das roupas básicas produzidas em grandes quantidades com as fibras artificiais ou sintéticas. Portanto, é

⁴⁵ As fibras têxteis orgânicas são aquelas obtidas sem o uso de adubos químicos solúveis, agrotóxicos, medicamentos alopáticos. Ver ARAÚJO, M. A. Moda ecológica ou ecologia para a moda? In: www.idhea.com.br, s/d, p. 3.

nessa conjuntura que fibras de bambu⁴⁶ (**ver figura 05**); de juta (**ver figuras 06 e 07**); tecidos sintéticos reciclados⁴⁷, a exemplo dos obtidos através da reciclagem das garrafas PET (politereftalato de etileno) de refrigerantes (**ver figuras 08 e 09**); tecidos de rejeitos de lonas de caminhão; linho; cânhamo; couro vegetal⁴⁸; fibras de algodão natural e orgânico; algodão naturalmente colorido etc. passaram a apresentar valores de troca, inserindo-se como matérias-primas na produção de pequenos lotes de roupas, produzidos por algumas pequenas e médias empresas do setor têxtil-confecção, com a finalidade de suprir as demandas de consumo dos nichos de mercado que emergiram ou se identificam com a causa ambiental.

Portanto, a passagem das economias de escala (fordismo) para as economias de escopo (produção flexível), que foi acompanhada na ponta pela flexibilização nos padrões do consumo e da moda, constituem-se como um conjunto de eventos portadores das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca, autorizando, assim, a formação, entre outros, do seu circuito espacial de produção e dos seus círculos de cooperação na Paraíba. Contudo, no caso da produção paraibana desse algodão e dos seus produtos derivados, a flexibilização da produção e do consumo no setor têxtil-confecção em nível mundial não representa a única variável explicativa dessa valorização mercadológica. Outras, relacionadas à dinâmica da sua cotonicultura tradicional e da sua indústria têxtil, sob as influências da competição interna e externa, também funcionam como eventos portadores das possibilidades da transformação dessa malvácea e de seus manufaturados em mercadorias com valores de troca. É para esses eventos que se direciona o foco desta análise nas próximas páginas.

⁴⁶ “A fibra de bambu tem sido procurada por empresas de confecção e estilistas que estão cada vez mais ecologicamente corretos no desenvolvimento de suas coleções. Ela é formada de celulose produzida através de métodos de processamento que incluem, em seu tratamento, vapor e fervura. As fibras naturais de bambu são extraídas diretamente das varas do bambu e são completamente distintas da viscose de bambu, que se obtém através de seu processamento químico. A fibra não contém nenhum aditivo químico. Tem propriedades antibacterianas, desodorantes, de coloração, elasticidade, flexibilidade e durabilidade”. Ver COSTA, M. I.; SOARES, M. de T. Moda comprometida com a sustentabilidade ecológica e social. In: ENCONTRO DE SUSTENTABILIDADE EM PROJETO DO VALE DO ITAJAÍ. 1. 2007. ITAJAI-SC. *Anais...* Itajaí-SC: EDUSC. Disponível em <http://www.ensus.com.br/>. Acesso em 19/09/2008, p. 9.

⁴⁷ Os tecidos sintéticos reciclados são aqueles fabricados com materiais plásticos ou mesclados de celulose natural e de origem petroquímica. O destaque entre esses tecidos são os obtidos pela reciclagem de garrafas PET (politereftalato de etileno), que geram uma fibra do tipo poliéster. Ver ARAÚJO, M. A. Moda ecológica..., op. cit., p. 3.

⁴⁸ Couro vegetal – produto adquirido através da aplicação do látex da seringueira (*hevea brasiliensis*) sobre tecidos de algodão cru. O procedimento de elaboração do couro vegetal é o seguinte: depois de vulcanizado na floresta por meio de processos semi-industriais, o látex é despejado sobre o algodão cru, o qual atinge uma consistência semelhante à do couro. Ver ARAÚJO, M. A. Moda ecológica..., op. cit., p. 3.

Disponível em :
www.casosdecasa.com.br/index.php/2009/05/28/



Bambuzal

Disponível em blogtortobello.com.br/tag/bambu/



Fibra do Bambu

Disponível em: renatabatata.wordpress.com/2009/01/page/3/



Fios da Fibra do Bambu

Disponível em: lulurube.blogspot.com/2008/11/roupas-



Confeções com fibras de bambu

Fig. 05: Etapas da elaboração de confecções com fibras de bambu



Fig. 06: Jaqueta ecológica de fibra natural de juta
Fonte: mg.quebarato.com.br/classificados/jaqueta-eco



Fig. 07: Modelo mostra roupa feita com fibra de juta.
Fonte: www.textilia.net/sitenovo/portal_eventos/news..



Fig. 08: Camiseta produzida com tecido PET
Fonte: biinternational.com.br



Fig. 09: Roupas e acessórios produzidos com tecido PET
Fonte: www.estilovanguarda.com.br

5 A MARGINALIZAÇÃO ESPACIAL DAS VELHAS REGIÕES COTONICULTORAS PARAIBANAS E A COMPETITIVIDADE (INTER)NACIONAL NA INDÚSTRIA DE TÊXTEIS E CONFECÇÕES COMO POSSIBILIDADES PARA A MERCANTILIZAÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS

O advento das economias de escopo ou de variedades e do consumo individualizado ou tribalizado, reflexo da flexibilização dos desejos e dos gostos, que levou à flexibilização da moda, características da transição do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo, e a competitividade global nos setores de têxteis e confecções, conjunto de eventos históricos e sistêmicos autorizados pelo povoamento do meio geográfico com os signos da técnica, ciência e informação, que permitiram a alguns segmentos pequenos e médios da indústria de têxteis e confecções, em todo o mundo, usarem como matéria-prima pequenas e diversificadas quantidades de fibras têxteis naturais e artificiais, inclusive as do algodão colorido, não representam, para a produção e transformação desse algodão em diversos produtos com valores de troca na Paraíba, a única variável explicativa. Outra variável bastante elucidativa dessa transformação, nesse Estado, diz respeito aos eventos superpostos representados pela falência e marginalização espacial⁴⁹ do seu complexo gado/algodão/culturas de subsistência na divisão territorial da produção cotonicultora nacional, pela falência da sua indústria de beneficiamento do algodão branco e pela crise da sua indústria de têxteis e confecções, esta promovida pela feroz competição interna e externa a que foi exposta.

Nesse contexto, para alguns segmentos da indústria paraibana de têxteis e confecções, o algodão colorido e os seus manufaturados representam uma alternativa de dispor de um diferencial competitivo para se inserirem nos mercados de consumo da atualidade. Dessa forma, cabe-nos agora tentar analisar as possibilidades abertas para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca nesse Estado, possibilidades representadas pela falência e marginalização do seu espaço cotonicultor produtor de algodão branco na divisão territorial da produção algodoeira no Brasil e no mundo e pela exposição da sua indústria de têxteis e de confecções à competitividade interna e externa.

⁴⁹ A marginalização espacial corresponde à perda de importância de um lugar, a sua colocação à margem da rede de lugares a que se vincula, por razões de ordem política, econômica ou cultural. Ver CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 40-42.

5.1 Seleção e marginalização do espaço cotonicultor paraibano na divisão territorial internacional da produção de algodão

O Nordeste brasileiro inseriu-se, como região do fazer produtora de algodão, nos circuitos do capitalismo industrial, na segunda metade do século XVIII. Nessa região derivada do capitalismo industrial inglês, nesse período, o cultivo do algodão teve grande impulso inicial no Maranhão que, em poucos decênios, foi transformado numa das mais ricas sub-regiões da então colônia portuguesa na América do Sul (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 30). No espaço maranhense, “a cultura algodoeira se internalizou subindo as margens do rio Itapecuru e se concentrou, sobretudo, em Caxias” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 83), sendo desenvolvida na forma de *plantation*, que utilizava, abundantemente, o trabalho de escravos africanos (BARBOSA, 2005).

Como desdobramento desse impulso inicial, outras frações do espaço nordestino foram solicitadas a exercer a produção da referida malvácea. Entre eles, assumiram um papel de destaque a Bahia (interior semi-árido), o Ceará (Bacia do Jaguaribe) e a porção oriental do território regional, notadamente os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte etc. Nos Estados do Nordeste Oriental, o algodão se difundiu, principalmente, na faixa intermediária do Agreste e no Sertão (GUIMARÃES NETO, op. cit., p. 30). De acordo com Prado Júnior (*apud* GUIMARÃES NETO, op. cit., p. 30), Pernambuco e Bahia logo suplantaram o Maranhão, em razão da maior disponibilidade de força de trabalho e de capitais que possuíam.

Além, obviamente, da procura mais intensa do algodão como matéria-prima pela indústria têxtil inglesa, outros fatores externos que contribuíram para a seletividade dessas frações do território regional para o uso pela cotonicultura comercial e, conseqüentemente, suas inserções na divisão internacional do trabalho, foram ‘(...) a Guerra da Independência dos EUA (1775-83), que prejudicou o pleno desenvolvimento da cotonicultura no sul desse país; o aparato normativo imposto pela colônia estadunidense à Inglaterra durante essa guerra, aparato esse representado pelas leis de embargo e proibições de intercâmbio de 1807-10; além das guerras de 1812-15, que privaram a indústria inglesa do algodão americano’ (EISENBERG *apud* GUIMARÃES NETO, op. cit., nota 8, p. 45).

Traduzindo as palavras de Barbosa (op. cit., p. 19) à luz da análise geográfica, podemos afirmar que se assomando a esses fatores externos, contribuíram para a seletividade e a inserção dos espaços nordestinos, especialmente o espaço cotonicultor maranhense, na divisão internacional da produção, a criação da companhia monopolista do Marquês de

Pombal - grande impulsionadora da produção algodoeira no Maranhão, e o arcabouço normativo instituído por Portugal e imposto ao espaço derivado brasileiro, a exemplo da abertura dos seus portos, em 1808, ao mercado internacional, especialmente à Inglaterra, estabelecida com a vinda da família real portuguesa para o Brasil. Como medida normativa, a abertura dos portos da colônia portuguesa na América do Sul eliminou as viscosidades territoriais impostas pelo exclusivismo do pacto colonial entre Portugal e o Brasil, facilitando o acesso da produção industrial inglesa ao mercado de consumo do espaço derivado brasileiro. Por outro lado, essas normatizações permitiram o acesso direto dos ingleses às matérias-primas das quais necessitavam, inclusive, ao algodão, diretamente no espaço colonial brasileiro, sem a intermediação de Lisboa.

Para Santos (1997b, p. 78), “(...) [aos] fatores externos, cabe sempre um papel ativo, [pois] sua presença, em determinada área, depende de necessidades a ela externas que têm de ser satisfeitas. (...)”. Nesse sentido, a Guerra da Secessão nos EUA (1861-64) funcionou como mais um vetor externo que propiciou novo impulso e expansão para a produção algodoeira no Nordeste e na Paraíba. Como afirma Andrade (2005, p. 159-160), o verdadeiro *rush* algodoeiro nordestino atingiu o seu clímax durante esse evento, quando o Sul dos Estados Unidos, sem o controle dos mares, viu-se de fora do mercado consumidor inglês. Foi nessa lacuna deixada pela ausência da produção estadunidense nos mercados internacionais que as produções algodoeiras nordestina e paraibana se inseriram. Essa inserção ocorreu com a formação socioespacial brasileira já independente politicamente, situação que conquistara desde 1822. Comprovando que isso não modificou, por um bom tempo, o caráter agro-exportador da economia brasileira, portanto, a função de fornecedor de produtos primários na divisão internacional do trabalho, como na época colonial.

Dadas essas possibilidades oferecidas pela totalidade em movimento, nesse momento representadas pela retirada momentânea da produção estadunidense dos mercados internacionais, “as exportações de algodão [da região e do Estado] foram excepcionais nas décadas de 1860, 1870 e 1880 (principalmente na primeira, quando os preços do algodão se situaram ao dobro do nível médio do século)” (CANO, 1990, p. 94). Entretanto, para Guimarães Neto (op. cit., p. 31), “[terminada] a Guerra da Secessão Americana, reaparecendo no mercado internacional a produção norte-americana, destacando-se cada vez mais o algodão egípcio e asiático, é deslocada a produção brasileira”, notadamente a nordestina e, nela, a paraibana. O retorno do algodão norte-americano aos mercados internacionais e a expansão mundial da produção de algodão são enfatizados por Cano (op. cit., p. 94) como os fatores

que colocaram a produção brasileira, diga-se a paraibana e a nordestina como um todo, em posição marginal no mercado internacional.

A marginalização dos espaços cotonicultores nordestino e paraibano no mercado mundial funcionou como o vetor que lhes obrigou a se voltarem para o mercado interno já no final do século XIX. De acordo com Cano (op. cit., p. 94), nesse período, a indústria têxtil brasileira já era a principal consumidora do algodão produzido no país. Para o referido autor (op. cit., p. 94), a expansão desse setor industrial no Brasil, entre 1900-1920, “faria com que o algodão nordestino passasse agora a ter no mercado interno a fonte para a sua expansão”. Essa introversão da cultura algodoeira nordestina e paraibana será retomada mais adiante neste texto. Importa agora salientar os seus rebatimentos socioespaciais sob os impulsos do mercado externo.

Em conformidade com Andrade (1986 e 2005), a elevação dos preços do algodão, como desdobramento da Guerra da Secessão Americana, fez com que a lavoura algodoeira, no Nordeste, disputasse o espaço com a cana-de-açúcar na Zona da Mata. Porém, como atesta Prado Júnior (1987), foram as forças da natureza, em um período de escassez da aplicação do conhecimento científico para a melhoria genética e adaptabilidade da malvácea a qualquer ambiente, que a deslocou para o Agreste e o Sertão, sub-regiões que apresentavam as condições ecológicas propícias para o seu bom desempenho, notadamente para a preservação das qualidades das suas fibras, principalmente as climáticas (chuvas menos frequentes e mais regulares que no litoral). Em vista disso, o Agreste e o Sertão se converteram nos principais espaços produtores de algodão do país, sendo secundados pelo Maranhão, que já não apresentava o mesmo dinamismo da primeira fase de expansão.

No Agreste, o sistema de plantio do algodão ocorreu em associação com as culturas de subsistência e com a pecuária (atividade principal), sendo praticado em grandes propriedades, nas quais o sistema de ações era constituído por mão-de-obra escrava, em proporção menor que na Mata canavieira e no Sertão, e assalariada, e em pequenas propriedades, onde o mesmo sistema era composto por foreiros e moradores (ANDRADE, 2005, p. 158-9).

No Sertão, o algodão consolidou a conquista e a ocupação realizadas por pecuaristas nos séculos anteriores, além de ter se constituído como elemento importante na consolidação da organização do espaço dessa região. Nesse espaço, como no Agreste, a cultura algodoeira se desenvolveu em parceria com os cultivos de subsistência e com a pecuária, a quem servia os seus restolhos de alimentação na estação seca (ANDRADE, 2003 e 2005). Nas grandes propriedades, apesar de se usar o trabalho escravo, este não foi tão presente como no espaço

canavieiro da Zona da Mata, o que proporcionou o surgimento do trabalhador assalariado, além de ações/relações sociais de produção representadas pela parceria e o foro.

A montagem desses referidos espaços derivados voltados à cotonicultura “(...) tinha sua base de produção fundada na criação de um meio técnico mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que na incorporação de capital à natureza (...)” (SANTOS e SILVEIRA, op. cit., p. 35). Pelo menos no período que correspondeu ao final do século XVIII e o princípio do século XX, foram as energias humana e animal (o boi, o cavalo, a mula, o jumento etc.), predominantemente, as forças-motrizes da produção e da circulação do algodão até os portos de embarque para o mercado externo. Assim, onde se desenvolveu como monocultura, a exemplo do Maranhão, ou onde se associou às culturas de subsistência e à pecuária, a exemplo do Agreste e do Sertão, o algodão compôs meios geográficos sem artefatos mecânicos impostos à produção e ao território.

Tal assertiva pode ser comprovada através das análises de Moreira e Santos (op. cit.) sobre as condições técnicas do cultivo, da colheita, do beneficiamento, enfardamento e transporte do algodão durante os períodos do seu apogeu como cultura comercial cuja dinâmica era definida pelas demandas do mercado externo. Em conformidade com os referidos autores (op. cit., p. 63-81), na preparação dos solos para o plantio do algodão, nas áreas novas tomadas das matas, a forma quase exclusiva era a herdada da agricultura tropical dos indígenas, ou seja, a prática do encoivramento e da queimada. No cultivo do algodão, usava-se a enxada e a foice para retirar ou podar as ervas daninhas, a foice e a mão para podar o algodoeiro e, assim, facilitar a colheita manual das cápsulas. No beneficiamento do algodão, operação que consiste em separar a pluma da semente, etapa que, em princípio, era realizada nas fazendas e, posteriormente, nas cidades e vilas localizadas nos espaços de produção de algodão, eram utilizadas as bolandeiras movimentadas pela força humana e animal. No enfardamento, utilizou-se, em princípio, um escravo, que dentro do saco, ia comprimindo o algodão com o seu próprio peso, até completar o seu enchimento; empregou-se, também, o pilão para socar o algodão nos sacos e ajudar na redução dos seus volumes; fez-se uso da “palheta” para encher, com o algodão, os interstícios dos depósitos usados até completar o enchimento; depois foram empregadas, nessa etapa da produção, as prensas de madeiras. Na circulação do algodão para os entrepostos onde era reprensado e enfardado, e para os portos do seu embarque para o mercado europeu, utilizou-se a força animal de burros e cavalos, que trafegavam por caminhos ou estradas carroçáveis, guiados pelos tropeiros. Aliás, “o que encarecia o produto para os portos era o transporte através de péssimas estradas, em dorso de animais” (ANDRADE, 2005, p. 160-161), ou, no caso do Maranhão, “utilizava[-se] o

transporte fluvial nos grandes rios – Itapecuru, Mearim, Pindaré - que cortam o Estado e deságuam no golfo maranhense, em São Luís” (BARBOSA, 2005, p. 21) .

A cultura algodoeira contribuiu, sobremaneira, para o desenvolvimento da vida urbana nos subespaços em questão, notadamente no momento em que o beneficiamento foi deslocado para as cidades, vilas e povoações localizados nesses subespaços, quando os comerciantes, com suas bolandeiras e, depois, seus descaroçadores, estabeleceram-se nelas, passando a comprar a matéria-prima ao agricultor para vendê-la, após o beneficiamento, ao exportador (ANDRADE, op. cit., p. 159). O surto algodoeiro do século XVIII transformou São Luís, no Maranhão, em importante centro de beneficiamento e distribuição do algodão para o mercado externo, ao ponto dela ‘situar-se como a quarta cidade brasileira em população, atrás do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, em 1822 (TRIBUZI, 1981 *apud* BARBOSA, 2005, p. 19).

Outro exemplo de cidade que teve nas funções de captação, beneficiamento e distribuição do algodão para os mercados de consumo, combinadas com a qualidade de ponta de trilho com localização geográfica excepcional, as grandes impulsionadoras da diversificação e crescimento da sua economia, do crescimento e modernização do seu espaço urbano, do seu crescimento demográfico etc., foi Campina Grande, na Paraíba (ARANHA, 1991; COSTA, 2003), notadamente durante as três primeiras décadas do século XX.

Esses espaços cotonicultores - manipulados pelo próprio corpo ou por objetos que eram suas meras extensões e que, portanto, não dispunham de objetos maquínicos na produção e no território, e por sistemas de ações que envolviam o escravo, o parceiro, o morador, o trabalhador assalariado, o grande e o pequeno proprietários -, solidarizavam-se, através da articulação de sistemas de fluxos que envolviam caminhos, estradas carroçáveis, animais de tração (a mula, o burro e o cavalo), rios, canoas, portos (loais das suas vinculações com o mundo), redes marítimas e navios, com o espaço europeu da produção têxtil, notadamente o inglês, no qual as técnicas da máquina já se circunscreviam à produção e ao território, e onde as ações já se pautavam na racionalidade técnico-científica. Assim, os tempos lentos das ações de produção e da circulação no interior desses espaços do fazer coexistiam e se articulavam com os tempos rápidos da produção têxtil e da circulação dos espaços do mandar, localizados na Inglaterra.

Essa solidariedade entre subsistemas de objetos e ações tão disparatados em termos sócio-técnicos ocorreu, com mais intensidade, nos momentos em que eventos políticos internacionais impossibilitaram o fornecimento do algodão à indústria têxtil europeia, principalmente a inglesa, por concorrentes que dispunham de técnicas de produção mais aperfeiçoadas e de produção de melhor qualidade, a exemplo dos Estados Unidos. Assim,

afora a expansão da produção provocada pela Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, as fases de grande apogeu da cotonicultura nordestina no mercado mundial corresponderam às das Guerras da Independência e da Secessão estadunidenses. O fim desses conflitos logo restituiu a posição dominante dos mercados aos EUA, ao passo que provocou a retração da produção nordestina.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o aumento da procura do algodão no mercado internacional, pois o produto, além de servir para a fabricação de tecidos, teve no línter que produz um dos insumos básicos para a produção de pólvora, propiciou um novo surto de crescimento da produção algodoeira no Nordeste brasileiro, exceto a do Maranhão que, desde a segunda metade do século XIX, entrou em decadência definitiva para não mais se recuperar (BARBOSA, op. cit.). Além disso, a produção de algodão do Nordeste e da Paraíba se voltou para o atendimento da demanda da indústria têxtil nacional que vinha se desenvolvendo desde 1870 e passou, durante a guerra, por uma ascensão em virtude das dificuldades do país importar tecidos durante o período de beligerância (MOREIRA e SANTOS, op. cit., 40-43).

Nos primeiros anos após a crise econômica de 1929, a produção de algodão do Nordeste recebeu novo impulso, propiciado pelo aumento das demandas internas e externas, provocadas pela recuperação do crescimento das economias capitalistas avançadas e do próprio crescimento da indústria têxtil nacional (CLEMENTINO, 1986, p. 93).

Nos surtos de crescimento e vinculação da cotonicultura nordestina e paraibana com o mercado externo, provocados pela Primeira Guerra Mundial e pela recuperação da economia mundial após os primeiros anos que sucederam a crise econômica de 1929, com exceção da mão-de-obra escrava liberada após a abolição total, em 1888, o subsistema de ações manipulador dos objetos utilizados para a produção do algodão no campo, continuava composto pelos mesmos agentes sociais das fases anteriores de expansão do algodão no Agreste e Sertão nordestinos e paraibanos – grandes proprietários, pequenos proprietários (esses principalmente no Agreste), os foreiros, os meeiros, terceiros, trabalhadores assalariados etc.

Destarte, pode-se dizer que o Nordeste brasileiro e, no seu interior, o Estado da Paraíba, compunha o “exército de reservas de lugares” (SANTOS, 1999, p. 198) que era chamado a exercer a produção do algodão branco para suprir às demandas do mercado mundial, notadamente da indústria inglesa, sempre que ocorria um fato excepcional à produção dos Estados Unidos, o seu principal fornecedor, ou quando questões relacionadas à escala do mundo geravam uma demanda extra, como ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, a expansão e a retração da produção nordestina, até se voltar para o

mercado interno, quando o país dava os primeiros passos rumo à industrialização, sempre estiveram atreladas aos eventos políticos e econômicos internacionais, notadamente os que ocorriam nos EUA.

Para responder a essa dinâmica produtiva, entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX esboçaram-se os primeiros indícios da mecanização da produção e dos territórios usados para a produção do algodão no Nordeste brasileiro. Na produção, os primeiros passos para a sua mecanização foram dados no beneficiamento, com a adoção do locomóvel, instrumento mecânico movido a vapor produzido pela queima da lenha ou de querosene, que substituiu as bolandeiras manuais e de tração animal na execução da separação do caroço da pluma. No tocante à mecanização dos territórios usados para a produção do algodão, a expansão de ramais das ferrovias para o interior possibilitou a mecanização de trechos dos fluxos do algodão nordestino para os mercados de consumo. No entanto, os limites territoriais dessa expansão para o interior e a falta de integração dessas redes, que se caracterizavam pela disposição dentrítica pelo território, só possibilitaram a mecanização da circulação entre os entrepostos de reprensagem, enfardamento e distribuição do algodão (a exemplo de Campina Grande, que foi contemplada com a chegada da estrada de ferro em 1907 e por muito tempo foi ponta de trilho da mesma) e os portos de embarque para os mercados de consumo, localizados no litoral (Fortaleza, Cabedelo, Natal, Recife etc.). Dessa forma, a circulação do algodão, desde os locais da sua produção direta no campo até esses entrepostos, continuou sendo realizada através do uso de animais de carga, que trafegavam por estradas carroçáveis ou veredas e caminhos. Configurava-se, assim, um tempo lento ditado pelo ritmo do burro, da mula ou do cavalo para o interior e um tempo rápido ditado pela velocidade do trem para o exterior desses espaços derivados.

Nas primeiras décadas do século XX, esposaram o meio produtor de algodão as máquinas de serra e as de cilindros, movidas a vapor gerado pela queima da gasolina e do óleo diesel. A partir da década de 1920, os primeiros artefatos mecânicos movidos a eletricidade, importados da Inglaterra, voltados para o descaroçamento e a extração do óleo do caroço do algodão, e que correspondiam aos descaroçadores e moinhos elétricos, começaram a ser utilizados na produção. A presença desses objetos na produção foi possibilitada pela imposição, ao território regional, de sistemas de engenharia correspondentes às usinas elétricas⁵⁰. Nessa mesma década, presencia-se, no referido meio, a utilização de prensas hidráulicas para fazer o trabalho de prensagem do algodão. A utilização do caminhão e da

⁵⁰ Segundo Santos e Silveira (op. cit., p.39), a industrialização balbuciente brasileira levou à construção de uma constelação de usinas elétricas em todas as regiões do país, que passaram de 1.208 em 1930 para 1.883 em 1940.

estrada de rodagem se iniciou na mesma década em apreço, solidarizando-se com a ferrovia e o trem a partir das estações ferroviárias localizadas nos entrepostos de beneficiamento e distribuição do algodão.

Foi também na década supracitada que as grandes usinas começaram a se formar ou se estabelecer na região. Na década de 1930, as empresas de capital multinacional, a exemplo das norte-americanas SANBRA e Anderson Clayton, e da inglesa Machine Cotton, começaram a estender os seus tentáculos sobre esses espaços produtores.

A fixação dos subsistemas de objetos e ações dessas empresas estrangeiras no Nordeste e na Paraíba contou com a forte participação do sistema de ações públicas, notadamente dos governos federal e estaduais. De acordo com Clementino (op. cit., p. 83), esse sistema de ações públicas ofereceu às firmas estrangeiras (SANBRA e Anderson Clayton) a concessão de incentivos traduzidos na redução de taxas de exportação, empréstimos e facilidades para a importação de máquinas e isenção da taxa local aonde viessem a se instalar. Isso confirma “a cooperação entre o Estado e mercado” na montagem e evolução desses espaços (SANTOS, 1997b, p. 75-76).

As referidas empresas possuíam grande capacidade de produção em virtude de disporem de objetos técnicos mais performantes, porque eram mais modernos do que os modestos descaroçadores existentes anteriormente. Tais condições lhes possibilitaram “(...) açambarcar boa parte da produção algodoeira na região e desenvolver métodos de comercialização e interação com os produtores que provocaram uma seleção de empresas no mercado” (COSTA, 1996, p. 111).

Essas duas empresas agiam de forma que só compravam o algodão em caroço, pagavam um preço bem mais elevado para o algodão em caroço do que o vigente no mercado e financiavam os agricultores em larga escala, comprometendo a produção destes com elas. Após essa fase inicial de favores e benefícios aos agricultores, as referidas empresas, que comandaram os integrantes da cadeia intermediária de comercialização do algodão no Nordeste nas décadas de 1930, 1940 e 1950, utilizavam, com a finalidade de aferir seus lucros especulativos, a prática de deprimir o preço pago ao produtor, criando, para isso, estoques especulativos; financiavam a entressafra através da compra antecipada da produção do algodão ao lavrador; mantinham os preços negociados com o produtor independente das variações para cima, mas não independente das variações para baixo; financiavam os insumos e outros bens a preços extorsivos; entre outros procedimentos (GUIMARÃES NETO, op. cit., p. 72).

Além disso, nas suas estratégias de extração de mais-valia, as referidas multinacionais, especialmente a SANBRA e a Anderson Clayton, além de beneficiar o algodão,

(...) aproveita[vam] a semente transformando-a em óleo, torta e farelo, também aproveita[vam] o línter. Assim operando, podiam amplamente recuperar na produção e na venda desses subprodutos o que pagavam a mais pelo algodão em caroço [na etapa inicial, em que, para conquistar os agricultores, elevaram os seus preços acima dos vigentes no mercado]. Acrescente-se o fato de que essas firmas estrangeiras vieram precedidas de uma organização comercial completa quando se instalaram no Brasil (...). (CLEMENTINO, op. cit., p. 115)

Firmas como a SANBRA e a Anderson Clayton dispunham de ‘capitais quase iguais ao da circulação monetária em nosso país’ (CFCE⁵¹ *apud* CLEMENTINO, op. cit. p.115). O poderio econômico dessas firmas possibilitava-lhes atuar e articular numa/uma ampla escala espacial, que comandavam a partir das suas sedes nos EUA. No espaço cotonicultor nordestino e também no paraibano, as referidas indústrias, para captar a produção algodoeira realizada no campo, distribuía[m] suas filiais nas capitais e principais cidades do interior, dispunham de vários pontos de compra do algodão em caroço nas cidades menores do interior, onde não fixaram estruturas de beneficiamento do algodão, e comandavam as suas operações a partir da sede regional localizada em Recife, que respondia aos comandos estabelecidos pela sede nacional, localizada na cidade de São Paulo. Conformando um modelo dentrítico e hierarquizado de redes de cidade, cujos pontos de articulação final no espaço regional eram os principais portos (Fortaleza, Natal, Cabedelo, Recife etc.), tais firmas drenavam a produção do interior do território usado da região e da Paraíba para os centros consumidores de todo o mundo, “onde dispunham de filiais e de contatos diretos com os industriais tecelões” (op. cit. p., 115).

Assim, por disporem de uma grande capacidade financeira e, conseqüentemente, de objetos produtivos mais performantes e de uma ampla escala espacial de atuação, essas empresas cartelizaram e oligopolizaram o beneficiamento e a comercialização do algodão na região e no Estado em apreço. Ao relatar os impactos da atuação das duas gigantes estadunidenses no beneficiamento do algodão na Paraíba, situação que pode ser estendida para a atuação dessas empresas em todos os Estados que tinham grande produção de algodão na região, Celso Mariz assim se expressa:

⁵¹ Conselho Federal de Comércio Exterior.

(...) ainda mais que a SANBRA, o advento da Anderson Clayton fez tremer os paraibanos. Parecia polvo de mil tentáculos, com uma técnica de truste, favores, isenções e relações que podia utilizar como nenhuma outra. Alastrando-se no Estado como a mais moderna maquinaria americana que vinha extinguir os organismos pequenos, as maquinazinhas de 15 serras, locomóveis, vapores de 2,5 cavalos do nosso interessante parque do último quartel do século XIX e do primeiro do século XX. A Paraíba tinha, em 1935, mais de 800 descaroçadores pequenos. Deu-se com a indústria do algodão o mesmo fenômeno que se produziu com o açúcar. No raio da influência de uma usina de cana, morria o fogo de 50 banguês. A cada chaminé da Anderson Clayton, da SANBRA e de alguns grupos modernos que se aparelharam ao aparecimento destes, paravam 50 vapores em torno. (MARIZ *apud* COSTA, 1996, p. 111)

Por outro lado, a concentração do beneficiamento e da comercialização do algodão nas grandes usinas “fundiu as figuras do beneficiador e do exportador” (CLEMENTINO, *op. cit.*, p. 116), o que fez desaparecer as casas de exportação na região Nordeste e no Estado da Paraíba.

As grandes usinas estrangeiras de algodão, e as que se formaram e se equiparam no Nordeste e no Estado da Paraíba a partir da atuação delas, difundiram uma nova forma de beneficiar o algodão. Além da pluma, que comercializavam tanto para o mercado interno quanto para o externo, passaram a utilizar o caroço na produção do línter, do óleo vegetal doméstico e da torta, comercializando os dois últimos produtos no próprio mercado regional.

A substituição das estruturas anteriores do beneficiamento pelas usinas transferiu, definitivamente, essa atividade do interior das fazendas agrestinas e sertanejas da região Nordeste e do Estado da Paraíba, portanto, do campo, para as cidades dessas sub-regiões, ganhando, assim, um caráter de atividade eminentemente urbana. Foi no bojo dessas mudanças que Campina Grande concentrou o beneficiamento na região e no Estado, e se afigurou como a segunda praça de comercialização do algodão do mundo. No entanto, o deslocamento do beneficiamento do algodão do campo para as cidades, bem como a sua concentração nas grandes usinas, tirou do pecuarista o caroço do algodão que, juntamente com os restolhos do cultivo, alimentava o gado. Com isso, o agropecuarista, que plantava o algodão em regime de parceria e o comercializava já descaroçado, perdeu essa fonte alimentar dos seus rebanhos nos períodos de estiagem, tendo que buscá-la industrializada, em forma de torta, nos mercados, o que onerava a manutenção dos seus rebanhos.

A entrada de grandes investidores nacionais e internacionais, a exemplo das estadunidenses SAMBRA e Anderson Clayton, e da inglesa Cotton Machine, e dos representantes do capital financeiro (grandes bancos) na etapa de financiamento da produção, aprofundaram as contradições no subsistema de ações que envolvia as etapas do ciclo de

produção, industrialização e comercialização do algodão. Além da velha presença dos parceiros, foreiros, assalariados, pequenos e grandes proprietários de terra na produção direta do algodão no campo, na etapa da comercialização surgiram as figuras dos “ajuntadores, comerciantes locais, açambarcadores de feiras ou caminhões (esses a partir da difusão do transporte rodoviário em 1940), compradores das cidades e grandes atravessadores, esses últimos estabelecidos nos centros comerciais de maior convergência do algodão, como Campina Grande-PB. O beneficiamento e a industrialização do algodão (produção de tecidos, torta, óleo vegetal etc.) trazem para a cena do subsistema de ações as figuras do operário e demais trabalhadores ligados à parte administrativa dessas etapas do ciclo de transformação do algodão. Assim, o subsistema de ações usado para manipular o algodão em todas as etapas do seu processo de produção, transformação e comercialização se complexifica, mas não se torna menos indissolúvel e contraditório, em virtude da elevada extração de mais-valia realizada pelos agentes hegemônicos situados no ápice da estrutura de produção, representados pelos grandes investidores nacionais e internacionais e pelo capital financeiro.

Contudo, a mecanização e a monopolização do beneficiamento, e a monopolização da comercialização pelas grandes indústrias, a exemplo da SANBRA, Anderson Clayton e Cotton Machine, além da mecanização e da motorização dos espaços de fluxos do algodão desde os lugares da sua produção, no campo, até os entrepostos de beneficiamento e comercialização só se concretizaram a partir da década de 1940. Quanto à mecanização dos espaços de fluxos usados para o deslocamento do algodão na Paraíba, até a década de 1930, o uso do burro, da mula e do cavalo continuou tendo largo emprego no movimento dessa malvacea das fazendas para os locais de seu beneficiamento e de sua distribuição para os mercados de consumo (ARANHA, 1991). Portanto, até a referida década, só a distribuição do algodão beneficiado para os mercados de consumo se realizava através de espaços de fluxos motorizados e mecanizados, a exemplo do trem e da ferrovia. A mecanização e motorização completas dos espaços de fluxos do algodão no território paraibano ocorreram quando do advento do transporte rodoviário, que se iniciou a partir da década de 1940, e com a expansão e a integração das ferrovias no interior do Estado, fato concretizado a partir do início da segunda metade do século XX. Assim, por ser um meio técnico incompletamente formado, o espaço algodoeiro nordestino, como também o paraibano dentro dele contido, se definia como uma “ilha de mecanização incompleta” (SANTOS e SILVEIRA, op. cit., p. 31) que, juntamente com as demais (as do café, da cana etc.), marcaram a configuração do território nacional antes da sua integração econômica.

Os efeitos da recuperação econômica após a crise de 1929 funcionaram como os últimos eventos externos que possibilitaram o dinamismo e a integração econômicos da “ilha de mecanização incompleta” algodoeira nordestina e paraibana com o mercado mundial. Aliás, ao sabor dos impulsos promovidos pelos momentos de elevação da demanda externa, “(...) desde 1750 até 1940, o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços (...)” (ANDRADE, 1986, p. 125). Depois desse último impulso, ou seja, passado o frenesi inicial da recuperação econômica mundial e, por conseguinte, a diminuição da demanda externa e a continuidade da dominância das regiões que sempre mantiveram a supremacia sobre o mercado mundial do algodão, a exemplo das áreas cotonicultoras dos EUA, as regiões algodoeiras nordestinas e paraibanas (Agreste e Sertão) foram obrigadas a se voltarem definitivamente para o mercado interno. Portanto, introverteram-se e passaram a disputar o mercado brasileiro de consumo do algodão com suas congêneres nacionais, especialmente com o Estado de São Paulo, onde a lavoura algodoeira conheceu uma grande expansão a partir na década de 1930, como veremos logo em seguida.

5.2 A marginalização do espaço cotonicultor paraibano na divisão territorial nacional da produção de algodão branco e a competição (inter)nacional no setor têxtil-confecção

Segundo atestam Andrade (1986 e 2005), Cano (1990) e Guimarães Neto (1989), entre outros, a introversão da produção algodoeira nordestina e, por extensão, da paraibana, iniciou-se logo após o fim da Guerra da Secessão nos EUA, quando reapareceu no mercado internacional a produção norte-americana e se destacaram cada vez mais os algodões egípcio e asiático, que deslocaram a produção brasileira do mercado mundial de consumo dessa fibra.

Em conformidade com Guimarães Neto (op. cit., p. 31), na pauta das exportações brasileiras, o algodão marcou presença na primeira metade do século XIX, declinando um pouco nas décadas de 1840 e 1850, para retomar na década seguinte. A partir dos anos oitenta do mesmo século até a primeira década do século XX, foi insignificante o seu percentual no total do valor dos produtos exportados pelo país.

Assim, em virtude das dificuldades do acesso aos mercados mundiais consumidores do algodão, após o fim da Guerra da Secessão, os seus produtores no Nordeste e na Paraíba tiveram no mercado interno a alternativa para comercializar as suas produções. Guimarães Neto (op. cit., p. 65) considera que essa estratégia dos produtores nordestinos tornou o algodão o produto da articulação comercial do Nordeste com o Sudeste, onde despontava, já

no final do século XIX, uma nascente indústria têxtil ávida por fibras dessa malvácea. Segundo o referido autor,

Mais cedo do que comumente se pensa o Nordeste passa a se constituir em fornecedor de algodão para o mercado interno, sobretudo para a nascente indústria têxtil. A importância do mercado interno, em relação à produção nacional do algodão, em grande parte concentrada nos Estados nordestinos, antes da terceira década do século atual [XX], já era perceptível nos anos posteriores ao auge e à sobrevivência das exportações (...). À época, o Sudeste já se constituía o mercado mais importante para o algodão pernambucano e, provavelmente, o nordestino. (GUIMARÃES NETO, op. cit., p. 65)

Mesmo nos momentos em que as demandas internacionais possibilitaram o crescimento das exportações do algodão, como durante a Primeira Guerra Mundial e nos primeiros anos de recuperação da economia mundial após a crise econômica de 1929, o mercado interno, em função do crescimento da indústria têxtil nacional, crescimento este promovido pelas dificuldades impostas às importações de têxteis nos dois supracitados períodos, continuou representando importante lugar de realização do algodão nordestino como mercadoria nos mercados de consumo.

Se a recuperação econômica do capitalismo nos primeiros anos após a crise de 1929 correspondeu ao último evento que possibilitou a inserção do algodão nordestino na divisão territorial internacional da produção, os desdobramentos internos dessa crise levaram a cotonicultura nordestina também à crise.

Para Andrade (1986, p. 123), a crise de 1929-30, a praga da lagarta rosada e a expansão dos algodoais paulistas promoveram a crise da cotonicultura nordestina, a qual a deslocou do lugar proeminente que ocupava no mercado interno brasileiro já na década de 1930.

Contudo, Guimarães Neto (op. cit., p. 72-73), ao analisar de maneira mais perspicaz a crise da produção algodoeira nordestina no final da terceira década do século XX, aponta que, entre as razões que a produziram, estavam as vantagens da economia do Sudeste, notadamente de São Paulo, para atender aos seus próprios mercados e, sobretudo, a diversificação da estrutura produtiva do Sudeste a partir do declínio das exportações do café, provocado pela crise de 1929, não só na indústria, como também na agricultura, que passa a produzir uma grande variedade de produtos, entre os quais o algodão e a cana-de-açúcar.

Todavia, Moreira e Santos não consideram a crise de 1929 como a causa única para a expansão e elevação da produtividade dos algodoais paulistas. Para os referidos autores,

É evidente que, para explicar os aumentos de produção [do algodão em São Paulo], não se pode deixar de lado a influência da nova conjuntura vivida pelo algodão após a crise do café em 1929. Nesse particular, a crise refletiu-se no país inteiro e não só em São Paulo (...). Entretanto, não vemos outra explicação para os aumentos de rendimento em São Paulo, senão como uma decorrência do aporte de tecnologia baseada nas novas cultivares de algodoeiro, cujas primeiras sementes começaram a ser distribuídas a partir de 1927. Na verdade [as novas cultivares de algodão] aumentaram a produtividade da cotonicultura paulista de 20 a 300%. Este fato possibilitou que o Estado tirasse pleno partido da crise do café, pois na febre do ciclo, em 1930, já tinha à disposição sementes de alto potencial de produção do que as anteriormente cultivadas. Em nosso entender, a crise de 1929 abreviou o tempo de adoção da nova tecnologia que, sem ela, poderia não ter tido aceitação tão plena entre os produtores. (MOREIRA e SANTOS, 1994, p. 143-144)

Na verdade, a precoce montagem de um sistema de ações públicas direcionado para a imposição da racionalidade à cotonicultura em São Paulo pesou muito mais na sua eleição como espaço dominante da divisão territorial da produção de algodão no interior da formação socioespacial brasileira. Essa racionalidade se traduziu através dos programas de melhoramento genético de cultivares do algodão, já levados a cabo pela Seção do Algodão do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), criada em 1923. Esse órgão estatal foi criado entre as décadas de 1910 e 1920 com a incumbência de impor os princípios da racionalidade científica à produção agrícola desse Estado. Assim, já na década de 1930, prenunciava-se uma precoce tendência de as regiões renovadas pelos aportes da técnica e da ciência se destacaram como as mais aptas ao domínio dos circuitos espaciais de produção agrícola.

Entretanto, para os supracitados autores, a imposição da racionalidade, através da tecnologia das cultivares obtidas nos laboratórios do IAC, não resume toda a questão da supremacia paulista na produção do algodão já na segunda metade da década de 1930. Para eles,

Na verdade, não se pode atribuir o êxito da cotonicultura paulista na década simplesmente ao ato de criação em si, das cultivares. Nesse particular, a atividade do melhoramento genético não se resume apenas a esta etapa. Tão importante quanto obter a nova semente é garantir que ela chegue às mãos dos produtores para plantio em larga escala. Em São Paulo atingiu-se este intento com a organização, também, de um bem elaborado esquema de produção, multiplicação e controle da distribuição de sementes das novas cultivares. Na verdade, foram estes cuidados, coadjuvados pelo maior potencial das sementes em distribuição, os grandes responsáveis, de fato, pela elevação no rendimento. É evidente que, para isto, devem ter

contribuído outros fatores como, por exemplo, as mudanças nas práticas culturais cujas pesquisas, aliás, já vinham em andamento desde 1917. No entanto, repousou, mesmo, na adoção da tecnologia baseada na nova semente, o grande responsável pelo progresso alcançado na melhoria do rendimento. (MOREIRA e SANTOS, op. cit., p. 144-145)

Ao contrário de São Paulo, no Nordeste continuaram predominando as formas arcaicas de escolha das sementes para o cultivo. Geralmente se semeavam sementes hibridizadas, ou seja, misturadas na boca das máquinas quando do beneficiamento do algodão, daí serem nomeadas de sementes de boca de máquina. Também faltavam uma estrutura completa para a produção, multiplicação e distribuição de sementes mais produtivas aos agricultores e normas de classificação mais rigorosas, entre outros aspectos, embora a procura por solucionar esses problemas já tenham acontecido na mesma década de 1930, como é exemplar o caso da Paraíba. Nesse Estado, a distribuição de sementes melhoradas obtidas em outros Estados e a imposição de normas de classificação dos algodões herbáceo e arbóreo já eram realizadas no final dessa década. Contudo, os velhos e tradicionais hábitos de cultivo do algodoeiro continuaram predominando nesse Estado, como em toda a região nordestina.

Assim, a persistência e os efeitos negativos das rugosidades socioespaciais contribuíam para a manutenção do atraso da cotonicultura nordestina e paraibana em relação à sua congênere paulista.

Segundo atestam Moreira e Santos (op. cit., p. 156-158), nas regiões cotonicultoras nordestinas (Sertão e Agreste), o possível efeito das arcaicas relações [ações] de produção vigentes funcionava como um impedimento para a melhoria tecnológica da fibra algodoeira. A exploração algodoeira no Nordeste estava entregue aos meeiros, sujeitos a toda forma de exploração, em especial na ocasião da comercialização do algodão. Por isso, esses agentes sociais não tinham o menor interesse em semear as suas lavouras para a produção de um algodão de melhor qualidade. Essa postura requeria novos custos, principalmente na colheita e, assim, não adiantariam maiores cuidados com a lavoura, uma vez que, de qualquer modo, o contrato de parceria estabelecia que metade do que fosse produzido seria apropriado pelo dono da terra. Em virtude disso, mesmo dispondo de novas sementes, os meeiros continuaram preferindo utilizar as tradicionais sementes “boca de máquina”, distribuídas pelas usinas, com certo grau de mistura, e que, por isso, chegavam a comprometer seriamente a qualidade do algodão nordestino. Por outro lado, para os proprietários das terras, o algodão tinha uma importância secundária em relação à pecuária. Para esses sujeitos, sobretudo pecuaristas, envolvidos com a produção do algodão, interessava mais preservar o capital imobilizado nos

rebanhos que a melhoria das condições de exploração da cotonicultura. Isso funcionou, por todo o período de vigência do complexo gado/algodão/culturas de subsistência do Nordeste, como um dos empecilhos para o avanço da base técnica da lavoura algodoeira regional, porque qualquer nova tecnologia só seria aceita se, antes, conciliasse os interesses do dono da terra no que se refere aos rebanhos de sua propriedade. Além disso, o próprio desinteresse das usinas nordestinas, ou do capital comercial que elas representavam, por matéria-prima de melhor qualidade funcionou como um dos vetores que impediram a modernização da cotonicultura nordestina, uma vez que a nova condição tecnológica exigida poderia acarretar preços mais elevados para o algodão e, com isso, o sério risco de diminuir as suas elevadas taxas de lucro. Foi por isso que o capital comercial se encarregou de propagar, através da distribuição, em suas usinas, as sementes tradicionais e já misturadas, com as quais ficava anulada qualquer possibilidade de melhoria da qualidade do algodão. É oportuno destacar também que o Estado falhou no sentido de modernizar o cultivo do algodão no Nordeste e na Paraíba, pois, apesar dos inúmeros mecanismos de que lançou mão para garantir essa modernização, não cumpriu o papel a que estava destinado. Na verdade, o Estado, apropriado pelos “coronéis do algodão”, não estava interessado em promover mudanças porque isso poderia implicar em ameaças à estrutura do poder, concentrada no latifúndio, e na consequente perda do prestígio político local. Dessa maneira, o capital comercial foi vítima de seus próprios desígnios, pois teve a embargar-lhe os passos não mais que as arcaicas relações [ações] de produção que ajudou a recriar na sua luta pela apropriação dos excedentes gerados na exploração algodoeira. Em suma, todas as questões apontadas devem ter contribuído para o resultado desprezível, ou quase nulo, das tentativas de melhoria do algodão produzido no Nordeste, na década de 1930.

Por outro lado, conforme relatam ainda os dois referidos autores (op. cit., p. 158), a situação em São Paulo foi um tanto diferente do caso nordestino, pois logo cedo as condições dominantes favoreceram a emergência do pequeno produtor que, empregando as ações/relações de produção de cunho familiar, era capaz de cultivar alguns alqueires, independente do grande fazendeiro. Esse pequeno produtor, na década de 1930, já estava elevado à condição de arrendatário, porém inserido ainda na órbita da pequena produção e, nessa situação, muito mais vulnerável ao progresso técnico do que na meação e suas sequelas, como no caso da lavoura nordestina. Era do arrendatário que se obtinham os mais elevados rendimentos para o algodoeiro e as mais altas porcentagens de tipos finos em cultivo, o que vem mostrar que essa categoria social, de fato, absorveu bem a modernização advinda da estrutura de pesquisas que vinha funcionando em São Paulo desde 1917. Daí a explicação para

o extraordinário salto qualitativo apresentado pelo algodão na década de 1930, em São Paulo, a ponto de desbancar a hegemonia da produção nordestina.

Além da melhoria qualitativa, que se refletiu na quantidade produzida, é preciso considerar os aspectos relativos à expansão territorial da cultura algodoeira no Estado de São Paulo. Sobre esse fato, Santos e Silveira (2001, p.125-126) destacam que, apesar de um cinturão algodoeiro presente na região Nordeste (Paraíba, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, mas também Alagoas e Sergipe), servindo a sua produção a uma precoce indústria têxtil enraizada na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo, cerca de 60% da área cultivada com algodão no Brasil, em 1940, correspondiam ao Estado de São Paulo.

Assim, a cotonicultura paulista, praticada com recursos técnicos mais sofisticados, ganhava o poder para colocar a sua produção no mercado externo, portanto, a capacidade de competir nesse mercado e, ao mesmo tempo, constituía-se na produção hegemônica no mercado interno, capaz de suprir os reclamos do consumo produtivo da precoce indústria têxtil já enraizada nesse último mercado. Por outro lado, a cotonicultura nordestina presenciava o arrefecimento dos impulsos à sua “articulação comercial” no mercado interno, especialmente com o Sudeste e, nele, com as indústrias têxteis paulista e carioca (GUIMARÃES NETO, op. cit., p. 72). Como já discutido, esses impulsos se constituíram quando, sem acesso ao mercado externo, face à crise do setor de exportação, a produção de algodão nordestina teve no mercado interno, especialmente o do Sudeste, a saída para a sua realização como mercadoria.

No que toca, em específico, à cotonicultura paraibana, em 1936, a mesma perdeu o primeiro lugar na produção nacional para a paulista. Na década de 1940, a Paraíba perdeu o posto de principal produtora de algodão do Nordeste para o Ceará (FARIAS e SÁ, 2007, p. 353). Contudo, havia, no nosso entender, pelo menos dois fatores que justificavam a permanência da inserção do algodão paraibano nos mercados internos, entre as décadas de 1940 e 1980, esta última marco temporal da sua total falência, mesmo com a sua produção direta no campo se caracterizando pelas rugosidades sócio-técnicas: a associação com a pecuária e a qualidade da fibra longa da variedade arbórea do algodão plantado no Sertão e, especialmente, no Seridó. Quanto ao primeiro fator, sabe-se que, para o grande proprietário de terra, a pecuária representava a atividade mais importante e o algodão, uma atividade secundária. A manutenção da cotonicultura representava a possibilidade de dispor dos restolhos deixados por ela, após as colheitas, para alimentar e manter os rebanhos, especialmente nas estações secas. Quanto ao segundo, as fibras do algodão arbóreo, por serem longas e resistentes, apesar dessas qualidades serem, muitas vezes, depreciadas em processos

inadequados de beneficiamento realizados no Estado, eram muito procuradas e aceitas pelas indústrias têxteis.

Nos anos que se seguiram, a produção cotonicultora nordestina teve que enfrentar a competição de mais um espaço nacional que se afirmava preenchido com aportes da técnica e da ciência. Tratava-se do espaço cotonicultor paranaense que, a partir dos trabalhos de melhoramento genético do algodoeiro, realizados nos laboratórios do Instituto Agrônomo do Paraná (IAP), e da organização da estrutura do aumento das sementes das variedades geneticamente melhoradas, da distribuição dessas sementes a seus agricultores e da classificação do algodão, passou a ocupar papel de destaque no montante do algodão produzido no país. Como em São Paulo, no Paraná, “(...) com poucas exceções, o cultivo do algodão era feito em pequenas propriedades, por pequenos e médios produtores utilizando a mão-de-obra familiar (...)” (ALVES, 2006, p. 22). Nesses anos que se seguiram à década de 1930 e antecederam a integração do território nacional, a produção de algodão brasileira foi crescente, “(...) tendo os Estados de São Paulo, Paraná e Ceará, respectivamente, como maiores produtores nacionais (...)”, ao mesmo tempo, “(...) o algodão firmou-se como cultura voltada para exportação (...)” (op. cit., p. 22).

Assim, no momento que antecedeu a verdadeira integração do território brasileiro, comandada pelo capital industrial, a “ilha de mecanização incompleta” (SANTOS e SILVEIRA, 2001) algodoeira nordestina, especialmente o seu pedaço representado pelo Agreste e Sertão paraibanos, que compunha uma das “ilhas do arquipélago brasileiro de mecanização incompleta” (op. cit.), em virtude da estrutura do seu subsistema de objetos e ações, expressa pelas técnicas arcaicas de produção no campo, pela ausência de uma estrutura completa de produção, aumento e distribuição de sementes melhoradas de algodoeiros, de esquemas de classificação mais rigorosos das fibras destinadas para o mercado e pelas relações de produção pré-capitalistas de parcerias que, em conformidade com Moreira e Santos (1994), dificultavam a adoção de cultivares geneticamente melhoradas, adquiridas em outros Estados, perde espaço, no cenário da produção algodoeira nacional, para as “ilha de mecanização incompleta” algodoeira do Centro-Sul, representada pelos Estados de São Paulo e Paraná, na qual o subsistema de objetos e ações já apresentava certa densidade de técnica e de ciência, ou seja, cultivares do algodão melhoradas geneticamente em laboratórios, estrutura de produção, aumento e distribuição de sementes melhoradas em laboratórios, formas de classificação mais rigorosas das fibras do algodão, ações essas levadas a cabo por órgãos do Estado, e relações sociais de produção familiar, organizadas no interior das pequenas e médias propriedades pertencentes ou arrendadas pelos produtores, que eram mais estimuladoras para

a adoção dos novos aportes técnicos representados pelas cultivares geneticamente modificadas em laboratórios, possibilitando o ganho de produtividade da cultura algodoeira nesses Estados.

No pós Segunda Grande Guerra Mundial, “(...) sobre(veio) a integração nacional, graças à construção de estradas de rodagem, à continuação do estabelecimento das ferrovias e a uma nova industrialização (...)” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 28). Nesse momento, difunde-se também a renovação dos velhos, a criação de novos e a integração dos sistemas de engenharia voltados para a produção de energia e informação. A nova ou renovada materialidade técnica imposta ao território nacional o transforma, no dizer de Santos (1998 e 1999), em “meio técnico”, meio geográfico que se caracteriza pela “mecanização da produção e do território”, montado para servir como a base espacial adequada para a produção e a reprodução da atividade industrial concentrada no Sudeste, especialmente no Estado de São Paulo.

Com a integração do território nacional, possibilitada pela renovada ou nova materialidade imposta ao território, condicionada pela divisão territorial da produção comandada pelo capital industrial centralizado e concentrado no Sudeste, especialmente em São Paulo, rompeu-se a configuração espacial anterior, borraram-se as ilhas regionais de mecanização incompleta que compunham a estrutura em arquipélago do território brasileiro, substituíram-se os “circuitos regionais” pelos “circuitos espaciais de produção”⁵² superiores e “círculos de cooperação” (SANTOS, 1997a, 1997b, 1998 e 1999; SANTOS e SILVEIRA, 2001) econômicos que passaram a recobrir todo o território brasileiro.

A complementaridade entre os lugares, exigida pela nova divisão territorial da produção que foi imposta ao espaço geográfico brasileiro, refletia as necessidades das grandes empresas nacionais e internacionais. Foi o sistema federal de ações públicas que se responsabilizou por viabilizar essa complementaridade, ao dotar o espaço nacional de sistemas de objetos necessários à plena realização da produção, circulação, distribuição e do consumo, seja montando os sistemas de movimento de bens, pessoas e informações, construindo os sistemas de engenharia necessários à produção ou distribuição de energia ou atuando como empresário no segmento da indústria de base, este responsável por fornecer as

⁵² “O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de circuitos espaciais de produção. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final (...)”. Ver SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997a, p. 49.

matérias-primas necessárias às indústrias produtoras de bens de consumo e de produção, setores dominados pelos grandes grupos empresariais nacionais e internacionais.

A montagem do sistema de movimento rodoviário, a imposição dos sistemas de objetos voltados para a produção e a circulação de informação e de energia, ambas parte das feições territoriais do meio geográfico técnico montado no momento da integração da economia nacional, contribuíram para reforçar a posição secundária que o espaço cotonicultor nordestino já ocupava na conjuntura da produção nacional dessa malvácea antes dessa integração. De acordo com Costa,

(...) a partir dos anos 50 [do século XX], a situação agrava-se. O processo de integração da economia nacional ocorre em alta velocidade, fazendo que acelere-se (*sic!*) o processo de comunicação. A passagem do transporte ferroviário ao transporte rodoviário pareceu aproximar distâncias e colocou áreas produtivas [do algodão], antes distantes, próximas de outras, às vezes menos produtivas, levando dificuldades para essas últimas. (COSTA, 1996, p. 113)

Na conjuntura geral, a integração econômica do território nacional sob a hegemonia da indústria paulista aprofundou os desníveis regionais do desenvolvimento e definiu para as demais regiões o exercício de funções complementares no interior da divisão territorial da produção nacional. Desse modo, a região Nordeste, além de mercado de consumo para a indústria do Centro-Sul, passou a fornecer-lhe matérias-primas e, principalmente, mão-de-obra barata.

A industrialização, pelo seu caráter altamente concentrador e centralizador do capital nas grandes empresas e, espacialmente, no Sudeste do país, notadamente no Estado de São Paulo, expôs o quadro de atraso da economia da região Nordeste. Nesta região, as rugosidades socioespaciais, muitas delas herdadas do período colonial, continuavam plenamente em vigor, especialmente nos seus espaços agrários, inclusive no seu espaço cotonicultor. Tais rugosidades socioespaciais, a exemplo das relações/ações sociais de produção pré-capitalistas, representadas pelas diversas formas de parceria que conviveram ou sucederam a escravidão; da forma usada para a apropriação dos excedentes pelo capital mercantil, a qual se realizava através da compra direta da produção do pequeno produtor de algodão a preços depreciados e do financiamento da sua produção como forma de prender os produtores a esse capital, gerando o seu empobrecimento; e dos sistemas técnicos arcaicos usados na produção, a exemplo da continuidade do uso de sementes “boca de máquina”, como era tradicional aos plantadores de algodão da região etc., impossibilitaram a dinamização das suas forças

produtivas, inclusive as vinculadas ao algodão, uma vez que não permitiram a criação de um mercado de consumo interno capaz de atuar como estimulador dessa dinamização da economia regional.

Assim, a integração econômica revelou um panorama nada animador da economia da região: baixo nível de renda interna, baixo nível de capacidade de investimentos na economia, desníveis de renda muito mais profundos que na região Sudeste, parque têxtil atrasado em termos de técnicas e em quantidade de produção etc. Como apontam Furtado (1989), Andrade (1986 e 2005) e Araújo (2000), entre outros estudiosos, para agravar ainda mais esse quadro, os dois principais produtos da sua agricultura comercial – o algodão e a cana-de-açúcar – estavam em crise, esta provocada pela competição com as áreas produtoras de São Paulo e mesmo pelas oscilações causadas pelas secas prolongadas que assolavam tanto o Agreste como o Sertão nordestinos naquele momento. Na verdade, a ação das forças naturais (as secas), atuando nas oscilações da produção do algodão no Nordeste, revelava a contraditoriedade, incoerência e senilidade do seu subsistema de objetos e ações, os quais tornavam a região incapaz de possibilitar a correção dos efeitos das ações dessas forças naturais.

Os pequenos produtores de algodão do Nordeste e da Paraíba não dispunham, em sua maioria, da propriedade da terra. Continuavam intermediando as ações produtivas com técnicas e instrumentos arcaicos, estavam expostos a formas de relações de produção de parceria, empobrecidos pelas relações desvantajosas que travavam com o capital mercantil, vulneráveis às ações dos atravessadores, desassistidos pelo sistema de ações públicas de financiamento e da comercialização da sua produção, destituídos de uma estrutura que lhes possibilitasse o acesso a sementes mais produtivas, impedidos de usar os sistemas de engenharia construídos, especialmente no Sertão, para combater as secas (como os açudes) etc. Assim, não detinham as condições necessárias para corrigir os efeitos causados pelas secas periódicas que contribuía, também, para as oscilações da sua produção.

Nesse contexto, a integração econômica do território nacional deixava expostas as rugas sociais e técnicas do envelhecido espaço cotonicultor nordestino e, no interior dele, do paraibano. Tais rugas funcionavam como uma desvantagem competitiva na sua disputa pelo mercado interno com outros espaços cotonicultores nacionais que já se apresentavam preenchidos por alguns aportes de renovações técnicas, a exemplo do paulista e do paranaense. Assim, a força de sua inércia socioespacial funcionava como um empecilho na sua competição com lugares que apresentavam uma “produtividade espacial” renovada, aprofundando a sua posição secundária no contexto da produção nacional de algodão.

O aprofundamento da crise da cotonicultura nordestina e, em especial, da paraibana, após a integração do território nacional, foi constatada por Orlando Valverde, em sua passagem pela Paraíba, em 1954. Como aponta o referido autor (1985, p. 139-140), “em alguns trechos do Agreste paraibano, mais precisamente no Curimataú, houve um total abandono da cultura do algodão”. Nessa microrregião do Agreste, “em princípios de 1954 não se encontrava nenhum campo plantado com [essa] malvácea”. Ainda segundo esse estudioso, no Brejo paraibano, porção mais úmida do Agreste, já nos meados de 1930 “a cultura do agave deslocou o algodão, de rendimentos mais incertos”.

Por outro lado, no momento da integração econômica e espacial do Brasil, o rugoso e atrasado parque têxtil nordestino entrou em crise, o que provocou a queda da sua capacidade de consumo produtivo de algodão. A queda da demanda do consumo de algodão pela indústria têxtil regional também rebateu sobre os seus rugosos espaços cotonicultoras, inclusive, como aponta Costa (1996), sobre o espaço cotonicultor paraibano, provocando a retração regional da produção e do seu plantio.

Assim, em conformidade com Guimarães Neto (op. cit.), com a integração do território nacional, os espaços cotonicultores do Nordeste, dada a crise que se desenhou com essa integração, transformaram-se em fornecedores de mão-de-obra barata para a indústria do Sudeste e para as áreas de ocupação mais recentes, as chamadas frentes pioneiras, do Centro-Oeste e da Amazônia.

As rugosidades sócio-técnicas da cotonicultura do Nordeste e o atraso da sua indústria têxtil representaram dois dos problemas que motivaram a montagem do sistema federal de ações públicas voltado para planejar a modernização da economia da região. Para isso foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), autarquia que seria o instrumento utilizado pelo Governo Federal para concretizar as suas ações de racionalização da economia regional. Caberia à SUDENE pesquisar as potencialidades econômicas da região; elaborar planos de reestruturação da sua economia; financiar, através do FINOR⁵³, os projetos da sua modernização econômica, incluindo a renovação da sua estrutura espacial de transportes, energia e comunicação, a criação de distritos industriais no interior do seu espaço, entre outras ações.

O sistema de ações públicas de planejamento e financiamento da reestruturação produtiva do Nordeste, levado a cabo pela SUDENE, principalmente no momento da instauração do regime militar, em 1964, acabou transferindo as grandes empresas de capital

⁵³ Fundo de Investimento no Nordeste.

nacional e internacional, fixadas territorialmente no Centro-Sul, especialmente em São Paulo, para a região Nordeste. As vantagens de financiamentos e isenções fiscais oferecidos por essa autarquia funcionavam como estímulos para que essas empresas se desconcentrassem do Estado de São Paulo e se fixassem no espaço nordestino. Nessa tessitura, a própria indústria têxtil nordestina, face à atuação das empresas de grande capital nacional e internacional no interior da sua configuração territorial, quando não foi encampada pelas mesmas, teve que se modernizar para continuar competindo com elas ou faliu pela incapacidade de enfrentar essa competição. Como se sabe, a grande indústria nacional e internacional que passou a atuar no espaço regional nordestino, principalmente nas capitais dos Estados e nas cidades médias mais importantes, a exemplo de Campina Grande-PB, estimulada pelas benesses oferecidas pela SUDENE, comprava as suas matérias-primas em outras regiões e destinava o seu produto, seja para o consumo produtivo ou o consumitivo, para o mercado do Centro-Sul.

Para engrossar o cadinho do processo de marginalização espacial da cotonicultura nordestina e, no interior dela, da paraibana, a partir da década de 1960, a indústria têxtil brasileira expande o seu uso da fibra sintética. Dessa forma, “a competição entre as fibras naturais, onde o algodão possui acentuada predominância, e fibras químicas, acentuou-se no início [dessa] década (...)” (SANTOS e SANTOS, 1999).

Um exemplo concreto da posição secundária que a cotonicultura da Paraíba ocupava no cenário da divisão territorial da produção de algodão no Brasil no momento imediatamente posterior à integração do seu território, foi o da saída da Anderson Clayton do território desse Estado já década de 1960. A referida empresa transferiu suas localizações para o Estado de São Paulo⁵⁴.

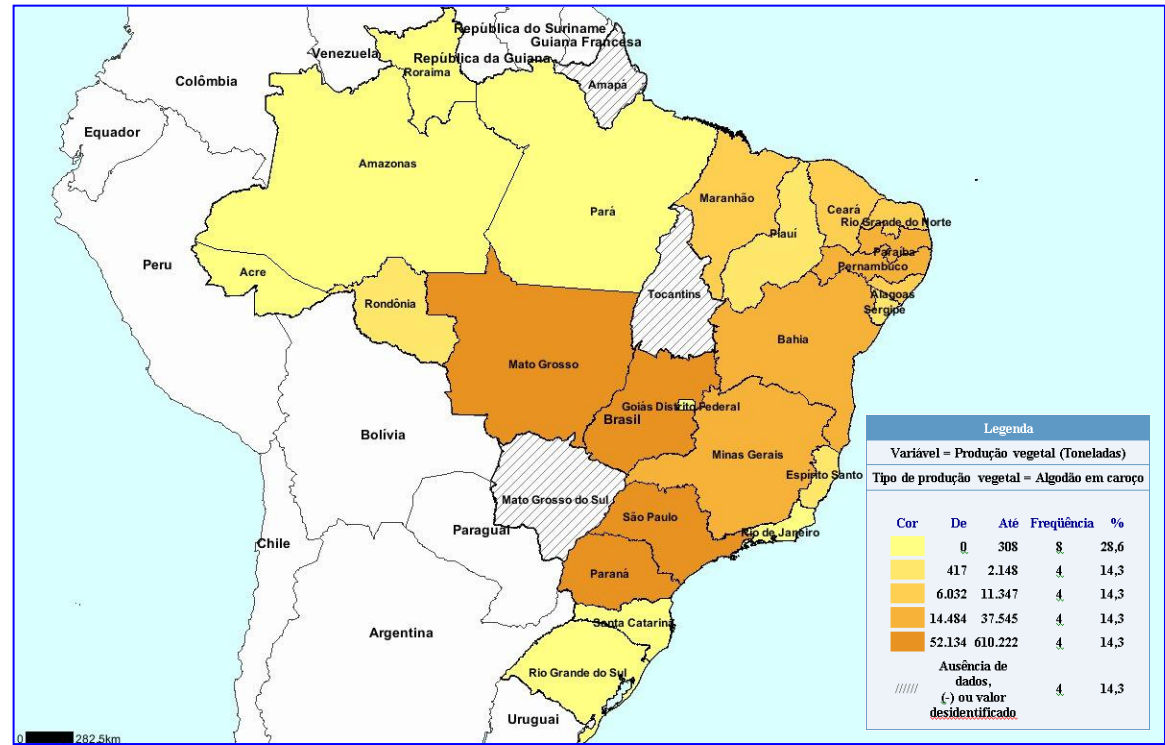
Assim, em 1970, o Nordeste, exceto o Estado da Bahia, já apresentava uma posição bastante secundária no contexto da produção nacional de algodão. Nesse ano, “os principais produtores nacionais, conforme mostra o **mapa 02**, eram o Paraná e São Paulo” (ALVES, op. cit., p. 22).

Em 1970, instala-se sobre o território nacional o meio técnico-científico (SANTOS, 1993; SANTOS e SILVEIRA, 2001). Os objetos geográficos que povoam esse meio são elaborados através da união entre a técnica e a ciência e são intencionalmente fixados ao território para servir às ações dos atores hegemônicos da política, cultura e economia. Nesse sentido, opera-se no Brasil, nesse período, a tecnicização e cientificização das suas paisagens humanizadas. O povoamento do meio geográfico brasileiro com artefatos elaborados pela

⁵⁴ Informação fornecida por um antigo operário da Anderson Clayton de Patos-PB, em entrevista realizada pelo autor, em janeiro de 2008.

razão técnica e científica impôs à sociedade brasileira, como condição para a manipulação desses objetos, a racionalização do seu sistema de ações. Nesse sentido, “o território ganh[ou] novos conteúdos e imp[ôs] novos comportamentos [às pessoas]” (SANTOS e SILVEIRA, op. cit., p. 52). Contudo, esse meio geográfico se instalou de maneira desigual sobre o território nacional, reconfigurando a sua diferenciação regional, uma vez que se manifestou em “áreas contínuas no Sudeste e no Sul ou em manchas e pontos no resto do país” (op. cit., p. 53). Como numa reação em cadeia, a imposição dessa nova geografia ao território nacional, nesse período, remodelou muitas frações do seu espaço agrário. Conforme atestam Santos e Silveira,

Os anos 70 são também um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário, na expansão das fronteiras agrícolas e na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes- os bóias-frias (...). (SANTOS e SILVEIRA, op.cit., p, 49)



Mapa 02: Produção de Algodão em Carço por Unidade da Federação – 1970
 Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1970. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br Acesso em: 07/07/2010

Para impor a racionalidade técnico-científica à agricultura nacional como um todo, “foi criada, pelo Governo Federal, em 1972, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)” (CORRÊA e COUTO, 2001, p. 4). Para impor a racionalidade à cotonicultura em específico, foi criado, em 1975, o Centro Nacional do Algodão, “(...) cujo objetivo era

centralizar pesquisas agropecuárias nessa cultura, organizando o seu desenvolvimento” (op. cit., p. 4). Contudo, como observam Santos e Silveira,

Dentre as vicissitudes históricas das relações entre o Estado e o mercado, na “invenção” de sementes destaca-se, em certos casos, uma separação territorial entre a pesquisa científica de origem pública e a produção das empresas. Enquanto as maiores produções de sementes melhoradas de algodão desenvolviam-se em São Paulo, Paraná e Goiás, é em Campina Grande (PB) que a Embrapa localiza o seu centro especializado (...). (SANTOS e SILVEIRA, op.cit., p. 90)

Essa separação territorial entre a pesquisa e a produção das variedades de algodão no período técnico-científico da história do uso do território brasileiro se refletia no próprio aprofundamento da crise da cotonicultura paraibana no período em apreço. Enquanto São Paulo, Paraná e Goiás dispunham de sementes mais produtivas, adquiridas através das pesquisas de melhoramento realizadas pela CNPA⁵⁵ da EMBRAPA, na Paraíba, entre 1970 e 1980, a produção algodoeira apresentou safras oscilantes e “(...) viu se estender os cultivos do algodão herbáceo e a redução da variedade arbórea” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 156). A expansão da variedade herbácea refletia a paulatina perda de mercado da variedade arbórea, justamente a mais adaptada às condições edafoclimáticas do interior semiárido do Estado e que outrora marcara a especificidade produtiva da produção algodoeira paraibana, pela característica de apresentar fibras longas, bem aceitas pela indústria têxtil. De acordo com Moreira e Targino,

Fatores climáticos relacionadas às estiagens prolongadas, além das oscilações dos preços no mercado e do atrasado processo organizacional e tecnológico da produção, são considerados como as principais causas do declínio do algodão, sobretudo da variedade arbórea, nesse período (...). (MOREIRA e TARGINO, op. cit., p. 156)

Na verdade, preferimos acreditar que a vulnerabilidade às estiagens prolongadas e às oscilações dos preços no mercado refletia a rarefação técnica e, conseqüentemente, a letargia do espaço cotonicultor paraibano. Este, preenchido por estruturas técnicas e organizacionais de outros períodos – “consórcio gado/algodão/culturas de subsistência; precárias formas de acesso à terra; relações pré-capitalistas de parceria; indisponibilidade de acesso do produtor direto ao crédito rural subsidiado; baixa produtividade da espécie de algodoeiro

⁵⁵ Centro Nacional de Pesquisa do Algodão.

predominantemente cultivada (arbórea); presença da atravessadores na comercialização, dificultando as margens de lucro do produtor (COSTA, 1996; MILHMEM, 1997 e SANTOS, 1995); indisponibilidade de técnicas que permitissem corrigir os efeitos das forças naturais, a exemplo das técnicas de irrigação; impossibilidade de usar a água dos sistemas de engenharia hidráulicos (os açudes), cujo usufruto era atribuído ao grande proprietário de terra; além da impraticabilidade das técnicas próprias do meio técnico-científico – “as pesquisas da EMBRAPA que, restritas ao algodão, não levaram em consideração a complexidade desse sistema produtivo, que consorciava essa cultura com a pecuária e com as culturas de subsistência” (SANTOS, 1995), entre outros, não dispunha das condições para reverter os efeitos das secas prolongadas e a fragilidade para enfrentar as oscilações dos preços no mercado. No rastro da crise do algodão, a indústria que o beneficiava na Paraíba também entra em crise. A maior expressão dessa crise foi a retirada da SANBRA do território do Estado na década de 1970.

A cotonicultura, apesar de ocupar uma posição secundária (marginal) na divisão territorial da produção nacional, condição que começou a ser gestada na década de 1930 e se aprofundou com a integração econômica do território nacional, constituiu-se como uma das principais atividades agrícolas da Paraíba até o começo da década de 1980. Contudo, nesta década, os efeitos da prolongada seca de 1979-1983 e a praga do bicudo⁵⁶ atuaram como o evento que decretou a sua falência e, conseqüentemente, a sua marginalização da divisão territorial da produção brasileira de algodão.

Na verdade, os efeitos da seca e a ação da praga do bicudo só foram devastadores da cultura algodoeira paraibana em virtude da letargia das rugosas técnicas que preenchiam o sistema de objetos que formava o seu espaço de produção, que não possibilitavam corrigir as ações das forças naturais e não permitiam um efetivo e eficaz combate à praga. Conforme atesta Lemos (1986), as técnicas conhecidas e utilizadas pelos pequenos produtores de algodão na Paraíba não lhes serviam para combater, com sucesso, a ação devastadora do bicudo. Farias e Sá (2007, p. 354) defendem o mesmo ponto de vista, ao afirmarem que os saberes e fazeres histórica e empiricamente construídos pelo cotonicultor, geralmente um pequeno produtor, não lhes serviram para combater a praga do bicudo. Por outro lado, a

⁵⁶ “o bicudo (*Anthonomus grandis* Boheman) é um inseto originário do México. Nos Estados Unidos, as primeiras evidências de sua presença datam de 1894. Em 1949-50, foi encontrado na América do Sul, mais precisamente na Venezuela e na Colômbia. Em fevereiro de 1983 fez a sua aparição em Campinas, São Paulo, e pouco tempo depois, em junho, na Paraíba, no Ingá”. Ver LEMOS, M. A. **Efeitos sócio-econômicos da crise da cotonicultura com a praga do “bicudo”**. Estudo de caso: município do Ingá-PB. 1986. 95 f. Dissertação. Departamento de Economia e Finanças. Centro de Humanidades. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, p. 46.

hierarquia e a contraditoriedade do seu indissolúvel sistema de ações, pelo seu caráter altamente explorador e empobrecedor do produtor direto do algodão, não permitia a sua capitalização e, conseqüentemente, a sua disponibilidade de capital para adquirir as técnicas próprias do período técnico-científico usadas para corrigir os efeitos das longas estiagens e para combater a praga do bicudo. As técnicas para combatê-la já vinham sendo produzidas através das pesquisas científicas realizadas pelo Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, a exemplo da criação de espécies de algodoeiros mais resistentes à ação desse inseto. As regiões cotonicultoras mais capitalizadas do Centro-Sul e que, por isso, puderam preencher os seus espaços com as formas-conteúdos do período técnico-científico, tiveram mais sucesso no combate e na convivência com a praga do bicudo que o Sertão e o Agreste nordestinos e paraibanos. Corroborando com nosso ponto de vista, Lemos assim se expressa:

A região Centro-Sul utiliza técnicas modernas de produção, obtendo altas taxas de produtividade, em explorações capitalizadas, com sistema de comercialização organizado e com acesso ao crédito agrícola. Em resumo, possui uma estrutura capaz de conviver com o bicudo, já que obtém retorno econômico satisfatório. No Nordeste, as condições são totalmente diferentes; os níveis de capitalização e de produtividade tornam muito difícil ou mesmo impossível se produzir algodão, economicamente, em presença da praga do bicudo. (LEMOS, 1986, p.13)

Não só as regiões do Centro-Sul preenchidas pelos signos da técnica e da ciência, a exemplo das localizadas no Estado do Paraná e Mato Grosso, estavam mais aptas para enfrentar a praga do bicudo que o Agreste e o Sertão paraibanos; além delas, algumas áreas produtoras, fixadas em alguns Estados da própria região Nordeste, também conseguiram melhores desempenhos no combate ou na convivência com o bicudo do que a Paraíba, pois nelas

(...) houve maior determinação do poder público na tomada de decisões mais imediatas de apoio à pesquisa e ao uso de recursos técnicos defensivos no comportamento da cultura, [sendo, por isso] possível se obter resultados positivos, senão erradicando-se a praga do bicudo, mas encontrando formas de convivência com a mesma. (MOREIRA e TARGINO, op. cit., p. 158)

Portanto, a ação do bicudo só teve efeitos devastadores, ou seja, provocou o quase desaparecimento do algodão da geografia econômica do Estado da Paraíba, porque se deu sobre um espaço caracterizado pelas rugosidades sócio-técnicas e pela presença rarefeita dos aportes técnico-científicos contemporâneos. Além disso, não houve deliberação do sistema de

ações públicas do Estado no sentido de fornecer ao cotonicultor paraibano o acesso às “práticas e técnicas de cultivo mais aprimoradas, a exemplo da utilização de sementes melhoradas, inseticidas em dosagem correta, práticas de cultivos mais modernas etc.” (op. cit., p. 158). Tudo isso não deixa de ser uma situação paradoxal, uma vez que

Na Paraíba, o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, localizado em Campina Grande, vem desenvolvendo pesquisas, de resultados já comprovados, com variedades precoces do algodão herbáceo e do arbóreo, que permite a retomada da produção e sua convivência com a praga (...). (MOREIRA e TARGINO, op. cit., p. 158)

Os efeitos da praga do bicudo sobre o rugoso e letárgico espaço cotonicultor paraibano provocaram a queda drástica na sua produção, tanto do algodão herbáceo quanto do arbóreo (**ver gráfico 01**). Por outro lado, promoveram, juntamente com as técnicas empregadas para o combate à referida praga, que consistiam em derrubar e queimar os algodoais após as colheitas, e até em proibir o seu plantio, e com a depreciação do valor, pelo mercado de têxteis, das fibras longas, a substituição do algodão arbóreo perene pelo herbáceo de ciclo vegetativo curto. Essa substituição criou um inconveniente espacial para a produção do algodão herbáceo em regiões de clima semiárido e de escassez de capitais fixos e constantes modernos nas mãos do pequeno produtor, como partes do Agreste e do Sertão paraibanos, uma vez que o algodão herbáceo “é uma planta anual que exige compras de sementes e outros insumos, além de tratos maiores que o arbóreo” (LEMOS, op. cit., p. 5). De acordo com Rolim (1997, p. 9), “(...) a produção [de algodão] que ainda existe na região é da variedade herbácea, cuja cultura exige um grau de tecnologia e capitalização maior e, além disso, é plantada em outras sub-regiões do Nordeste, particularmente no Oeste da Bahia”.

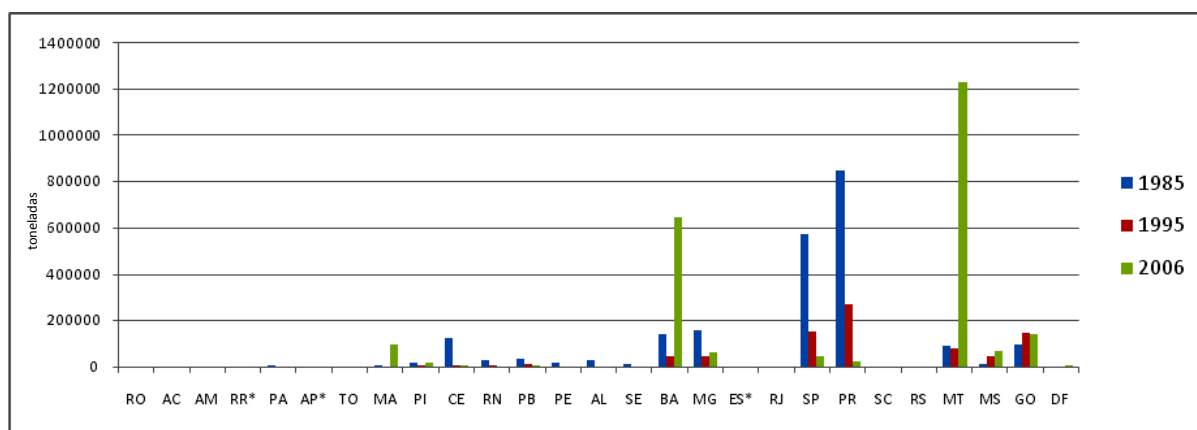


Gráfico 01: Brasil - Produção de Algodão em Caroto (t) por Unidades da Federação – 1985, 1995 e 2006

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1985, 1996 e 2006. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br

Acesso em 04/04/2010

Nota: * Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado

A crise instalada na cotonicultura paraibana nos anos de 1980 promoveu fortes repercussões sobre as relações/ações de trabalho do tipo arrendamento e parceria, nas regiões sertanejas, dado ao fato de que essas formas de trabalho se alicerçaram, historicamente, na combinação gado-algodão-policultura alimentar. Isso sem falar na deterioração das condições de vida do pequeno produtor e no agravamento da situação migratória nas regiões cotonicultoras tradicionais (MOREIRA e TARGINO, op. cit., p. 158-159). Estas repercussões socioespaciais se deveram ao aprofundamento do processo de pecuarização, o qual também contribuiu para instalar a crise da produção algodoeira no Agreste e no Sertão da Paraíba, na década de 1970, e se aprofundou com ela, a partir da década de 1980. Em outras palavras, como nos sugere Costa (1996), “o avanço da pecuária contribuiu para ajudar a gestar a crise da cotonicultura”. Por outro lado, não se pode deixar de considerar que a crise da produção algodoeira no Estado, nos anos de 1980, ajudou a aprofundar e a difundir a pecuária como função para o Agreste e o Sertão paraibanos.

A expansão da pecuária, especialmente a de corte, iniciou-se, no Agreste e no Sertão da Paraíba, a partir de 1970. Para isso, foi montado um sistema de ações públicas de financiamento levado a cabo pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco do Estado da Paraíba (PARAIBAN), cujo objetivo foi fornecer, aos pecuaristas dessas regiões, créditos subsidiados, com juros baixos e um longo prazo de carência (três anos). Tais créditos eram oriundos do BIRD, BID, FINOR, PROTERRA, POLONORDESTE e Projeto Nordeste. O estímulo financeiro dado à pecuária nessas duas regiões objetivava criar as condições para que elas pudessem satisfazer as demandas de consumo por produtos provenientes da pecuária, principalmente a carne, dos principais centros urbanos do Estado (João Pessoa e Campina Grande) ou da região (Recife). Contudo, na década de 1980, em função da profunda crise da cotonicultura estadual, a pecuária, ao se constituir como alternativa produtiva para essa regiões, expandiu-se e se aprofundou como atividade econômica nesses espaços.

Assim, grandes extensões dos espaços destinados ao consórcio gado-algodão-policultura alimentar passaram a ser destinados para o uso exclusivo da pecuária. Essa refuncionalização desses espaços, como aconteceu no Agreste e foi notavelmente percebida por Barbosa (1998), contribuiu para desarticular as relações de trabalho do tipo arrendamento e parceria e para consolidar a latifundização (concentração das terras nas mãos de poucos proprietários) da estrutura fundiária agrestina.

Nesse contexto, no rastro da crise da cotonicultura e da expansão do processo de pecuarização como alternativa econômica para o Agreste⁵⁷ e o Sertão da Paraíba, as paisagens produzidas pela combinação entre o gado, o algodão e a policultura alimentar vêm sendo substituídas pelas paisagens de pastos artificiais sendo consumidos pelo gado. Isso é bem perceptível no Agreste, onde gramíneas cultivadas ocupam o espaço outrora destinado ao algodão e às culturas de subsistência, servindo para alimentar os rebanhos bovinos (**ver figura 10**). Em algumas regiões do Sertão do Estado, o mesmo fenômeno de mudanças nos conteúdos de suas paisagens, devido à crise do algodão e ao avanço da pecuária, também já está bem perceptível.



Fig. 10: Gado pastando em pastagens artificiais na microrregião de Itabaiana – Agreste paraibano.

Foto: O autor

A falência e a marginalização espacial da cotonicultura paraibana na década de 1980 aprofundaram a crise e, consequentemente, a falência do seu setor industrial de beneficiamento (descaroçamento) de algodão. O exemplo mais sintomático desse fato foi o fechamento da Cooperativa Mista dos Produtores de Algodão de Patos (CAMPAL), fundada na década de 1970. Esta falência produziu, nas cidades do Estado onde essa etapa do processo de transformação industrial do algodão se fixou territorialmente, a exemplo de Campina

⁵⁷ O processo de pecuarização no Agreste paraibano se encontra bem focalizado no estudo de BARBOSA, A. D. **A pecuarização no Agreste da Paraíba**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1998 (Estudos e pesquisas; n. 92).

Grande, Patos etc., o envelhecimento estrutural e funcional das suas paisagens⁵⁸. Estas eram formadas pelos instrumentos de produção elaborados para servir à etapa do beneficiamento, da circulação e distribuição do algodão para os mercados de consumo. Nesse processo, muitas “formas geográficas ficaram viúvas das suas funções” (SANTOS, 1997a). Atualmente, algumas dessas formas foram suprimidas e substituídas por novas formas, que passaram a ser preenchidas por novas funções; outras foram renovadas e receberam novas funções; outras estão sem função e permanecem viúvas (**ver figuras 11 e 12**); outras estão sendo reutilizadas para o beneficiamento do algodão colorido, a exemplo da CAMPAL, em Patos; outras, destituídas das velhas funções e não sendo preenchidas por novos usos, apresentam-se apodrecidas.



Fig. 11: Forma geográfica da SANBRA atualmente sem função, Patos – PB
Foto: O autor



Fig. 12: Forma geográfica da empresa Adauto Pereira atualmente sem função, Patos – PB
Foto: O autor

Sobre esta dialética nos espaços estruturados para servir à etapa do beneficiamento, da circulação e distribuição do algodão para os mercados de consumo na Paraíba, podemos afirmar que suas

(...) formas em geral (...) se metamorfoseia[ram] em outras formas quando o conteúdo [mudou] ou [mudou] a finalidade que lhes havia dado origem. Com a forma espacial, a questão é diferente. Pode-se adicionar-lhe e substituí-la completamente. Mas nesse caso já não será mais a mesma forma (SANTOS, 2002, p. 187).

⁵⁸ A paisagem está em constante processo de mutações, resultante de movimentos superficiais e de fundo da sociedade. Estas mutações podem ser funcionais e estruturais. As mutações funcionais podem se dar em relação às mudanças de função e às diferentes funções para cada pedaço da paisagem. Quanto às mutações estruturais, referem-se às mudanças das formas, que podem ocorrer pelo desgaste dos materiais, pelo envelhecimento ou desgaste físico e pelo desuso ou desvalorização pela preferência social a outras formas, ou seja, o seu desgaste ideológico. Ver SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997a, p. 69-70.

Nesse sentido, nem as formas e nem as funções são os mesmos, ou seja, não se referem às paisagens e aos conteúdos que lhes preenchiam pelas etapas do beneficiamento, da circulação e da distribuição do algodão na Paraíba.

A partir da segunda metade da década de 1980 e, principalmente, no começo da década de 1990, sobreveio a abertura comercial da economia brasileira. Neste período se afirmou e se impôs sobre o território brasileiro, como condição para a realização das ações dos atores hegemônicos da economia, da política e da cultura, o que Santos (1998; 1999) nomeou e caracterizou de “meio técnico-científico-informacional”. Este meio “tem uma substância científica-tecnológica-informacional”, não sendo nem meio natural, nem meio técnico. Nele, “a ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais)”. Em sua materialização, esse meio se expressa através da “(...) cientificização e tecnicização da paisagem”. Mas essa sua expressividade se dá, principalmente, através da “informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas”. Dessa forma, “os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade e, assim, são incorporados plenamente às correntes de globalização”. Contudo, essa geografia recriada não se distribui de maneira uniforme sobre todo o território brasileiro. Portanto, a imposição do meio técnico-científico-informacional sobre o espaço brasileiro é desigualitária. “Do ponto de vista da composição quantitativa e qualitativa dos seus subespaços (aportes da ciência, da tecnologia e da informação), há áreas de densidade (zonas luminosas), áreas praticamente vazias (zonas opacas) e uma infinidade de situações intermediárias, estando cada combinação à altura de suportar as diferentes modalidades do funcionamento da sociedade brasileira. Portanto, esse meio técnico-científico-informacional está em toda parte do território nacional, mas suas dimensões variam entre as suas regiões, apresentado-se sob a forma de superfícies contínuas (Centro-Sul), de zonas mais ou menos vastas (Nordeste) ou de simples pontos (Amazônia Ocidental). Dessa forma, as zonas luminosas correspondem aos espaços mais inseridos nas correntes da globalização e, por isso, consubstanciam-se nos espaços nacionais da economia internacional (SANTOS, 1998, p. 51-52), em cuja composição predominam os objetos hegemônicos que intermedeiam as ações hegemônicas dos agentes da economia, da política e da cultura.

A combinação entre a implantação dos aportes do meio técnico-científico-informacional e a imposição do arcabouço normativo neoliberal, com suas normas de

desregulamentação dos mercados, ou seja, a redução ou retirada das suas barreiras tarifárias, tornou o território nacional mais fluido e suas fronteiras porosas, facilitando, assim, as ações dos atores globalizados no interior do seu espaço, estreitando a inserção do país na globalização neoliberal. Foi nesse contexto que se processou a chamada liberalização ou abertura comercial no Brasil.

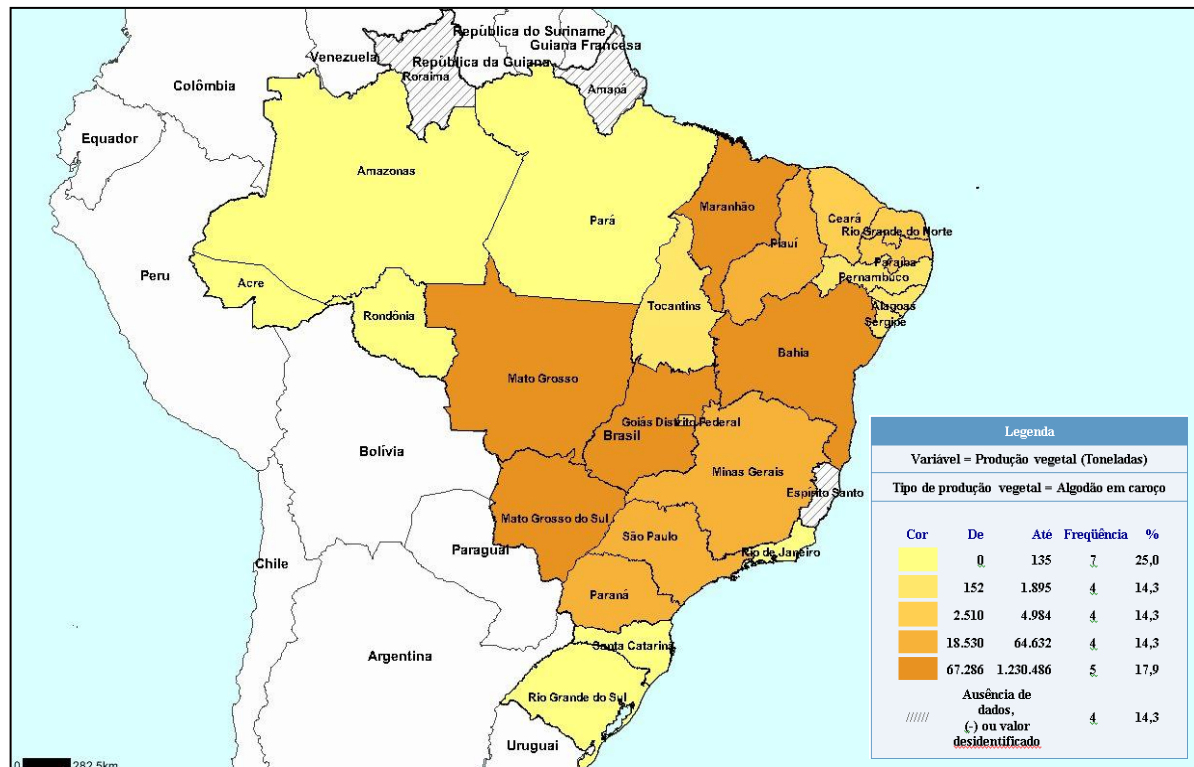
A abertura comercial brasileira se iniciou na segunda metade da década de 1980 e se aprofundou no início dos anos de 1990, marcando, portanto, a sua inserção na globalização neoliberal. No setor cotonicultor, a liberalização comercial reduziu e depois retirou as barreiras tarifárias à importação de plumas de algodão que, combinada com “as facilidades de financiamento externo da fibra importada, a valorização cambial do real, as altas taxas de juros no mercado interno e os subsídios concedidos na origem, sobretudo nos países desenvolvidos, como os EUA (...)” (ALVES, 2006), possibilitaram a entrada, em grandes quantidades, do algodão estrangeiro no mercado interno brasileiro.

As facilidades para importar algodão, nesse período, acabaram por transformar o Brasil de exportador em importador dessa fibra. Por outro lado, com a abertura comercial houve uma invasão do mercado brasileiro por têxteis e confecções oriundos principalmente da Ásia. Essa conjuntura de competição global afetou a cotonicultura nacional, especialmente as regiões tradicionais produtoras de algodão do Sudeste e do Sul, que já enfrentavam dificuldades em função da crise econômica instaurada na década de 1980. Essa mesma dinâmica impôs mudanças ao parque têxtil e de confecções do Brasil. Dessa maneira, tanto a cotonicultura quando a indústria nacional de têxteis e confecções foram obrigadas a se reestruturarem para enfrentar a competitividade nos mercados interno e externo.

No tocante à cotonicultura, essa reestruturação acelerou o deslocamento da produção do algodão do Sudeste (São Paulo) e do Sul (Paraná) para os cerrados do Centro-Oeste e do Nordeste ou, como afirma Rolim (op. cit., p. 1), “acelerou a marcha para Oeste do algodão” (**ver mapa 03**). Sobre esse processo, Alves se coloca da seguinte maneira:

Os Estados de São Paulo e Paraná eram os tradicionais em termos de produção. Estes dois Estados determinavam a dinâmica da produção nacional até a safra 1996/1997. Contudo, a crise sofrida pelo sistema até esse período forçou mudanças significativas, proporcionando uma reestruturação produtiva da agroindústria, com o deslocamento da produção das regiões Sul e Sudeste para, principalmente, as regiões Centro-Oeste e Nordeste do país [Oeste da Bahia, Sul do Piauí e Sudeste do Maranhão]. Com isso, tem-se a ameaça da “cotonicultura tradicional” (Estados de São Paulo e Paraná) e o desenvolvimento da “cotonicultura empresarial” (Estados de Mato Grosso,

Goiás, Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso do Sul [etc.]) (...). (ALVES, 2006, p. 26)



Mapa 03: Produção de Algodão em Caroço (t) por Unidade da Federação - 2006

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br Acesso em: 07/07/2010.

Por outro lado, a reestruturação produtiva da cotonicultura brasileira encerrou qualquer pretensão de retomar a produção de algodão, em grandes quantidades, nos moldes tradicionais, como nas velhas regiões cotonicultoras do Nordeste, a exemplo do Agreste e do Sertão da Paraíba. Para Rolim,

A liberalização comercial dos anos noventa [foi] apenas uma pá de cal em uma cultura anacrônica. A rigor a sua contribuição para o fim da cultura é quase que absolutamente marginal. O mocó [algodão arbóreo de ciclo vegetativo longo] está acabado, embora não se possa afirmar que o sistema de produção que o mantinha esteja. (ROLIM, op. cit., p.10)

Na verdade, o sistema de objetos e ações das velhas regiões produtoras de algodão da Paraíba e dos demais Estados nordestinos (Agreste e Sertão) tornou-se incoerente com a lógica da produção algodoeira em moldes empresariais tal qual se processou, a partir da

década de 1990, nos cerrados do Brasil Central e do Oeste da Bahia, Sul do Piauí e Sudeste do Maranhão. Como já analisado exaustivamente nesta parte desta análise, o sistema de objetos e ações dessas regiões tornou-as incapazes de superar completamente as diversas crises pelas quais passou ao longo da sua história de inserção na divisão territorial (inter)nacional da produção de algodão. Mesmo antes da reestruturação produtiva da década de 1990, essas regiões, em virtude da anacronia das suas rugosidades socioespaciais, já ocupavam uma posição marginal na produção nacional em relação aos espaços cotonicultores paulista, paranaense e dos cerrados do Centro-Oeste e da Bahia, que, mesmo antes da reestruturação produtiva, já apresentavam bases tecnológicas superiores às suas.

Nesse contexto, as regiões que passaram a se destacar na conjuntura da produção algodoeira brasileira foram aquelas mais transformadas pelos signos da tecnologia. Tais regiões expressam, de maneira mais contundente, a materialização do meio técnico-científico-informacional na cotonicultura nacional. As análises de Rolim sobre a expansão da cotonicultura no Centro-Oeste confirmam essa assertiva. Segundo o referido autor,

A expansão nessa região [Centro-Oeste] tem sido explicada por uma topografia privilegiada que permite a mecanização de todo o processo, até mesmo da colheita, pelo clima mais regular, que permite maior homogeneidade da fibra, pelo fato da produção ocorrer em grandes áreas com elevado grau de tecnologia e produtividade e também pelas expectativas criadas a partir da Hidrovia Tietê- Paraná e pela Ferronorte (...) (ROLIM, op. cit., p. 13)

Corrêa e Couto, ao analisarem as condições que possibilitaram a expansão do algodão no Centro-Oeste, especificamente no Mato Grosso, enfatizam, também, o papel da modernização tecnológica como condição para a seleção das novas frações do território nacional para o uso com a cotonicultura. Segundo os referidos autores,

(...) a retomada da produção nacional, após os anos de crise [promovida pela abertura comercial], se dá quando a cotonicultura se moderniza e migra para as áreas do Centro-Oeste, especialmente para o Estado de Mato Grosso (...).

.....
A moderna cotonicultura se mostra extremamente tecnificada e competitiva, o que exige grandes propriedades e grandes capitais. Essa cotonicultura moderna, voltada para o uso intensivo de tecnologia em grandes propriedades, cujos objetivos são ganhos crescentes de produtividade e qualidade, encontra, no estado do Mato Grosso [e nos demais Estados do Centro-Oeste], condições perfeitas para seu desenvolvimento, sendo sua grande marca o elevado grau de modernização agrícola, tonando o algodão

mato-grossense [e do Centro-Oeste] o mais importante do país com qualidade reconhecida mundialmente. (CORRÊA e COUTO, 2001, p. 15)

Para os referidos autores (op. cit., p. 15), “grandes investimentos foram realizados pelos produtores no sentido de modernizar a agricultura da região de Mato Grosso”. Isso pressupõe a disponibilidade de grandes capitais para investimento, coisa que o pequeno e descapitalizado produtor das velhas regiões do Nordeste, a exemplo do Agreste e Sertão da Paraíba, não dispunham. Tais capitais, em grande medida, foram provenientes dos sistemas de ações públicas dos Estados da região, organizado para financiar, através de incentivos fiscais, a lavoura algodoeira em moldes empresariais.

Dentre as modernizações que transformaram a cotonicultura em uma atividade empresarial no Centro-Oeste brasileiro, os supracitados autores (op. cit., p. 15-16) destacam a utilização de tecnologia de ponta para o desenvolvimento de pesquisas científicas e para cultivar e beneficiar o produto. A pesquisa científica desenvolveu novas cultivares com maior potencial produtivo, resistentes às principais doenças e, principalmente, com qualidade de fibra superior para atender às exigências do mercado internacional. Outro fator importante na revolução tecnológica da cultura do algodão no Centro-oeste foi a mecanização das lavouras, o que proporcionou elevados ganhos de produtividade. A mecanização ocorre em todas as etapas da produção do algodão no campo: preparo do terreno, plantio, tratos culturais e colheita. Além disso, no novo complexo econômico da cotonicultura, o grande produtor realiza o beneficiamento (descaroçamento) do algodão na própria usina instalada dentro de sua propriedade. A estratégia de beneficiar o algodão em usinas localizadas no interior das propriedades permite, ao produtor, a obtenção da pluma em qualidade superior, pois evita o comprometimento da sua qualidade em processo de beneficiamento incorreto e, conseqüentemente, possibilita, aos produtores, elevar a agregação de valor a ela, aferindo-lhe, assim, maiores margens de lucro.

O papel da tecnificação, cientificização e informacionalização da cotonicultura, ou seja, da sua reestruturação produtiva sob os impactos da liberalização comercial no setor, e dos incentivos à renovação, promovidos pelo sistema de ações públicas dos Estados do Centro-oeste, também são destacados por Barbosa, Margarido e Nogueira Júnior. Em conformidade com esses autores,

O renascimento da cultura a partir da década de noventa, na Região Centro-Oeste do Brasil, primeiramente em Goiás e Mato Grosso do Sul e a partir da

metade da década em Mato Grosso, contou com apoio de entidades de pesquisa públicas e particulares; fortes incentivos governamentais, e exploração em grandes propriedades com completa mecanização do plantio à colheita. Com isso, foram obtidas produtividades muito elevadas, tornando o produto nacional tão competitivo que a fibra voltou a ser exportada em escala significativa a partir de 2001. (BARBOSA; MARGARIDO; NOGUEIRA JÚNIOR, 2002, p. 80)

Enfim, a cotonicultura nos Cerrados do Centro-Oeste expressa as características de uma agricultura industrializada e empresarial, quais sejam:

“(...) grandes plantações, com áreas que se estendem de 100 a 3000 hectares; alta mecanização, com adubação pesada, uso de herbicidas, fungicidas, inseticidas e reguladores do crescimento; descaroçamento feito na própria propriedade, permitindo ao produtor a venda direta às indústrias têxteis (...)” (CORRÊIA e COUTO, op. cit., p. 13)

Os cerrados do Oeste da Bahia, Sul do Piauí e Sudeste do Maranhão, áreas que representam, em função da presença de uma renovada camada técnica, algumas das machas do meio técnico-científico-informacional na região Nordeste, também se constituem em pedaços do território brasileiro onde se fixou a cotonicultura em moldes industriais e empresariais. No Oeste baiano (**ver figuras 13 e 14**), conforme afirma Rolim (op. cit., p. 10), “(...) a produção se dá de maneira mais semelhante à do Centro-Oeste, com um sistema diferente daquele do gado-algodão [das velhas regiões do Nordeste Oriental]”. Para Alves (op. cit., p. 30), “(...) o início da produção na região oeste da Bahia [se deu em um sistema] empresarial e altamente tecnificado, como já era observado no Centro-Oeste (...)”.

Assim, a reestruturação produtiva imposta à cotonicultura nacional pelo aprofundamento da inserção do país na globalização, especialmente pela liberalização comercial no setor no começo da década de 1990, “exacerba a sua especialização produtiva no nível do espaço⁵⁹” (SANTOS, 1998, p. 50). Nesse processo, “a produtividade espacial [levada em conta] como dado para a escolha dos lugares” (op. cit., p. 50) para exercer a produção do algodão passou a ser os signos da tecnologia.

⁵⁹ “As especializações territoriais produtivas [correspondem] a uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção”. Ver SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 135.



Figuras 13 e 14: Aspectos do meio técnico-científico-informacional da cotonicultura no Oeste baiano.

Fonte:
globo.rural.globo.com/edic/179/rep_algodao.htm

Fonte:
www.jornalnovafronteira.com.br/?p=MConteudo&i=328.

Os meios produtores de algodão no Brasil que foram infestados por esses signos - mecanização de todas as etapas da produção, ou seja, do plantio à colheita, com o objetivo de diminuir custos, aumentar a produção e a produtividade, e melhorar a qualidade do produto; intensificação das atividades de pesquisa genética, e de produção e comercialização de sementes geneticamente melhoradas, atividades essas realizadas através das parcerias entre os grandes produtores ou associação de produtores com fabricantes ou “inventores” de sementes (CNPQ/EMBRAPA, por exemplo); seleção de espécies, favorável às variedades herbáceas, mais produtivas, exigentes de tecnologias e de ciclo produtivo mais rápido; organização empresarial da produção etc., que, por isso, conseguiram “a concentração da produção em unidades menores, com o aumento da relação entre produto e superfície” (op. cit., p. 50), tornaram-se os eleitos para participar do circuito superior da produção do algodão no Brasil, a exemplo dos cerrados do Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, do Oeste da Bahia, Sul do Piauí e Sudeste do Maranhão.

Por outro lado, como já analisado em passagens anteriores deste texto, a especialização produtiva em bases tecnológicas avançadas, imposta pela reestruturação produtiva da cotonicultura nacional, encerrou as possibilidades de retomada da produção, em grandes quantidades, de algodão branco, especialmente o arbóreo, em moldes tradicionais, e da reinserção do complexo gado/algodão/culturas de subsistência do Sertão e do Agreste paraibanos na divisão territorial da produção superior de algodão do Brasil. Portanto, o seu sistema de objetos e ações, caracterizado pela anacronia das rugosidades sociais e técnicas, muitas delas datadas do período colonial, tornou-se incoerente com a lógica da cotonicultura

industrializada e empresarial, típica do período/meio técnico-científico-informacional da história do uso do território brasileiro. Portanto, essa tessitura funcionou como o epílogo de vários ciclos de progresso e crise que se abateram, desde a segunda metade do século XVIII, sobre as velhas regiões algodoeiras do Nordeste Oriental, a exemplo das porções agrestina e sertaneja da Paraíba. Desse modo, impõe-se, definitivamente, a marginalização espacial da cotonicultura tradicional praticada nessas regiões.

No rastro da marginalização espacial das regiões algodoeiras paraibanas do circuito superior da cotonicultura nacional, ocorreu o avanço da pecuária, bastante intenso no Agreste e bem marcante em algumas microrregiões do Sertão; intensificou-se a substituição do algodão arbóreo pelo herbáceo nos pequenos trechos onde a cotonicultura permaneceu, este mais produtivo, porém, mais exigente em termos de tratamentos culturais técnico-científicos e de água, com regularidade; os pequenos produtores se voltaram para a agricultura de subsistência (milho e feijão) e, no começo do século XXI, iniciou-se o plantio de algodoeiros orgânico e colorido, no Agreste, Sertão e Seridó, respectivamente (FARIAS e SÁ, 2007, p. 355).

Portanto, a marginalização espacial das velhas regiões algodoeiras da Paraíba do circuito superior da cotonicultura brasileira funcionou como mais um evento portador das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca nesse Estado. Contudo, isso não explica por si só essa transformação. Aliada à marginalização espacial das velhas regiões algodoeiras paraibanas, atuou, na transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca, a competição interna e externa no setor produtor de têxteis e confecções. Os impactos da competição externa nesses setores se aprofundaram, sobretudo, com a liberalização comercial da primeira metade da década de 1990. Foi a competição interna e externa nos setores de têxteis e confecções que levou alguns segmentos dessas indústrias do Estado da Paraíba a usarem as fibras do algodão colorido como diferencial competitivo para a inserção, principalmente, nos nichos de mercado da atualidade.

A liberalização comercial do começo da década de 1990 impôs à indústria têxtil e de confecções do Brasil a competição com os produtos congêneres importados, sobretudo, dos países da Ásia, a exemplo da China e da Coreia do Sul. Esta competição promovida pela liberalização econômica “forçou os ajustes competitivos no setor” (ALVES, 2006, p. 44), ou seja, a sua reestruturação produtiva a qual se fez através da imposição de novas tecnologias (máquinas e equipamentos importados), novas formas de organização da produção, novas (terceirização e subcontratação) e velhas (trabalho de cooperados) relações sociais de produção; mudanças locacionais dos investimentos produtivos (deslocamento de segmentos

do setor do Sudeste para o Nordeste); “eliminação de pequenas e médias empresas têxteis, favorecendo a concentração industrial” (ALVES, op. cit., p. 44); informalização no setor de produção de confecções etc.

De acordo com Gorini,

os impactos da abertura comercial da economia brasileira e do aumento da concorrência externa a partir de 1990, bem como a estabilização da moeda, que ampliou o consumo da população de renda mais baixa desde 1994, levaram a transformações estruturais na cadeia têxtil nacional (...). (GORINI, 2000, p. 31)

As transformações estruturais impostas pela abertura comercial ao circuito espacial de produção de têxteis e confecções do Brasil foram, segundo a referida autora (op. cit., p. 31-32), as seguintes: grande concentração da produção no segmento têxtil, de capital intensivo, o que não ocorreu na confecção, onde foi grande a pulverização da produção; elevação do volume de investimentos, que levou ao aumento da relação capital/trabalho na indústria têxtil, o que não ocorreu com as confecções, segmento marcadamente de mão-de-obra intensiva; declínio da produção em alguns segmentos, a exemplo do declínio da produção de tecidos planos, ao qual se somaram dois efeitos: a) falência de muitas empresas, especialmente as produtoras de tecidos artificiais e sintéticos, mais atingidas pelas importações da Ásia⁶⁰; e b) substituição da produção de planos pela de malhas de algodão, cujos investimentos são mais baixos e o produto, em geral, também é mais barato, estando mais acessível à nova parcela de consumidores que o Plano Real incorporou ao mercado; deslocamento regional para o Nordeste brasileiro e demais regiões de incentivo, com formação de cooperativas de trabalho e menores custos de mão-de-obra; mudança do mix de produção das empresas, algumas das quais reduziram o seu mix de produtos, aumentando as escalas de produção, investindo em equipamentos de última geração e, em geral, produzindo com custos baixos em regiões de incentivo da SUDENE. Entretanto, mesmo essas empresas produtoras de *commodities* têxteis têm estratégia centrada não apenas em custos baixos, mas incluem também estratégias de distribuição, marca e contínua melhoria da qualidade de seus produtos. Outras empresas

⁶⁰ O segmento de elaboração de tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas de São Paulo foi o mais lesado pela vaga de importações asiáticas, que passaram de 2,2 mil toneladas de tecidos sintéticos em 1989 para 60,9 mil em 1995. Nesse mesmo período, o parque industrial têxtil da região de Americana minguou para 675 estabelecimentos e 20 mil trabalhadores. Ver SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 139.

buscaram intensificar a terceirização da sua produção, com maior diferenciação dos produtos, e têm-se voltado cada vez mais para a comercialização (gerenciamento da marca, logística, maior proximidade ao cliente final via franquias ou lojas próprias). Há, ainda, poucos exemplos de empresas atuando em redes ou prestando serviços de “pacote completo”. Algumas empresas vêm ainda procurando atuar mais diretamente no mercado externo, via investimentos em marcas e canais de distribuição ou ainda via produção externa.

Além de forçar a adoção de tecnologias mais modernas no setor, inserindo-o no meio técnico-científico-informacional, os impactos da liberalização comercial ajudaram a reconfigurar a divisão territorial da produção de têxteis e confecções no Brasil, reforçando as especializações territoriais produtivas no setor.

Sobre essa recomposição da distribuição espacial da indústria de têxteis e confecções, ou seja, sua nova divisão territorial do trabalho, a qual afirma as especializações territoriais produtivas no setor, característica da manifestação do meio técnico-científico-informacional no território nacional, Gorini afirma que:

Com relação à distribuição regional da produção, apesar da grande concentração nas regiões Sul e Sudeste, houve um considerável aumento de participação do Nordeste na década de 90 [século XX], especialmente na produção de fios e tecidos (...), cabendo destacar os grandes investimentos na produção em altas escalas de *commodities* de algodão, em plantas com operação verticalizada desde a abertura do algodão, passando pela fiação até o acabamento, produzindo tecidos planos de algodão, como, por exemplo, sarjas, índigo, tecidos para lençóis e malhas para confecção de camisetas. Há ainda grandes empresas no Nordeste produzindo exclusivamente fios e linhas com predominância do algodão, cabendo destacar que a região, segundo o IEME, já é a maior consumidora de algodão para a produção de fios (...). (GORINI, op. cit., p. 33)

Enquanto no Nordeste foi fixada a função de concentrar os investimentos intensivos em escala dentro da divisão territorial do trabalho no setor de têxteis e confecções do Brasil,

(...) no Sul se reúnem os produtores de cama, mesa e banho e malhas, de médio e pequeno portes, e no Sudeste fica a produção de artificiais e sintéticos, desde os grandes produtores de matérias-primas (viscose, poliéster, náilon, elasteno, entre outros) até pequenas e médias tecelagens, malharias e confecções. Cabe destacar vários pólos importantes na região Sudeste, como os de Americana, Santa Bárbara, Nova Odessa e Sumaré (São Paulo) - formados em grande parte por pequenas e médias empresas responsáveis por 85% da produção nacional de tecidos artificiais e sintéticos

- e Nova Friburgo (Rio de Janeiro) - dedicado à produção de *lingerie*, entre outros. (GORINI, op. cit., p. 34)

No que concerne à divisão territorial da produção de confecções, ainda nos amparando nas análises da referida autora, apresentava-se, no final do século XX, dessa maneira:

(...) cerca de 58%, tanto da indústria como da produção, concentravam-se na região Sudeste em 1999 (...). No mesmo ano, as regiões Sul e Nordeste, que vêm em seguida, responderam, respectivamente, por 23% e 11% das indústrias confeccionistas do país. (GORINI, op. cit., p. 34-35)

A “desconcentração” da indústria têxtil nacional, que reconfigurou a divisão territorial da produção, afirmou a sua especialização territorial produtiva e alimentou a especialização do trabalho no setor, sendo estimulada e incentivada por novos incentivos fiscais. Tais incentivos foram oferecidos por Estados e municípios, que travaram uma acirrada competição pela instalação de novas fábricas, numa “guerra fiscal ou guerra de lugares⁶¹” (SANTOS e SILVEIRA, op. cit., p. 112).

Foi, em parte⁶², dentro dessa lógica que o Nordeste afirmou o seu papel de concentrar os investimentos intensivos em escala dentro da divisão territorial do trabalho no setor de têxteis e confecções do Brasil. Contudo, conforme nos apontam Santos e Silveira,

(...) Se um feixe de vetores, ao longo do tempo relativamente recente, determinou a concentração de empresas têxteis e de confecções na região Sul, a “exportação” dessa especialização para o Nordeste pode ser explicada basicamente pela presença favorável de normas. Algumas firmas nordestinas são apenas filiais de empresas sulistas do setor têxtil e de confecções. É o caso da Grendene Sobral, da Vicunha Nordeste e do grupo Bezerra de Meneses no Ceará, da Vila Romana em Pernambuco e da Guarapares no Rio Grande do Norte. Salientam-se também Baquit, Lee Nordeste, Finobrasa, Fibrasil e Braspérola Nordeste, no Ceará e em Pernambuco. Mas também a Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas) instalou a malharia Wentex em Natal e uma fábrica de fios, tecidos e malhas, a Embratex, em Campina Grande (SANTOS e SILVEIRA, op. cit., p. 138).

⁶¹ A guerra de lugares consiste em um combate por oferecer os melhores dados técnicos e políticos às firmas. Ver SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 139.

⁶² A instalação de muitos empreendimentos têxteis provenientes do Sudeste no Nordeste, como é exemplar o caso do Estado do Ceará, ocorreu ainda no período da política de incentivos fiscais oferecidos pela SUDENE.

Nesse contexto, a colonização do território de Campina Grande pela COTEMINAS, através da EMBRATEX, com o objetivo de fabricar fios, tecidos e malhas, foi favorecida pela oferta, pelo Estado e pelo Município, dos seguintes dados técnicos e políticos: isenção fiscal de dez anos, fornecimento subsidiado de energia e água, oferta do terreno pronto para fixar seu moderno objeto geográfico de produção (**ver figuras 15 e 16**) etc. Esta firma, para elaborar os seus produtos, processa o algodão proveniente dos espaços luminosos produtores dessa fibra no Cerrado brasileiro, especialmente o do Oeste baiano. Segundo informações colhidas no campo de pesquisa, junto a um funcionário dessa firma⁶³, até 2009, a referida empresa não tinha sido oficialmente inaugurada, embora já atue nesse município há cerca de dez anos. Para o referido funcionário, essa estratégia evita o controle de vigência da isenção fiscal e possibilita à referida empresa usufruí-lo por mais anos. Embora a sua fixação territorial nesse município tenha sido permeada por um discurso eficaz sobre desenvolvimento, criação de empregos diretos e indiretos etc., nada se falou ou se fala sobre a informacionalização das suas estruturas de trabalho morto, usadas para intermediar a produção, que espanca o uso do trabalho vivo, ou da drenagem dos cofres públicos para o subsídio das suas atividades.



Figuras 15 e 16: Aspectos externo e interno do objeto geográfico da COTEMINAS em Campina Grande – PB
Fotos: O autor

Portanto, a localização do fixo geográfico da EMBRATEX no espaço de Campina Grande-PB exprime um tempo diferente daquele do passado, no qual as empresas se fixavam no seu território, atraídas pela qualidade do algodão das suas cercanias, pela posição geográfica vantajosa da sua ponta de trilho da ferrovia, entre outros.

⁶³ Em entrevista realizada, pelo autor, em junho de 2009.

Por outro lado, a conjuntura de competição interna e a competição externa promovida pela liberalização econômica no começo da década de 1990 trouxeram sérias dificuldades para o setor industrial produtor de têxteis e confecções da Paraíba, especialmente o de Campina Grande. Segundo assevera Pinheiro (2003, p. 4), essa crise se iniciou anos depois da falência da cotonicultura estadual na década de 1980.

A partir dos fins da década de 1980, o parque industrial de têxteis e confecções do Estado da Paraíba e de Campina Grande começou a perder mercado para lugares com produções congêneres no interior da formação socioespacial brasileira. Pela proximidade espacial, o parque têxtil e de confecções da Paraíba e de Campina Grande perde mercado para o pólo de confecções do Agreste pernambucano, embora, no caso do parque campinense, ocorra tanto a competição quanto a cooperação com ele⁶⁴. Com a maior fluidez do território nacional, facilitando a circulação de pessoas, bens e informações, aproximando os lugares, permitindo a possibilidade de deslocamento dos lojistas paraibanos ou lhes autorizando a fazer os pedidos por meio dos sistemas de transmissão de informações, “o setor [têxtil e de confecções paraibano] começou a perder mercado para São Paulo, [especialmente], para as empresas instaladas no [Bairro do] Bom Retiro” (PINHEIRO, op. cit., p. 4) (**ver figura 17**). Foram as condições de fluidez do território brasileiro que aproximaram a Paraíba das confecções do Pólo do Estado de Santa Catarina. Para complicar ainda mais a situação, “a entrada de grandes redes de varejo e de supermercado na área do vestuário mudou as características do mercado” (op. cit., p. 4). Assim, “o setor [de têxteis e confecções paraibano e, especialmente, o de Campina Grande] viu sua margem de lucro desaparecer ao mesmo tempo em que inflação, juros, ausência de crédito prejudicavam iniciativas produtivas” (op. cit., p. 4).

Para impor mais dificuldades ao setor produtor de têxteis e confecções do Estado e de Campina Grande, a abertura comercial do começo dos anos de 1990 também rebateu sobre os seus territórios. Assim, as lojas e os supermercados dos principais centros urbanos do Estado passaram a comercializar roupas importadas da Ásia, notadamente da China.

⁶⁴ “A presença de APLs rivais no Estado de Pernambuco representa tanto um desafio, pela intensa concorrência e maior porte dos arranjos pernambucanos, quanto uma vantagem, pelas oportunidades de aprendizado empresarial e institucional, cooperação entre empresas, complementaridade entre as linhas de produto e atração de fornecedores de maior porte, pela viabilização de escalas para atender uma macro-região especializada em confecções que englobaria parte do agreste de PE e PB”. Ver CAVALCANTI FILHO, P. F.; MOUTINHO, L. M. G. Inovatividade e cooperação no arranjo produtivo de confecções em Campina Grande-PB. In: LASTRES, M. M.; CASSIOLOTO, J. E (orgs.). **Estratégias para o desenvolvimento**: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Rio de Janeiro: E-papers, 2006, p. 179.



Fig. 17: Lojista paraibana comprando confecções em loja do Bom Retiro – São Paulo – SP
Foto: O autor

Portanto, a pressão da concorrência interna e externa dos têxteis e confecções oriundos do Agreste pernambucano, de São Paulo, Santa Catarina e do estrangeiro a qual estava exposto o setor têxtil e de confecções paraibano e campinense, forçou alguns dos seus segmentos a buscarem elementos de diferenciação competitiva para a sua produção. Em outras palavras, a procurarem a sua especialização produtiva no setor de têxteis e confecções.

Desse modo, segmentos do setor de têxteis e confecções do Estado da Paraíba e de Campina Grande, aproveitando as possibilidades oferecidas pelas mudanças nos processos de produção e nos padrões de consumo, passaram a ver nos manufaturados produzidos com o algodão colorido a oportunidade de marcar o seu diferencial competitivo e realçar a sua especialização produtiva.

Destarte, tanto a marginalização do espaço paraibano produtor de algodão branco da divisão territorial da produção cotonicultora nacional quanto a necessidade de segmentos do seu setor têxtil e de confecções, especialmente o de Campina Grande, de marcar sua diferenciação competitiva e sua especialização produtiva nos mercados interno e externo, extremamente competitivos, também funcionaram como eventos portadores das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca na Paraíba, justificando assim a montagem ou a refuncionalização de estruturas espaciais para a sua produção nesse Estado.

Contudo, não só os eventos circunscritos à estrutura portaram as possibilidades para a essa transformação. Outros eventos, referentes à superestrutura, também foram portadores dessas possibilidades. Sobre eles nos debruçaremos na próxima seção.

6 AS IDENTIDADES ECOLÓGICA E TERRITORIAL COMO CONDIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOS POTENCIAIS NICHOS DE CONSUMIDORES E PARA A INSERÇÃO COMPETITIVA DOS LUGARES PRODUTORES DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS NOS MERCADOS

Por mais que as mudanças no padrão de acumulação e no modo de regulamentação do capitalismo - passagem do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo, mudanças estas possibilitadas pela imposição de novos signos da tecnologia ao meio geográfico, que fatores relativos às dinâmicas global e interna da cotonicultura e das indústrias de têxteis e confecções, ou seja, as variáveis relativas à dinâmica de tecnosfera, sejam primordiais, não fornecem, por si sós, toda a inteligibilidade da transformação recente do algodão colorido em matéria-prima com valor de troca, para a produção de têxteis e confecções, por diversos segmentos econômicos do mercado. Correlacionados a elas, atuam, de forma sinérgica, outros fatores, cada um com sua própria eficácia, e que se circunscrevem ao chamado reino da psicosfera.

Em outras palavras, e como tivemos oportunidade de discorrer em passagens anteriores e esperamos aprofundar nesta parte da nossa análise, as mudanças na estrutura econômica e política do capitalismo – passagem do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo e do meio técnico-científico/ meio técnico-científico-informacional, foram antecipadas, acompanhadas ou combinadas pelas mudanças na superestrutura (ideias, crenças, paixões, sentidos, racionalidade, imaginário etc.) - metaidentidades centradas na nacionalidade e nas insígnias de classe/ políticas de identidade relacionadas a vários campos simbólicos (raça, etnia, gênero, localismos, regionalismos, ambiental etc.), por exemplo. Dessa forma, as relações entre ambas criaram outras possibilidades para a transformação do algodão colorido e dos seus manufaturados em mercadorias com valores de troca, funcionando, dessa forma, para a criação dos seus potenciais mercados de consumo ou reforçando suas singularidades para inserir nos mercados de consumo, de maneira competitiva, os lugares que os produzem. Entre essas possibilidades, portanto, algumas estão circunscritas a eventos que compõem o reino da psicosfera, que antecipou, acompanhou ou se combinou com a reciclagem do capitalismo e com a montagem ou readaptação da tecnosfera que autoriza a sua reprodução.

Segundo define Milton Santos,

(...) A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte [do] meio ambiente, [do] entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem o produto de uma

sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. (SANTOS, op. cit., p. 204)

Destarte, no reino da psicosfera, as possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca foram dadas pelo “declínio das metaidentidades representadas pela nacionalidade e pelas insígnias de classe” e, conseqüentemente, pela emergência “das políticas de identidade relacionadas a vários campos simbólicos: raça, etnia, gênero, sexualidade, heranças coloniais” (BAUMAN, 2005, p. 42), ambiental, localismos, regionalismos, nacionalismos etc.

Com a emergência e a difusão das políticas de identidade centradas nos mais variados campos simbólicos - raça, etnia, gênero, sexualidade, heranças coloniais, ambiental, localismos, regionalismos, nacionalismos etc., surgem novas necessidades de consumo de bens e serviços diferenciados dos convencionalmente oferecidos pelo mercado. Essa demanda tanto é representada pelos agentes sociais que levantam as várias bandeiras simbólicas de identificação, quanto pelo público em geral que, de maneira aleatória (influenciado pelos discursos veiculados pelas mídias) ou paradoxal, face ao processo de globalização em curso e sua tendência homogeneizadora, valoriza os chamados produtos e serviços ecologicamente corretos (caso se identifiquem com a causa ecológica) ou os produtos e o consumo de bens, serviços e lugares exóticos, que satisfaçam seu fascínio pelo diferente, reforçando a valorização das diferenças dos lugares. Numa economia de nichos, os agentes do mercado, em meio à competitividade global, não desconsideram a existência dessa demanda não suprida. É no rastro desse processo que a questão e as subjetividades ecológicas e os demais movimentos identitários centrados em diversos campos simbólicos são apropriados e mercantilizados pelo mercado. Esta conjuntura é cheia de possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca, como tentaremos esboçar logo a seguir

Embora autores como Castells (1999) e Bauman (2005) insiram a questão ecológica e os movimentos sociais identificados com ela dentro da agenda de contestação e reivindicação políticas que emergiram no final dos anos de 1960, ou seja, naquilo que o segundo autor nomeia de políticas de identidade centradas em vários campos simbólicos, para efeito de análise, resolvemos separar os primeiros do conjunto. Posteriormente, retomaremos as outras manifestações identitárias, notadamente as identidades territoriais. Esta estratégia de exposição das nossas ideias visa a aclarar a participação de cada uma delas como variável explicativa no conjunto de eventos constituintes da psicosfera portadora de algumas possibilidades para a mercantilização do algodão colorido e dos produtos dele derivados.

6.1 A questão e as subjetividades ecológicas como formadoras dos potenciais nichos de mercados consumidores do algodão colorido e derivados

Segundo Santos (1995, p. 700), a poluição e outras ofensas ambientais ainda não tinham o nome de questão ambiental, mas já eram largamente notadas e causticadas no século XIX, nas grandes cidades inglesas e continentais. E a própria chegada ao campo das estradas de ferro não deixou de suscitar protesto. A reação antimaquinista protagonizada pelos diversos ludismos antecipou a batalha atual dos ambientalistas. O fenômeno, porém, era limitado, dados os limites territoriais da instalação dos sistemas técnicos, de modo que tanto seus efeitos estavam longe de ser generalizados, como a visão destes efeitos era, igualmente, limitada. Em conformidade com Porto Gonçalves (1982), fundamentado no materialismo histórico e dialético e situando a questão ambiental dentro das contradições estruturais do capitalismo, o problema ecológico não é recente. Em 1844, F. Engels já a abordava em seu livro “A Situação da Classe Trabalhadora Inglesa”, no qual denunciava as condições de insalubridade dos espaços de moradia da classe operária na Inglaterra.

Sábato (1993), no começo dos anos de 1940, ao criticar os resultados do progresso consubstanciado na união entre a razão e o dinheiro, projeto que começou com o Renascimento e com o Iluminismo, já denunciava os problemas ecológicos como produto das técnicas que o homem inventou para dominar a natureza e chamava a atenção para o fato de ele ter perdido o controle sobre elas. Enfatiza, no seu premonitório livro “Homens e Engrenagens”, toda a barbárie que resultou do casamento entre a ciência e a busca do lucro como fim último: fome, pestes, guerras, desequilíbrio entre o homem e o seu meio, ameaças de extinção de todas as formas de vida etc. Apesar de não se propor a analisar essa temática, suas reflexões revelam o seu pioneirismo na abordagem da questão ambiental.

Contudo, apesar das discussões em torno da questão ambiental não serem recentes, parece-nos que ela se torna um problema central para as sociedades a partir dos fins dos anos sessenta do século XX. Isso ficou evidenciado através da realização da primeira conferência mundial sobre o meio ambiente em Estocolmo, em 1972, repetida no Rio de Janeiro, em 1992. Portanto, os questionamentos sobre o paradigma predatório das relações entre a sociedade e a natureza da modernidade se inserem no conjunto de transformações culturais, econômicas, sociais e políticas em curso desde as últimas três décadas do século passado – as mudanças nas estruturas e superestruturas que marcaram a transição do fordismo/keynesianismo para a flexibilização/neoliberalismo.

A tese de que a questão ambiental compõe os nexos do que chamam de transição na trajetória histórica do desenvolvimento global sócio-econômico e geográfico atual é defendida pelos geógrafos britânicos Tim Bayliss-Smith e Susan Owens, ao afirmarem que:

Ao contrário, a crença de que estamos atravessando uma transição primordial na trajetória histórica do desenvolvimento global sócio-econômico e geográfico é agora amplamente aceita. A dramática reviravolta, a reestruturação e a desestabilização do capitalismo mundial; a crescente globalização da produção, das finanças, e até da cultura; o colapso do socialismo de estado na Europa Oriental e Central; o ressurgimento de regionalismos e localismos étnicos e sócio-políticos; a busca por novos sistemas nacionais e internacionais de regras econômicas; a ênfase crescente no ambientalismo: estes e outros grandes acontecimentos de nossos tempos são interpretados por muitos como o indício do declínio da velha ordem e a cristalização de uma nova... (BAYLISS-SMITH e OWENS, 1996, p. 12, grifos nossos)

Berta Becker, ao discutir sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira no atual momento de reestruturação do capitalismo, considera, em nosso ponto de vista, a questão ecológica como um dos elementos que ganharam conotação na chamada transição do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo. Nas suas palavras,

O modelo de desenvolvimento sustentado e o significado da Amazônia só podem ser compreendidos no contexto histórico da nova ordem em construção sob a aparente desordem global, que é fruto do esgotamento dos modelos vigentes desde o segundo pós-guerra. Esgota-se o padrão técnico-econômico que privilegiou a produção seriada em grande escala e resultou em contra-produtividade econômica e social, expressa nos problemas sociais e ecológicos. Esgotam-se os mecanismos de regulação da economia. Esgotam-se as últimas reservas territoriais para externalização do custo do desenvolvimento e da dominação política. Novas solidariedades de base territorial emergem em diferentes escalas, significando tendência à fragmentação dos Estados nacionais. Trata-se, enfim, de perda do controle ao nível econômico, ecológico, social, político e territorial, e do reconhecimento de limites nos modelos existentes. É nesse contexto de instabilidade que emerge um novo padrão de produção e de gestão como tentativa de ordenar a 'desordem'. (BECKER, 2002, p. 47)

A geógrafa Maria Adélia A. de Souza é outra estudiosa que apreende a questão ambiental dentro das mudanças no regime de acumulação e nas formas de regulamentação social e política do capitalismo - transição do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo. A referida autora (2003, p. 1), ao criticar que a Universidade assumiu apressadamente os conceitos de sustentabilidade e do ambiental, importando-os das agências internacionais, sem ter tornado pública uma discussão teórica mais consistente, afirma que

tais problemas são falsos, metáforas criadas pelo capitalismo em busca de reciclagem a partir das três últimas décadas do século XX. Isso reforça a nossa ideia de que a questão ambiental se encorpa e abre as possibilidades para a criação de nichos de mercados consumidores de bens e serviços ecologicamente corretos a partir da segunda metade dos de 1960.

Boaventura de Sousa Santos, em instigante reflexão, considera a degradação ambiental como um dos atuais problemas fundamentais do que chama de espaço-tempo mundial; os outros são a explosão demográfica e a globalização da economia. Em virtude da crise dos movimentos emancipatórios que se fundamentavam em torno do trabalho, tendência do processo de transição do fordismo à acumulação flexível, o referido autor (2005, p. 43-44) aponta que, no mundo do presente, a única utopia realista é a ecológica e democrática, classificando-a de caótica porque não tem um sujeito histórico privilegiado como as utopias emancipatórias anarquistas e socialistas, cujo sujeito histórico privilegiado era o operário. Afirma, porém, as dificuldades para a sua realização

Porque [isso] pressupõe a transformação global, não só dos modos de produção, mas também do conhecimento científico, dos quadros de vida, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos e pressupõe, acima de tudo, uma nova relação paradigmática com a natureza, que substitua a relação paradigmática moderna. (SOUSA SANTOS, *idem, ibidem*)

O filósofo Cornelius Castoriadis (1992, p. 81), em uma crítica bastante sugestiva da racionalização das sociedades ocidentais, na qual expõe o poder da tecnociência na artificialização da natureza, através de técnicas e do conhecimento científico, e alerta para a falta de controle sobre os resultados aferidos, chama a atenção para os impactos dessa manipulação sobre a dinâmica da Terra. Entre esses impactos, lista como os mais preocupantes o desaparecimento acelerado dos recursos biológicos, empurrando outras espécies à extinção, inclusive a humana, e as perturbações no equilíbrio térmico da Terra, no seu regime hidrológico e meteorológico e nos grandes ciclos de metabolismo bioquímico. Denuncia a passividade completa, e mesmo condescendente, de todos diante de um decorrer de acontecimentos que os humanos querem crer que ainda lhes é benéfico, e o impoder de todos diante de acontecimentos cujas responsabilidades não podem ser reclamadas a nenhum indivíduo. Ressalta que “a essa passividade há certamente exceções, como os movimentos ecológicos, sem falar evidentemente de alguns indivíduos isolados” (op. cit., p. 77). Para resolver esses problemas, o referido filósofo (op. cit., p. 88) acredita que “isso somente

poderia ser feito sob condições de uma mudança radical na estrutura política e social dos países desenvolvidos...”

Na busca pela “semelhança familiar” entre a ecologia política e o marxismo – que em suas reflexões seriam o materialismo, o historicismo dialético e a orientação progressiva, o economista francês Alain Lipietz destaca, também, os movimentos ecológicos como os únicos que atualmente podem sustentar uma agenda emancipatória. Em suas palavras,

(...) Hoje, o único movimento que realmente pode reivindicar este tipo de agenda para transformar a realidade, com base na análise teórica, por meio da militância e da luta política é a ecologia política. E é assim que, cada vez mais, militantes e intelectuais advindos do movimento trabalhista (de inspiração marxista), estão se encontrando no campo ecológico. (LIPIETZ, 2002, p. 9)

Portanto, os problemas ambientais, em que pese já serem notados e causticados pelas populações das grandes cidades inglesas e europeias industrializadas ou fazerem parte de algumas especulações científicas, no final do século XIX, são contemporâneos. Segundo Hobsbawn (1995, p. 547), a questão ambiental e os movimentos ambientalistas passaram a ser evidenciados, notadamente, no final da década de 1960. Para Porto-Gonçalves (2006), esse período é o marco da globalização dos problemas, da causa e dos movimentos ambientais. De acordo com o referido autor,

(...) o período atual de globalização neoliberal, difere dos outros períodos que lhe antecedeu pela especificidade do desafio ambiental que lhe acompanha e que, também, o constitui. Afinal, até os anos de 1960, a dominação da natureza não era uma questão e, sim, uma solução – o desenvolvimento. É a partir desse período que se coloca explicitamente a questão ambiental. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 51)

Inspirando-nos em Santos (1995), afirmamos que tal globalização tem relação com a generalização mundial da implantação, nos territórios, dos sistemas técnicos hegemônicos e unificados para o uso anárquico pelas forças hegemônicas do capitalismo. Tais sistemas técnicos, que são produto da racionalidade técnico-científica a serviço do mercado, ao serem implantados nos territórios, mesmo que de forma desigual, produzem efeitos generalizados (os problemas ambientais) e possibilitam uma visão também generalizada desses efeitos.

Nesse sentido, os problemas ambientais, que são “resultantes da dominação técnica e anárquica da natureza pelas forças hegemônicas – as grandes corporações, por exemplo”

(SANTOS, 1998, p. 22), fomentam a questão do ambientalismo e trazem para a arena da política os movimentos ambientalistas que desfraldam as suas bandeiras, acenando com polêmicas e utópicas alternativas para o desenvolvimento econômico (desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento). No rastro da globalização dos problemas, da causa e dos movimentos ecológicos, difunde-se, mundialmente, através da camada da tecnosfera representada pelas mídias, uma psicosfera marcada pelo medo do “apocalipse iminente” (HOBBSAWM, op.cit., p. 547).

De acordo com Santos (op. cit., p. 23), este medo “(...) cria uma natureza mediática e falsa, uma parte da Natureza sendo apresentada como se fosse o Todo”⁶⁵. Em outras palavras, através dos aportes da tecnosfera montados para a circulação da informação, imagens e discursos que mutilam e fantasiam a natureza, são difundidos para o domínio mental ou para a consciência do social, produzindo, embora superficialmente, a preocupação do público pela preservação da natureza em todo o mundo. Para Porto-Gonçalves (op.cit., p. 222), hoje, quando o capitalismo se aprofundou e a poluição já não atinge somente a classe operária, mas também os segmentos da pequena burguesia - a chamada classe média -, a degradação da natureza ganha espaço nos jornais, nas emissoras de rádio e televisão, invadindo, através do discurso, todos os cantos, produzindo todo o estardalhaço sobre o tema.

São o medo e a fantasia, que Santos (op. cit., p. 23) considera como universais e sobrepostos, os componentes da psicosfera produzida em torno da questão ambiental. Essa psicosfera, ao produzir a preocupação artificial do público com a preservação da natureza e, conseqüentemente, a sua identificação com a causa ambiental, torna-se “(...) suficientemente ativa para gerar lucros” (DEAN, 1996, p. 348). Nesse sentido, para obter retorno em vendas e em imagens, as empresas associam os seus produtos a mensagens ecológicas, financiam atividades ambientalistas, buscam salvar a imagem arranhada com uma campanha verde, deduzem impostos através de investimentos em projetos de restauração de ambientes degradados etc. (DEAN, op. cit., p. 348, CASTELLS, 1999). Como nos lembra Castells (op. cit., p. 141), “(...) grandes empresas, inclusive as responsáveis por uma grande emissão de poluentes, passaram a incluir a questão do ambientalismo em suas agendas de relações públicas, e também em seus novos e promissores mercados”.

A psicosfera produzida em torno da questão ambiental, embora “não transforme os meios de produção e consumo” (CASTELLS, op. cit., p. 142), induz uma demanda pelos

⁶⁵ “(...) O discurso do meio ambiente é carregado dessas tintas, exagerando certos aspectos em detrimento de outros, mas, sobretudo, mutilando o conjunto”. Ver SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 22.

chamados “produtos ecologicamente corretos”. Como bem ressalta Bauman (2003, p. 67), uma das ameaças reais ou imaginárias, mas terrificante, que está no cerne da formação de comunidades estéticas, é, por exemplo, a do rumor de que as prateleiras dos supermercados estão cheias de alimentos geneticamente modificados com consequências desconhecidas para os consumidores.

Nestas circunstâncias, o produto carregado de probidade ecológica ganha em competitividade e margem de lucro (os preços mais elevados são justificados exatamente por ter esta qualidade) no cenário do consumo. Assim, as empresas utilizam temas relacionados ao meio ambiente não só nas imagens veiculadas em propaganda ou informe publicitário. De acordo com Castells (op. cit., p. 164), “(...) empresas em todo o mundo também têm sido influenciadas pelo ambientalismo [diríamos pela psicosfera produzida em torno do ambientalismo], buscando adaptar seus produtos e processos às novas leis, preferências e valores, obviamente visando ao lucro a partir dessas ações (...)”. Com isso, buscam atrair as comunidades estéticas no sentido baumaniano ou os nichos de mercado consumidores que procuram, na estética do “produto ecologicamente correto”, enfatizar os seus valores e as suas preferências, ou, ainda, aqueles consumidores que, de forma aleatória, consomem esses produtos porque estão em evidência, portanto, para estarem em consonância com a moda do seu tempo.

Enfatizar valores e preferências, estar em consonância com o que está na moda, implica, também, vestir o corpo com roupas feitas com tecidos mais ecológicos - naturais, orgânicos, de materiais reciclados etc. Portanto, no rastro da psicosfera do medo da catástrofe ambiental iminente, surgiu, a partir principalmente na década de 1980, no contexto da “moda aberta (flexível)” (LIPOVETSKI, 1989) ou do “supermercado de estilos” (POLHEMUS, 2004), a paradoxal moda ecológica ou “a ecologia para a moda” (ARAÚJO, s/d). Com ela, as imagens e os discursos sobre a natureza tornam-se literalmente fantasia frívola industrializada a serviço do mercado. Nesse contexto, embora que ainda de maneira incipiente ou em pequena escala, os setores de têxteis e confecções começaram a produzir tecidos, confecções e acessórios com materiais “naturais”, orgânicos ou reciclados. Por outro lado, induziram a produção de aviamentos com materiais “naturais” ou rústicos (botões produzidos a partir do coco da Bahia, por exemplo). Nesse mesmo processo, indústrias têxteis e de confecções têm procurado associar os seus produtos a mensagens ecológicas. O uso da ecologia pela moda se faz presente até mesmo na utilização de materiais recicláveis ou reciclados para a montagem dos espaços para a teatralização ou espetacularização das confecções, como tem acontecido recentemente nos grandes desfiles de moda em todo o mundo.

Como a psicosfera é produto de uma sociedade mais ampla se realizando nos lugares, essa tessitura é cheia de possibilidades para a mercantilização dos têxteis e confecções produzidos com o algodão colorido. Os tecidos produzidos com este tipo de algodão não necessitam de corantes, não desbotam (possuem uma ótima solidez ao cloro e à luz), dispensam o uso de substâncias químicas para o tingimento e gastam menor quantidade de água no processo de fabricação, além de evitar custos com tratamento de afluentes após uso de corantes químicos tóxicos. Aliás, estas características representam um dos motes principais do marketing utilizado pelos produtores paraibanos de têxteis e confecções fabricados com o algodão colorido, para alcançarem os nichos de mercado interno e externo. Para isso, o papel da publicidade na racionalização das subjetividades, que, em marketing, chama-se criação dos conceitos, torna-se fundamental, já que é mediante as campanhas publicitárias que se realça a probidade do produto ecologicamente correto para esses têxteis e confecções. Dessa maneira, os serviços de publicidade e de marketing tanto introduzem quanto ampliam a racionalidade no âmbito dos desejos e das vontades, configurando a psicosfera do ambientalmente correto para os têxteis e confecções produzidos a partir do algodão colorido. Assim, os envolvem com uma auréola ecológica para atrair os consumidores cujos desejos e vontades de consumir estão impregnados pela psicosfera que se difundiu com a globalização dos problemas e da questão ambientais.

6.2 A identidade territorial como condição para a inserção competitiva dos lugares produtores de têxteis e confecções do algodão colorido nos mercados de consumo

A causa do ambientalismo e os movimentos ambientalistas representam apenas parte de uma conjuntura de ebulição contestatória maior, que se ergueu a partir do final dos anos de 1960. Nesse mesmo contexto, emergiram vários movimentos, levantando várias bandeiras reivindicatórias: raça, etnia, gênero, sexualidade, geração, heranças coloniais, localismos, regionalismos, nacionalismos etc.

Para Retondar (2007), esses movimentos, ao questionarem a força homogeneizadora do Estado Centralizador e da indústria cultural, denotam a efervescente contracultura e a emergência das sensibilidades e experiências sociais pós-modernas⁶⁶.

⁶⁶ “A experiência social pós-moderna é marcada pela flexibilização dos significados no interior das práticas sociais e pela fragmentação da atividade social e suas respectivas representações”. Ver RETONDAR, A .M. **Sociedade de consumo, modernidade e globalização**. São Paulo-SP: Annablume; Campina Grande-PB: EDUEFG, 2007, p. 69.

Porto-Gonçalves (2006), de forma muito parecida com a ideia do autor anterior, considera que esses movimentos, ao questionarem as hierarquias institucionalizadas (na família, na escola, nas fábricas no Estado, nas relações internacionais, por exemplo), fomentam o movimento contracultural. Este geógrafo considera legítimas as reivindicações levantadas por esses movimentos. Todavia, para ele, como as causas desses movimentos nasceram com a globalização neoliberal, foram apropriadas por ela ou receberam dela respostas conservadoras.

Como nos lembra Lévy-Strauss (*apud* HAESBAERT, 2007, p. 33), em sua análise pioneira da efervescência das identidades, realizada já nos anos 70 do século XX, toda essa ebulição identitária é moldada pela crise sócio-cultural do final dos anos de 1960. Para ele, esta crise, a qual considerou como o novo mal do século, deve olhar de frente as condições objetivas das quais ela é sintoma e que ela reflete, não estando, portanto, reduzida apenas aos seus aspectos subjetivos.

Seguindo a mesma linha interpretativa para esse feixe de eventos, Bauman (2005, p. 42) parece não desvincular o que nomeia de emergência das “políticas de identidade” do contexto geral de reestruturação da própria modernidade (passagem da modernidade pesada para a líquida). Na base do iceberg ou no caleidoscópio identitário atual, impera, para este sociólogo, a crise ou o “declínio das metaidentidades relacionadas à nacionalidade e às insígnias de classe”. Considera, portanto, que o declínio dessas metaidentidades está relacionado ao enfraquecimento do Estado enquanto estrutura de proteção do cidadão e do trabalho enquanto lugar de integração e agregação do indivíduo na coletividade. Assim, sem as bandeiras da nacionalidade e do sindicato ou do partido para desfraldar, os indivíduos costumam ou remendam várias bandeiras (raça, etnia, gênero, sexualidade, geração, lugar, região, território etc.). Portanto, por trás do declínio das metaidentidades e da emergência das políticas de identidades relacionadas aos mais variados campos simbólicos estão os ventos gelados ou quentes soprados pela globalização. Foi a globalização, reestruturada pelas mudanças no paradigma produtivo e no modo de regulação do capitalismo – passagem do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo, que destituiu o Estado e o trabalho dos lugares que ocupavam na proteção e na integração dos indivíduos no coletivo. Na base dessas mudanças está a reestruturação tecnológica dos mecanismos de produção, da circulação, da distribuição, e as mudanças nos hábitos de consumo, com a adoção das tecnologias baseadas na microeletrônica, que renovou a tecnosfera necessária à reprodução do capitalismo, afirmando-a como “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1998 e 1999).

Seja qual for a interpretação dada pelos diversos autores que se debruçam sobre a questão identitária, o que não se pode descartar é que essas subjetividades compõem uma psicosfera muito difundida nas sociedades na atualidade. Esta psicosfera também é capaz de gerar lucros. Conforme ressalta Hall (*apud* BEZERRA, 2007, p. 69), “(...) nesse momento histórico da sociedade..., juntamente com a homogeneização global, há também, uma fascinação pela diferença e pela mercantilização da alteridade”. Em outras palavras, além de produzir sua própria psicosfera, o capitalismo se apropria de outras, transformando-as em mecanismos para a extração de lucros. Segundo Yúdice (*apud* BEZERRA, op. cit., p. 69), “nessa fase histórica do capital a cultura passa a ser utilizada como recurso e, nesse processo, vem sendo apropriada como uma das formas de delimitação das particularidades locais frente ao mercado global”. Assim, as “bandeiras” dos grupos de resistência organizados em torno das mais variadas simbologias são apropriadas pelo sistema produtor de mercadorias. Nesse processo, são mercadificadas, através das suas transformações em produtos ou espetáculos para o consumo. Nesse sentido, como afirma Edgar Morin,

(...) Traços e focos de “contracultura”, e mesmo de “revolução cultural”, formaram-se no underground, à margem da cultura de consumo, porém também penetrando-a, irrigando-a. A cultura de massas tende, a um tempo, a deslocar-se e a integrar (“recuperar”, como se diz) as correntes desintegradoras. (MORIN, 2007, p. 7)

Portanto, a delimitação de particularidades se dá no contexto da divisão territorial do trabalho, da produção e do consumo globalizados, constituindo-se, para os lugares, numa estratégia de inserção nessa divisão. Nela, os lugares procuram realçar as suas vantagens comparativas e competitivas – inclusive as espaciais, não apenas para atrair a implantação das empresas ou reter aquelas já presentes em seus territórios. Como bem lembra Harvey (*apud* SANTOS, 1999, p. 198), “a competição interlocal não é apenas pela atração da produção, mas também pela atração dos consumidores, através da criação de um centro cultural, uma paisagem urbana ou regional agradável ou outro artifício”. Nesse contexto de “guerra dos lugares” (SANTOS, 1999), o fascínio pela diferença tem funcionado como um artifício de delimitação de particularidades dos lugares frente ao mercado global. Assim, muitos lugares e seus agentes econômicos, sociais e políticos usam, (re)criam ou (re)inventam elementos materiais e simbólicos das culturas locais para enfatizarem as suas singularidades e se tornarem atrativos para os consumidores e investidores.

Esta estratégia tem sido bastante utilizada por Estados e municípios brasileiros, através de campanhas de *marketing*, para se inserirem no mercado de lugares turísticos. Para isso, usam, (re)criam ou (re)inventam suas “especificidades naturais” (climáticas, botânicas, zoológicas, geomorfológicas, geológicas etc.) e culturais para atraírem os agentes econômicos (hotéis, agências de turismo, restaurantes, pousadas etc.) e os consumidores de lugares turísticos (os turistas) inscritos nos circuitos espaciais do turismo. É essa lógica que tem permeado a restauração do patrimônio histórico-arquitetônico (as heranças socioespaciais) de muitas cidades brasileiras. Mas esta estratégia não se resume unicamente a usar, a (re)criar ou a (re)inventar o exotismo histórico/geográfico dos lugares. Tem sido recorrente o uso, a (re)criação ou a (re)invenção dos seus aspectos antropológicos (crenças, mitos, religiosidade, culinária, artesanato, jeito de falar, formas de viver e de fazer etc.), ou seja, os elementos materiais e simbólicos das suas identidades, para a exploração mercantil. Isso é bastante perceptível nas políticas públicas ou privadas de fomento ao chamado turismo étnico.

Só para nos atermos a mais um exemplo, a cultura popular – a exemplo das festas regionais, também vem sendo bastante requisitada para delimitar particularidades e inserir os lugares nos circuitos espaciais do turismo de eventos. É assim que Campina Grande-PB, Caruaru-PE e Mossoró-RN⁶⁷ usam, (re)criam ou (re)inventam as festas juninas para se inserirem no “mercado das cidades” (BEZERRA, op. cit., p. 69).

Esse apego à diferença como artifício para a inserção nos competitivos mercados na atualidade, sejam esses mercados global, nacional, regional ou local, tem sido também utilizado no campo da produção propriamente dita. Não é incomum, em alguns lugares e regiões, que os produtores, além de procurarem adaptar os seus produtos às leis, preferências e valores ambientais, busquem, também, enfatizar o pertencimento local ou regional dos seus produtos. Um exemplo bastante ilustrativo disso é o da Cooperativa Agropecuária do Cariri (COAPECAL), que produz industrializados derivados do leite em Caturité-PB, cuja marca “Cariri” e as imagens do rótulo dos seus produtos, que recriam uma paisagem do gado pastando em um Cariri ensolarado e verde, procuram deixar claro ao consumidor o pertencimento regional desses produtos ao Cariri paraibano (**ver figura 18**).

A descoberta da alteridade como artifício para a inserção competitiva nos mercados ou para atrair os consumidores também invadiu o campo da moda e do vestuário.

⁶⁷ Para o caso de Mossoró-RN, ver BEZERRA, Amélia A. Festa e identidade: a busca da diferença para o mercado de cidades. In: ARAÚJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007, p. 69-92.



Fig. 18: Logomarca dos produtos da COAPECAL – Caturité – Cariri paraibano
Fonte: www.lexasistemas.com.br/site/clientes/10-coop

Desde a massificação do vestuário industrializado no pós Segunda Guerra Mundial, a moda começou a se libertar dos ditames estilísticos dos grandes costureiros e da alta costura. A partir de então, as confecções passaram a dispor de estilistas próprios para criarem as suas coleções de roupas. Estes estilistas não seguiam ao pé da letra as tendências ditadas pelos grandes costureiros e suas grandes casas de costura. Contudo, dos fins dos anos 60 para o começo dos anos 70 do século passado, tendo os hippies como precursores, “as tribos urbanas” começaram a criar seus próprios estilos de se vestir. Nascia aí a chamada moda aberta ou flexível. Esta moda passou a não ser mais ditada exclusivamente pelos costureiros famosos e suas grandes casas de costura e a não se restringir mais a tendências rígidas⁶⁸. Com a abertura e a flexibilização da moda, cada indivíduo passou a ter a liberdade de criar o seu próprio estilo de se vestir. O advento da moda aberta ou flexível levou o antropólogo anglo-americano Ted Polhemus (2004) a afirmar que não existe mais moda e sim estilos. É nesse contexto, portanto, que o fascínio pela diferença tem levado estilistas de confecções de *prêt-à-porter*, notadamente de luxo, a usarem, (re)criarem, (re)inventarem elementos materiais e simbólicos das culturas dos lugares e das regiões para elaborarem suas coleções de peças do vestuário. Com isso, estes estilistas visam a atrair ou atender as demandas dos consumidores cuja psicosfera (o imaginário) guarda verdadeiro fascínio pelo exótico. Portanto, para atender ao exotismo situado na psicosfera do consumidor, os estilistas das confecções de *prêt-à-porter* de luxo produzem, na moda e no vestuário, o outro exótico que povoa essa psicosfera. Produzem o que Lipovetski (1989) chama de “diferenciação marginal”, usando elementos materiais e simbólicos que identificam os mais diversos povos e seus lugares, regiões ou territórios. Dessa forma, se não há uma restituição das indumentárias regionais, destituídas

⁶⁸ Sobre a moda aberta ver LIPOVETSKY, Giles. **O império do efêmero**: a moda e o seu destino nas sociedades modernas. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 78-152.

pela produção em série de roupas industrializadas, motivos, temas ou detalhes das culturas nacionais, regionais ou locais, tanto nos seus aspectos materiais quanto nos simbólicos, são apropriados, incorporados ou reproduzidos nas peças do vestuário ou nos acessórios que as acompanham. É dessa forma que motivos e temas africanos, japoneses, indianos, astecas, latino-americanos, o artesanato de vários países, regiões e lugares do mundo, o lenço afegão, só para ficarmos em alguns exemplos, são incorporados às coleções de estilistas europeus e norte-americanos (**ver figuras 19 e 20**).



A moda se inspira em culturas de outros países para a tendência étnica. A Cori, por exemplo, mistura México com índios Navarros para o look sino (extrema esquerda) e para a mistura de cores exuberantes

Fig. 19: Exemplo de etnização da moda
Fonte: www.abril.com.br/fotos/moda-etnica-verao-2009/



Motivos culturais e modelos africanos nos desfiles das criações do designer holandês Bibi van der Velden na Semana da Moda em Amsterdam, Holanda, em janeiro de 2009

Fig. 20: Exemplo de etnização da moda
Fonte: papaacordas.blogspot.com/2009/01/moda-etnica.html

Nesse contexto, notadamente a partir de 1990, estilistas de confecções brasileiras, de olho nos mercados europeu e norte-americano de *prêt-à-porter* de luxo ou no próprio mercado interno nacional, reincorporaram a temática e os motivos nacionais brasileiros às suas coleções de peças do vestuário⁶⁹ - sol, praia, cores, paisagens tropicais, artesanato, o jeito de ser e a sensualidade brasileiros, a Amazônia e suas lendas, a cultura afro-brasileira e a indígena etc. Arelados a essa moda nacional, produzida no Rio de Janeiro, e à moda cosmopolita produzida em São Paulo e consumida em todo o mundo, pequenas e médias confecções ou consórcios formados por elas em outros Estados, através dos seus estilistas, também de olho nos mercados externo e interno, começaram a explorar as temáticas e os motivos regionais na elaboração das suas coleções de roupas. São exemplares, nessa lógica, os casos do Ceará, onde confecções comparecem com tramas em diversos materiais, como o tricô e fibras sintéticas remetendo ao artesanato local (**ver figuras 21 e 22**), e o da Bahia, onde consórcios de confecções exploram ou (re)criam, à sua maneira, a baianidade - uma Bahia de sol, praias, sensualidade, alegria, que tem pele negra, dança, joga capoeira e professa o candomblé (NERY, 2007, p. 8-10). Para a referida autora (op. cit., p. 10), uma verdadeira personificação da Bahia, que, todavia, apresenta-se restrita a parte desse Estado, muitas vezes confundida com Salvador.



Nota-se a incorporação do artesanato regional (renda e bordado) como elemento de identificação das peças com a cultura cearense e como estratégia de criação da diferenciação marginal das mesmas

Figuras 21 e 22: Peças do vestuário feminino produzidas no Ceará
Fonte: fortaleza.olx.com.br

⁶⁹ Há uma reincorporação “(...) porque, durante as décadas de 1960 e 1970, as temáticas nacionais - e nacionalistas - povoaram a então nascente moda brasileira, em especial através dos eventos patrocinados pela multinacional francesa Rhodia”. Ver LEITÃO, Débora K. Nós, os outros: construção do exótico e consumo de moda brasileira na França. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, jul./dez. 2007, p. 206.

É exatamente nesse contexto de emergência, produção ou apropriação da psicosfera centrada na diferença - estereótipos, imaginário, formas de dizer quem é o outro ou de afirmar a sua diferença perante o outro etc., utilizando-se dos mais diversos elementos de identificação, que o algodão colorido e seus manufaturados, por apresentarem suas diferenças marcadas na própria fibra naturalmente colorida ou na presença do artesanato regional como elemento da diferenciação marginal, passaram a apresentar valores de troca para o mercado. Esse artifício de identificar o algodão colorido e derivados com elementos da cultura material e simbólica da Paraíba, tornando-os atrativos aos consumidores das alteridades, tem a intenção de delimitar as particularidades dos lugares paraibanos que os produzem, com o objetivo de criar um diferencial competitivo para as suas inserções nos mercados interno e externo. O uso desses mecanismos pode ser notado no discurso do estilista Ângelo Rafael Farias, que participou da elaboração, para a COOPNATURAL⁷⁰ de Campina Grande-PB, da primeira coleção de confecções produzidas com tecidos obtidos com o algodão colorido, nos primeiros anos do século XXI.

Alusão ao Barroco Sertanejo

Encontrar beleza no contorno de uma janela colorida, portal quase surrealista de uma realidade que transforma um xique-xique em totem de adoração a qualquer deus ou antepassado que faça chover.

Procurar cheiro de barro molhado num céu azulado desprovido de nimbos.

Adorar as marcas de uma terra sulcada pelo tempo, pelo esquecimento e pela esperança.

Colher frutos e flores entre os espinhos de bromeláceas escondidas em fendas de granito escuro.

Fiar, tecer, criar e coser armaduras e invólucros para corpos que anseiam por proteção das intempéries do mundo moderno: estresse e descontentamento.

Colar sonhos de crochê, brincar com o macramé, sobre um manto que veio da natureza, já trazendo a cor da mãe terra; como que a envolver os que dela nasceram.

Essa foi a missão importante, da qual tive o privilégio de participar. A Coleção Natural Fashion é dedicada a todos os que amam a natureza.

Ela Agradece. (FARIAS, Ângelo R. In: Folder de Divulgação da Coleção Natural Fashion, s/d)

Percebe-se que a linguagem do referido estilista evoca, em tom conotativo, elementos da “primeira natureza” e da cultura sertanejas para produzir a identidade telúrica do algodão colorido e dos manufaturados dele derivados com a Paraíba, especialmente com a sua região sertaneja. Fiar, tecer, criar e coser armaduras e invólucros - tecidos e confecções produzidos com o algodão colorido, cobri-los com adereços provenientes do artesanato paraibano, é como sentir a própria natureza e a cultura da terra de onde brotou, em tons marrons (a cor da “terra

⁷⁰ Cooperativa de Produção de Têxtil e Afins do Algodão do Estado da Paraíba.

mãe” sertaneja), o algodão colorido. “Terra mãe” gretada, de céu limpo, vegetação xerófita e estrutura geológica cristalina. Vestir-se com as confecções produzidas com tecidos obtidos com o algodão colorido (as armaduras e os invólucros), que fazem sentir a natureza e a cultura exóticas de onde eles se originam, protege os consumidores, notadamente dos grandes centros urbanos, das intempéries do mundo moderno (estresse e descontentamento).

O uso do exotismo histórico-geográfico de lugares e regiões da Paraíba, com a intenção de identificar com esse Estado o algodão colorido e seus derivados, tem levado confecções ou consórcios formados por elas a lançarem mão da estratégia de usar suas paisagens exóticas, notadamente as mais conhecidas em outros territórios, como espaço para a teatralização e espetacularização, ou como cenário para a produção do material de divulgação publicitária dos produtos confeccionados com tecidos oriundos das variedades coloridas de algodão plantadas no solo desse Estado. Foi dentro desta lógica que a COOPNATURAL realizou um dos desfiles de suas coleções de confecções no Sítio Pai Mateus, no município de Cabaceiras, Cariri Paraibano. Na mesma ocasião, esse sítio foi usado como cenário para a elaboração do material de divulgação publicitária dessa coleção no Brasil e no exterior. O referido sítio, pela rusticidade da sua paisagem semiárida e pelos vestígios arqueológicos de povos que o habitaram no passado, é um dos lugares mais representativos das identidades telúrica e cultural paraibanas, divulgadas pelas mídias e pelo marketing turístico estadual, dentro e fora do Brasil. Esse sítio, em vista das particularidades das suas paisagens geográficas, tem sido muito explorado pelas indústrias cinematográfica e turística que, em grande medida, realizam uma inquestionável produção do sertão e do sertanejo em sua rusticidade e exotismo. Portanto, teatralizar ou espetacularizar as confecções, ou elaborar materiais de divulgação publicitária nessa paisagem tem como objetivo enfatizar a rusticidade e o exotismo, reforçar o sentimento de pertença e identificação delas com o sertão e o sertanejo paraibanos, com o intuito de torná-las atrativas para os consumidores de alteridades (**ver figura 23**). Constitui-se, assim, como uma estratégia da criação de diferencial para a inserção competitiva nos mercados.

Outros elementos de reforço da diferença, com os mesmos objetivos e estratégias de inserção competitiva nos mercados, têm sido muito utilizados pelas confecções paraibanas que produzem, entre outras peças, as do vestuário a partir desse algodão. Essas confecções, notadamente o consórcio formado por algumas delas - a COOPNATURAL, vêm utilizando, (re)criando ou (re)inventando elementos da cultura material e simbólica do Nordeste e da Paraíba para atrair ou atender aos consumidores de alteridades. Portanto, numa verdadeira produção do Nordeste e do nordestino ou da Paraíba e do paraibano, paisagens da caatinga

sertaneja, heranças socioespaciais urbanas e rurais tradicionais, fragmentos de paisagens tradicionais humanizadas, expressões da fala, o jeito de ser e de viver do homem simples sertanejo, imagens das festas populares regionais, o artesanato etc. são incorporados às peças, com a intenção mercadológica de reforçar o seu pertencimento à região e ao Estado e, com isso, criar um diferencial competitivo para atrair os consumidores das diferenças do outro (**ver figuras 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33**).



Teatralização das
confeções produzidas
com algodão colorido, da
COOPNATURAL, em
Lajedo de Pai Mateus –
Cabaceiras – PB.

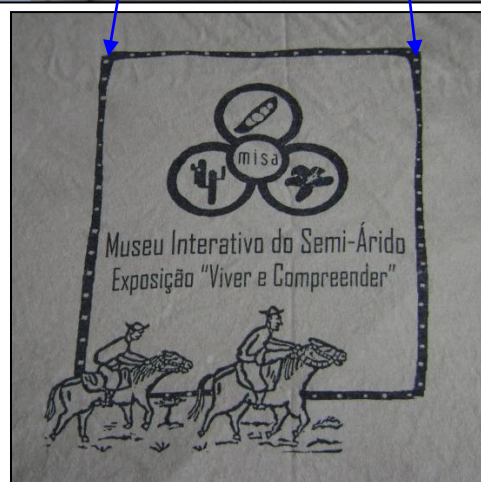
Fig. 23: Exemplo de criação da identificação das confeções do algodão colorido com as paisagens rústicas paraibanas

Fonte: Folder de divulgação publicitária da COOPNATURAL (s/d)



Fig. 24: Blusa com aplicação de retalhos de dois tons, reproduzindo elementos da paisagem da Caatinga, coleção *Natura Fashion*

Fonte: Anicet e Chiarelli (2006)



Figuras 25 e 26: Imagens da Caatinga e do modo de vida tradicional sertanejos reproduzidas nas peças fabricadas com o algodão colorido
Fotos: O autor



Reprodução de heranças socioespaciais urbanas nas confecções produzidas com algodão colorido.

Fig. 27: Monumento aos pioneiros fundadores de Campina Grande – PB
Foto: O autor



Fig. 30: Reprodução de elementos linguísticos regionais nas confecções produzidas com algodão colorido
Foto: O autor



Fig. 31: Reprodução da tradição musical regional nas peças fabricadas com algodão colorido
Foto: O autor



Figuras 32 e 33: Incorporação do artesanato regional (bordado e crochê) nas peças do vestuário produzidas com o algodão colorido
Foto: O autor

Por outro lado, não é incomum os turistas, em visita à Paraíba nos meses de verão e junho, encontrarem expostos, para a venda nos salões de artesanato montados na ocasião da realização do Fest Verão, em João Pessoa, e do “Maior São João do Mundo”, em Campina Grande, representando um ingrediente a mais da identidade paraibana, roupas, artigos de cama, mesa, banho, souvenirs em geral produzidos a partir do algodão colorido. Nessas duas festas, a identidade paraibana é muito evidenciada como produto de consumo para os turistas. Esta mesma identidade é muita explorada pela publicidade realizada para promover tais eventos, funcionando, dessa maneira, como um diferencial competitivo para a inserção de João Pessoa no mercado das cidades do turismo de sol, areia, mar e sexo, e Campina Grande, no mercado de cidades do turismo de eventos. As confecções produzidas com o algodão colorido, que trazem como componente de diferenciação marginal adereços do artesanato e

imagens de paisagens e da cultura popular do Estado, tornam-se, assim, um componente a mais na produção da diferenciação competitiva no cenário da guerra de lugares que tais cidades travam com outras partícipes desses circuitos do turismo (ver figura 34).



Fig. 34: “Salão de Artesanato da Paraíba”. Local onde os turistas encontram confecções produzidas com algodão colorido
Foto: Amilton Melo Leitão

Estilistas paraibanos, em outra estratégia de uso ou de produção da diferença identitária para a criação do diferencial competitivo e, conseqüentemente, para tornar suas mercadorias atrativas para os mercados de consumo do “outro exótico” (LEITÃO, 2007), no país e no exterior, têm procurado divulgar, nos grandes espaços de teatralização e espetacularização de roupas e acessórios do Brasil, a exemplo de grandes eventos da moda nacional, como o São Paulo *Fashion Week* e o Rio *Fashion Week*, o algodão colorido e derivados (roupas e bijuterias), misturadas com renda renascença, crochê, sementes etc., como símbolo da moda e do artesanato produzido na Paraíba. Para isso, tem sido constante e contínua a participação desses estilistas nesses grandes eventos. Neles, o algodão colorido, além do artesanato paraibano em geral, têm sido enfatizados como elementos da identidade paraibana e utilizados por esses estilistas, para criar elementos de diferenciação marginal das suas coleções de roupas e acessórios (ver figura 35).

A recorrência em relacionar o algodão colorido ou os tons marrons de suas cores com a terra do Estado da Paraíba, como estratégia de produzir uma identidade paraibana para os seus produtos e, dessa forma, envolvê-los com um diferencial competitivo para torná-los atrativos aos consumidores, tem levado estilistas, artesãos e confecções a criarem, para as suas marcas, nomes que atribuem uma origem ou uma identidade telúrica paraibana para esse

tipo de algodão. Assim, encontram-se, por vezes, em salões de artesanato, feiras ou lojas especializadas, roupas, artigos de cama, mesa, banho, souvenirs etc. produzidos com o algodão colorido, que trazem nomes fantasias ou logomarcas como Artes da Terra, Sol da Terra, Algodão da Terra, Tons da Terra, Dona Terra etc.



Fig. 35: Teatralização de confecções de luxo feita com algodão colorido da COOPNATURAL na São Paulo Fashion Week de 2004

Fonte: Revista Nordeste, ano 2, n. 18, dez. 2007.

Os esforços em atribuir uma identidade paraibana, especificamente campinense, ao algodão colorido e seus derivados, com fins mercadológicos, têm levado alguns agentes que desenvolvem as suas produções na Paraíba, notadamente a COOPNATURAL de Campina Grande, a operar aquilo que Hobsbawm e Ranger (2002) denominam de “invenção das tradições”⁷¹. Esses agentes, através da veiculação de reportagens nas mídias, procuram

⁷¹ “Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (...) O

inculcar, no imaginário dos paraibanos, campinenses e consumidores em geral, a ideia de que a produção do algodão colorido e derivados é uma continuação em relação ao passado histórico, no qual o “ouro branco” (o algodão branco) foi responsável por imprimir aos espaços campinense e paraibano um grande dinamismo econômico.

Para produzir essa continuidade histórica entre as duas formas de produção de algodão e manufaturados, a história da produção do algodão colorido e derivados começa a ser narrada, por esses agentes, no Museu do Algodão de Campina Grande, que guarda as relíquias históricas do passado de fausto econômico dessa cidade, promovido pelo *boom* do algodão arbóreo branco nas décadas de 1930/1940, e termina com a pioneira iniciativa da mesma cidade em produzir algodões, tecidos e confecções em tons de cores naturais. Nesse contexto, o algodão colorido e derivados constituem-se em uma transmutação do “ouro branco” em tons marrom escuro, marrom claro, verde e creme. Assim, cria-se uma continuidade histórica entre as duas formas de produção de algodão e seus manufaturados, cuja intenção é levar as pessoas a pensarem que as atuais formas de produção (algodão colorido e seus manufaturados) é um capítulo de uma evolução histórica que começou no passado e foi responsável por transformar a Paraíba no maior produtor nacional e Campina Grande na segunda praça de comercialização no mundo, do algodão branco e seus manufaturados.

Essa tradição paraibana e campinense do algodão colorido e derivados é inventada porque a continuidade histórica estabelecida entre eles e o passado, marcado pelo *boom* do ouro branco, é bastante artificial. Como se sabe, a produção do algodão colorido e derivados, embora se sirva das estruturas socioespaciais legadas do passado, estabeleceu-se com fins comerciais, na Paraíba, no começo do século XXI, condicionada pela falência da produção do algodão branco e da indústria de seu beneficiamento no Estado, entre outros fatores. Destarte, não representa uma continuidade, mas um produto de uma ruptura histórica.

Desse modo, tanto a psicosfera quanto a sua mercantilização por agentes da economia capitalista se realizam nos lugares, embora, como procuramos mostrar ao longo desse seção, ambas constituam produto bem mais amplo que os lugares onde se realizam. Doravante, os eventos circunscritos à produção das identidades ecológica e territorial do algodão colorido e derivados, com o intuito de criar um diferencial competitivo para a inserção nos mercados e lugares de consumo, circunscrevem-se naquilo que Harvey (1998, p. 148) qualificou de

passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. (...) Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória (...). Ver HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-10.

estética pós-moderna, para caracterizar as mudanças culturais que anteciparam, acompanharam ou se combinaram com as mudanças estruturais (passagem do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo) nas sociedades de capitalismo avançado a partir do final dos anos de 1960, estética essa que, segundo o referido autor, celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

À guisa do exposto, pode-se inferir que tanto a psicosfera construída em torno da questão do ambientalismo quanto a construída em torno da questão das diferenças de identidades territoriais se transformam em ações. Como essas não se realizam em um vazio, criam, recriam, reutilizam e renovam objetos geográficos para se realizarem. Portanto, encaixam-se em uma forma geográfica para acontecerem. Como teremos oportunidade de percorrer com minúcias mais adiante, o caso da produção do algodão colorido e dos seus produtos derivados na Paraíba representa um exemplo, entre tantos outros, da geografização dessa psicosfera em objetos e ações.

Em suma, como bem lembra Santos (1999, p. 204), “a tecnosfera e a psicosfera são redutíveis e condicionam uma à outra”. Nesse sentido, tanto os eventos que marcaram as mudanças no paradigma produtivo e nos marcos regulatórios do capitalismo, quanto os impactos externos e internos sobre a dinâmica do espaço cotonicultor e têxtil e de confecções paraibano ou os que denotaram a emergência de novas subjetividades, sensibilidades, ideologias etc. (os discursos do ambientalismo e das identidades territoriais, por exemplo) - eventos esses definidores da passagem do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo, da reestruturação da própria globalização capitalista - foram portadores das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca. Isso tudo tem implicado na criação, renovação ou reutilização de subsistemas de objetos e ações para operacionalizar a sua produção, circulação, distribuição e consumo. Desse modo, é para o subsistema de objetos e ações produtor do algodão colorido e derivados da Paraíba que as lentes dessa análise se voltam nas próximas páginas.

PARTE III

A GEOGRAFIA MUNDIAL E BRASILEIRA DA PESQUISA E DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS: OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO

Conforme expusemos ao longo deste estudo, durante boa parte da história da humanidade, a produção do algodão colorido para a confecção de têxteis e roupas artesanais, destinados ao consumo próprio dos seus produtores, persistiu circunscrita às realidades locais e regionais. Portanto, continuaram apresentando apenas valores de uso para os povos que os produziam. Nesse contexto, é exemplar a produção realizada por camponeses e índios descendentes dos Incas no norte do Peru, camponeses e indígenas mexicanos e guatemaltecos, camponeses e artesãos brasileiros dos Estados de Minas Gerais e da Bahia, entre outros.

Com o advento da etapa industrial do capitalismo, a seletividade das espécies de algodão, favorável às variedades brancas, intensificou-se e se aprofundou ao ritmo das normas estabelecidas para as fibras a serem utilizadas pelo setor produtor de têxteis e confecções, nos processos produtivos industrializados de tecidos, roupas, artigos de cama, mesa e banho etc. Com a paulatina constituição da produção seriada de roupas para o mercado de consumo de massa, desde o final do século XIX, essa seletividade favorável às espécies de algodão branco atingiu o seu ápice. Nesse sentido, normas e regulamentos estatais impostos em países como o Peru, que favoreciam os cultivos comerciais de algodão branco e eram desfavoráveis à pequena produção do algodão colorido, quase levaram este último à extinção. Por outro lado, por não apresentarem valor comercial, os algodões coloridos não mereceram as atenções das pesquisas advindas das conquistas técnico-científicas aplicadas ao melhoramento genético das espécies de algodoeiros. Estas favoreceram, também, as variedades comerciais brancas, amplamente utilizadas pela indústria têxtil.

Contudo, as transformações estruturais e superestruturais que se consubstanciaram na passagem do regime de acumulação e do modo de regulação fordista/keynesiano para o da acumulação flexível/neoliberalismo, incluindo as relacionadas à tecnosfera, ao se imporem sobre o setor têxtil e confecções, funcionaram como um conjunto histórico e sistêmico de eventos portadores das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca. Em outras palavras, com o advento das economias de escopo ou de variedades no setor de têxteis e confecções; da flexibilização dos gostos, do consumo e da moda; da roupa como produto flexível industrializado; da competitividade global nos mercados de têxteis e confecções; da emergência da questão ecológica etc., estas variedades de algodão passaram a apresentar valor para o mercado, ou seja, passaram a ser utilizadas como matéria-prima para a produção de pequenos lotes de roupas, confecções em geral e souvenirs para nichos de mercado que emergiram ou se identificam com a causa ambiental. Justifica-se, assim, a utilização das estruturas espaciais dos centros de pesquisa privados e públicos de melhoramento genético do algodão para executar a invenção ou

criação de espécies coloridas de algodão mais adequadas ao processamento industrial têxtil moderno, bem como a criação ou recriação de arranjos territoriais para o seu cultivo e a sua transformação industrial em alguns países, regiões e lugares, a exemplo da Paraíba.

Por outro lado, no caso da mercantilização do algodão colorido e derivados na Paraíba, além dos feixes de eventos emanados da escala do mundo, outros relacionados à crise da sua cotonicultura e à competitividade interna no mercado de têxteis e confecção funcionaram, também, como eventos portadores dessas possibilidades.

Nessa perspectiva, parafraseando Santos (1999), nossa intenção agora é tentar desvendar que lugares foram tocados pela flecha do tempo condutora dos eventos portadores das possibilidades para a mercantilização do algodão colorido e derivados. Portanto, nossa preocupação é desvendar para onde aponta e onde pousa esta flecha do tempo portadora dos eventos condutores das possibilidades para a transformação dos algodões de cor e seus manufaturados em mercadorias com valores de troca e como, ao pousar, essa flecha povoa regiões e lugares com objetos e ações ou como ela impõe a reutilização das estruturas espaciais já existentes para mediar a produção mercantil desse tipo de algodão e seus manufaturados.

Todavia, como assevera o referido autor (2005, p. 163), a flecha do tempo condutora dos eventos/possibilidades sempre se entorta quando toca os lugares. Ainda segundo ele (op. cit.), “o lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais, [sendo], ao mesmo tempo, deformante e deformado” (*idem, ibidem*). Isto acontece porque a sua geograficização como um vetor qualitativamente novo não se dá sobre espaços vazios, ou seja, os lugares se encontram preenchidos de história – objetos e ações preexistentes, com a qual eles têm que dialogar para se espacializar, produzindo assim arranjos espaciais singulares/únicos através da combinação entre o velho que já estava geograficizado e o novo que se geograficiza.

Nessa tessitura, os eventos portadores das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados se realizam como geografia através da criação ou recriação de arranjos espaciais singulares em alguns lugares da escala do mundo. Entre esses arranjos espaciais únicos está o espaço paraibano produtor de variedades dessa malvácea e dos manufaturados delas derivados, o qual pretendemos analisar, nesta parte deste estudo, através dos seus circuitos espaciais de produção e dos seus círculos de cooperação.

Assim, a problemática que guia esta parte deste estudo é a seguinte: **como se inscrevem territorialmente o circuito de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados da Paraíba?**

Entretanto, para tentar responder a esta questão, procuraremos, antes, esboçar uma rápida análise sobre a situação da pesquisa mundial para o melhoramento genético e para a invenção de variedades coloridas de algodão, e da produção dessas variedades e seus produtos derivados em alguns lugares da escala do mundo. Posteriormente, penetraremos nas análises sobre as especificidades da pesquisa e da produção desse tipo de algodão e seus derivados no Brasil, apontando nossas lentes para o território da Paraíba, onde subsistemas de objetos públicos vêm sendo utilizados como intermediadores de ações públicas direcionadas para pesquisas de melhoramento genético e para a invenção de espécies de algodão colorido, e subsistemas de ações públicas e privadas têm possibilitado a sua produção para fins comerciais.

7 OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS DA PARAÍBA

“É o espaço, isto é, os lugares que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geograficizado, isto é, empiricizado” (SANTOS, 2000, p. 112).

Ainda de acordo com o referido geógrafo (*idem, ibidem*), “[o]s lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares”.

Amparados nestas assertivas, pretendemos desvendar, nesta parte desta reflexão, como os eventos portadores das possibilidades da transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca se fazem geografia. Em outras palavras, como as flechas do tempo histórico lançadas de diferentes escalas – mundo, país, região, Estado etc. -, que portaram as possibilidades para a mercantilização das variedades de algodão de cor e seus manufaturados, materializam-se como espaço ou se constituem como uma “manifestação corpórea do tempo histórico, algo como se a flecha do tempo apontasse e pousasse num ponto dado da superfície da Terra, povoando-o com um novo acontecer” (SANTOS *apud* SÁ, 1998, nota 5, p. 22): a produção comercial do algodão colorido e sua transformação industrial no setor têxtil e de confecções na Paraíba.

Como o espaço realiza e revela o mundo através da manifestação sempre específica, individual, singular e diversa do arranjo dos sistemas de objetos e ações, realização e revelação que acontecem nos lugares porque são eles que oferecem as oportunidades e ocasiões para a realização das possibilidades oferecidas pelo mundo (SANTOS, 2005, p. 147), nossa intenção é buscar a particularidade da manifestação geográfica dos eventos portadores das possibilidades para a mercantilização do algodão colorido e derivados na Paraíba. Dito de outra forma, nosso intuito, nesta parte desta análise, é revelar a ação da flecha do tempo histórico, condutora das possibilidades da transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca, na criação ou recriação de um arranjo espacial específico, individual e diverso, e, que, ao mesmo tempo, corresponde à manifestação particular da totalidade-mundo, da formação socioespacial brasileira, da configuração territorial regional e estadual: **o espaço produtor de algodão colorido e derivados da Paraíba.**

Na busca pela manifestação singular dos “fixos e fluxos” (SANTOS, 1997a, p. 77-79) ou do arranjo espacial da produção do algodão colorido e derivados na Paraíba, pretendemos analisar as diversas etapas pelas quais passa este tipo de algodão desde a sua produção direta no campo até a realização dos produtos dele derivados em mercadorias nos lugares de

consumo. Por outro lado, é nosso objetivo, também, desvendar os fluxos não obrigatoriamente materiais – capitais, normas, informações e ordens, que reúnem o que o processo produtivo direto desse algodão e seus manufaturados separa em etapas, agentes sociais e lugares. Nesse sentido, nossa intenção, nesta parte da nossa reflexão, é revelar a realização dos circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados da Paraíba.

De acordo com Santos (1997a, p. 48-50) e Santos e Silveira (2001, p. 145-147), os circuitos espaciais de produção são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território. Em outras palavras, estas seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final, envolvendo, assim, de forma inseparável, indivisível e indissolúvel, as instâncias da produção: a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, bem como as suas manifestações espaciais. Os referidos autores afirmam que o processo de produção atual, em suas etapas, é caracterizado por uma crescente segmentação territorial, o que intensifica as trocas e as relações entre os lugares, as regiões e os países, intercâmbios estes cada vez mais frequentes e espessos, e que não são necessariamente entre áreas contíguas, realizando-se não obrigatoriamente com a cidade próxima, às vezes sendo mais intensos com cidades longínquas, inclusive do exterior.

Daí, para Santos (op. cit.) e Santos e Silveira (op. cit.), há a necessidade, nos estudos geográficos, de substituir a noção de circuitos regionais de produção pela de circuitos espaciais de produção.

Por outro lado, para estes autores (op. cit.), no período presente esse movimento é comandado, sobretudo, por fluxos não obrigatoriamente materiais, mas de capitais, normas, informações, mensagens e ordens, reunindo, assim, o que o processo direto de produção separa em diversas empresas e lugares, mediante o aparecimento dos seus círculos de cooperação. Dessa forma, ainda segundo os autores citados, circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições e dos indivíduos, permitindo compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a mundial.

Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação, ao revelarem o funcionamento da divisão territorial da produção de um produto, mostram-nos as funções, os lugares, a distribuição e o arranjo espacial do trabalho vivo e do trabalho morto que compõem cada uma das etapas dessa produção. Portanto, é com base nessas premissas teóricas que pretendemos analisar a dinâmica da produção do algodão colorido e derivados na Paraíba,

desde a produção direta no campo até a etapa de distribuição final dos produtos dele derivados para os consumidores.

Entretanto, antes de nos debruçarmos sobre a singularidade dos fixos e fluxos da produção do algodão colorido e derivados na Paraíba, tentaremos esboçar, brevemente, como a flecha do tempo histórico, condutora dos eventos portadores das possibilidades para a mercantilização do algodão colorido e manufaturados, realizou-se como geografias específicas em outras regiões e lugares do mundo.

7.1 Um breve esboço sobre a geografia mundial da pesquisa e da produção de algodão colorido e derivados

Como já foi colocado nas páginas anteriores, a existência de uma demanda potencial de consumo de nichos de mercado a ser suprida abriu as possibilidades para a produção do algodão colorido e dos seus produtos derivados com fins comerciais. Portanto, “se o mundo oferece as possibilidades, os lugares oferecem as oportunidades” (SANTOS, 1999 e 2005) para a realização da produção dessas variedades de algodão e dos produtos feitos a partir delas. Contudo, para que esse algodão e seus derivados entrassem na história mundial da produção, o desafio primeiro era o da conquista das espécies desse algodoeiro pela ciência, com o intuito de melhorar as características desejáveis da fibra, como comprimento, uniformidade, finura, resistência e manutenção da cor, entre outras, para torná-la matéria-prima adequada à transformação, sob os padrões tecnológicos modernos da indústria têxtil típica do período/meio técnico-científico-informacional. Aliás, essa é uma exigência imprescindível em praticamente todos os processos produtivos atuais, uma vez que o “meio técnico-científico-informacional, contemporâneo do período de mesmo nome da civilização humana, coincide com o desenvolvimento da ciência das técnicas, isto é, da tecnologia, e, desse modo, com a possibilidade de aplicar a ciência ao processo produtivo” (SANTOS *apud* SÁ, 1998, nota 9, p. 25).

Por conseguinte, dadas essas possibilidades oferecidas pelo período/espço tecnológico, a partir dos anos oitenta do século passado, impuseram-se as técnicas e os conhecimentos da biotecnologia e da engenharia genética para modificar as características genéticas das variedades coloridas já existentes ou para inventar, a partir dessas variedades, novas espécies, através de cruzamento entre elas. Este cruzamento foi permitido pela disponibilidade de sementes em bancos de germoplasma em alguns países. Nestes, a criação de novos processos vitais e a produção de novas espécies de algodão colorido, através do uso

da ciência e da tecnologia, com o intuito de se obterem variedades mais produtivas e com fibras tecnologicamente mais adequadas ao processamento têxtil moderno, característica das variáveis que, segundo Santos (1998, p. 51; 1999, p. 190), preenchem o mundo rural com o advento do meio técnico-científico-informacional, têm como lugares de realização alguns sistemas de objetos e ações públicos e privados dos centros de pesquisa do algodão neles existentes e que já eram utilizados para impor a racionalização à produção do algodão branco.

Nos EUA, a existência de sementes do algodão colorido em bancos de germoplasma data desde a década 70 do século XX. Os bancos de germoplasma que dispõem dessas sementes pertencem ao Departamento Federal de Agricultura (USDA), da Califórnia, cujas sementes “foram originalmente recolhidas por um coletor de plantas deste departamento, Dr. Gus Hyer, no México ou em algum outro lugar de América Central (o lugar exato não se conhece)”, e às Universidades de Berkeley, também localizada na Califórnia, e do Texas, cujas “sementes do banco de germoplasma foram originalmente coletadas no Peru” (BIO-PIRATERIA, 1993, p. 2-3).

Sobre este assunto, Souza assim se coloca:

Variedades naturalmente coloridas [de algodão] foram mantidas em casas de vegetação por pesquisadores interessados em determinadas características genéticas, como resistência a pragas e doenças, sem, contudo, incorporar melhorias na qualidade da fibra (...) (SOUZA, 2000, p. 94).

Entretanto, “[a] partir dos anos oitenta, visando atender a um nicho de mercado, [que emergiu e se afirmou com a mundialização da causa ambiental], algumas dessas variedades foram recuperadas e patenteadas por empresas norte-americanas para o cultivo em sistemas naturais ou orgânicos (...)” (SOUZA, op. cit., p. 94).

Coube à entomologista da Califórnia, Sally V. Fox, através de pesquisas de melhoramento genético de variedades do algodão colorido, tomar a iniciativa pioneira e exitosa de desenvolver variedades deste algodão, em versão natural e orgânica, para a produção em escala comercial. De acordo com Bio-Pirateria (op. cit., p. 2) “(...) Fox é amplamente conhecida como a pioneira no movimento da agricultura sustentável na Califórnia, por seu êxito em desenvolver algodão colorido natural e orgânico para mercados comerciais”. Para isso, ainda de acordo com a referida fonte (op. cit., p. 2), a supracitada pesquisadora recolheu sementes de algodão colorido guardadas nos bancos de germoplasma dos EUA, especialmente as variedades “coiote” (uma variedade de cor marrom) e verde, e, nos laboratórios da Universidade Politécnica da Califórnia, combinou pólenes de diversas

flores e cruzou sementes, obtendo fibras de cores marrom e verde com qualidade capaz de fornecer tecidos através de processos têxteis mecanizados. Além disso, através da combinação dessas duas variedades de algodão de cor, a referida pesquisadora obteve oito outras tonalidades.

Na verdade,

Para desarrollar variedades de algodón de color, Fox hizo lo que otros agricultores han estado haciendo por siglos – seleccionó semillas de acuerdo a ciertas características sobre un número de estaciones de siembra. A pesar del uso intensivo de mano de obra y del consumo de tiempo, su trabajo de cruzamiento (mejoramiento) de semillas, no fue extremadamente difícil porque empezó con semillas que habían sido ya cruzadas por otros. (BIO-PIRATERIA, op. cit., p. 2).

Ainda de acordo com a referida fonte,

Fox empezó con una selección individual de plantas de color marrón en 1982. Estas semillas fueron guardadas y re-plantadas. Las generaciones subsecuentes fueron recogidas en grandes volúmenes, permitiéndose eventualmente la multiplicación de semillas de algodón de color. Fox seleccionó, especialmente, semillas según el color y según la calidad de la fibra del algodón. El objetivo principal fue mejorar el algodón de color con fibras adecuadas para el hilado mecanizado (*idem, ibidem*).

Assim, a referida pesquisadora usou, em laboratório, os mesmos procedimentos tradicionais de seleção genealógica para a obtenção de variedades coloridas de algodão que, há milhares de anos, vinham sendo executados por agricultores tradicionais indígenas e camponeses na América Andina, na América Central e no atual território mexicano.

Segundo Bio-pirateria (op. cit., p. 2-3), “em 1990, Sally Fox patenteia as duas variedades de algodão: a coioite (de cor marrom) e a verde (...)”. Por conseguinte, amparadas pelas normas de patente internacional, essa cientista e sua empresa de pesquisa e produção de sementes e fibras do algodão colorido (*Natural Cotton Colors Inc.*) reservaram para si “(...) o direito legal de excluir outros do direito de vender suas variedades de algodão colorido, ou de reproduzi-las, importá-las ou exportá-las sem sua permissão até o ano de 2008”. Nesse processo, tais normas de proteção resguardam o direito de uso dessas sementes à pesquisadora e, por outro lado, excluem os verdadeiros donos do germoplasma que serviu de base para a elaboração das novas variedades, a exemplo dos indígenas mexicanos, centro-americanos e peruanos, que tiveram suas sementes de algodão colorido e seus conhecimentos sobre o

cruzamento de espécies desses algodões pirateados por funcionários do governo e pesquisadores dos EUA.

De acordo com a referida fonte (op. cit., p. 3), Sally Fox está desenvolvendo novas cores de algodão – inclusive vários tons de marrom e o amarelo-verde. A pesquisadora, em sua empresa, vem trabalhando com misturas de germoplasma da Universidade do Texas, cujas sementes foram originalmente coletadas no Peru, e espera solicitar direitos de melhoramento sobre essas novas variedades de algodão colorido em um futuro próximo.

Para competir com Fox e sua empresa no desenvolvimento de sementes e na produção do algodão colorido, foi criada, em 1992, em Bakersfield, Estado da Califórnia, EUA, a empresa BC Cotton Inc., que tem desenvolvido variedades de algodão colorido vermelha, marrom, marfim e verde. Essa empresa desenvolve as suas variedades de algodão colorido da mesma maneira que o fez Sally Fox, ou seja, a partir da obtenção de amostras de sementes de coleções de germoplasma dos bancos de genes do Governo norte-americano, das Universidades, inclusive a do Texas e a de Berkeley, e da Estação de Pesquisa Shatter, do USDA. Nos bancos públicos de germoplasma dos EUA, existem 25 amostras de sementes de algodão colorido à disposição dos pesquisadores e para distribuição gratuita aos interessados. De acordo com Raymond Bird, representante da Companhia *BC Cotton Inc.*, as amostras de sementes resgatadas pela empresa nesses bancos são, provavelmente, originárias da América do Sul e da América Central (BIO-PIRATERIA, op. cit., 3).

A Empresa Monsanto de Biotecnologia, gigante norte-americana da agricultura globalizada, também vem investindo pesado no melhoramento genético e na criação de algumas variedades de algodão colorido, patenteando para si algumas delas. Para isso, tem se utilizado das sementes disponíveis nos bancos de germoplasma públicos e das Universidades dos EUA, ou das sementes coletadas por seus pesquisadores no México, América Central e América do Sul e que se encontram guardadas em seus próprios bancos de germoplasma. Embora pouco se saiba sobre as variedades do referido algodão de que essa empresa dispõe atualmente, sabe-se que vem obtendo excelentes resultados na imposição da racionalidade para a sua melhoria genética e para a criação de algumas novas variedades (NOVIDADES NA ÁREA TÊXTIL, s/d, p. 3).

A criação de variedades coloridas de algodão através da seleção genealógica tradicional em laboratórios, realizada por pesquisadores e empresas, e a proteção dessas variedades por meio das patentes, expressam uma das características do período técnico-científico-informacional, ou seja, a “organização das coisas como um dado fundamental na constituição dos espaços”. Desse modo, “(...) cresce a adoção, de um lado, de objetos

susceptíveis de participar da ordem [global] e, de outro lado, de regras de ação e de comportamento a que se subordinam todos os domínios da ação instrumental” (SANTOS, 1999, p. 182).

As próprias exigências do intercâmbio internacional fazem nascer, de acordo com Badie e Smouts (*apud* SANTOS, op. cit., p. 182), ‘(...) uma *lex mercatoria* fundada sobre leis do mercado e seu acompanhamento jurídico’ e na qual ‘ao lado dos direitos nacionais e do direito internacional, os operadores privados - mais ou menos de acordo com o Estado - organizam o seu sistema de normas e progressivamente as impõem’.

Assim, ‘paralelamente à proliferação de normas jurídicas, no conjunto do campo das relações sociais’ (LAÏDE *apud* SANTOS, op. cit., p. 182), “impõe-se uma outra tendência, à uniformização” (SANTOS, *idem*, p. 183), a qual pode ser reconhecida, de acordo com Margolin (*apud* SANTOS, *idem*, *ibidem*), ‘no campo da gestão, da tecnologia, do consumo e dos modos de vida’.

As normas jurídicas sobre as patentes e marcas correspondem a um conjunto de regras globais que, acordadas pelos Estados, em nome das empresas, definem quem pode dispor ou não do direito ao uso das conquistas científicas e tecnológicas alcançadas pela humanidade. Portanto, inserem-se no conjunto de normas unificadas que se impõem verticalmente a todos os lugares. Tais normas, em muitos casos, atuam como alienadoras dos territórios, uma vez que legalizam a apropriação do conhecimento tradicional de sociedades originárias e do patrimônio genético de regiões e países do Terceiro Mundo, a exemplo dos conhecimentos de camponeses e indígenas peruanos, centro-americanos e mexicanos no campo do cruzamento genético entre variedades coloridas de algodão, pelos agentes hegemônicos da globalização - os Estados ricos e suas grandes empresas. Enfim, tais normas expressam as desigualdades do sistema mundial de propriedade intelectual sobre plantas, o qual premia a contribuição do pesquisador, sem o reconhecimento ou prêmio correspondente aos inovadores originais, geralmente agricultores anônimos, tanto do passado como do presente, que selecionaram, criaram e desenvolveram muitas espécies de plantas para os mais diversos usos pelos humanos, mas que não dispõem de condições financeiras para adquirir patentes internacionais que protejam as suas descobertas.

Pelo exposto, nos EUA, a reinvenção do algodão colorido - melhoramento genético e criação de novas espécies através do cruzamento de variedades já disponíveis em bancos de germoplasma do Estado, Universidades e empresas - deixa de ser uma ação condicionada pelas possibilidades dos gêneros de vida ou dos meios pré-técnicos, os quais forneciam o elenco de plantas com as quais os grupos humanos se relacionavam para produzir as

condições possíveis à reprodução da vida, como nas sociedades originárias da América Latina, nas quais a domesticação e o melhoramento genético do algodão colorido foram conseguidos através de constantes tentativas falhadas e duros fracassos. Tal reinvenção passa a ser produto da aplicação racional do conhecimento científico ou da razão instrumental a serviço da criação de novos processos vitais e novas variedades de vegetais, com o intuito de fornecer as plantas com as quais a economia de mercado se relaciona com o meio técnico-científico-informacional, para produzir as condições possíveis de obtenção de matérias-primas com valores de troca.

Por trás de todos os esforços para a invenção ou recriação dessas variedades de algodão nesse país, estão as possibilidades de explorar nichos de mercado muito promissores, em termos de lucro, que surgiram e se difundiram com a globalização da questão ambiental. Isto explica o fato de toda a pesquisa de melhoramento genético, de criação de novas variedades e, como veremos logo adiante, de toda a produção comercial do algodão colorido nos EUA constituírem-se como ações de firmas privadas, algumas delas hegemônicas nas inovações técnicas e organizacionais da agricultura globalizada de mercado, a exemplo da Empresa Monsanto de Biotecnologia. Tais firmas, nos seus laboratórios de pesquisa, recriam ou reinventam essas variedades de algodão de olho no novo filão de mercado de produtos naturais e orgânicos.

No rastro do uso da racionalidade científica para criar novas variedades de algodão colorido, uma das características do período técnico-científico-informacional, atualmente, algumas companhias de biotecnologia estão fazendo uso da engenharia genética para obter variedades coloridas de algodão. Nos EUA, atuam as empresas de biotecnologia Calgene, em Davis, Califórnia, e a Agracetes, em Middleton, Wisconsin, que vêm, através da engenharia genética, desenvolvendo pesquisas no sentido de criar variedades coloridas de algodão azul, duas possibilidades vêm sendo pesquisadas para a obtenção do algodão dessa cor: uma corresponde às tentativas de clonagem do algodão com os genes do índigo; outra se refere às tentativas de decodificar o mapa genético dos algodões coloridos para descobrir quais genes determinam a sua pigmentação e, a partir do conhecimento dos genes que dão a coloração, produzir, em laboratório, novas variedades (BIO-PIRATERIA, op. cit., p. 5).

Embora não exista evidência que comprove, cientistas da Academia Russa de Ciência Tecnológica e produtores de algodão do Turcomenistão afirmaram já terem obtido êxito no desenvolvimento de diversas variedades coloridas de algodão usando métodos de mutação genética do algodão branco, através da engenharia genética (BIO-PIRATERIA, op. cit., p. 5).

Se for alcançado sucesso nessas pesquisas, o que, diante das conquistas da engenharia genética, é bem possível, a invenção de variedades transgênicas de algodão colorido representa um paradoxo diante da lógica do “ambientalmente correto” que envolve a sua valorização mercadológica, uma vez que a grande força do *marketing* que envolve os produtos elaborados com esse algodão é o discurso veiculado sobre suas características naturais.

Quanto à produção mundial do algodão colorido e derivados, segundo afirma Souza (2000, p. 95), “os dados ou as estimativas são escassas e difíceis de serem obtidos”. Parece não haver, ainda, uma preocupação dos institutos de pesquisas estatísticas em disponibilizar, aos pesquisadores, os dados sobre a produção desse algodão e dos seus manufaturados. Isso cria muitas dificuldades para a análise de algumas das etapas e dos lugares de realização do seu circuito espacial de produção, bem como das ações públicas ou privadas que estruturam os seus círculos de cooperação. Assim, torna-se praticamente impossível desvendar a organização de todas as etapas e das estruturas dos fixos e fluxos da produção do algodão colorido, nas regiões ou nos países na escala do mundo onde essa variedade de algodão vem sendo cultivada comercialmente e transformada em produtos têxteis e confeccionados, especialmente na forma de roupas.

No que toca aos EUA, o feixe de forças sociais voltado para a produção do algodão colorido acontece nos planaltos do Texas, Arizona e Califórnia. A realização da produção direta desse algodão no campo é conduzida por agricultores, mediante contratos firmados com as companhias que se especializaram em desenvolver ações de melhoramento genético e de criação de novas espécies a partir das sementes existentes em bancos de germoplasma do Governo e das Universidades, a exemplo da *Natural Cotton Colors Inc.* e da *BC Cotton Inc.* Segundo Bio-Pirateria (op. cit., p. 1), estima-se que em 1993, nesse país, a área plantada com o algodão colorido foi de 5000 a 7000 hectares.

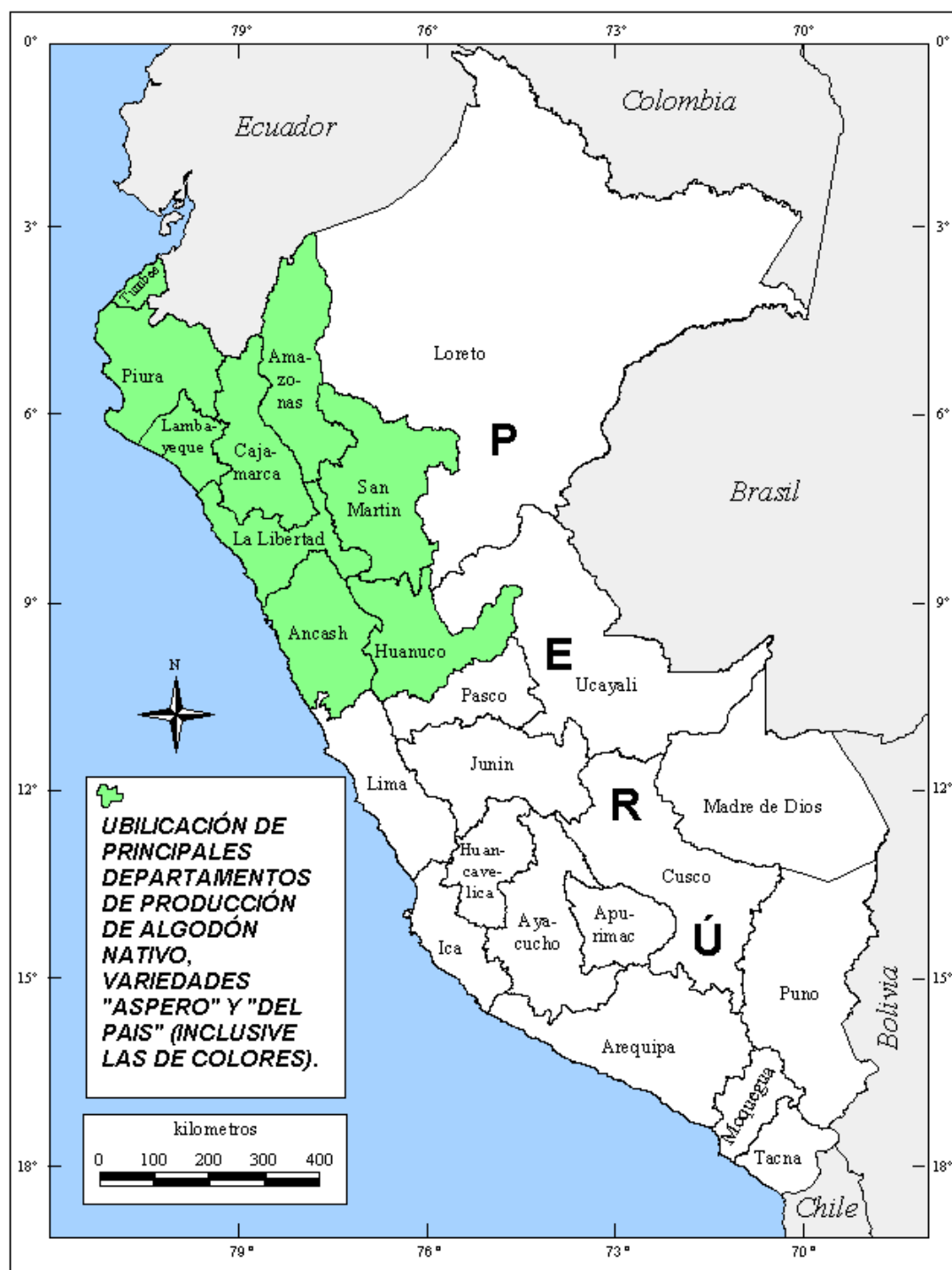
Segundo Chaudry (1994 *apud* SOUZA, op. cit., p. 95), “em 1994, a *Natural Cotton Colors Inc.*, pertencente à Sally Fox, foi responsável pelo cultivo de 2000 a 2500 hectares e a *BC Cotton Inc.* por cerca de 400 hectares”. Provavelmente, essas empresas realizam o beneficiamento e a distribuição do algodão para o processamento têxtil. A primeira firma é, inclusive, proprietária da marca registrada *Fox Fibre*.

Quanto às etapas de fiação, tecelagem, acabamento e transformação dos tecidos em confecções, não há informações claras sobre os agentes que, nos EUA, as executam e em quais lugares são realizadas.

Os produtos manufaturados do algodão colorido, especialmente as peças de vestuário, são destinados a nichos de mercado da Europa Ocidental, do Japão e dos EUA (BIO-PIRATEIRA, op. cit., p.1). Neste país, os consumidores encontram os manufaturados do algodão colorido, notadamente as roupas, em grandes cadeias globais de supermercados, como Mark e Spencer, Nordstrom e Wal-Mart. Como afirma Akatu (2007, p. 1), os produtos derivados do algodão colorido, juntamente com toda uma gama de outros produtos orgânicos e naturais, ajudam a impulsionar as vendas dessas grandes cadeias de supermercados.

Na geografia mundial da produção do algodão colorido e derivados, registra-se, ainda, o apoio governamental para o cultivo comercial e para o processamento industrial dessas variedades de algodão em Israel, na Índia, China e Austrália (SOUZA, op. cit., p. 95). Além desses países, o algodão colorido, especificamente uma variedade marrom denominada coioite ou coyuche, continua sendo cultivado por camponeses indígenas e fiado por mulheres da etnia Nahua, no México, para a confecção de têxteis artesanais para o auto-abastecimento do grupo. Nas serras da Guatemala, uma variedade marrom denominada ixcoco continua sendo cultivada por comunidades de camponeses com os mesmos objetivos (BIO-PIRATERIA, op. cit., p. 2).

Contudo, é nas províncias da costa norte do Peru (**ver mapa 04**) onde existe o maior grupo mundial de produtores do algodão colorido. Este grupo, que resistiu às normas e aos regulamentos estatais postos em prática a serviço dos produtores capitalistas do algodão branco e que pretendia erradicar os cultivos dos algodões coloridos nativos, é composto por cerca de 15.000 camponeses e indígenas, responsáveis pelo cultivo de cerca de 3.000 hectares por ano (VREELAND JUNIOR, 1999).



Mapa 04: Províncias peruanas produtoras do algodão colorido e derivados.
 Fonte: Elaborado por Santiago Andrade Vasconcelos com base em Vreeland Junior (s/d).

Sem impor capitais à natureza ou intermediar as suas ações com técnicas da máquina ou do autômato, a produção de algodão colorido dos camponeses e indígenas da costa norte peruana é realizada ao sabor das forças naturais. As variedades cultivadas são nativas do ambiente árido dessa região e, portanto, adaptadas às condições de clima com baixa

precipitação pluviométrica e aos solos secos, salinos e desprovidos de materiais orgânicos em decomposição desse ambiente, onde crescem como arbustos perenes (**ver figura 36**).

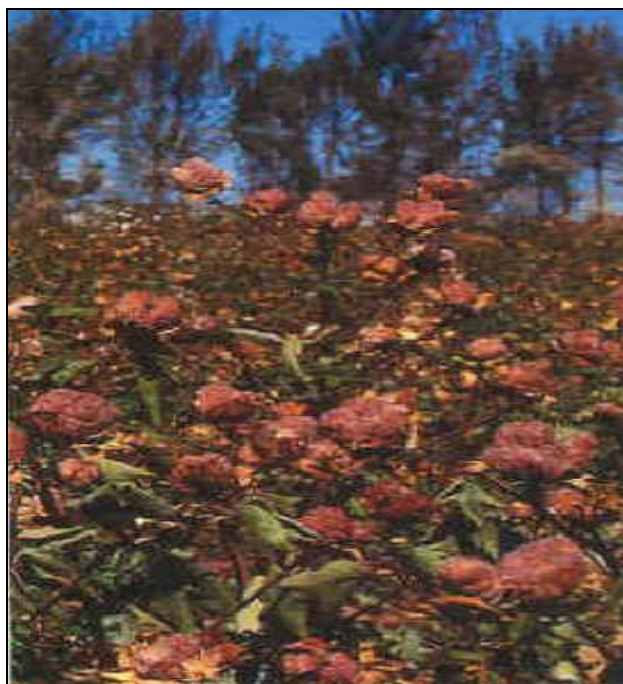


Fig. 36: Arbusto de algodoeiro colorido do norte do Peru.
Fonte: Vreeland Junior (1999).

Os camponeses e indígenas peruanos cultivam, principalmente, o algodão natural nas cores marrom claro e chocolate, mas, também, nas cores creme, marfim, marrom mediano, bronzeado, marrom avermelhado, amarelo etc. (**ver figura 37**).



Fig. 37: Algumas amostras de fibras do algodão de cor do Peru.
Fonte: Vreeland Junior (1999).

Os instrumentos com os quais realizam a produção do algodão colorido e produzem o espaço constituem meras extensões dos seus corpos, alguns herdados dos seus antepassados pré-colombianos, a exemplo da enxada. Por outro lado, quase todo o algodão colorido nativo é produzido sem o uso de pesticidas ou fertilizantes químicos, utilizando-se, para o controle das pragas nos algodoais, pesticidas tradicionais e pré-colombianos (BIO-PIRATERIA, op.

cit., p. 4). A produção bruta anual é, em média, de 3.500 toneladas (VREELAND JUNIOR, 1999).

A colheita é feita manualmente e emprega a mão-de-obra adulta do grupo, composta por homens e mulheres (**ver figura 38**). Após a colheita, o algodão é exposto ao sol para intensificar a uniformidade da cor do pigmento (VREELAND JUNIOR, op. cit.).



Fig. 38: Colheita manual do algodão colorido no Peru
Fonte: Vreeland Junior (1999).

Depois desta etapa, o algodão é beneficiado nas comunidades camponesas e indígenas. O beneficiamento consiste em separar a semente da pluma e é executado manualmente pela força de trabalho feminina ou intermediado pelo uso de máquinas simples, manipuladas pela mão-de-obra masculina (**ver figuras 39 e 40**).



Fig. 39: Beneficiamento manual



Fig. 40: Beneficiamento mecanizado

Fonte: Vreeland Junior (1999).

Após o beneficiamento, parte do algodão colorido é fiada para a produção de artesanato, comercializado em feiras populares no Peru, e para o consumo doméstico nas comunidades. Outra parte da produção é destinada aos mercados urbanos populares, onde é vendido não só como fibra artesanal têxtil, mas, também, como medicamento para a cura de mais de 50 enfermidades. Outra quantidade é vendida para a indústria têxtil peruana, a qual exporta os fios e tecidos para os EUA, Europa e Japão (VREEDAND JUNIOR, op. cit.). “Ironicamente, os algodões coloridos nativos do Peru têm que competir no mercado internacional com variedades de proprietários que têm sua origem no Terceiro Mundo” (BIO-PIRATERIA, op. cit., p. 5).

Porções de fibras do algodão colorido dos camponeses e indígenas da costa norte peruana também são usadas para a produção de tecidos pela indústria têxtil do Peru, cujo destino é a produção de camisetas dos uniformes escolares distribuídos pelo governo (VREELAND JUNIOR, op. cit.).

Em conformidade com SOUZA (op. cit., p. 95), parte da produção do algodão colorido e derivados no Peru vem sendo organizada por empresas como a Pakucho, que recebeu, da Agência holandesa SKAL, certificação orgânica para seus produtos derivados do referido algodão, e a Verner Frang, cuja produção é certificada pela Agência sueca KRAV.

À guisa das considerações acima tecidas, o cultivo, o beneficiamento, o processamento têxtil (fiação, tecelagem e acabamento) e a confecção de produtos do algodão colorido (roupas; artigos de cama, mesa e banho; os mais diversos souvenirs etc.), deixaram de ser apenas atividades produtivas restritas aos circuitos locais ou regionais de produção de subsistência de pequenos produtores, para se constituírem, também, em circuitos espaciais de produção comandados por empresas que, em virtude das grandes margens de lucros propiciadas pela aparição de nichos de mercado de consumo de produtos naturais e orgânicos⁷², passaram a patentear e a produzir o algodão colorido, bem como a estimular a sua produção por pequenos produtores rurais, em alguns países do mundo, como é exemplar o caso peruano.

⁷² “A principal vantagem do emprego da fibra colorida é a eliminação do uso de corantes na fase de acabamento do tecido, o que reduz o impacto ambiental do processo de tingimento, sendo apropriado para a produção de tecidos ecológicos e orgânicos.” Ver SOUZA, Maria Célia Martins de. Produção de algodão orgânico colorido: possibilidades e limitações. In: Informações Econômicas, São Paulo, v.30, n. 6, jun. 2000, p. 94-95.

7.2 A geografia da pesquisa para a criação ou invenção de variedades do algodão colorido no Brasil

A síntese da dialética entre as possibilidades do mundo, do país e da região para a mercantilização do algodão colorido e derivados e as oportunidades oferecidas pelos lugares paraibanos para a realização das suas produções é o foco das nossas atenções a partir deste momento.

Estabelecidas as condições históricas para se produzir comercialmente o algodão colorido e seus derivados, conforme apontamos nas seções da segunda parte deste estudo, o primeiro passo no sentido de viabilizar essa produção na Paraíba e em outros lugares do Brasil foi inventar ou criar algumas de suas variedades, através da utilização de métodos e procedimentos científicos, visando a torná-las adequadas ao processamento têxtil em moldes industriais modernos. No Brasil, o cruzamento de espécies com o intuito de inventar ou criar variedades comerciais e industriais do algodão de cor vem sendo realizado mediante o uso dos objetos e das ações públicas do Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPA), da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, localizado em Campina Grande-PB. Portanto, o CNPA se constitui na instância espacial em que vem ocorrendo a conquista científica das variedades coloridas de algodão no Brasil.

O primeiro impulso no sentido de inventar ou criar variedades coloridas de algodão no CNPA foi dado pelo interesse de empresários têxteis japoneses pelas fibras desses algodões, quando estes visitaram a EMBRAPA - Algodão, em Campina Grande-PB, no ano de 1989 (BRASIL, 2000).

Assim, os interesses dos japoneses vislumbravam a existência de uma potencial demanda de nichos de mercado, o que direcionou as ações racionais dos pesquisadores do CNPA para inventar ou criar variedades comerciais de algodão de cor. Contudo, isso só foi possível porque

Na década de 80, pesquisadores da Embrapa realizaram viagens pelos vários Estados do Nordeste a fim de coletar sementes de plantas de algodão remanescentes de antigos plantios ou que estavam em locais próximos a algodoeiros, nas margens de estradas, matas e outros locais. Estas sementes complementariam o banco ativo de germoplasma (o elemento dos recursos genéticos que maneja a variabilidade genética entre e dentro da espécie, com fins de utilização para a pesquisa em geral) já existente na Embrapa e foram armazenadas em câmara fria, servindo como fonte de genes para futuros trabalhos de melhoramento. Foi observado que muitas dessas plantas possuíam a fibra na cor marrom claro (...). (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, 2006, p. 6)

Assim, dispondo de amostras de algodoads coloridos em seus bancos de germoplasma, coletadas nessas viagens, notadamente “as amostras de algodoeiros asselvajados coletadas nos municípios de Acari-RN e Milagres-CE” (BELTRÃO, 2004, p. 241), o CNPA iniciou, no final da década de 1980, os trabalhos de manipulação dos seus processos vitais, com a finalidade de criar novas espécies, através do cruzamento entre variedades diferentes, com o intuito de melhorá-las geneticamente e torná-las mais produtivas e adequadas ao uso comercial e industrial.

Como ponto de partida, foi efetuada uma avaliação da produtividade e das características das fibras de 11 acessos de algodão arbóreo colorido existentes no banco de germoplasma do CNPA/EMBRAPA. Nesta avaliação, os pesquisadores constataram que as fibras eram excessivamente finas; a resistência era muito fraca, o que impossibilitava sua industrialização em estruturas técnicas modernas, que exigem algodões de alta resistência; as fibras eram também de baixa uniformidade e a produtividade no nível do campo variava de 294 a 1.246 Kg/hectares (BRASIL, 2000).

Foi colocado como objetivo do programa de melhoramento elevar a resistência, finura, comprimento e uniformidade das fibras, bem como estabilizar a sua coloração nas tonalidades creme e marrom, e elevar a produtividade no nível do campo. Utilizou-se, inicialmente, o método de seleção individual com testes de progênes; posteriormente, o método de hibridação, seguido de seleção genealógica, para a obtenção das variações nas tonalidades de cores (BRASIL, 2000).

Como primeiro resultado da aplicação da ciência para se obterem espécies coloridas de algodão, foi a inventada a variedade BRS 200 marrom claro.

Sobre a composição genética que resultou nessa variedade colorida de algodão, Picciotto e Shewchenko afirmam que

A primeira variedade de algodão de fibra colorida originou-se de seleção [dos] materiais coletados no Nordeste. Possui a tonalidade marrom claro e se chama BRS 200. Para a síntese deste cultivar aproveitou-se portanto a própria variabilidade existente para cor da fibra presente em materiais coletados no Nordeste (...) (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, 2006, p. 6)

Portanto, a BRS 200 marrom claro se constitui, assim, na primeira cultivar de algodão de fibras geneticamente coloridas, obtida no Brasil, através do melhoramento genético convencional, com a utilização do método de seleção genealógica. Esta cultivar resulta de “um *bulk* (mistura) constituído por partes iguais de sementes das linhagens CNPA 92/1139,

CNPA 94/362 e CNPA 95/653, que possuem fibras de coloração marrom clara” (BELTRÃO, op. cit., p. 241). Consonante a Carvalho (2006), a BRS 200 marrom claro é uma cultivar de ciclo semiperene, com três anos de exploração econômica, podendo ser plantada nas regiões do Seridó e Sertão, preferencialmente nas localidades zoneadas para o cultivo do algodoeiro arbóreo, portanto, adaptada às irregularidades do clima semiárido nordestino. Pode ser explorada, também, em regime irrigado, obtendo rendimentos de até 3.000 Kg/hectares. Sobre as características dessa variedade de algodão de cor, Picciotto e Shewchenko (op. cit., p. 7) afirmam que “a BRS 200 de fibra marrom claro é semiperene (que vive mais de dois e menos de três anos) e é indicada para as regiões mais secas da região Nordeste. Seu ciclo é de três anos, ou seja, ela produz até o terceiro ano” (ver figuras 41 e 42).



Fig. 41: BRS 200



Fig. 42: BRS 200

Fonte: www.balcom.org.br:8080/

Refletindo o estágio atual de racionalização da produção e do produto na agropecuária, que substitui a eleição de espécies vegetais ofertadas ao homem pela seleção natural e impõe a seletividade de espécies através da razão instrumental sob a égide do mercado, um dos dados que evidenciam o atual período/meio técnico-científico-informacional da história da humanidade, a partir de 1996 foram incluídos, nas pesquisas, algodões de coloração verde e realizadas novas combinações de cores, através de cruzamentos de algodões marrom, creme e verde. Nos últimos três anos da década de 1990, foram estudadas 21 progênies, 35 novas linhagens e 22 linhagens do algodão colorido nos municípios de Patos e Monteiro, na Paraíba, e Touros, no Rio Grande do Norte (BRASIL, 2000). As pesquisas resultaram na criação das variedades BRS Verde, BRS Safira e BRS Rubi.

Na invenção ou criação dessas novas variedades foram utilizados materiais genéticos provenientes de outros países, que apresentavam coloração na fibra e estavam disponíveis no banco ativo de germoplasma do CNPA/EMBRAPA. Contudo,

Os materiais contidos no banco não eram adaptados ao cultivo no Brasil e apresentavam fibra de qualidade inferior. Por isso necessitava-se de um programa de melhoramento para obtenção de materiais adaptados ao cultivo no Brasil e de boa qualidade da fibra. Após cruzamentos destes materiais com cultivares de fibra branca de boa qualidade, foram desenvolvidas as cultivares BRS VERDE, lançada em 2003 e as BRS RUBI e BRS SAFIRA, lançadas em 2005, de fibra marrom avermelhada. Estas cultivares são anuais e apropriadas para o plantio em localidades da Região Nordeste que possuem precipitação pluvial igual ou maior que 600 mm anuais. (...). (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, 2006, p. 7)

Segundo Beltrão (op. cit., p. 242-243), a BRS Verde é uma variedade herbácea de ciclo anual (120 a 140 dias), resultante da cultivar CNPA 7H, com a incorporação do gene dominante Lg por cor verde, proveniente da cultivar Arkansas Green, via cruzamentos e retrocruzamentos. De acordo com Carvalho,

A cor verde da fibra tem uma particularidade que é o pequeno desvanecimento da cor verde no campo caso o produtor atrase muito a colheita, deixando os capuchos expostos ao sol por vários dias. Por isso é aconselhado fazer duas colheitas, evitando-se que isso aconteça. Esta cultivar pode ser plantada em outras regiões, além do Nordeste, mas para isso deve-se ter precaução quanto às doenças, evitando-se áreas livres destas, pois a cultivar é suscetível à maioria delas. (CARVALHO, 2006) (**ver figura 43**)



Fig. 43: BRS Verde.
Foto: Carvalho (2006).

No que se refere à BRS Safira, trata-se de uma variedade herbácea de algodão de cor de ciclo anual (140 a 150 dias), resultante do cruzamento genético de material de fibra marrom escuro com a CNPA Precoce 3 (herbácea branca). A BRS Safira possui coloração marrom escuro, porém mais clara que a BRS Rubi (CARVALHO, op. cit.) (**ver figura 44**).



Fig. 44: BRS Safira.
Foto: Carvalho (2006).

Quanto à BRS Rubi, constitui-se em uma variedade de cultivar herbácea de ciclo anual (140 a 150 dias), resultante do cruzamento de espécies de fibra marrom escuro com a variedade herbácea branca CNPA 7H. Suas fibras possuem coloração marrom escuro ou marrom avermelhado (CARVALHO, op. cit.) (**ver figura 45**).



Fig. 45: BRS Rubi
Foto: Carvalho (2006).

A manipulação científica de variedades de algodão por meio do cruzamento entre espécies coloridas e brancas tem como objetivo obter variedades coloridas com as características tecnológicas e de produtividade das variedades brancas. Assim, a espécie BRS Verde, dependendo do sistema de cultivo (sequeiro ou irrigado), dos insumos e do tratamento dado à cultura, apresenta comprimento médio e produtividade semelhante à CNPA 7H, da qual é herdeira geneticamente, ou seja, “3.000 Kg/hectares, caso a precipitação seja normal e bem distribuída, na região Nordeste” (CARVALHO, op. cit.), podendo essa produtividade variar, segundo Beltrão (op. cit., p. 243), entre “1.200 e 5.000 kg/hectares de algodão em caroço”. Sob as mesmas condições de dependência do sistema de cultivo e do uso de insumos, a BRS Safira, comparativamente à CNPA 7H, possui características de fibra um pouco inferiores e rendimento semelhante (1.221 a 1.283 kg/hectares.). Quanto à BRS Rubi,

em comparação com a CNPA 7H, da qual é geneticamente herdeira, possui características de fibra um pouco inferiores, contudo, apresentou, nos ensaios de pesquisa, rendimentos médios maiores, variando de 1.539 a 1.894 kg/hectares em regime de sequeiro, no Nordeste, chegando, em alguns casos, a produzir mais de 3.500 kg/hectares (CARVALHO, op. cit.).

Sobre o financiamento das pesquisas de melhoramento genético para a criação de variedades coloridas de algodão, levadas a cabo pelo CNPA/EMBRAPA, Freire nos relembra que

No período de desenvolvimento desta pesquisa [para o melhoramento genético e criação das variedades coloridas de algodão acima descritas], foram aplicados, aproximadamente, R\$ 60.000,00 oriundos do CNPq e R\$ 100.000,00 da EMBRAPA, num montante total de R\$ 160.000,00, referentes ao custeio da pesquisa. A esses recursos devem ser acrescentadas as despesas referentes aos salários do pessoal envolvido, o que eleva o custo total da pesquisa para R\$ 355.000,00, no período de 10 anos da pesquisa. (FREIRE, s/d, p. 39)

A aplicação da pesquisa científica para se obterem novas variedades coloridas de algodão tem continuado tanto no CNPA quanto no Instituto Agrônomo de Campinas-SP (IAC). Nestes centros de criação de novas espécies de vegetais, com as quais a sociedade moderna lida com o meio técnico-científico-informacional, “(...) pesquisadores... estão trabalhando para obter outras cultivares de algodão de fibra de cor, com novas características e novas cores como a vermelha, cor-de-bronze e outras” (BELTRÃO, op. cit., 243). O CNPA pesquisa, também, a criação do algodão marrom café a partir de material genético proveniente do Peru, através das técnicas de cruzamento genético.

Obtidas as cultivares de algodões de cor através do melhoramento genético via cruzamentos e retrocruzamentos entre espécies de cor e brancas, o próximo passo da imposição de racionalidade, visando a transformá-las em produtos comerciais, foi testar a sua viabilidade para o uso como matéria-prima em aparatos técnicos modernos da indústria têxtil. Para isso, em 1997, foram realizados testes com tecidos de malha e produzidas 50 camisetas para a avaliação da qualidade do tecido a partir do algodão colorido BRS 200 marrom claro. A malha e os testes industriais foram processados no SENAI/CERTEX, em Paulista-PE. Nos anos de 1998 e 1999, foram efetuados testes de desempenho na fiação e tecelagem no SENAI/CERTEX e na EMBRATEX, em Campina Grande-PB, comprovando-se a adequação do algodão colorido ao processamento têxtil em fiações modernas de alta velocidade de rotores (BRASIL, 2000).

Em 2000, a pesquisa encontrava-se na fase de aumento de sementes e lançamento da cultivar BRS 200. As sementes foram multiplicadas, inicialmente, “em condições de polinização livre, em áreas da EMBRAPA, nos municípios de Touros-RN, Patos-PB e Missão Velha-CE. No segundo semestre de 2000, as sementes da variedade citada foram multiplicadas em campos de cooperados da EMBRAPA/SNT, nos vales dos rios Piranhas (região de Catolé do Rocha) e Piancó (região de Itaporanga)” (BELTRÃO, 2004, p. 241).

Neste mesmo ano, o algodão colorido BRS 200 marrom claro entrou para a história da produção cotonicultora e do espaço agrário da Paraíba, quando passou a ser cultivado por agricultores do Sertão, Seridó e Agreste.

Na primeira metade da primeira década do século XXI, foram realizados testes industriais para se saber o desempenho das cultivares BRS Verde, BRS Safira e BRS Rubi como matéria-prima têxtil. Neste mesmo período, as sementes dessas cultivares foram multiplicadas em condições de polinização livre em áreas da EMBRAPA e em campos de seus cooperados no Estado da Paraíba e em outros Estados da região Nordeste, como o Ceará e o Rio Grande do Norte. Na safra de 2004/2005, a cultivar BRS Verde já tinha sido incluída nas áreas de cultivo. A partir da safra de 2005/2006, as cultivares BRS Rubi e a BRS Safira já estavam sendo cultivadas em áreas irrigadas, por agricultores do Sertão paraibano.

Assim posto, no bojo da aparição da demanda de nichos de mercado pelos chamados produtos “ecologicamente corretos”, surgiram as possibilidades para as fibras de algodões de cor ganharem valor mercantil também no Brasil, o que tem levado à sua assimilação científica através da manipulação, via cruzamento de variedades desses algodões e de espécies brancas, ação essa executada por técnicos do CNPA, com o objetivo de fornecer, ao mercado, algodões de cor com razoável produtividade e condições tecnológicas para servirem como matéria-prima nos modernos aparatos técnicos das indústrias de têxteis.

Como veremos mais adiante, tais variedades de algodão de cor, obtidas por meio da racionalidade científica, correspondem, basicamente, à única variável do período tecnológico que, de maneira rarefeita, está presente na mediação da modelagem dos espaços agrários onde ocorre a sua produção na Paraíba.

7.3 A contribuição dos sistemas de ações públicas, privados e do terceiro setor à fixação do espaço produtor de algodão colorido e derivados na Paraíba

Na Paraíba, a iniciativa de cultivar e transformar o algodão colorido em produtos têxteis e confeccionados, especialmente na forma de roupas, data do começo dos anos 2000,

quando o Sindicato da Indústria do Vestuário da Paraíba (SINDIVEST), presidido, à época, pela empresária Maysa Gadelha, procurava elementos de diferenciação para as roupas dos seus associados que seriam exibidas na São Paulo *Fashion Week*.

Assim, o que se procurava era a produção de uma especialização produtiva que marcasse o diferencial competitivo das roupas paraibanas no conjunto das roupas nacionais e internacionais exibidas nesse evento de moda. Essa procura se constituiu, também, numa tentativa das instituições públicas da Paraíba, especialmente da Prefeitura Municipal de Campina Grande, em superar a crise do setor cotonicultor e do setor produtor de têxteis e confecções do Estado e do município, respectivamente, em meio à competitividade interna e externa que se instalava nos mercados, competitividade sobre a qual já fizemos menção na quarta seção da segunda parte deste estudo.

Nesse sentido, as possibilidades oferecidas pela escala do mundo – a existência de nichos de mercados de consumo de produtos naturais e orgânicos; a disponibilidade de sementes de variedades coloridas de algodão (BRS 200 marrom claro) já elaboradas pela pesquisa no CNPA e já disponíveis para serem cultivadas e o ambiente político favorável, possibilitaram à presidente do SINDIVEST, pertencente a uma tradicional família de políticos e empresários do Estado (os Gadelha), dispor, naquele momento, de o todo apoio institucional da Prefeitura de Campina Grande para viabilizar a implantação do projeto de criação e ordenação do circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados no Estado.

Assim, foi a combinação entre os interesses dos setores públicos, privados e do terceiro setor que forjou o início dos circuitos espaciais de produção do algodão colorido e derivados na Paraíba. Em outras palavras, a fixação territorial da produção do algodoeiro de cor e dos produtos com eles obtidos neste Estado contou com várias ações de cooperação de instituições públicas e privadas localizadas em Campina Grande-PB. Nesse sentido, o lugar (Campina Grande-PB), preenchido de conteúdos institucionais públicos e privados, apresentava as condições para a concreção das possibilidades oferecidas pelo mundo, pelo país, pela região e pelo Estado para a produção de variedades coloridas de algodão e dos seus manufaturados.

Nesse processo, cabe destacar as ações públicas de coordenação e investimentos financeiros da Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico (AMDE), órgão da prefeitura de Campina Grande-PB, criado em 1999 para programar e implementar políticas de geração de emprego e renda no município, através do apoio e financiamento a micro, pequenos e médios negócios.

De acordo com Farias e Sá (2006c), esta agência de desenvolvimento econômico municipal foi criada no contexto da crise do planejamento regional integrado do Governo Federal, tal qual era levado a cabo pela SUDENE, em meio à crise do Estado brasileiro e de sua reforma neoliberal. Desse modo, em virtude do vazio deixado pelo fim das políticas de investimento da SUDENE, a AMDE simboliza a vontade do município de Campina Grande-PB, em um panorama marcado pela guerra de lugares ou fiscal instaurada entre Estados e municípios para atrair investimentos produtivos para seus territórios, de dispor de um órgão para organizar e implementar políticas de investimento econômico no município, especialmente as voltadas para o microcrédito, destinado a micro, pequenos e médios negócios.

Tentado contornar os impactos da crise da cotonicultura paraibana e da indústria campinense de têxteis e confecções, e também buscando ocupar o vazio deixado pela ausência de macro políticas públicas das esferas estatais superiores (Estadual e Federal), a AMDE procurou desenvolver, entre outros programas, “o Programa Multissetorial que envolvia a organização de segmentos sociais, a qualificação profissional e o microcrédito” (PINHEIRO, 2006, p. 5). De acordo com o Relatório da AMDE, citado por Pinheiro,

Neste último componente [o microcrédito], a equipe da AMDE começou a identificar forte tendência dos pequenos empreendedores de se dirigirem para o setor têxtil. Entre 1999 e 2000, foram apoiados mais de 100 pequenos empreendimentos relacionados ao setor. (RELATÓRIO DA AMDE, 2000 *apud* PINHEIRO, op. cit., p. 5)

Segundo assevera Pinheiro (op. cit., p. 5), “(...) esses pequenos empreendimentos adicionavam aos produtos [roupas, acessórios, produtos de cama, mesa e banho etc.] características regionais, incluindo componentes artesanais de crochê e bordados, com boa aceitação local (...)”.

O interesse dos empreendedores pelo setor de têxteis e confecções se devia ao grande contingente de trabalhadores qualificados demitidos do parque têxtil campinense em virtude da crise que acompanhou a falência da cotonicultura estadual e se abateu sobre ele em função da competitividade interna e externa (esta com a abertura comercial nos anos de 1990, que inundou o mercado brasileiro com têxteis e roupas provenientes, sobretudo, da Ásia) a que foi submetido. Além disso, muitas empresas do município que ainda estavam em funcionamento optaram, seguindo a lógica da flexibilização produtiva, por terceirizar parte dos seus sistemas

produtivos, por meio do uso da força de trabalho subcontratada ou precarizada (informal) (PINHEIRO, op. cit., p. 5).

Esse interesse dos empreendedores campinenses pelo setor de têxteis e confecções, os seus costumes em adicionar elementos do artesanato local em seus produtos, a existência de sementes de algodão colorido no CNPA/EMBRAPA e a disposição para o cultivo pelos agricultores, levaram a AMDE, seguindo as possibilidades dadas pela flexibilização da produção, das relações de produção, do produto, dos padrões de consumo, dos gostos, da moda, da emergência da psicosfera centrada na diferença que, por sua vez, levou à mercantilização das subjetividades calcadas nos mais variados campos simbólicos, que, na moda, traduziu-se na absorção das identidades culturais e ambiental nas roupas, “(...) a trabalhar o setor produtivo de maneira mais organizada, criando o Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil de Campina Grande” (PINHEIRO, op. cit., p. 6).

A AMDE, para organizar ou reorganizar o circuito espacial de produção de têxteis e confecções de Campina Grande, procurou estimular a sua especialização produtiva, através do reforço do seu diferencial competitivo em relação aos circuitos espaciais homólogos internos e externos. Para isso, essa autarquia vislumbrou no uso do algodão colorido como matéria-prima, pelo setor têxtil-confecção de Campina Grande, o elemento de diferenciação marginal para confeccionar roupas, assessórios, produtos de cama, mesa, banho, souvenirs em geral etc. Por outro lado, procurou estimular, de maneira organizada, uma tendência que já vinha sendo posta em prática pelos empreendedores do setor: a incorporação, de maneira organizada, do artesanato regional no *design* nas peças, como forma de reforçar a sua particularidade como mercadoria, ao mesmo tempo em que buscava criar emprego e renda para os artesãos do município de Campina Grande e outros adjacentes.

Era objetivo da AMDE promover benefícios proporcionais e lucros repartidos entre todos os envolvidos no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados. Nesse sentido, procurou trabalhar com o conceito de mercado justo (*fair trade*). Sobre esse objetivo Picciotto e Shewchenko (2006, p. 8) afirmam que “[a] atuação da AMDE também se caracterizou, nesse início, por buscar relações mais justas entre os diversos atores envolvidos. Assim, evitava-se que a cadeia produtiva tivesse elos fracos e potencializavam-se os benefícios sociais”.

Para isso, a AMDE, nos seus esforços para concretizar a geograficização do circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados, articulou-se, no início, com a

Credação⁷³, uma organização não-governamental que se encarregou de captar os recursos financeiros para a obtenção das sementes junto ao CNPA/EMBRAPA, as quais foram repassadas aos agricultores na forma de empréstimo; procurou, junto ao SENAR⁷⁴, oferecer treinamento para o plantio, manejo das pragas e colheita do algodão colorido⁷⁵; ofereceu cursos sobre cooperativismo para artesãos de Campina Grande e outros municípios; ministrou, através do seu corpo de técnicos, cursos de capacitação para os artesãos envolvidos na etapa de agregação do artesanato nas peças confeccionadas com o algodão colorido; articulou-se com o SEBRAE, com o intuito de disponibilizar recursos para a participação dos produtores de confecções do algodão colorido em feiras nacionais e internacionais, de oferecer cursos em cooperativismo e de treinar os artesãos envolvidos no circuito; articulou-se com o laboratório do vestuário de SENAI⁷⁶ para elaborar o *design* das coleções de roupas e acessórios produzidos com o algodão colorido; trouxe para o circuito a Cooperativa dos Produtores de Algodão de Patos (CAMPAL) para exercer a função do beneficiamento do algodão; entre outras ações.

A AMDE, juntamente com a Credação e o Consórcio Natural *Fashion* (consórcio formado por algumas empresas do setor têxtil-confecção de Campina Grande, criado para exercer a função de produzir, com tecidos do algodão colorido, roupas, acessórios, produtos de cama, mesa, banho e souvenirs em geral) estabelecerem acordo com o CNPA/EMBRAPA para que, nos primeiros anos, o algodão colorido fosse disponibilizado para o cultivo exclusivamente na Paraíba.

De acordo com Pinheiro,

O papel da AMDE na coordenação dessa iniciativa é nítido. Observa-se um esforço consciente de coordenação das diversas forças que interagem na cadeia produtiva e uma capacidade de articular esses diversos atores em torno de um objetivo comum. Nesse papel, a Agência tem superado divergências políticas e limites territoriais (...). (PINHEIRO, op. cit., p. 8)

⁷³ A Credação é uma organização não-governamental criada em Campina Grande para financiar e distribuir as primeiras sementes do algodão colorido, na forma de empréstimo, para os agricultores. A sua criação, para realizar essa ação, deve-se ao fato da AMDE, como uma autarquia municipal, não dispor de legitimidade institucional para atuar no financiamento e no estímulo ao cultivo do algodão colorido em outros municípios do Estado.

⁷⁴ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

⁷⁵ Esse treinamento foi custeado pela Federação da Agricultura da Paraíba (FAEPA).

⁷⁶ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Por fim, “no início do Programa [Multissetorial], a AMDE integrou e coordenou diversos atores locais com o propósito de transformar uma potencialidade da região em oportunidades efetivas de geração de renda e ocupação” (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, op. cit., p. 7).

Atualmente, em função do distanciamento dos atores empresariais da proposta original pretendida por essa Agência, cujos objetivos eram criar um mercado justo, através da promoção de benefícios proporcionais e lucros repartidos entre todos os envolvidos no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados, e do direcionamento empresarial que permeia atualmente o circuito,

O papel da AMDE na articulação da cadeia, que foi essencial no início do projeto, vem perdendo importância na medida em que os agentes se fortalecem e passam a ganhar autonomia. Atualmente, a atuação da AMDE se concentra no auxílio e capacitação das cooperativas e associações de artesanato. (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, op. cit., p. 10)

Nesse sentido, a AMDE acabou ajudando a construir as condições ideais para que algumas empresas do setor têxtil-confecção de Campina Grande, organizadas no Consórcio Natural *Fashion*, hoje Cooperativa de Produtores de Têxteis e Afins da Paraíba (COOPNATURAL), criado para realizar a elaboração e venda, para os mercados nacional e internacional, das confecções obtidas com o algodão colorido plantado no Estado da Paraíba, reforçassem as suas especializações produtivas, através do diferencial competitivo representado pelos tecidos desse algodão e da agregação do artesanato regional nas confecções produzidas com ele, para se inserirem nos mercados interno e externo de têxteis e confecções.

Se a intenção inicial da AMDE era criar a solidariedade orgânica entre os agentes sociais envolvidos no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados, através da distribuição proporcional dos benefícios e dos lucros, acabou contribuindo para a criação de uma solidariedade organizacional, na qual empresas ou cooperativas formadas por elas, especialmente a COOPNATURAL, vendendo a imagem do produto socialmente justo e ambientalmente correto para as confecções obtidas do algodão colorido, têm operado uma verdadeira extração de mais valia sobre o trabalho de agricultores e artesãos, como veremos logo em seguida.

A AMDE, de forma deliberada ou não, desconsiderou a impossibilidade de se construir a utópica economia solidária entre agentes sociais em situação de poder político e

econômico tão discrepantes, os seja, pequenos agricultores, parceiros destituídos da posse da terra, artesãos sem domínio dos canais de comercialização da sua produção, atravessadores, grupos empresariais do Estado etc.

Quanto à atuação do CNPA/ EMBRAPA como colaborador para a fixação territorial da produção do algodão colorido e derivados na Paraíba, atuação que expõe as ações da esfera federal do Estado na concreção do referido espaço, asseveram Picciotto e Shewchenko que

A Embrapa, mais especificamente a Embrapa Algodão, foi a responsável pelo desenvolvimento das sementes de algodão colorido no Brasil. Atualmente, como ator da cadeia, ela se preocupa tanto com o desenvolvimento tecnológico de novas sementes quanto com a melhoria da qualidade das sementes existentes, além de trabalhar no desenvolvimento de novas técnicas de cultivo de algodão. (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, op. cit., p. 12)

A atuação do Estado como agente colaborador da fixação territorial dos circuitos espaciais de produção do algodão colorido e derivados, em sua esfera estadual, deu-se, ainda, através da Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba que, atualmente, através da EMATER, é responsável pela distribuição de sementes e por fornecer orientações técnicas aos agricultores (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, op. cit., p. 12).

Nessa tessitura, as ações da AMDE, do CNPA/EMBRAPA, do Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura e da EMATER, revelam que a criação de um novo processo produtivo, “a internalização do externo, a renovação do velho a serviço das forças de mercado não seria possível sem o apoio, ainda que não deliberado, do Estado” (SANTOS, 1997b, p. 80), em suas diferentes escalas territoriais: municipal, estadual e federal. Por outro lado, toda a ação da AMDE e do CNPA/EMBRAPA deixa claro que, de maneira intencional ou não, o Estado acaba por privilegiar os segmentos das classes dominantes de cada lugar, uma vez que são as empresas, ou as cooperativas formadas por elas, as grandes beneficiadas, no tocante à aferição de lucros das suas ações. Sendo assim, o assentamento do espaço produtor de algodão colorido e derivados na Paraíba contou com expressiva colaboração do Estado, notadamente nas esferas municipal (AMDE), estadual e federal (CNPA/ EMBRAPA).

Além das ações do Estado, através da AMDE, do CNPA/EMBRAPA, da Secretaria de Agricultura do Estado e da EMATER, e do terceiro setor, através da Credação, a fixação territorial do espaço produtor de algodão colorido e derivados na Paraíba, contou com a participação de algumas instituições privadas ou pára-estatais, a exemplo no SENAI, do SINDIVEST e do SEBRAE.

O SENAI, através do laboratório do vestuário (LABVEST), atua no desenvolvimento dos produtos, ou seja, na criação das coleções de roupas e confecções em geral, sempre de acordo com as tendências da moda de cada estação. Quanto às ações do SEBRAE, segundo nos esclarecem Picciotto e Shewchenko,

O SEBRAE esteve presente desde o início da formação da Cadeia Produtiva do Algodão Colorido através da APEX (Agência de Promoção para Exportação), promovendo programas de qualificação para os diversos agentes envolvidos no processo. Além disso, dá apoio na realização de feiras e eventos de divulgação dos produtos e cursos técnicos para os artesãos, costureiros e bordadeiras.

No início de 2005, começou a implantação da metodologia de trabalho chamada Gestão Estratégica Voltada para Resultados – GEOR, voltada para o trabalho com Arranjos Produtivos Locais (APL), que é o caso da Cadeia Produtiva do Algodão Colorido. Este método tem como fundamentos básicos a transparência, simplicidade e flexibilidade e reúne parceiros como a Embrapa, a Emater, a AMDE, o Sindivest (Sindicato das Indústrias de Vestuário da Paraíba), o SENAI, a CoopNatural, a FIEP e o Governo do Estado em um sistema *on-line* que detalha em um cronograma as principais ações que devem ser tomadas por cada um deles para o melhoramento da Cadeia.

O SEBRAE ainda fornece alguns cursos de capacitação, mas vem perdendo importância na medida em que os agentes se tornam cada vez mais especializados no trabalho que realizam. (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, op. cit., p. 13)

Em suma, ao sabor dos esforços de coordenação da AMDE, da colaboração do CNPA/EMBRAPA, da Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba, da EMATER, do SEBRAE, do SENAI, do SINDIVEST etc., instalou-se territorialmente o circuito de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados na Paraíba. Estes têm seus comandos concentrados em empresas ou cooperativas de empresas, a exemplo da COOPNATURAL, formadas para que as firmas atuem em conjunto e, com isso, criem maior capacidade de competição nos mercados interno e externo de têxteis e confecções. Além disso, o algodão colorido consubstancia-se como o grande diferencial competitivo que marca a especialização produtiva das confecções produzidas por essas cooperativas, bem como a agregação do artesanato regional e local a tais confecções.

7.4 A divisão territorial do trabalho, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados na Paraíba

Segundo assevera Santos (1999, p. 104), “a categoria divisão do trabalho pode ser largamente explorada nos estudos geográficos”. Para isso, basta “combiná-la, mais sistematicamente, às noções de totalidade e de tempo, associando a idéia de distribuição de recursos à própria noção de evento”. Dessa forma, “a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial” porque distribui homens e recursos sobre um determinado território, ou seja, compartimenta o trabalho morto (os objetos) e o trabalho vivo (as ações) pelos lugares. Isto atualmente se instaura sobre uma escala geográfica crescentemente mundializada, através da “integração geográfica de um vasto conjunto de processos de produção” (WALLERSTEIN *apud* SÁ, 1998, p. 15)

Nesse sentido, a noção de divisão territorial do trabalho supõe a especialização funcional dos lugares, ou seja, dentro de um processo geral de produção e a cada momento, são atribuídos papéis específicos às diversas parcelas do espaço.

Assim, em sua manifestação como totalidade espacial, a divisão do trabalho, na medida em que é portadora das forças de transformação conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos que as tornam possíveis (op. cit., p. 107), consubstancia-se como um fenômeno espacial, portanto, objeto de análise para os geógrafos.

Dessa forma, a divisão territorial do trabalho se caracteriza pelas “diversas densidades de objetos e ações, ou seja, suas variantes de ‘formas-conteúdo’ social e historicamente estabelecidas” nos lugares (SÁ, 1998, p. 15). Por outro lado, “dado o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista, [a divisão territorial do trabalho é, portanto], dialeticamente e igualmente, [fator] de integração desnivelada de vastos lugares do globo” (DIAS; MANDEL *apud* SÁ, op. cit., p. 45). Porém, significa sempre compartimentação e integração, “assumindo tamanha extensão geográfica que, hoje, recobre o mundo” (ELLUL *apud* SÁ, op. cit., 14).

A divisão territorial do trabalho, como categoria analítica interna ao espaço, tanto pode ser trabalhada como sucessão quanto como sobreposição. A primeira ideia se pauta no caráter dinâmico dos processos de produção: a compreensão de que a cada momento da sociedade, mudam nos lugares as formas e suas funções. A segunda expressa que a um mesmo lugar podem ser atribuídos diversos papéis ao mesmo tempo, tanto às formas/funções do tempo

presente, como às do passado que se cristalizaram como heranças materiais e sociais de divisões territoriais do trabalho pretéritas (SANTOS, 1999).

Para Milton Santos,

O espaço sempre foi o *locus* da produção. A produção sempre supõe a idéia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa. A produção sempre foi tributária de um pedaço determinado de território, organizado por uma fração da sociedade para o exercício de uma forma particular de produção. (SANTOS, 1997b, p. 61-62)

Ainda segundo o referido autor (op. cit., p. 61-62), o espaço, através das condições dadas de tecnologia, capital e tempo, assegura a produtividade do processo de produção e tal interdependência só tende a aumentar historicamente. Essa condição de suporte, de meio tecnicamente elaborado, assegura ao espaço a produção de valor que começa antes mesmo que a mercadoria produzida na fábrica, no atelier ou no escritório esteja concluída. Daí estarmos diante de um espaço-valor, mercadoria cuja aferição é função de sua prestabilidade ao processo produtivo e da parte que toma na realização do capital, o que leva as diversas frações do território a não terem o mesmo valor e, igualmente, a estarem sempre mudando de valor.

Como no momento atual a circulação é quem comanda o processo de produção, não basta só produzir, não basta atribuir valor às parcelas onde o processo direto de produção se realiza. É preciso transformar as massas produzidas em fluxos, assegurando valor à circulação, à distribuição e ao consumo (SANTOS, 1997a). É a organização, no território, das condições de realização dessas outras instâncias que garante a reprodução do processo, através dos lucros obtidos com a realização da produção como mercadoria nos lugares do consumo. Isso reforça a importância das outras instâncias da produção - circulação, distribuição e consumo -, levando os lugares a se estruturarem em redes (SANTOS, 1997b, p. 61-64).

As redes se materializam através da organização de frações do espaço voltadas para as funções de distribuição e circulação (estradas, condutos, vias, meios de comunicação, portos, aeroportos, lugares de transferência de mercadorias etc.) que asseguram a integração entre o *locus* de produção e os lugares de consumo.

Espaço de produção, terminais de distribuição, redes de circulação e espaços de consumo, solidariamente articulados, asseguram a unicidade, a totalidade e a indivisibilidade do espaço (SANTOS, op. cit.).

Por sua vez, a distribuição das funções e dos homens nos lugares, para concretizar o processo de elaboração de um produto até a sua realização final como mercadoria, supõe uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território, ou seja, revelam os seus circuitos espaciais de produção. Por outro lado, a realização das diversas etapas do circuito espacial de produção de um produto em diversos lugares pressupõe a realização de fluxos não obrigatoriamente materiais – capitais, normas, informações e ordens, que reúnem o que o processo direto de produção separa em etapas, agentes sociais e lugares, conformando, assim, os círculos de cooperação. Desse modo, é no bojo da divisão territorial do trabalho que se inscrevem os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de um produto.

Dessa maneira, pretendemos revelar a distribuição dos homens e recursos, das formas e funções nos lugares usados para executar as etapas da realização da produção do algodão colorido e derivados na Paraíba. Por sua vez, atentaremos, também, para os fluxos não materiais que soldam as etapas territorialmente separadas da referida produção entre lugares desse Estado. Esperamos, com isso, trazer à baila a divisão territorial da produção do algodão colorido e derivados no espaço paraibano, através da anunciação geográfica dos seus circuitos espaciais de produção e dos seus círculos de cooperação.

A divisão territorial e, conseqüentemente, o circuito espacial da produção do algodão colorido e derivados, os quais pretendemos apreender logo em seguida, inscrevem-se, geograficamente, na forma representada pelo fluxograma abaixo.

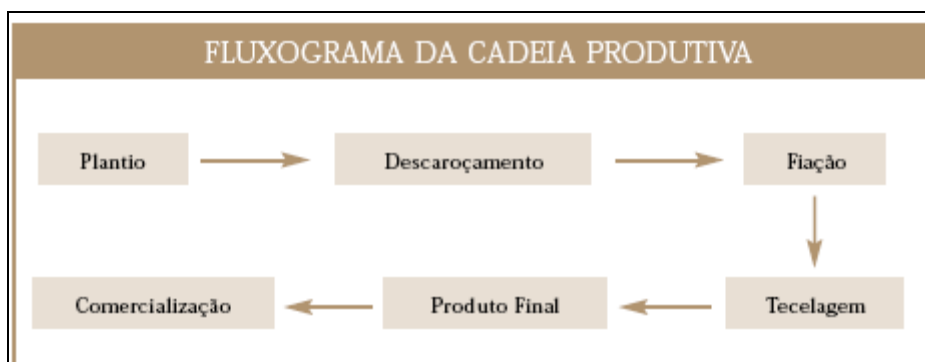


Gráfico 02: Fluxograma da cadeia produtiva do algodão colorido e derivados na Paraíba.
Fonte: COOPNATURAL (*apud* DUARTE, 2006, p. 9).

7.4.1 A produção direta do algodão colorido no campo em alguns lugares e regiões paraibanos

Conforme afirmamos em páginas anteriores, baseados em Santos (1997b, p. 61), o espaço sempre foi o *locus* da produção. Nesse sentido, pensar em produzir pressupõe organizar uma fração do território para concretizar esse ato. Desse modo, a ideia de produção supõe a ideia de lugar. É no ato de produzir que o homem produz o espaço, transforma a natureza primeira ou a natureza social para dotá-las das condições possíveis para o desenvolvimento do ato de produzir e vice-versa. O processo direto de produção é, muito mais que as demais instâncias da produção (circulação, repartição e consumo), tributário de um dado recorte territorial, organizado por segmentos da sociedade, para ser usado por uma função produtiva específica.

Nesse sentido, nossa busca, agora, é pelas localizações da produção propriamente dita do algodão colorido no Estado da Paraíba, ou seja, pelas frações do território estadual - regiões e lugares, escolhidas e organizadas para o exercício do cultivo comercial das variedades dessa malvacea.

No princípio de tudo, mais precisamente no ano 2000, quando se iniciou o cultivo comercial desse algodão no Estado, as regiões eleitas para exercer esta função foram, seguindo as orientações de zoneamento agrícola do CNPA/EMBRAPA e da Secretaria Estadual da Agricultura, o Seridó, o Curimataú e a microrregião de Patos. Nessas regiões do Estado, alguns lugares se destacaram no exercício do cultivo do algodão colorido, especialmente da variedade BRS 200, a exemplo de “Areia de Baraúnas, Baraúna, Cacimba de Areia, Cubati, Frei Martinho, Juazeirinho, Junco do Seridó, Mãe D’água, Nova Palmeira, Passagem, Patos, Pedra Lavrada, Picuí, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São José das Espinharas, São Mamede, São Vicente do Seridó, Tenório e Várzea” (www.cnpa.embrapa.br/publicacoes, 2004 *apud* FARIAS e SÁ, 2005, p. 91; 2006a e 2006b).

Em 2008, conforme contatamos em visita *in loco*⁷⁷, o cultivo do algodão colorido estava localizado nas microrregiões de Patos – municípios de Patos (Sítios Campo Comprido e Enjeitado) e Quixaba; de Sousa – municípios de Sousa, Pombal, São Domingos de Pombal, Paulista e Malta; de Catolé do Rocha - municípios de Bom Sucesso e São Bento; de Piancó - município de Santana dos Garrotes, e de Cajazeiras - município de São João do Rio do Peixe.

⁷⁷ Pesquisa de campo realizada, pelo autor, no Sertão paraibano, no ano de 2008.

No agreste paraibano, a produção do algodão colorido ocorre no município de Remígio, localizado na microrregião do Curimataú Ocidental (**ver mapa 05, p. 275**).

Embora não existam dados sobre a produção do algodão colorido por município, é consenso entre os estudiosos que a maior concentração da produção acontece na microrregião de Sousa, notadamente no município de Pombal.

Entre o período 2000 a 2008 houve uma realocização da produção do algodão colorido no Estado, portanto, uma reconfiguração na divisão territorial da sua produção direta no campo. Nesse processo, regiões como o Curimataú e o Seridó deixaram de exercer a função de produtoras desse algodão e a microrregião de Patos, que no início era a principal produtora e dispunha do maior número de municípios produtores, passou a ocupar uma posição bem secundária no conjunto total de regiões e lugares que exercem a produção direta do algodão colorido no campo.

Por outro lado, conforme mostra o quadro abaixo, a produção do algodão colorido passou por uma rápida expansão da área, entre os anos 2000 e 2006.

Safra/Período	Área (hectares)
2000/2001	10
2001/2002	60
2002/2003	600
2003/2004	600
2004/2005	2000
2005/2006 (estimativa)	2000

Quadro 01: Evolução da área plantada com o algodão colorido na Paraíba.
Fonte: Carvalho (s/d).

Até o ano de 2003 a produção se restringia ao algodão BSR 200 marrom claro. No entanto, conforme afirmam Farias e Ramos (2009, p. 23), “a partir da safra de 2004/2005, a BRS Verde já estava sendo cultivada. Na safra 2005/2006, as variedades BRS Safira e BRS Rubi já estavam sendo cultivadas em áreas irrigadas”. Todavia, não há informações mais recentes sobre a área de produção. Por outro lado, os dados sobre a quantidade da produção geral e por variedades de cor também são bastante precários⁷⁸. “Em 2007, a produção do algodão colorido em caroço na Paraíba foi de 300 toneladas”. (PORTAL DO ALGODÃO

⁷⁸ O IBGE ainda utiliza a tradicional classificação do algodão em arbóreo e herbáceo, quando divulga os totais de produção algodoeira no Brasil. Portanto, é impossível traçar um panorama qualitativo da produção do algodão colorido brasileira.

COLORIDO, 2007, p. 4). Porém, esta pequena produção foi mais que suficiente para fornecer a matéria-prima necessária à produção de pequenos lotes de produtos têxteis e confeccionados, como é típica da economia de nichos, característica do circuito de produção do algodão colorido e derivados neste Estado.

Na Paraíba, o algodão colorido é cultivado em dois sistemas de cultivo: sequeiro e irrigado (**ver figuras 46, 47, 48 e 49**). Em ambos, prevalece a norma que estabelece a distância de 500 metros de distância ou a construção de barreiras de proteção com o sorgo, para evitar a polinização livre ou cruzamento entre as espécies coloridas entre si ou entre elas e as variedades brancas.



Figuras 46, 47, 48 e 49: Vista parcial do cultivo irrigado do algodão colorido BRS Safira no Sítio Santa Maria – Pombal – PB.
Fotos: O autor

O primeiro sistema é o predominante. Por isso, a maior parte da produção desse algodão no Agreste e, principalmente, no Sertão do Estado, depende da dinâmica das forças naturais, ou seja, do período de chuvas que, no Sertão, região mais usada para cultivá-lo, ocorre entre os meses de dezembro e março. Ao sabor dessas forças naturais, o algodão colorido é semeado no começo da estação chuvosa e colhido entre os meses de junho e julho.

O sistema de cultivo irrigado do algodão colorido se localiza em alguns pequenos trechos das várzeas dos rios Piancó e Piranhas, nos municípios de Pombal, na microrregião de Sousa, e São Bento, na microrregião de Catolé do Rocha. Tais várzeas se constituem em “áreas de exceção”⁷⁹ (MELO, 1988) formadas pela perenização do conjunto hidrográfico de regime temporário do Sertão, representado pelos rios Piancó e Piranhas. Portanto, são rios artificialmente perenizados, através da vazão de água do macro-objeto geográfico que compõe o sistema de engenharia hidráulico do Complexo Mãe D’água-Coremas.

A existência do macro sistema hidráulico composto pelo Complexo Mãe D’água Coremas e pelos rios perenizados Piancó e Piranhas, territorialmente fixado no Sertão paraibano, autoriza os produtores a corrigir a ausência das chuvas durante a estação seca e, consequentemente, a prática do cultivo do algodão colorido fora da estação das chuvas. Para isso, o uso da água fornecida por esse sistema é intermediado por objetos técnicos, como o pivô central, tal qual presenciamos nas margens do rio Piranhas, no espaço agrário do município de São Bento (**ver figura 50**). Por isso, é possível semear esse algodão entre os meses de junho e julho e colhê-lo entre os meses de outubro e novembro. Nessas condições, encontramos localizações da produção do algodão colorido BRS Safira nos Sítio Santa Maria (nas margens do rio Piranhas), no município de Pombal, microrregião de Sousa, e União (nas margens do rio Piranhas), no município de São Bento, microrregião de Catolé do Rocha No Sítio Flores, em Pombal, também encontramos o cultivo irrigado do algodão colorido. Neste caso, a irrigação foi possibilitada pela presença do sistema perenizado do rio Piancó e pela existência de um açude fixado no local. A existência de um açude permite, também, o cultivo

⁷⁹ As áreas de exceção correspondem às frações do espaço nordestino onde as condições e recursos naturais, nos planos climático, edáfico e hídrico, permitem a ocorrência de melhores formas de uso da terra e, consequentemente, da estrutura econômica e do povoamento, em relação aos espaços em que se encontram inseridos. São exemplos de áreas de exceção os Brejos de altitude (a exemplo do brejo paraibano), os Brejos de pé-de-serra (a exemplo do Cariri cearense) etc., e as áreas de exceção artificialmente criadas pela presença de objetos geográficos que permitem o acúmulo de água em grandes açudes e, consequentemente, a perenização de rios temporários no Sertão, como é exemplar o sistema hidrográfico Piancó-Piranhas, perenizado pelo Complexo Mãe D’água-Coremas, no Sertão da Paraíba. Sobre as áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco, ver MELO, M. L. de. **Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco**. Recife: SUDENE-PSU-SER, 1988 (Brasil. SUDENE. Estudos Regionais; 19).

irrigado desse algodão na fazenda Santo Antônio⁸⁰, município de Bom Sucesso, na microrregião de Catolé do Rocha.



Fig. 50: Pivô Central usado no cultivo irrigado do algodão colorido BRS Safira no Sítio União – São Bento – PB
Foto: O autor

Embora inexista dados sobre a quantidade de propriedades, a extensão média das áreas cultivadas por cada agricultor é de 1 hectare. No entanto, encontramos, nas pesquisas de campo, áreas com 14 (como verificamos no sítio Santa Maria, no município de Pombal) e até 20 hectares (como verificamos no sítio União, em São Bento, e na fazenda Santo Antônio, em Bom Sucesso), ocupadas com o cultivo irrigado de espécies do algodão colorido. Todavia, a área de 14 hectares ocupada com o cultivo do algodão colorido BRS Safira no Sítio Santa Maria, em Pombal, corresponde à soma do total das áreas da propriedade entregues, pelo proprietário, para o cultivo desse algodão, em sistema de parceria, a 10 parceiros. Portanto, a média do tamanho da área usada por cada agricultor/parceiro é inferior a 1 hectare. A área de 20 hectares cultivada com o algodão colorido BRS Safira no Sítio União, em Pombal, é arrendada ao agricultor, por seu proprietário, um estadunidense que possui segunda residência neste sítio, localizado às margens do rio Piranhas. Quanto à área de 20 hectares ocupada com o algodão colorido BRS Verde e BRS Rubi, na fazenda Santo Antônio, em Bom Sucesso, pertence à família da sócia dirigente da COOPNATURAL e produz essas variedades de algodão exclusivamente para esta cooperativa.

Segundo afirma Santos (2002, p. 202), “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. Por outro lado, “(...) a produção supõe uma intermediação entre o homem e

⁸⁰ Esta fazenda pertence ao senhor Renato Gadelha e produz o algodão colorido, de forma orgânica, exclusivamente para a COOPNATURAL, dirigida por Maysa Gadelha. Portanto, ambos pertencem à família Gadelha. Esta família corresponde a um grupo oligárquico de bastante tradição na política e no setor empresarial no Estado da Paraíba.

a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio (...)” (*idem, ibidem*). Portanto, o ato de produzir o algodão colorido é igualmente o ato de produzir frações do espaço agrário do Sertão e Agreste paraibanos. Da mesma forma, a produção do algodão colorido supõe uma intermediação entre o produtor e a natureza, nesse caso uma natureza já historicizada pelas práticas agrárias anteriores (inclusive do algodão branco) ou atuais dos agricultores e pecuaristas, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho usados para o exercício dessa intermediação.

Doravante, o primeiro ato no sentido de realizar a produção e igualmente produzir o espaço do algodão colorido e derivados na Paraíba é fazer as sementes desse algodoeiro chegarem até o agricultor. No princípio, esta etapa da realização da produção foi executada pela organização não-governamental Credação. Atualmente, a mesma é uma incumbência da Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba, através da EMATER, e da Cooperativa Mista dos Produtores de Algodão de Patos LTDA. A primeira adquire as sementes junto ao CNPA/EMBRAPA e as distribui gratuitamente aos agricultores. Quanto à segunda, obtém as sementes quando realiza o beneficiamento do algodão da safra anterior ou junto à EMATER e distribui aos cooperados ou vende aos não cooperados. Neste último caso, o agricultor pode pagar o valor de semente no ato da compra ou descontá-lo quando repassa o algodão para a realização do beneficiamento pela cooperativa. Segundo nos informou um técnico agrícola da EMATER de Pombal⁸¹, em 2008, o quilo de semente do algodão colorido chegava a custar entre R\$ 5,00 e 7,00. Portanto, bastante superior ao quilo do algodão colorido em caroço que, no mesmo período, custava, em média, R\$ 1,80.

De acordo com as informações que obtivemos no campo de pesquisa⁸², o agricultor, de posse das sementes, prepara o solo para deixá-lo(a) preparado(a) para realizar a semeadura. Este preparo se resume, muitas vezes, a limpar e a queimar, em sistema de coivara, a vegetação seca existente na área a ser ocupada com o cultivo do algodão colorido. Contudo, esta etapa da realização da produção desse algodão (tanto no sistema de sequeiro quanto no irrigado) e da produção do seu espaço também é intermediada pelo arado mecânico movimentado por trator. No sistema de sequeiro, o solo é cortado após a precipitação das primeiras chuvas e, depois, é semeado com o algodão de cor. No sistema irrigado, o solo da área a ser cultivada é molhado através do método de irrigação por aspersão e depois é arado. Após essa primeira aração, o solo é mais uma vez molhado e cortado para, finalmente, ser

⁸¹ Em entrevista, realizada pelo autor, em Pombal, no dia 16/01/2008.

⁸² No mês de janeiro de 2008, passamos duas semanas no Sertão paraibano coletando informações sobre as condições do cultivo e do beneficiamento do algodão colorido.

semeado com algodão. Esta operação mecanizada é realizada através da Secretaria de Agricultura de alguns municípios produtores ou da CAMPAL. No sistema irrigado que encontramos no Sítio União, município de São Bento, a execução dessa etapa era intermediada pelo uso do arado mecânico, arrendado pelo proprietário da área ao agricultor/arrendatário.

Após o preparo do solo, o algodão colorido é semeado. Para isso, lança-se, em cada cova, de 4 até 20 sementes por metro linear. A semeadura é realizada com as mãos ou através do uso da máquina manual de semear. Em raros casos, esta etapa é intermediada por instrumentos mecânicos, a exemplo da área arrendada que encontramos no Sítio União, em São Bento, na qual o agricultor realiza a semeadura por intermédio da máquina semeadeira mecânica puxada por trator, arrendada, por ele, ao dono da propriedade. Nesse caso, o uso deste instrumento mecânico é possível porque a área é usada, pelo agricultor, em sistema de rotação de culturas, ou seja, ele planta feijão na estação das chuvas e o algodão colorido, em sistema irrigado, na estação seca. Assim, o algodão não divide o espaço com outros cultivos, portanto, pode ser semeado mecanicamente sem o risco de danificar outros cultivos.

Quando as sementes do algodoeiro germinam e se transformam em uma pequena planta, os agricultores selecionam 2 ou 3 por cova, geralmente as melhores e que prometem se transformar em uma planta adulta muito produtiva, e eliminam as demais. O ato de eliminar o excesso de plantas, em cada cova, consiste em arrancá-las à mão ou cortá-las com uma tesoura. O uso da tesoura é recomendado pelos técnicos da EMATER e do CNPA/EMBRAPA, com o intuito de evitar o dano às raízes das plantas a serem conservadas no algodão. Entretanto, muito raramente este último método é utilizado.

No sistema de sequeiro, é possível encontrar o algodão colorido consorciado com cultivos de subsistência (o feijão e o milho). Isto ocorre, no início do cultivo do algodão colorido, em algumas localidades do Seridó e da microrregião de Patos. Geralmente, quando isso acontece, o algodão, o milho ou o feijão são semeados no mesmo período, ou seja, no começo das chuvas no semiárido. Contudo, as culturas de subsistência (milho e feijão) são colhidas primeiro que a cultura comercial (o algodão colorido). A distribuição das culturas na área cultivada obedece à seguinte ordem: uma “rua” com o milho, outra com o feijão e a subsequente com o algodão colorido, até toda a área demarcada para o cultivo ser preenchida com as três culturas.

No sistema irrigado, não ocorre o consórcio entre culturas. Geralmente, as áreas ocupadas com o cultivo do algodão colorido irrigado são de uso exclusivo dessa cultura. Entretanto, na estação das chuvas são ocupadas com o milho e o feijão, caracterizando,

portanto, um sistema agrícola de rotação de culturas. Encontramos, em janeiro de 2008, esse sistema agrícola nos espaços agrários de Pombal e São Bento. A presença desse sistema de cultivo pode ser comprovada pela descrição das formas de uso do solo feita por alguns agricultores desses lugares:

Utilizo o mesmo campo para plantar o algodão colorido, o feijão e o milho. No “inverno” [período de chuvas no sertão], planto o milho e o feijão. No período de seca, uso o mesmo campo para o plantio do algodão colorido irrigado. (PRODUTOR DO SÍTIO UNIÃO, SÃO BENTO-PB)

Produzo algodão colorido e feijão através de parceria (tenho dez parceiros trabalhando em minha propriedade). Mas não faço o consórcio entre os dois. Planto feijão no inverno [período de chuvas no sertão] e o algodão colorido irrigado na seca. Não uso a mesma área para os dois produtos. (PRODUTOR DO SÍTIO SANTA MARIA, POMBAL-PB)

Os tratos culturais do algodoal, que consistem, basicamente, em eliminar as ervas daninhas e as pragas mais comuns ao algodoeiro, são constantes ao longo do processo direto de produção do algodão colorido no campo. As ervas daninhas são eliminadas dos algodoais com a intermediação do arado a tração animal e da enxada. Usa-se o arado a tração animal para eliminá-las do espaço deixado entre as “ruas” do algodoal. A enxada é utilizada para suprimi-las das “ruas” formadas pelo algodoeiro de cor. Esta forma de eliminação das ervas daninhas e os instrumentos que a intermedeiam predominam tanto no sistema de cultivo de sequeiro quanto no irrigado. A única exceção que verificamos foi no Sítio União, em São Bento. Neste sítio, a realização dessa ação é intermediada por uma combinação de instrumentos técnicos de várias idades. Assim, a limpeza do mato é feita com o arado mecanizado puxado por trator entre as “ruas do algodoal; com a enxada nas “ruas” formadas pelo algodoeiro; e, em casos de emergência, logo no início do processo produtivo, com a aplicação de herbicidas, realizada com o pivô central.

Durante o seu ciclo de produção no campo, que vai da germinação das sementes à colheita das plumas e dura, em média, três meses para a variedade herbácea, o algodão colorido, como o convencional branco, enfrenta o ataque de pragas como o pulgão, o bicudo, a cochonilha branca, entre outras. Para combatê-las, os produtores pulverizam o algodoal com inseticida (combate do pulgão e do bicudo) e com fungicida (combate da cochonilha branca). O uso de defensivos químicos para combater essas pragas é predominantemente intermediado, tanto no sistema de sequeiro quanto no irrigado, pelo pulverizador manual que o agricultor, na

realização da pulverização, transporta acoplado às costas. No sítio União, em São Bento, além do pulverizador manual, também são usados na pulverização do algodão o pulverizador mecânico puxado por trator e o pivô central. Neste Sítio, são realizadas, em média, 5 pulverizações, 2 com inseticidas, para combater o bicudo e o pulgão, e 3 com fungicida, para eliminar a cochonilha branca.

Os produtores obtêm os defensivos químicos através do fornecimento da CAMPAL ou em lojas especializadas na venda de insumos agrícolas de Sousa e Patos. Quando os defensivos são obtidos através do fornecimento da CAMPAL, o agricultor não associado a esta cooperativa paga, a ela, com parte do algodão produzido, o valor desses insumos.

O uso de defensivos agrícolas químicos para combater as pragas que atacam o algodão colorido representa um paradoxo para um modelo de produção cuja força do *marketing* elaborado, especialmente sobre os produtos derivados desse algodão, centraliza-se no discurso e nas imagens do produto ecologicamente correto.

No princípio da produção do algodão colorido e derivados, os produtores de confecções se preocupavam, unicamente, em divulgar o caráter natural dos tecidos, elaborados com as fibras naturais coloridas desse algodão, portanto, sem o uso de alvejantes e corantes químicos. Contudo, a crescente procura por roupas orgânicas, percebida por eles nas feiras de confecções, levou-os a procurar agregar o selo de produto orgânico às suas peças. Isto significa que todo o processo de produção deve estar livre do uso de produtos químicos, inclusive a produção direta do algodão de cor no campo, que deve ocorrer sem o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas.

Foi assim que a COOPNATURAL, com a intenção de agregar valor orgânico às suas confecções e, assim, reforçar seu diferencial competitivo e sua especialização produtiva, ao mesmo tempo em que as adequa às normas globais que regulamentam os produtos caracterizados como orgânicos, estimulou a produção do algodão colorido, sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, portanto, a produção orgânica, nas terras da fazenda Santo Antônio, pertencente à família da sua sócia e presidente Maysa Gadelha, localizada no município de Bom Sucesso, no Sertão da Paraíba.

Nesta fazenda se cultivaram, em 2007, 5,5 hectares com a variedade BRS Rubi e 8 hectares com a BRS Verde. Nesse caso, a adubação do campo é feita com matéria orgânica proveniente dos excrementos do gado bovino. Nos campos cultivados com o algodão colorido na referida fazenda, pragas como o bicudo e a lagarta curuquerê são encontradas. No entanto, as formas de combatê-las são diferentes das difundidas pelo modelo agrícola convencional fundado com a “Revolução Verde”, ou seja, através do uso de defensivos agrícolas químicos.

De acordo com o Portal do Algodão Colorido (2007, p. 1), na fazenda Santo Antônio, o combate ao bicudo, por exemplo, segue os seguintes procedimentos: a) são construídas barreiras com o sorgo em torno do algodão, dificultando, assim, a penetração do inseto; b) é aplicado o caulim diluído em água sobre o algodoeiro que, ao tingir as suas folhas de branco, ajuda a repelir o bicudo; c) são usadas armadilhas, controle biológico e inseticidas aceitos no cultivo orgânico, a exemplo do Neem; e) faz-se a catação manual dos botões florais do algodoeiro perfurados pelo bicudo, nos quais se encontram depositados milhares de ovos e larvas do inseto, juntam-se estes botões e enterram-nos em um buraco. Esta última técnica é considerada a mais eficiente no controle da praga do bicudo. A utilização desse método é orientada por técnicos do CNPA/EMBRAPA e supervisionada por técnicos do Instituto Biodinâmico (IBD), de Botucatu (SP), responsável por certificar os produtos orgânicos no Brasil, de acordo com as normas internacionais da *International Federation of Organic Agriculture Movements* (Ifoam).

A COOPNATURAL pretende conquistar a certificação de produto orgânico para as suas confecções. Assim, torna-se necessário eliminar o uso de insumos químicos em todas as etapas do seu processo de produção, inclusive na produção do algodão colorido que fornece as fibras com as quais são produzidos os tecidos que ela transforma em diversos produtos.

A conquista da certificação de produto orgânico, de acordo com os padrões internacionais, assegura um elemento a mais de diferenciação marginal para a marca *Natural Fashion*, pertencente à referida cooperativa, ou seja, o selo de produto orgânico que, assim, reforça a sua probidade ecológica e a torna adequada a conquistar os mercados nacionais e internacionais de consumo de têxteis e confecções com estas características.

A ação de colher o algodão colorido no campo, tanto no sistema de sequeiro quanto no irrigado, tanto na prática de cultivo convencional quanto na orgânica, é intermediada pelo uso das mãos. Neste processo, o agricultor retira a pluma da cápsula do algodão com a mão e a coloca em uma bolsa improvisada (borná, na linguagem dos agricultores), feita de sacos de *nylon* ou de fibras de algodão branco e cordas ou barbantes, que carrega dependurada no corpo, sustentada, transversalmente, no ombro (**ver figura 51 e 52**).

Quando estas bolsas estão completamente cheias, os colhedores despejam o algodão em sacos grandes de *nylon* ou algodão branco (**ver figura 53**) fornecidos, geralmente, pela CAMPAL (a beneficiadora do algodão), que quando estão completamente cheios, são levados na cabeça do colhedor, em carros de boi ou carroção puxado por trator (o uso deste só foi observado no cultivo irrigado do algodão colorido do Sítio União, em São Bento) até os locais de depósito, geralmente constituídos por estruturas improvisadas tipo latadas (**ver figura 54**),

tal qual observamos no referido Sítio, ou no interior da própria casa do agricultor (ver figura 55).



Fig. 51: Parceiros colhendo manualmente o algodão colorido BRS Safira no Sítio Santa Maria – Pombal – PB
Foto: O autor



Fig. 52: Trabalhadores por produção colhendo manualmente o algodão BRS Safira no Sítio União – São Bento – PB
Foto: O autor



Fig. 53: Saco de *nylon* cheio de Algodão de colorido BRS Safira em área de cultivo no Sítio Santa Maria – Pombal – PB
Foto: O autor



Figuras 54 e 55: Estruturas de armazenagem do algodão colorido após a colheita no campo em São Bento e Pombal, respectivamente.
Fotos: O autor

Como era comum no antigo complexo sertanejo gado/algodão branco/culturas de subsistência, após o final da colheita do algodão colorido, costuma-se usar os seus restolhos para alimentar o gado (**ver figura 56**). A única exceção foi verificada no Sítio União, em São Bento. Neste, o agricultor, que dispõe de conhecimentos racionais obtidos através de curso formal de técnico agrícola, derruba e queima os algodoeiros para eliminar o bicudo.

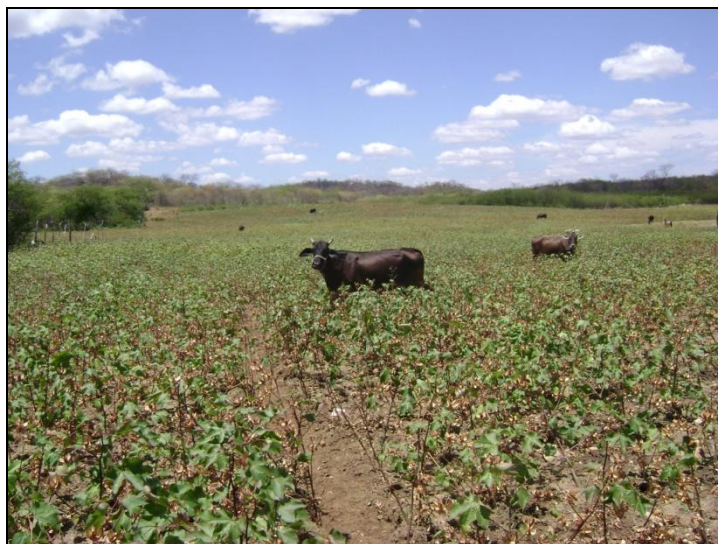


Fig. 56: Rebanho bovino se alimentando com os restolhos do algodão colorido no Sítio Flores – Pombal - PB
Foto: O autor

Dos depósitos improvisados em latadas ou no interior das casas dos agricultores, o algodão colorido é carregado e transportado em caminhões-baú da CAMPAL (**ver figura 57**), em caminhões de terceiros, contratados por ela, ou em veículos de empresas que encomendam a produção diretamente ao agricultor, como é o caso da produção realizada no Sítio União,

cujo transporte é realizado pela Empresa Rede Santa Luzia, de São Bento, para quem o agricultor produz o algodão colorido com exclusividade.



Fig. 57: Caminhão Baú da CAMPAL sendo carregado com algodão colorido no Sítio Flores – Pombal – PB
Fonte: O autor

A transformação das massas produzidas em fluxos (SANTOS, 1997b) que, na produção direta do algodão colorido no campo, corresponde às etapas de comercialização e transporte para o beneficiamento, parece-nos se constituir como um dos fatores mais desestimulantes para que o agricultor continue produzindo este tipo de algodão; embora os discursos de agentes sociais situados nos outros elos do circuito espacial de produção (beneficiadora, confecções ou cooperativas formadas por elas etc.) enfatizem que o quilo em caroço do algodão de cor custa o dobro do algodão convencional, o preço não é considerado compensador pelo agricultor. Em 2008, o preço do quilo do algodão branco em caroço era de R\$ 0,90. Portanto, o mesmo quilo do colorido deveria custar R\$ 1,80. Entretanto, neste período, o preço do quilo em caroço do algodão colorido apresentava diferenças de acordo com a forma como o agricultor comercializava a sua produção.

Na pesquisa de campo que realizamos no Sertão paraibano no ano de 2008, verificamos que o preço do quilo do algodão colorido variava entre R\$1,60 em São Bento (Sítio União) e R\$ 1,80 em Pombal. No primeiro, o preço do quilo era acordado entre o agricultor e o comprador (Redes Santa Luzia) antes do início do plantio. Entretanto, segundo nos relatou um técnico da EMATER de Pombal, a ação dos atravessadores neste município e nos municípios circunvizinhos a ele chegava a derrubar o preço do quilo do algodão colorido para R\$ 1,00. Aliás, segundo as palavras do referido técnico, igualmente como ocorria no velho complexo gado/algodão/culturas de subsistência, os atravessadores continuam atuando

plenamente no circuito espacial de produção do algodão colorido. Nessas circunstâncias, o agricultor, sem dispor de linhas de financiamento de comercialização para a sua produção e sem ter como transportá-la, fica bastante vulnerável à ação dos atravessadores para comercializar o seu algodão, geralmente em condições de preço desvantajosas. Aparentemente, eram os agricultores associados ou articulados diretamente à CAMPAL os que conseguiam vender o quilo do algodão colorido em caroço ao preço de R\$ 1,80. Porém, muito deles tinham que descontar, no momento da comercialização do algodão, o valor dos insumos de produção fornecidos pela referida cooperativa. Mesmo assim, no período em apreço, um agricultor de São Bento afirmou que só compensava produzir o algodão colorido se o preço do seu quilo em caroço custasse R\$ 2,00.

As dificuldades enfrentadas para comercializar a produção do algodão colorido fica bem explícita nas falas dos próprios agricultores

A maior dificuldade que enfrentei [no cultivo do algodão colorido] foi vender a produção. O governo prometeu comprar a produção a R\$ 2,00 e que ao produtor bastava levar a produção a São Mamede, mas não foi o que aconteceu. Tive que pagar R\$ 80,00 de frete para levar o algodão para Patos e, ainda, procurar o comprador para a produção. (PRODUTOR DO SÍTIO BELMONTE, SÃO MAMEDE-PB);

A maior dificuldade que enfrentei no cultivo do algodão colorido foi a falta de condições para comercializar a produção e de incentivos do governo para o agricultor se dedicar mais ao cultivo desse algodão. (PRODUTOR DO SÍTIO RIACHO FUNDO, SÃO MAMEDE-PB);

Deixei de plantar porque quase não encontrei a quem vender a produção. Vendi a primeira “pesada” de algodão, mas depois colhi mais 300kg e mandei, através de um amigo, para ser vendido em Patos-PB, na CAMPAL, só que não encontrei quem quisesse comprar e, tempos depois, vendi a um comprador do brejo, que nunca me pagou. (PRODUTOR DO SÍTIO PROMISSÃO, SÃO MAMEDE-PB).

Assim, o baixo preço pago pelo quilo em caroço e as dificuldades para comercializar e transportar a produção do algodão colorido funcionam como um grande desestímulo para que o agricultor permaneça cultivando essa variedade de algodão. Provavelmente, isto se constitui como uma das causas que levaram a maioria dos produtores a deixar de cultivá-lo em alguns lugares do Seridó paraibano e da microrregião de Patos, regiões que concentraram a produção no início do processo.

Os ganhos do agricultor são, ainda, depreciados pela persistência das relações sociais de produção de parceria, conforme encontramos em Pombal (Sítio Santa Maria), ou do

arrendamento, com a qual nos defrontamos em São Bento (Sítio União). No primeiro caso, 10 parceiros, produzindo o algodão em meia, transferem renda em produto para o dono da propriedade. Nesse processo, o proprietário da terra fornece a área e alguns instrumentos de produção aos parceiros, que pagam pelo uso desses fatores de produção com metade do que conseguirem produzir. Além de fornecer a terra e alguns instrumentos de trabalho, o proprietário se encarrega de negociar os preços e vender o total da produção de todos os parceiros para a CAMPAL. No segundo caso, o arrendamento da terra e dos instrumentos de trabalho pelo proprietário ao produtor do algodão colorido lhe possibilita o usufruto da renda da terra, uma vez que, sem participar diretamente da produção, o mesmo extrai renda dela através da sua alocação ao produtor. Em 2008, o produtor pagava, em espécie, pelo uso da terra e dos instrumentos de produção do proprietário, o valor total de R\$ 5.000,00, dividido em duas parcelas de R\$ 2.500,00, uma paga no mês de maio e outra no final do ano.

Os produtores, além das dificuldades de comercialização e de transportes, enfrentam problemas de financiamento da produção do algodão colorido, os quais podem ser notados nas falas de alguns deles:

Para mim, a principal dificuldade é a falta de ajuda financeira para me dedicar a plantar uma área maior e dar mais atenção ao algodão colorido (PRODUTOR DO SÍTIO MALHADA DA ONÇA, SÃO MAMEDE-PB).

Uma das dificuldades enfrentadas é a falta de crédito, pois, até recentemente, a produção não recebeu nenhuma espécie de financiamento das esferas de Governo. Só recentemente [ano de 2008], o Banco do Brasil instituiu uma linha de financiamento que colocou crédito à disposição dos produtores. Porém, a inadimplência dos produtores com este banco dificulta o acesso a esse crédito. (PRODUTOR DE ALGODÃO COLORIDO E PRESIDENTE DA CAMPAL)

A inadimplência à qual o referido presidente faz referência tem provavelmente como causa a não restituição, ao banco, dos empréstimos adquiridos pelo produtor para aplicar na prática da pecuária e na produção do algodão branco (antes da sua crise nos anos 80), atingindo mais os donos de propriedades maiores. Os pequenos proprietários e, principalmente, os parceiros não dispõem de garantias para oferecer aos bancos em troca de empréstimos (terra suficiente ou a posse dela). Por outro lado, segundo um produtor de

Pombal⁸³, até o ano de 2008, nem os créditos do PRONAF vinham sendo disponibilizados ao agricultor para custear a produção do algodão colorido.

Desse modo, se a condição essencial de toda massa produzida é a sua transformação em fluxos, ou seja, fazê-la chegar ao mercado de consumo, a produção direta do algodão colorido no campo enfrenta dificuldades para se realizar plenamente como mercadoria em virtude das dificuldades que permeiam os preços oferecidos pelos consumidores aos produtores e a precariedade na oferta do transporte. Portanto, estes fatores dificultam ao produtor transformar o algodão em caroço em fluxos, ou seja, vender a preços compensadores e dispor do serviço de transporte eficiente. Nesse mesmo contexto, não é menos problemática a falta de financiamento à produção. É, assim, dentro dessas condições adversas que o algodão colorido vem sendo cultivado para fins comerciais na Paraíba.

O uso de técnicas e instrumentos para realizar o trabalho e produzir o espaço supõe, também, a ação social organizada. Em outras palavras, como afirmou Karl Marx, supõe a unidade contraditória entre as forças produtivas e as relações sociais de produção ou, à luz do espaço geográfico, a unidade, indissociabilidade, solidariedade e contraditoriedade dos objetos e das ações (SANTOS, 1998; 1999). Assim sendo, o uso de técnicas e instrumentos de trabalho para intermediar a produção do algodão colorido e do seu espaço, em alguns lugares e regiões da Paraíba, supõe, também, a forma como os homens se organizam para usar essas técnicas e instrumentos de trabalho na realização dessa produção.

De acordo com a COOPNATURAL (*apud* DUARTE, 2006, p. 17), em 2005, o número de pessoas envolvidas nas ações do cultivo do algodão colorido correspondia a 4000. Provavelmente, estes dados foram obtidos no cadastro dos produtores do Balcon (portal do algodão colorido), sistema de cadastro informacionalizado, disponível na rede mundial de computadores, organizado pelo Parque Tecnológico de Campina Grande. No entanto, os dados deste cadastro não são confiáveis, uma vez que vários agricultores, que nele selecionamos para aplicar nossos questionários, receberam as sementes do algodão colorido e nunca as semearam e outros já não o produzem mais. Constatamos isso, principalmente, entre os produtores do Seridó e da microrregião de Patos listados neste cadastro. Além disso, no mesmo, encontram-se cadastrados produtores de outros Estados e agentes sociais que atuam em outras etapas do circuito e que, portanto, não são agricultores. Desse modo, não há como quantificar, com rigor, o total de agricultores envolvidos com a produção direta do algodão colorido na Paraíba.

⁸³ Em entrevista realizada pelo autor, no Sítio Santa Maria, município de Pombal, em 16/01/2008.

O discurso veiculado pelos agentes sociais que dominam o circuito espacial de produção do algodão colorido na Paraíba (beneficiadora e cooperativas de empresas que fabricam as confecções), através do *marketing* e das mídias, afirma, com unanimidade, que o subsistema de ações estruturado para manipular as técnicas e os instrumentos de trabalho e, assim, produzir o algodão colorido e seu espaço de produção, no Agreste e Sertão da Paraíba, é composto por micro e pequenos agricultores, organizados em torno das relações de trabalho familiar, em suas pequenas propriedades e assentamentos da reforma agrária. Portanto, não se reproduziriam formas de relações de produção arcaicas, como a parceria e o arrendamento, e nem o atravessador, agentes sociais típicos do antigo complexo gado/algodão branco/culturas de subsistência.

Segundo nos relatou o presidente da CAMPAL⁸⁴, esta cooperativa não compra, para beneficiar, o algodão colorido originário de propriedades que o cultivam em sistema de parceria e, tampouco, proveniente de atravessadores. Já de acordo com a presidente da COOPNATURAL (*apud* AKATU, 2007, p. 1), esta cooperativa emprega 800 trabalhadores, inclusive rurais, todos com carteira assinada e com seus direitos trabalhistas pagos. Para ela (*apud* AKATU, op. cit.), ‘no Nordeste é muito raro encontrar um agricultor com registro em carteira’.

Assim, a ideia passada é de que o circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados da Paraíba foi montado com o único objetivo de gerar emprego e renda para trabalhadores desempregados, do campo e das cidades do Estado. Na verdade, há toda uma preocupação, especialmente da COOPNATURAL, com a obtenção da certificação eco-social IBD (este instituto certifica produtos ambiental, social e comercialmente justos) para as confecções produzidas com o algodão colorido. Com esta certificação, a referida cooperativa agrega valor aos produtos, reforça a probidade social e a diferença da marca que eles carregam (*natural fashion*), tonando-os mais atrativos para os consumidores preocupados com as questões ambientais e de inclusão social. No nosso entender, a difusão das ideias de equidade social e responsabilidade ambiental representam uma grande estratégia de *marketing* dos produtores e confecções que desejam ampliar os seus mercados de consumo.

Realmente, a produção do algodão colorido é realizada predominantemente por micro e pequenos produtores, através do trabalho familiar, em pequenas propriedades. Porém, em alguns casos, esse micro e pequeno produtor é um sujeito destituído da posse da terra e, para realizar a produção, submete-se à velha relação social de produção de parceria, notadamente a

⁸⁴ Em entrevista que realizamos, em Patos-PB, em janeiro de 2008.

meia, tão comum no antigo complexo gado/algodão branco/culturas de subsistência, como verificamos nos Sítios Flores e Santa Maria, em Pombal.

Neste último Sítio, numa propriedade de 250 hectares, encontramos 10 parceiros produzindo, de forma irrigada e em sistema de meia com o proprietário, 14 hectares de algodão colorido. Entre estes 10 parceiros, 2 deles possuem pequenas propriedades, nas quais cultivam culturas de subsistência e criam pequenos rebanhos (bovinos) para fornecer o leite e seus derivados à dieta da família. Quando o meeiro se ausenta da propriedade para cuidar do algodoal, estes rebanhos são, geralmente, deixados sob os cuidados dos filhos menores de idade.

No Sítio Santa Maria, além da terra, o proprietário fornece, ao meeiro, as sementes adquiridas junto à CAMPAL; o arado a tração animal e o boi para puxá-lo, e a enxada, usados para eliminar as ervas daninhas do algodoal; os equipamentos e a bomba para realizar a irrigação; os defensivos agrícolas fornecidos pela CAMPAL ou comprados pelo proprietário, em lojas especializadas de Sousa etc. Exceto no preparo do solo antes da semeadura, que é realizado, pela referida cooperativa, com o arado mecanizado puxando por trator, todas as demais etapas do ciclo de produção do algodão colorido são realizadas pelo meeiro e sua família (mulher e filhos maiores). Ele usa a mão-de-obra dos filhos menores de idade no trato do algodoal, especificamente para eliminar os botões do algodoeiro infestados pelo bicudo. Nesta etapa, especialmente na limpeza do mato que cresce no algodoal, e na colheita, além do trabalho familiar, o meeiro contrata a força de trabalho temporária de terceiros, homens e mulheres oriundos da zona urbana de Pombal. É atribuição do meeiro hospedar, fornecer alimentação e pagar essa força de trabalho. O pagamento é feito de duas maneiras: por diária, que em 2008, custava R\$ 15,00, e por produção. Quando esta última modalidade de pagamento é utilizada para pagar os tratos do algodoal (limpeza do mato), costuma-se estipular um valor por “rua”; quando é utilizada para pagar a colheita, paga-se um valor por quilo do algodão colorido colhido que, em 2008, era de R\$ 0,30.

Nas áreas arrendadas para o cultivo do algodão colorido, usa-se exclusivamente a força de trabalho contratada de terceiros, como verificamos no Sítio União, em São Bento. Aliás, o arrendatário que encontramos cultivando o algodão colorido neste Sítio não reside na localidade, tem residência fixa na zona urbana de Brejo do Cruz e não envolve a família no processo de produção. Segundo nos afirmou⁸⁵, o uso da força de trabalho contratada ocorre “porque em São Bento ninguém quer trabalhar na agricultura, tampouco em sistema de

⁸⁵ Em entrevista que realizamos no Sítio União, São Bento-PB, no dia 18/01/2008.

parceria, especialmente na forma de meia. Neste município “todo mundo” só quer trabalhar com a produção e a venda de redes”. Essa escassez de mão-de-obra para agricultura em São Bento obriga ao referido arrendatário a buscá-la em outros municípios da microrregião de Catolé do Rocha. Dos 36 trabalhadores que encontramos fazendo a colheita no algodão colorido deste arrendatário, apenas 8 viviam em São Bento, os demais eram provenientes dos municípios de Catolé do Rocha e Brejo do Cruz. Estes trabalhadores recebiam por produção pelo trabalho executado para o arrendatário. Assim, a erradicação manual do mato era paga por carreira limpa, que correspondia ao valor de R\$ 5,00. Em média, cada trabalhador limpava 4 carreiras por dia, mas havia casos de trabalhadores que conseguiam limpar entre 6 e 7. Tais carreiras tinham uma extensão linear de 490 metros. Já no que diz respeito à colheita, o pagamento era feito por centavos de real/quilo. Na safra de 2006, pagou-se R\$ 0,30 por quilo colhido; na safra de 2007, na primeira colheita, este valor foi de R\$ 0,40 por quilo, e na segunda, que corresponde à cata das plumas que não foram colhidas na primeira, foi pago o valor de R\$ 0,70 por quilo colhido. Para alojar os trabalhadores oriundos de outros municípios, o arrendatário usava uma casa pertencente ao dono da propriedade; para alimentá-los, comprava os mantimentos no comércio de São Bento e contratava os trabalhos de uma residente na localidade para cozinhá-los (**ver figura 58**).



Fig. 58: Trabalhadores por produção fazendo a refeição matinal na área de cultivo do algodão colorido no Sítio União – São Bento – PB
Foto: O autor

Nas regiões do Seridó e de Patos, a força de trabalho familiar costuma, em alguns casos, ser completada, especialmente na colheita do algodão colorido, pelo trabalho de terceiros, remunerado na forma de diária. Encontramos esta combinação no Sítio Saco de Serra Branca, localizado em São Mamede, no qual, em 2008, a diária na colheita era paga a

R\$ 20,00. Na microrregião de Patos, segundo afirmações do presidente da CAMPAL, que produz, também, o algodão colorido no município que nomeia esta microrregião, chega-se a pagar diária de R\$ 30,00 no processo de produção do algodão colorido. Mesmo assim, segundo ele, a escassez de mão-de-obra é um dos principais problemas enfrentados pelos produtores nesse contexto.

Quanto à produção do algodão colorido em assentamentos da reforma agrária, parece-nos que teve mais importância no início, quando ainda havia intenções reais, por parte de órgãos como a AMDE, de criar situações de geração de emprego e renda, e, consequentemente, a inclusão social e econômica dos agricultores desses assentamentos. Atualmente, quando o circuito é movido pelo interesse de lucros de agentes como a beneficiadora e as cooperativas formadas por empresas do setor de confecções, esta produção praticamente não existe mais.

Segundo o presidente da CAMPAL, que também é proprietário de terra e produtor do algodão colorido em Patos-PB,

A produção [do algodão colorido] em Patos é dificultada pela presença de muitos assentamentos. A produção em assentamentos não deu certo, os assentados produziam um algodão de baixa qualidade e não o entregavam para o beneficiamento no prazo estipulado. Aliás, em Patos, não se produz quase nada, já que o município está cheio de assentamentos.

As suas palavras, implicitamente, revelam certo preconceito com a categoria do produtor de assentamentos. Provavelmente, em virtude disso, a referida cooperativa resistiu em estabelecer relações com esses assentados. Como ela domina, com exclusividade, a etapa do beneficiamento, é perceptível que os agricultores de assentamentos, que resistem a comercializar sua produção para terceiros (atravessadores, por exemplo), ficaram sem dispor do comprador direto do seu algodão.

Desse modo, atualmente, a produção do algodão colorido só é encontrada em assentamentos no município de Remígio, no Curimataú Ocidental, Agreste paraibano, no qual 50 famílias o produzem e vendem em Campina Grande.

Segundo afirma a presidente da COOPNATURAL, em entrevistas nas mídias e em campanhas de *marketing* social em torno dos produtos têxteis e confeccionados elaborados com o algodão colorido, ‘para a gente (*sic!*) aperfeiçoar mais ainda os nossos trabalhos aqui na cooperativa, a gente (*sic!*) quer que cada peça esteja ligada até à (*sic!*) foto do Agricultor’.

(GLOBO RURAL *apud* PORTAL DO ALGODÃO COLORIDO, 2007, p. 4). Entretanto, a representação fotográfica do agricultor não é capaz de revelar, por si só, as condições precárias nas quais ele realiza o processo de produção do algodão colorido no campo (baixos preços oferecidos pelo algodão pelos compradores, estrutura de transportes deficitária, falta de linhas de crédito para financiar a produção etc.) e, tampouco, as relações sociais expropriadoras do fruto de seu trabalho neste processo, a exemplo da parceria, do arrendamento, da sobrevivência da figura do atravessador etc.

Em suma, considerando que o primeiro enfoque da técnica a ser levado em conta nos estudos da geografia “é considerar a própria técnica como um meio” e que, assim, “a ordem criada pela técnica inclui o homem em um verdadeiro novo meio natural” (ELLUL *apud* SANTOS, op. cit., p. 32), o qual, na contemporaneidade, manifesta-se, geograficamente, como “meio técnico-científico informacional” (op. cit.), como caracterizar, assim, as condições sócio-técnicas do arranjo de objetos e ações que compõem o meio produtor de algodão colorido territorialmente fixado em lugares e regiões do Agreste e Sertão da Paraíba?

O meio técnico-científico-informacional, mesmo se materializando de forma desigual na escala do mundo, torna-se a referência para a análise da manifestação do fenômeno técnico como meio em qualquer realidade histórica e geográfica. Nesse sentido, podemos aferir que sua mediação espacial da produção do algodão colorido na Paraíba é pontual, restringindo-se às próprias variedades do algodão (produto da racionalização científica dos pesquisadores nos laboratórios do CNPA/EMBRAPA), aos defensivos agrícolas usados para combater às pragas do algodão, aos instrumentos mecânicos (colheitadeira, pulverizadora e arado mecânicos, bombas e equipamentos e o pivô central) intermediadores da produção em alguns lugares, a exemplo do Sítio União, em São Bento, entre outros. Contudo, na estrutura sócio-técnica do arranjo de objetos e ações do meio produtor do algodão colorido paraibano, parecem predominar as rugosidades, ou seja, as heranças deixadas, para ela, pelo velho complexo gado/algodão/branco/culturas de subsistência.

Como afirma Santos (op. cit., p. 36), “as rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças sócio-territoriais”. Assim, as heranças físico-territoriais legadas do passado (complexo gado/algodão branco/culturas de subsistência) que se manifestam, com vigor, na materialidade do meio produtor do algodão colorido são, principalmente, a persistência da dependência do agricultor à dinâmica das forças naturais (estação das chuvas) e as práticas rotineiras de cultivo, tais como: o sistema de coivara para preparar o terreno para o plantio, a consorciação de culturas com a pecuária, a intermediação das ações produtivas com instrumentos que se constituem como mera extensão

do corpo do produtor e que dependem da energia dele ou de animais para funcionarem (a exemplo da enxada e do arado a tração animal), a dominância da colheita manual do algodão, entre outras. Quanto às heranças sócio-territoriais do passado, em plena vigência atual na composição do arranjo do meio produtor do algodão de cor, estas se expressam através da sobrevivência de relações sociais de produção de parceria e do arrendamento, e da persistência da ação de atravessadores agindo na comercialização desse algodão.

Em suma, o meio produtor do algodão colorido, no campo paraibano, expressa a combinação de técnicas e relações sociais de tempos disparatados no arranjo do seu subsistema de objetos e ações. Nesse arranjo, as rugosidades físico-territoriais e sócio-territoriais revivem e florescem e se combinam com as variáveis físico-territoriais e sócio-territoriais do meio técnico-científico-informacional que, nele, manifestam-se de maneira pontual.

Entretanto, se tais condições geográficas são incompatíveis com a produção de grandes quantidades de algodão branco, são suficientes para a produção de pequenas quantidades do algodão colorido, uma vez que esta produção fornece a matéria-prima, suficiente e necessária, para a produção de pequenos lotes de produtos diferenciados, para mercados de consumo muito específicos, ou seja, para economias de nichos.

Por fim, através do sistema de movimento rodoviário formado por estradas vicinais e rodovias estaduais e federal (BR 427), articuladas com a BR 230, em caminhões da CAMPAL, contratados por ela ou de algumas indústrias de têxteis e confecções (Redes Santa Luzia, por exemplo), o algodão colorido em caroço circula até Patos-PB, para ser beneficiado.

7.4.2 O beneficiamento do algodão colorido e o seu lugar de realização

No contexto da divisão territorial da produção do circuito do algodão colorido e derivados na Paraíba, a etapa do beneficiamento tem como lugar de realização o espaço urbano de Patos (**ver mapa 05, p. 275**).

A etapa de beneficiamento do algodão colorido, como a de qualquer outro algodão, consiste em realizar o descaroçamento, a prensagem e o enfardamento para ser, posteriormente, transformado em fios e tecidos. Esta é realizada pela Cooperativa Mista dos Produtores de Algodão de Patos LTDA. (CAMPAL) (**ver figura 59**).



Fig. 59: Instalações da CAMPAL em Patos – PB: local onde o algodão colorido é beneficiado
Foto: O autor

A CAMPAL foi criada, em 1976, ainda quando o algodão branco era um importante produto comercial do Estado, para fazer o beneficiamento da produção dos produtores associados de Patos-PB. Essa cooperativa, segundo o seu atual presidente, em seus tempos áureos, chegou a possuir 2.500 associados. Entretanto, com a falência da cultura algodoeira tradicional do Estado (algodão branco), sua forma geográfica perdeu a função de captar e beneficiar algodão.

No ano 2000, quando agentes públicos, privados e do terceiro setor, atuando em cooperação, começaram a estruturar o circuito espacial de produção do algodão colorido, como já analisado em páginas anteriores desta seção, e necessitavam de bases espaciais e de agentes sociais para realizar o beneficiamento, foi a CAMPAL a eleita para realizar essa função.

Desse modo, a sua eleição para realizar a etapa do beneficiamento do algodão colorido refuncionalizou ou esposou novamente a sua forma geográfica, que se encontrava viúva desde a “morte” da produção do algodão branco convencional. Esse novo “matrimônio” da forma geográfica da CAMPAL, com a função de beneficiar o algodão colorido, obrigou-lhe, segundo o seu presidente, a mudar de categoria, ou seja, deixou de ser regional (dos produtores de Patos) para ser estadual, aberta para a associação de produtores de qualquer município do Estado. A partir do ano 2000, após a reestruturação e refuncionalização, essa cooperativa reduziu o número de sócios e atualmente 500 produtores compõem o seu quadro de associados.

A CAMPAL, além de atuar no beneficiamento, exerce também a função de transportar o algodão colorido do campo até as suas instalações e das suas instalações, após o beneficiamento, para os lugares onde ele é transformado em fios e tecidos. Para isso, dispõe

de dois caminhões-baús próprios, mas, por vezes, contrata também o trabalho de terceiros para realizar essa ação, quando sua estrutura de transportes não é suficiente.

No ano de 2008, essa cooperativa empregava 20 funcionários, 12 na função do beneficiamento, 2 na do transporte e 6 na administração. Todos esses trabalhadores residem na cidade de Patos e constituem uma força de trabalho amparada pelas normas que regulam o seu uso no Brasil, portanto, registrada em carteira e com os direitos trabalhistas pagos. Conforme informações do presidente da CAMPAL, o uso dessa força de trabalho é contínuo durante todo o ano, uma vez que há duas safras de algodão colorido, a de sequeiro e a irrigada.

O algodão colorido chega à CAMPAL na forma *in natura*, ou seja, sem receber nenhum beneficiamento prévio no campo. Nela, é estocado em armazéns para, em seguida, ser beneficiado (**ver figuras 60 e 61**). Existem dois armazéns no interior do objeto geográfico da referida cooperativa, além das instalações do seu pátio interior, que, em casos emergenciais (mais de duas variedades de algodão para serem armazenadas), também são usadas para exercer essa função. Os armazéns apresentam condições propícias para preservar a qualidade da fibra, são amplos, cobertos e não apresentam qualquer insalubridade. A estocagem das variedades de algodão colorido é feita de forma separada, para evitar misturas entre elas. A formação do estoque é constante o ano inteiro, uma vez que a produção, por ser pequena, não apresenta períodos de pico ou decréscimo acentuados.



Figuras 60 e 61: Algodão colorido BRS Safira *in natura* estocado na CAMPAL a espera do beneficiamento
Foto: O autor

Dos armazéns, o algodão colorido é levado, em carros de mão, para o local de beneficiamento onde, em estruturas mecanizadas (**ver figura 62**), faz-se a separação entre a pluma e o caroço, a prensagem e o enfardamento. As variedades coloridas são beneficiadas de forma separadas, porém, em estrutura mecanizada comum. Por isso, no intervalo entre o

beneficiamento de cada uma delas é preciso limpar rigorosamente as máquinas para evitar misturas que possam depreciar a qualidade da fibra, especialmente as suas cores.



Fig. 62: Estrutura mecânica usada para beneficiar o algodão colorido
Foto: O autor

Cabe destacar que, além do algodão colorido que adquire junto aos produtores, a CAMPAL beneficia, mediante contrato previamente estabelecido, a produção adquirida pela COOPNATURAL e pela empresa Redes Santa Luzia.

Após a separação entre a pluma e os caroços, a prensagem e o enfardamento da pluma, o fardo é estocado, em armazém, no interior da cooperativa, no qual aguarda o envio para as indústrias de fiação e tecelagem.

Depois do beneficiamento, as sementes são trituradas, para servir como ração animal, no próprio espaço da CAMPAL ou são armazenadas nele para serem distribuídas ou vendidas para o cultivo.

Cabe destacar que o objeto geográfico da CAMPAL não é monofuncional, ele é usado também para o beneficiamento do algodão herbáceo branco, cultivado no Sertão, e para o comércio de ração animal com os criadores de Patos e municípios vizinhos.

Em 2006, a CAMPAL pagava, em média, o valor de R\$ 1,30 pelo quilo do algodão colorido em caroço e vendia o quilo descaroçado por R\$ 3, 90 (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, 2006, p. 20). Esses valores eram os mesmos pagos pela COOPNATURAL pelo algodão adquirido por ela diretamente dos agricultores.

Por fim, após o beneficiamento, os fardos do algodão colorido são deslocados, mediante a utilização do subsistema de movimento solidariamente formado pela rodovia (BR 230) e caminhões pertencentes à CAMPAL ou por ela contratados, para os lugares onde alguns agentes sociais e empresas transformam as suas plumas em fios e tecidos.

7.4.3 A fiação e a tecelagem do algodão colorido e seus lugares de realização

No contexto da divisão territorial da produção do algodão colorido e derivados, outra etapa do seu processo de produção é a correspondente à sua transformação em fios (**ver figuras 63 e 64**) para, posteriormente, serem tecidos em tecelagens e depois serem entregues às indústrias de confecções, onde serão usados para a fabricação de diversos produtos.



Figuras 63 e 64: Fios do algodão colorido

Fonte: Duarte (2006, p. 2).

Fonte: Revista Eletrônica Vitrine dos Orgânicos (2007).

As etapas de fiação e tecelagem do algodão colorido têm como lugares de realização os pontos fortes da rede urbana paraibana, a exemplo de João Pessoa e Campina Grande, mas também, nós fracos desta rede, a exemplo de Alhandra, onde a Empresa Fio Campo produz o fio usado pela Empresa Redes Santa Luzia, de São Bento, onde esta última tece os fios do algodão na produção de redes de dormir, entre outros produtos.

No início da montagem do circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados na Paraíba, entre 2000 e 2002, a etapa de fiação era realizada na mediação espacial da EMBRATEX, filial do Grupo Coteminas, localizada em Campina Grande-PB. A entrada dessa empresa no circuito foi mediada pelo atual presidente Luis Inácio Lula da Silva que, por solicitação da AMDE e da Natural *Fashion*, atual COOPNATURAL, intercedeu junto ao seu proprietário, o atual vice-presidente José de Alencar, para que a mesma executasse a fiação, resolvendo, temporariamente, a falta de estruturas geográficas e empresas para mediar e realização dessa ação.

No entanto, como o processo de fiação do algodão colorido exige complexas operações de limpeza das máquinas antes e após a sua execução, para evitar a contaminação tanto do algodão branco quanto do colorido, e dado o pequeno tamanho da produção, a

EMBRATEX logo saiu do circuito de produção. Isto pode ser percebido através das palavras de Pinheiro (2003, p. 7), quando afirma que, “(...) como a produção é pequena, a empresa [EMBRATEX] não demonstrou interesse em continuar com o processo de fiação (...) dados os custos operacionais do processo (...)”.

Na época, com o fio produzido pela EMBRATEX, a próxima etapa do processo produtivo era transformá-lo em tecidos para serem consumidos nas indústrias de confecções do Estado. O processo de elaboração dos tecidos do algodão colorido consubstancia-se, basicamente, na execução da tecelagem manual, tecelagem plana e fabricação da malharia. A tecelagem manual era executada pela empresa Entrefios (empresa componente da COOPNATURAL), em Campina Grande. Este tipo de tecelagem “utiliza teares manuais para confeccionar produtos como redes, mantas, itens de decoração, o fio destinado a esses tipos de produtos não passa pelo processo de tecelagem industrial, mas segue diretamente da fiação para a produção dos produtos finais” (FARIAS e RAMOS, 2009, p. 28). A tecelagem plana, que envolve a utilização de equipamentos mecânicos, era realizada pela empresa Ribeiro Chaves, em Sergipe, uma vez que o parque têxtil paraibano não dispunha de aparatos técnicos para realizar este tipo de tecelagem. Essa empresa se encarregava de produzir o brim, para fabricação de calças; o linhão, para a confecção de bermudas; e o tricoline, para a produção de camisas. A Matesa Têxtil, em João Pessoa, produzia a malharia e, para isso, utilizava teares elétricos e semi-eletrônicos na produção de malhas de diferentes tipos como o Piquet, o canelado, o moleton, a meia malha e a ribana. Segundo Farias e Ramos (op. cit., p. 28), “este tipo de tecelagem recebe o maior volume de fios de algodão colorido, sendo a malharia produzida a base para a produção de camisetas, blusas masculinas e femininas e também as linhas de roupas infantis”.

Atualmente, essas etapas do processo de produção do algodão colorido e derivados se encontram reconfiguradas, revelando as mudanças que se processaram ao longo dos 10 anos de existência do circuito espacial de produção desse algodão e dos seus manufaturados. Pelos motivos que já discurremos anteriormente, a EMBRATEX já não se encarrega de realizar a fiação.

Segundo nos informou o presidente da CAMPAL⁸⁶, “as etapas da fiação e da tecelagem são as mais problemáticas do circuito espacial de produção do algodão colorido”. Para ele, “como a quantidade da produção é pequena e necessita de complexos processos de limpeza do maquinário antes e após a realização delas, as empresas que as executam não se

⁸⁶ Em entrevista realizada pelo autor, em Patos-PB, no mês de janeiro de 2008.

sentem motivadas para fazê-las”. Em virtude disso, existe um projeto, desenvolvido em conjunto pela AMDE, FIEP, SENAI e COOPNATURAL, para a construção de uma mediação espacial destinada a realizar essas etapas da produção.

Tais transformações implicaram na entrada de novas empresas no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados que, junto com algumas que permaneceram, desde o princípio, realizam, atualmente, as etapas da fiação e da tecelagem.

Por conseguinte, a fiação e a tecelagem do algodão colorido são realizadas atualmente nas mediações espaciais de produção da Limoeiro Malhas⁸⁷, Entrefios e Evest Têxtil, em Campina Grande; da Unitêxtil, Novitex e Matesa, em João Pessoa; e da Fio Campo, em Alhandra. Portanto, têm toda a sua realização em lugares paraibanos (**ver mapa 05, p. 275**).

A Limoeiro Malhas é uma indústria têxtil de origem pernambucana que adquiriu a antiga fábrica de fios e tecidos da empresa Têxtil, localizada no Bairro de Bodocongó, em Campina Grande. A última empresa era uma das últimas rugosidades do período de apogeu do algodão branco que resistia e funcionava no espaço campinense. A Limoeiro Malhas, ao comprá-la, passou a mediar as suas ações de fiação e tecelagem do algodão em suas antigas instalações, inclusive do algodão colorido. Em conformidade com Picciotto e Shewchenko (2006, p. 14) e Duarte (2006, p. 7), esta firma “realiza a fiação e produz os tecidos grossos do algodão colorido utilizados na fabricação de almofadas, colchas, redes [e parte da malharia]”, passando a dividir com a Matesa a produção das malhas.

Quanto à Evest Têxtil, a empresaproduz o fio do algodão colorido. Por outro lado, é no interior do objeto produtor de fios e tecidos dela que o Sr. Sandoval Farias, primeiro presidente da ONG Credação, comprador deste algodão no Sertão e comerciante dos seus fios, arrenda maquinário e, através de trabalho de terceiros, produz esses fios, que distribui para as confecções cooperadas em Campina Grande.

A Fio Campo participa do circuito espacial de produção do algodão colorido elaborando os fios. A Redes Santa Luzia envia o seu algodão, produzido em sistema de arrendamento pelo agricultor do Sítio União, em São Bento, exclusivamente para ela, após o beneficiamento na CAMPAL, para ser transformado em fios nesta empresa.

A Entrefios, que é associada à COOPNATURAL, continua realizando a produção de fios através da tecelagem manual. Essa empresa atua nessa etapa do circuito desde o seu início.

⁸⁷ Quando encerrávamos este trabalho, a referida empresa fechou as suas portas em Campina Grande.

No geral, as empresas que realizam o processamento têxtil do algodão colorido não o compram para fiá-lo e tecê-lo. A pluma do algodão colorido é diretamente adquirida ao agricultor pelas confecções. Estas estabelecem contrato com a beneficiadora (a CAMPAL) para separar a pluma do caroço. Depois dessa etapa, elas contratam o trabalho de empresas têxteis para produzir o fio e os tecidos. Assim, as confecções não compram fios e tecidos, mas o algodão colorido, e pagam as tecelagens para produzi-los. Existem, pelo menos, dois exemplos que nos autorizam a tecer essas conclusões: o da COOPNATURAL e o da Redes Santa Luzia.

No tocante ao primeiro exemplo, Farias e Ramos afirmam que “(...) a cooperativa [COOPNATURAL] não compra o fio do algodão colorido, ela paga pelo serviço de fiação. Do mesmo jeito, ela não compra tecido ou malha, ela paga pelo serviço de tecelagem (...)”. Quanto ao segundo exemplo, a Redes Santa Luzia dispõe de um agricultor que produz o algodão colorido diretamente para ela, paga o serviço do beneficiamento à CAMPAL e a fiação, à Fio Campo.

Nesse sentido, as empresas que realizam a fiação e a tecelagem atuam como prestadoras de serviço para as confecções, aparecendo no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados como empresas terceirizadas. Esta modalidade de relação entre as tecelagens e as confecções difere do que acontece nos circuitos espaciais de produção do algodão branco e derivados, uma vez que, neste último, as tecelagens atuam como produtoras e distribuidoras dos fios e tecidos e os vende para as confecções.

O processamento têxtil do algodão colorido é intermediado por “equipamentos industriais de grande porte e, em função do tempo de preparação que o antecede, exige-se que seja processada uma quantidade mínima (lote) de pluma” (FARIAS e RAMOS, op. cit., p. 27). Por outro lado, como não usa água em abundância, alvejantes e corantes artificiais, não causa impactos aos ecossistemas onde as suas mediações espaciais de produção se encontram localizadas.

Embora seja difícil analisar o consumo produtivo de fios e tecidos pelas confecções no circuito, dada a blindagem que reveste todas as suas etapas, a qual se constitui como uma estratégia carregada de intencionalidades de defini-lo como calcado em trocas justas entre todos os agentes que dele participa, parece-nos haver uma concentração desse consumo nas empresas ou cooperativas formadas por elas. Segundo nos relatou uma artesã que produz

pequenas quantidades de confeccionados deste algodão, no seu espaço domiciliar, com a força de trabalho familiar, em Campina Grande⁸⁸,

A produção é muito concentrada, a COOPNATURAL é dona de 80% da produção e os 20% restantes estão nas mãos de alguns amigos da sua presidente. Essa concentração da produção termina contribuindo para o controle da matéria-prima (os tecidos). São as maiores empresas quem têm maior possibilidade de estabelecer contatos diretos e adquirir o tecido produzido. (ARTESÃO DE CAMPINA GRANDE)

A produção é pequena. Além disso, atores empresariais cooperados ou não que atuam nas etapas do beneficiamento, fiação, tecelagem e produção de confecções são bastante articulados entre si e fecham o circuito para iniciativas produtivas independentes, estruturadas com base no trabalho artesanal, doméstico e familiar. As cooperativas de artesãos e os artesãos autônomos têm uma função no circuito: agregar as suas habilidades artesanais às confecções produzidas por outros, para torná-las identificadas com o Estado e a região, e, assim, atrativas para o mercado de consumo de alteridades. Mesmo para as iniciativas produtivas calcadas no artesanato e estruturadas através do trabalho familiar realizadas nos espaços domésticos dos artesãos, a possibilidade de se inserirem como produtoras de confecções no circuito pode ser condicionada pelo silêncio diante dessa situação ou pela permuta com as suas habilidades para realizar o acabamento das confecções produzidas por empresas ou cooperativas formadas por elas, a exemplo da COOPNATURAL.

Por outro lado, entre os agentes dominantes no circuito, ocorre, às vezes, típicas relações de solidariedade organizacional, especialmente quando um produtor fica sem a matéria-prima para a fabricação das confecções e é “socorrido” por outro. As palavras do proprietário da empresa Redes Santa Luzia reforçam essas conclusões. Segundo ele, “em uma ocasião já cheguei a ficar sem os fios de algodão colorido, pois os estoques formados não foram suficientes. Fui “salvo” pela Maysa Gadelha, da COOPNATURAL, que me repassou estes fios⁸⁹”.

Por fim, após as etapas da produção dos fios e tecidos, essa produção circula para as mediações espaciais das confecções onde será transformadas nos mais diversos lotes de produtos e, posteriormente, distribuídas para o consumo. Essa circulação é realizada através do sistema de movimento rodoviário do Estado da Paraíba, em caminhões das empresas de

⁸⁸ Em entrevista realizada pelo autor, em Campina Grande, em 24/01/2008.

⁸⁹ Em entrevista que realizamos em São Bento-PB, em 17/01/2008.

confeções ou das cooperativas formadas por elas, através do serviço de transporte terceirizado ou nos veículos pertencentes às tecelagens.

7.4.4 A produção e o consumo das confeções e outros produtos derivados do algodão colorido e seus lugares de realização

É para a distribuição de empresas, cooperativas, homens e recursos pelo território paraibano, com o intuito de realizar a transformação dos fios e tecidos do algodão colorido em confeções, que se dirige, agora, nosso foco de análise. Portanto, vamos nos deter, neste momento, na etapa de elaboração do produto final do algodão colorido, que corresponde à etapa avançada da divisão territorial da produção do seu circuito espacial.

Podemos afirmar que a etapa da produção das confeções do algodão colorido se concentra em cooperativas de empresas produtoras de confeções e tem como lugares de realização, principalmente, Campina Grande, onde se localiza a maioria das empresas formadoras da Cooperativa COOPNATURAL, maior produtora desses produtos no Estado, e João Pessoa e seu entorno, onde estão localizadas as empresas que compõem a Cooperativa Natural *Cotton Color*. Portanto, a transformação dos fios e tecidos do algodão colorido em confeções tem como lugar de realização os pontos fortes da rede urbana paraibana. Afora essa distribuição, encontramos algumas localizações pontuais em nós mais fracos dessa rede, a exemplo de São Bento, onde se localiza as mediações espaciais de produção da Redes Santa Luzia, entre outros lugares.

Cabe colocar que a formação de organizações cooperadas de empresas expressa as significativas modificações nas relações entre elas, em face do avançado processo da globalização do capitalismo na contemporaneidade. O contexto atual da globalização, marcado pelas mudanças de ordem tecnológica, com o avanço do uso das tecnologias da informação no processo produtivo e de ordem econômica, com as mudanças no regime de acumulação (substituição das estruturas do fordismo pelas da acumulação flexível) e no modo de regulação dos fluxos econômicos (superação do keynesianismo e emergência do neoliberalismo como regime de regulação), aumentou as incertezas e as exigências competitivas entre as empresas.

Assim, se antes dessa etapa acelerada da globalização capitalista os relacionamentos entre as empresas era exclusivamente de confronto, sendo bem sucedida aquela empresa que possuísse maior poder de barganha, atualmente, para enfrentar as mudanças nos padrões tecnológicos da produção e a pressão da competição global dos mercados, uma alternativa que

se vislumbra é a formação de alianças estratégicas entre empresas, sejam elas concorrentes ou não (FREITAS, 2000 *apud* FARIAS e RAMOS, 2009, p. 27).

A cooperação entre empresas tem sido apontada como possível e capaz de alavancar a rentabilidade dos investimentos de uma empresa, na medida em que lhe permite diminuir custos ao longo do circuito espacial de produção em que ela se encontra inserida e, também, garante melhores níveis de serviços para os seus clientes.

Chesnais (1996) foi um dos estudiosos que se preocupou em explicar a formação de redes entre empresas na atual tessitura de mundialização do capital. Para ele (*op. cit.*), as alianças e acordos são o meio que permite que diversas empresas se coliguem para aperfeiçoar, de maneira acelerada, as tecnologias.

Portanto, no contexto atual do capitalismo globalizado, a interdependência entre empresas representa uma estratégia de sobrevivência e uma oportunidade de prosperar para elas. Em outras palavras, a interdependência permite as empresas diminuírem os custos na obtenção de um recurso (uma inovação tecnológica, por exemplo), reforçarem seus poderes de competição, melhorarem a rentabilidade dos investimentos realizados, conquistarem novos mercados, dominarem os mercados etc.

De acordo com Farias e Ramos (2009, p. 17), “a possibilidade de integrar uma rede de empresas apresenta-se de várias formas para as organizações”. De acordo com Cândido (*apud* FARIAS e RAMOS, *op. cit.*, p. 17), “algumas dessas formas correspondem à formação de consórcios”. Foi sobre essa forma de rede de empresas que nasceu em Campina Grande-PB, no ano 2000, o Consórcio Natural *Fashion* que, a partir de 2003, transformou-se na cooperativa de micro e pequenas empresas, a COOPNATURAL, principal produtora de confecções de algodão colorido no Brasil.

Contudo, além da integração em rede na forma de consórcio, existem outras formas organizacionais de empresas em rede. Ainda de acordo com Cândido (*apud* FARIAS e RAMOS, *op. cit.*, p. 17), essas outras formas podem ser do tipo *clusters*, *franchising*, fusões e aquisições. Além dessas formas, Furlanetto (*apud* FARIAS e RAMOS, *op. cit.*, p. 17) “destaca, também, os distritos industriais, os sistemas locais de produção e as cadeias de suprimento”.

A característica principal comum entre todas as formas de empresas organizadas em rede é que, segundo Farias e Ramos,

(...) a integração entre as empresas que delas participam é baseada em acordos de cooperação. As várias formas de organizações em rede visam

proporcionar às empresas participantes uma competitividade superior àquela que poderiam desenvolver caso atuassem individualmente no mercado. (FARIAS e RAMOS, op. cit., p. 17)

Inspirando-nos em Santos (1999), podemos afirmar que todas as formas de organização de empresas em redes podem ser encerradas numa só definição: a solidariedade organizacional estabelecida entre firmas, com o intuito de manter as condições ideais ou possíveis de reprodução, em um contexto marcado pela globalização dos mercados.

Não pretendemos teorizar a estrutura cooperada da produção de confecções do algodão colorido na Paraíba a partir desses conceitos pertencentes à Economia Industrial. Nossa intenção é apenas enfatizar que a forma organizacional das empresas de confecções que atuam no circuito espacial de produção desse algodão e seus derivados é profundamente coerente com as tendências contemporâneas de relações entre empresas. Essa estratégia está fundada no panorama de mundialização acelerada, o qual é marcado pelas contínuas mudanças tecnológicas e pela acirrada competição global dos mercados.

Os setores produtores de têxteis e confecções não estão indiferentes a essas novas formas de relações entre empresas, especialmente os formados por micro, pequenas e médias empresas, como as que formam a estrutura organizacional da produção de confecções do algodão colorido na Paraíba.

Na atual conjuntura de competição global dos mercados, micro, pequenas e médias firmas do setor têxtil-confecção têm como opção enfrentar essa competição individualmente, inserir-se nas redes de grandes empresas de maneira subalterna ou organizar-se em redes entre si para se fortalecerem e disputarem nichos de mercado.

Essa última opção parece ter sido a escolhida por pequenas e médias empresas de confecções de Campina Grande-PB formadoras do Consórcio Natural *Fashion* que, depois, transformou-se na cooperativa COOPNATURAL. Dessa forma, a formação do consórcio e, posteriormente, da cooperativa, foi uma forma dessas empresas se organizarem em rede, com o intuito de se tornarem mais fortes para enfrentar a competitividade interna e externa nos mercados de têxteis e confecções. Igualmente, era necessário, ao consórcio/cooperativa, criar um diferencial competitivo que marcasse a sua especialização produtiva. Esse diferencial foi dado pela possibilidade de produzir confecções com o algodão colorido e pelo reforço da agregação do artesanato regional a elas. Contudo, a escolha não foi aleatória, as empresas assim organizadas sabiam da existência de nichos de mercado a serem explorados, nascidos

da mundialização e mercantilização da questão e subjetividades ecológicas, e das subjetividades calcadas nas identidades culturais e territoriais.

Corroborando com essa afirmação, temos o relato da história da COOPNATURAL narrada pela própria:

O Consórcio Natural Fashion foi fundado em 14 de abril de 2000 com o objetivo de fortalecer as empresas têxteis e de confecções da cidade de Campina Grande para enfrentar a concorrência acirrada no mercado externo. Com essa pretensão, membros do consórcio buscaram um produto que pudesse servir como diferencial competitivo para este grupo de 10 empresas, ou seja, o algodão colorido (...). (COOPNATURAL, 2009)

Com os mesmos objetivos da COOPNATURAL, mas, também, para competir com ela no Estado da Paraíba na produção de confecções do algodão colorido, foi criada, em 2005, a Cooperativa Natural *Cotton Color*, a qual congrega 9 empresas do setor têxtil e confecções de João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande e Gurinhém. Essa cooperativa unificou empresas que vinham atuando de forma individual nessa etapa do circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados e que, por isso, enfrentavam dificuldades para transformar suas roupas e acessórios em fluxos, ou seja, comercializar as suas produções.

A empresa Redes Santa Luzia, maior produtora de redes de dormir da Paraíba, localizada em São Bento, no Sertão do Estado, também descobriu no algodão colorido uma matéria-prima capaz de lhe possibilitar a exploração de nichos de mercado. Com os fios desse algodão, essa empresa tem produzido pequenos lotes de redes, mantas, tapetes, colchas, xales e capas de almofadas.

Afora essas estruturas cooperadas de empresas que dominam a produção de confecções do algodão colorido na Paraíba, existem, ainda, pequenas produções realizadas por micro empresas independentes e por produtores individuais em seus espaços domiciliares. A quantificação desses agentes atuando no circuito é praticamente impossível de se fazer. Encontramos a primeira forma de produção no distrito de Galante e a segunda, no espaço urbano de Campina Grande, quando realizamos a nossa pesquisa de campo.

Resta-nos agora esclarecer como se organizam as ações de cada um desses agentes, mediados pelos objetos geográficos, para realizarem a etapa da produção de têxteis e confecções do algodão colorido no circuito espacial da sua produção e dos seus derivados na Paraíba.

Retomando o que colocamos anteriormente, a produção de têxteis e confecções do algodão colorido na Paraíba foi uma iniciativa do Consórcio *Natural Fashion*, criado em

Campina Grande, com os objetivos de fortalecer empresas do setor para enfrentar a competição nos mercados e que procurou fazer do algodão colorido o elemento de diferenciação competitiva e de reforço da sua especialização produtiva para ganhar nichos de mercado de consumo. Inicialmente, esse consórcio, quando da sua criação em 2000, era formado por 10 empresas do setor de têxteis e confecções de Campina Grande. Entretanto, “(...) as dificuldades começaram a surgir, como, por exemplo, as relativas ao acesso ao crédito e aos aspectos operacionais (emissão de notas fiscais)” (FARIAS e RAMOS, 2009, p. 25).

Em virtude dessas e de outras dificuldades, decidiu-se organizar os membros do consórcio em uma cooperativa, ao mesmo tempo em que se permitiu o ingresso de novas empresas e profissionais relacionados aos setores da moda, de têxteis e confecções, com o intuito de fortalecer e ampliar a capacidade produtiva já existente. Assim, em 2003, o Consórcio Natural *Fashion* se transforma na Cooperativa de Produção de Têxteis e Afins da Paraíba (COOPNATURAL), proprietária da marca natural *fashion*, que é portada pelas confecções produzidas por seus cooperados.

Conforme afirmam Farias e Ramos, atualmente, essa cooperativa

(...) é composta por 25 cooperados, dos quais quinze são micro e pequenas empresas do setor têxtil (fabricantes de confecções femininas, masculinas, infantil; decorações e acessórios) e os demais participantes cooperados são técnicos, responsáveis por atividades complementares às etapas da manufatura e à gestão das atividades. (FARIAS e RAMOS, op. cit., p. 25)

Todas as empresas cooperadas são de Campina Grande (**ver mapa 05, p. 275**) e já atuavam no setor têxtil-confecção desta cidade antes da formação do consórcio/cooperativa. A maioria dessas empresas são micro e pequenas e mantém linhas próprias de produção. São empresas que já vendiam confecções no atacado e no varejo. Porém, conforme observaram Farias e Ramos (op. cit., p. 26), “em todas essas empresas a capacidade produtiva dedicada ao trabalho com o algodão colorido é significativa (em torno de 60%), existindo dentre essas, três empresas que atualmente dedicam cem por cento de sua capacidade produtiva ao processamento de peças do algodão colorido”.

Cabe à COOPNATURAL coordenar as ações de todos os agentes cooperados para atingir os objetivos definidos. Para isso, essa cooperativa tem a responsabilidade de proporcionar as condições técnicas e financeiras necessárias à realização das ações dos seus associados, aproveitando as oportunidades de mercado existentes ou criando novos mercados para realizar a produção de têxteis e confecções como mercadorias. Cabe ainda a ela organizar

a aproximação com os demais agentes realizadores de outras funções e que se encontram nas etapas anteriores do processo de elaboração final dos produtos no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados da Paraíba, a exemplo da beneficiadora (CAMPAL), das tecelagens produtoras dos fios e tecidos, das várias associações de artesãos que realizam, de forma terceirizada, a produção do “diferencial marginal” ou da “laminagem de ouro” das confecções, através da agregação nelas de motivos do artesanato regional.

De acordo com Farias e Ramos (op. cit., p. 31), a COOPNATURAL mantém uma consultoria mensal junto às empresas cooperadas, que tem como função prestar orientação sobre métodos de produção, organização de *layout* das confecções, além de definir o tempo de produção das peças, os padrões de qualidade delas e habilitar as empresas em novos processos de produção e gestão que sejam de interesse mútuo, ou seja, da cooperativa e da empresa cooperada. Enfim, essa consultoria tem a função de impor a racionalidade ao processo produtivo e à sua gestão, e é realizada por um consultor que também é um cooperado.

É a COOPNATURAL quem estabelece a divisão do trabalho entre as empresas em cooperação. Para assim o fazer, ela considera a especialização produtiva de cada empresa cooperada. Desse modo,

(...) cada empresa produz para a cooperativa as linhas nas quais têm melhor capacidade produtiva e que demonstra interesse em alcançar níveis de excelência na fabricação dela. O que não impede que essas empresas trabalhem outras diferentes linhas, em função de suas marcas próprias e do atendimento que fazem individualmente ao mercado. (FARIAS e RAMOS, op. cit., p. 31)

Considerando as especializações produtivas de cada empresa cooperada, a divisão do trabalho estabelecida pela referida cooperativa se processa da seguinte forma:

As encomendas são divididas de forma igualitária dentre as empresas selecionadas para cada tipo de produto. Se a quantidade encomendada for pequena, a cooperativa encaminha a ordem de serviço para uma das empresas que o fabricam. O próximo pedido dessa peça vai para a outra empresa e assim ocorre um rodízio entre as empresas da cooperativa que possuem habilidades semelhantes. No caso de um grande pedido, busca-se a divisão em partes iguais entre as empresas cooperadas, respeitando as capacidades de cada uma. Essa maneira de dividir o trabalho foi considerada satisfatória para inibir potenciais conflitos relativos à possibilidade de beneficiamento de um cooperado em detrimento do outro (FARIAS e RAMOS, op. cit., p. 30).

O processo de produção das confecções começa com a elaboração do *design* das peças por estilistas cooperados ou contratados pela cooperativa. A função do estilista é criar os produtos, seguindo as tendências da moda do momento, incorporando neles detalhes do artesanato regional.

Posteriormente, a cooperativa, ao receber as solicitações dos consumidores, através das ações dos seus trabalhadores, na sua sede em Campina Grande, usa os tecidos e malhas para cortar as peças, e os fios, para produzir acessórios e artigos de decoração. As peças cortadas e os fios são entregues às empresas associadas, para serem costuradas e tecidos, respectivamente.

As empresas associadas costuram as peças e tecem os fios em suas mediações espaciais de produção próprias. Contudo, muitas vezes elas terceirizam a mesma, contratando os serviços de outras empresas não cooperadas, de associações de costureiras (a exemplo da Associação de Costureiras de Sumé-PB) ou de costureiras individuais, que realizam estas ações no interior dos seus espaços domiciliares. A produção de brinquedos é quase totalmente terceirizada e, portanto, realizada por artesãos individuais ou organizados em cooperativas, a exemplo da Cooperativa das Bonequeiras, do Sítio Riacho Fundo, Esperança-PB.

De acordo com Farias e Ramos (op. cit.; p. 33), o pagamento pelo trabalho das empresas cooperadas é mensal e há um dia fixado em cada mês para ser feito pela cooperativa.

A COOPNATURAL produz, através das firmas associadas ou de cooperativas de artesãos e costureiras, associadas ou não, um total de 202 diferentes produtos do algodão colorido. Desse total, “36 são de acessórios (colares, sandálias etc.), 18 de brinquedos (bonecas, bichinhos etc.), 25 de decoração (redes, tapetes, jogos americanos etc.) e 123 de artigos do vestuário, sendo 55 do vestuário feminino, 51 do infantil e 17 do masculino” (COOPNATURAL, 2009) (**ver figura 65**). Na elaboração desses produtos, os aviamentos (botões, zíperes etc.) são adquiridos no comércio de Campina Grande.

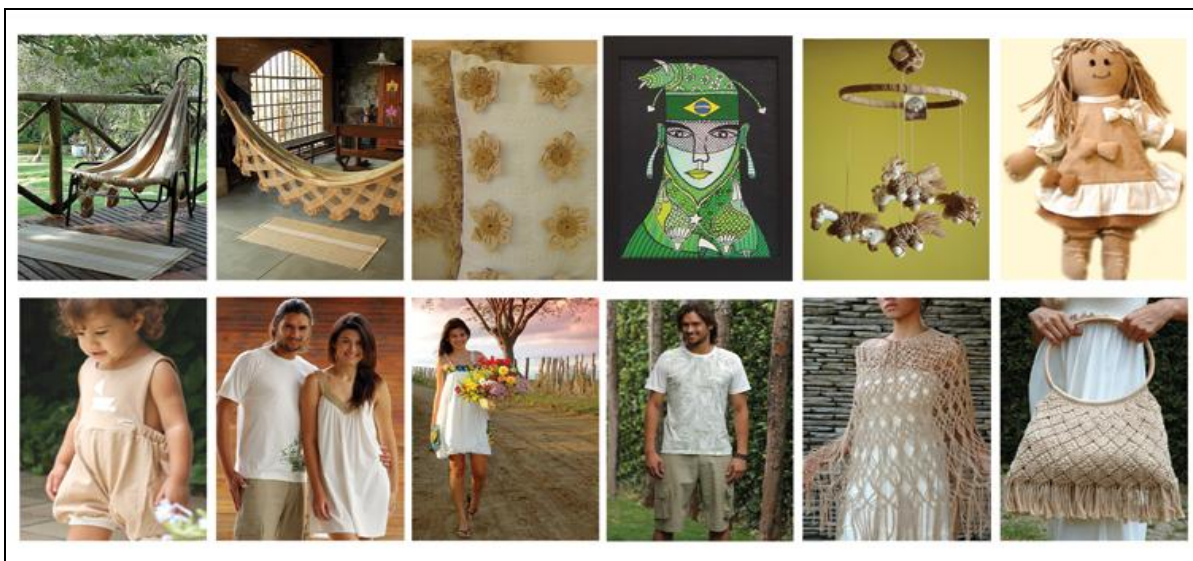


Fig. 65: Algumas confecções produzidas com algodão colorido pela COOPNATURAL
 Fonte: <http://www.naturalfashion.com.br>.

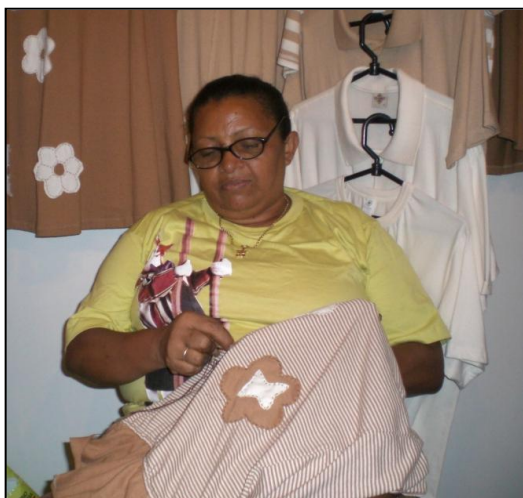
De acordo com Duarte (2006, p. 11), a produção da COOPNATURAL, em 2004 chegou a 37,7 mil peças e ainda, em 2005, atingiu 59,9 mil peças, com um crescimento entre um ano e outro de 58,3%. O total da produção de confecções da COOPNATURAL nesses dois anos pode ser observado na tabela abaixo.

PRODUÇÃO MENSAL COOPNATURAL (Nº DE PEÇAS) – 2004/2005			
Mês	2004	2005	TOTAL
Janeiro	4.355	4.695	9.050
Fevereiro	2.283	3.882	6.165
Março	2.930	3.444	6.374
Abril	2.088	4.027	6.115
Maio	3.445	3.040	6.485
Junho	3.290	4.929	8.219
Julho	2.839	4.767	7.606
Agosto	2.797	7.067	9.864
Setembro	1.814	6.085	7.899
Outubro	2.858	8.318	11.176
Novembro	4.139	5.116	9.255
Dezembro	4.949	4.468	9.417
TOTAL	37.787	59.838	97.625

Tabela 01: A produção mensal e anual de peças do algodão colorido na COOPNATURAL – Período 2004/2005.
 Fonte: COOPNATURAL (*apud* DUARTE, 2006, p. 11).

Em 2009, a COOPNATURAL produziu 10 mil peças do algodão colorido por mês e 120.000 por ano (TEIXEIRA, 2010). A produção desse último ano foi superior a 100% em relação ao ano de 2005.

Cumprе destacar que praticamente todas as peças do vestuário produzidas pela COOPNATURAL trazem agregadas alguns detalhes do artesanato regional (**ver figuras 66 e 67**). E entre esses detalhes, destacam-se o macramé, o crochê (**ver figura 68**), a labirinto, os bordados (**ver figura 69**), os fuxicos (**ver figura 70**), a renda renascença, o tricô, entre outros.



Figuras 66 e 67: Artesãs elaborando o acabamento artesanal das peças produzidas com algodão colorido
Foto: O autor

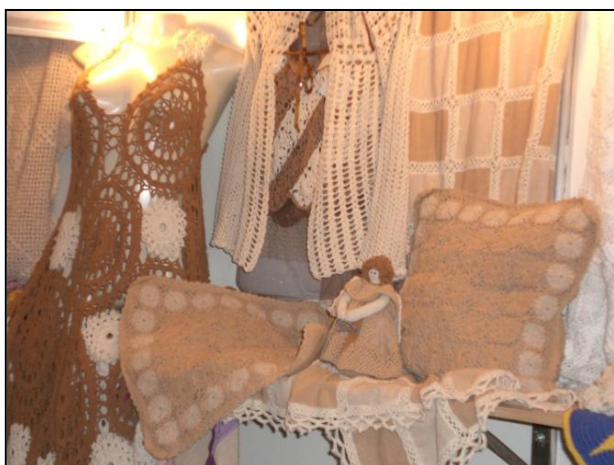


Fig. 68: Peças do algodão colorido elaboradas em crochê
Foto: O autor



Fig. 69: Vestido de algodão colorido com acabamento em bordado
Foto: O autor



Fig. 70: Almofada feita com algodão colorido com acabamento em fuxico e crochê
Foto: O autor

A inserção de adereços do artesanato regional nos produtos do vestuário é realizada por cooperativas e associações de artesãos, artesãos organizados em clubes de mães e artesãos independentes. A remuneração dos artesãos pelo acabamento artesanal das peças é feito por produção, paga em real ou centavos de real/peça. Por exemplo, para a elaboração artesanal de uma varanda de rede de dormir era pago, em 2008, a quantia de R\$ 10,00. Quem define o valor/peça é a cooperativa e nessa definição “os artesãos têm pouco poder de barganha e acabam tendo que adequar seus preços às exigências do mercado” (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, 2006, p. 20), ou melhor, às exigências da COOPNATURAL.

Por isso, a definição do valor do trabalho de acabamento artesanal por peça é, muitas vezes, permeada por conflitos. Segundo nos informou uma artesã de Campina Grande⁹⁰, “o artesão que entra nessa relação só sai se for trabalhar em outra atividade”. Em seguida, ela narrou um fato que ocorreu com um artesão do Bairro das Malvinas, nesta cidade:

Ele não aceitou o preço definido pela COOPNATURAL e deixou de produzir para ela. Tentou desenvolver sua produção própria, mas a cooperativa fechou todos os acessos ao tecido e aos mercados. Sem poder produzir de maneira independente da cooperativa, hoje ele tira seu sustento vendendo din-din no bairro. (ARTESÃ DE CAMPINA GRANDE)

Em 2009, mais de 400 pessoas, em vários municípios da Paraíba, estavam envolvidas na etapa de inserção do artesanato nas peças do vestuário da COOPNATURAL (TEXEIRA, 2010).

⁹⁰ Em entrevista realizada pelo autor, em Campina Grande-PB, em 24/01/2008.

A referida cooperativa organiza a divisão territorial do acabamento artesanal das suas peças do vestuário ou para produzir acessórios e brinquedos, aproveitando a especialização do artesanato de cada lugar inserido no seu circuito espacial de produção. Dessa forma, só para nos atermos a dois exemplos, o município de Esperança exerce, pela tradição das produtoras de bonecas de pano do Sítio Riacho Fundo, a função de produzir bonecas de pano do algodão colorido; os municípios de Esperança, Areal e Picuí, através das suas Associações de Crocheteiras, realizam o acabamento das peças com o crochê, entre outros exemplo.

A COOPNATURAL distribui as funções de acabamento artesanal das suas peças nos seguintes lugares do Estado: Patos, Santa Helena e São João do Rio do Peixe, no Sertão; Sumé, no Cariri; Campina Grande, Esperança (brinquedos e crochê), Alagoa Nova, Areal (crochê), Distrito de Galante (bordados), Araruna, no Agreste; Picuí (crochê), na Borborema, entre outros. **(ver mapa 05, p. 275)**

Geralmente, os artesãos recebem cursos de *design* de artesanato, ministrados por designers do SEBRAE e da AMDE, para produzir um artesanato mais atrativo para o mercado. Os artesãos, para realizar a etapa de agregação de adereços artesanais ou produzir acessórios e brinquedos, recebem a matéria-prima (fios e restos de tecidos do algodão colorido), os desenhos que devem produzir nas peças. A cooperativa estipula o tempo de realização do trabalho e da devolução das peças.

Depois da realização de todas as etapas do ciclo de produção, as confecções são transferidas da manufatura [e do acabamento artesanal, caso tenham passado por esse processo] para a armazenagem na sede da COOPNATURAL, onde é feito o controle de qualidade por amostragem, a partir do atendimento das especificidades de qualidade definidas e as peças são aprovadas ou não para a comercialização e a entrega (FARIAS e RAMOS, op. cit., p. 28).

Segundo a COOPNATURAL (2009), sua atuação tem gerado um total de 850 postos de trabalho diretos e indiretos. Seus trabalhadores diretos atuam na produção (corte das confecções, por exemplo), na gerência da produção, no acabamento artesanal das confecções, nos transportes etc.

De forma semelhante à estrutura organizacional da COOPNATURAL, a produção de têxteis e confecções do algodão colorido tem sido realizada por outra cooperativa chamada *Natural Cotton Color*, formada por nove micro e pequenas empresas de João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande e Gurinhém **(ver mapa 05, p. 275)**.

Esta cooperativa foi criada em 2005 tanto para fortalecer as empresas cooperadas para enfrentar a competitividade dos mercados quanto fortalecer as firmas que já produziam

confeções do algodão colorido de forma individual para competir com a COOPNATURAL na produção de têxteis e confeções desse algodão na Paraíba.

Como a pioneira cooperativa de Campina Grande, a *Natural Cotton Color* fez do algodão colorido e do artesanato regional o diferencial competitivo e a especialização produtiva das suas confeções, com o objetivo de conquistar nichos de mercados contemporâneos, formados com a emergência e a mercantilização da questão ecológica e das políticas de identidade.

Em 2009, as nove empresas cooperadas produziram, em média, 24.000 peças de algodão colorido, com uma média de 2.000 por mês. Cada empresa cooperada tem, em média, 12 funcionários, o que representa um total médio de 108 empregos diretos gerados. A maioria desses funcionários é composta por costureiras, que recebem um salário médio de R\$ 530,00 por mês (TEIXEIRA, 2010).

A *Natural Cotton Color* também recorre ao trabalho terceirizado de artesãos para colorar adereços do artesanato regional em suas peças do vestuário e para produzir acessórios como calçados, colares, brincos etc. O acabamento artesanal mais usado por essa cooperativa corresponde à agregação de renda, bordados, crochê, varandas, frivolidé etc. nas peças. A mesma, para realizar esta etapa de elaboração dos seus produtos, procura estabelecer relações com os lugares e seus agentes sociais que dispõem dessas especialidades. Assim, seguindo esta estratégia, os lugares eleitos por disporem de agentes sociais que detêm habilidades artesanais são: Santa Rita (bordados), na Zona da Mata; Monteiro e Zabelê (renda renascença), no Cariri; Cacimba de Dentro e Gurinhém (varanda de redes), no Agreste (**ver mapa 05, p. 275**); Pesqueira e Orobó (frivolidé), no Estado de Pernambuco.

Uma das empresas que formam essa cooperativa, a Francisca Vieira, tem utilizado, nas ações de incorporação de adereços artesanais em suas peças, o trabalho de 40 presidiárias do Presídio Feminino do Bom Pastor, de João Pessoa (FARIAS e SÁ, 2007, p. 366). Esta empresa cooperada expressa perfeitamente a organização da divisão territorial da produção artesanal usada nas peças de acordo com a especialização produtiva do artesanato dos lugares. Assim, além do trabalho das presidiárias do Bom Pastor, usa, no trabalho do acabamento artesanal das suas peças, “o trabalho de 60 rendeiras de Monteiro e Zabelê, no Cariri; de 30 bordadeiras da periferia de Santa Rita, na mesorregião da Mata; e de 40 produtores de frivolidé de Pesqueira e Orobó, no Estado de Pernambuco” (TEIXEIRA, 2010).

A *Natural Cotton Color* também paga o trabalho dos artesãos por produção, ou seja, é definido um preço em real ou centavos de real para cada peça individualmente. No total, mais de 200 artesãos cooperados, associados ou individuais realizam o trabalho de acabamento

artesanal das confecções ou produzem acessórios do algodão colorido para a referida cooperativa (TEIXEIRA, 2010).

Os artesãos, inclusive os encarcerados, recebem treinamento para inserir o *design* no artesanato, portanto, passam por um treinamento para produzir um artesanato que apresente valor para o mercado. Os mesmos recebem a matéria-prima, principalmente os fios, os desenhos e as peças da cooperativa e, no tempo determinado por ela, devolvem-lhe as confecções com os adereços artesanais nelas fixados.

Como colocado diversas vezes neste texto, o artesanato se constitui em uma das formas⁹¹ utilizada pelas duas cooperativas para reforçar a “diferencial marginal” ou realizar a “laminagem de ouro” das peças, especialmente do vestuário. Estas peças são produzidas seguindo os padrões e formas ditados pela moda em cada estação, ou seja, na mesma plataforma comum na qual são produzidas as roupas com o algodão comum ou qualquer outro tipo de tecido e malharia. A agregação do artesanato regional se constitui como um dos marcadores das suas diferenças perante outros produtos confeccionados, com o claro objetivo de atrair os consumidores de alteridades.

Conforme discutimos na quinta seção deste estudo, a apropriação do artesanato tem sido uma tendência da indústria da moda em sua versão aberta, flexível e contemporânea.

A incorporação do artesanato nas peças do algodão colorido se encaixa e se coaduna com as maneiras atuais de se consumir moda. Na concretude do presente, o consumidor adquire um produto da moda não com a intenção exclusiva de enfatizar sua distinção social perante o outro; ele também quer realçar os seus gostos, comportamentos, valores e preferências. Nesse contexto, os produtos de fibras naturais e etnizados, como os do algodão colorido, chamam a atenção porque paradoxalmente ao avanço da globalização homogeneizadora, cresce, também, um verdadeiro fascínio pelas diferenças. Esse fascínio se traduz, muitas vezes, no consumo das diferenças culturais do outro, portadas pelos produtos, especialmente do vestuário. E entre essas diferenças, está a diversidade do artesanato dos povos e lugares.

Por outro lado, a estratégia da COOPNATURAL e da Natural *Cotton Color* em agregar o artesanato regional como elemento de diferenciação marginal das suas peças, com a intenção de torná-las atrativas para os consumidores de alteridades, releva que

O capitalismo engendra os seus próprios mecanismos para a produção social da diferença, mas também se utiliza de elementos alheios. As peças de

⁹¹ Como já afirmamos, a outra é a própria fibra naturalmente colorida do algodão.

artesanato podem colaborar nessa revitalização do consumo, já que introduzem na produção em série industrial e urbana – com um custo baixíssimo – desenhos originais. Uma certa variedade e imperfeição, que, por sua vez, permitem que se possa diferenciá-las e estabelecer relações simbólicas com modos de vida mais simples, com uma natureza nostálgica ou com índios artesãos que representam essa proximidade perdida (CANCLINI, 1983, op. 65).

Existem, contudo, algumas diferenças entre essa realidade descrita por Canclini e a relação entre o artesanato e o capitalismo, representado pelas cooperativas de empresas que produzem têxteis e confecções no circuito espacial de produção dos algodões de cor e seus derivados da Paraíba. O artesanato, embora sirva para revitalizar o consumo, principalmente em um contexto marcado por consumidores cansados de produtos homogeneizados, não é introduzido em uma típica produção serial e em massa para o consumo de massa. Embora as confecções do algodão colorido sejam produzidas na mesma plataforma comum (modelos das roupas) ditadas pela moda, em cada estação, e usadas para se fabricar confecções com outras fibras, trata-se de uma pequena, diferenciada e diversificada produção de pequenos lotes de roupas femininas, masculinas e infantis.

Por outro lado, quem são esses artesãos e como podemos caracterizar o artesanato produzido por eles nas peças do vestuário elaboradas com o algodão colorido nas cooperativas que os produzem na Paraíba?

Os artesãos não vivem em comunidades tradicionais. Muitos deles vivem em realidades urbanas bem complexas, a exemplo de Campina Grande e da Região Metropolitana de João Pessoa. Desse modo, quando o consumidor adquire as confecções com adereços artesanais não está estabelecendo relações simbólicas com o modo de vida ou gêneros de vida simples dos artesãos que elaboraram os adereços.

Muitos artesãos foram treinados para se constituírem como tal em cursos de *design* do artesanato realizados por instituições como o SEBRAE, e, assim, dispor de uma alternativa de renda que supere a sua condição de desempregado. O melhor exemplo da invenção de artesanato em cursos de formação, neste caso ministrado por uma ONG, é o das detentas do Presídio Bom Pastor, em João Pessoa, que foram treinadas e muitas aprenderam o ofício de bordadeiras em cursos ministrados na prisão.

Exceto as habilidades e alguns instrumentos manuais, o artesão não é proprietário do produto em que faz acabamento, não prepara e nem é dono da matéria-prima que usa para fazê-lo, não escolhe os desenhos que agrega às peças, não controla o tempo de execução de sua arte, não define o padrão de qualidade da sua produção, não vende a sua produção em

feiras ou a atravessadores tradicionais, entre outros. Aliás, em muitos casos, os desenhos são produzidos por *designers*, com o intuito de evitar imperfeições do artesanato e torná-lo mercadologicamente mais valorizado, e o que resta ao artesão é reproduzi-los, com perfeição, nas roupas, sob o controle de qualidade de quem os projetou. Assim sendo, a arte de fazer artesanato deixa de ser uma tradição transmitida de uma geração a outra no seio de uma família ou comunidade e passa a ser uma inovação produzida através de princípios racionalizantes do *design*. Nestes termos, o artesanato deixa de ter valor de uso para o artesão e passa a ser uma mercadoria com valor de troca, mal paga e com os insumos, processos e tempo de produção controlados pelo mercado (os compradores do artesanato e os técnicos que impõem a racionalização ao artesanato em seu nome).

No circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados da Paraíba, a racionalização do artesanato tem sido imposta aos artesãos pelo SEBRAE e pela AMDE, com o objetivo de enquadrá-los aos parâmetros do mercado e, ao mesmo tempo, criar emprego e renda para uma população desempregada. De acordo com Lourido (2005), em muitos lugares do Brasil, políticas públicas, ações da iniciativa privada e do terceiro setor têm sido levadas a cabo, com o intuito de transformar a produção artesanal em uma alternativa para trabalhadores alijados do mercado de trabalho pelo desemprego estrutural. Nessas circunstâncias, a imposição da racionalidade do *design* ao artesanato o transforma em um produto do período/meio técnico-científico-informacional, uma vez que já não é, exclusivamente, produto do saber tradicional dos seus produtores, mas inovação resultante do saber científico de *designers*. Harvey (1998) enfatiza o renascimento ou florescimento de estruturas produtivas baseadas na produção artesanal, não como um apêndice do capitalismo, mas como parte do seu funcionamento na atual contextura do seu regime de acumulação flexível.

Mesmo assim, como o artesanato dos índios Tarascos do México portam a identidade tarasca para o consumidor mexicano e a identidade mexicana para o consumidor estrangeiro, notadamente o estadunidense, como analisado por Canclini (op. cit.), a inserção no artesanato nas peças do algodão colorido tem a função simbólica de marcar sua identidade nordestina ou paraibana, ou brasileira, quando o consumidor de alteridades é, respectivamente, brasileiro ou estrangeiro.

Entretanto, a produção de têxteis e confecções do algodão colorido, embora seja dominada pelas cooperativas de empresas, notadamente pela COOPNATURAL, também é realizada por firmas independentes ou sujeitos sociais em estruturas de trabalho domésticas. Não existem dados que esclareçam a quantidade dessas empresas e agentes atuando no

circuito, embora se presencie as suas atuações em João Pessoa, Patos, Campina Grande, Boqueirão, Gurinhém, São Bento etc. Em função disso, decidimos analisar esta atuação a partir de alguns exemplos ou casos concretos que visitamos em nossa pesquisa de campo.

Um desses exemplos é o da empresa Redes Santa Luzia, que tem suas mediações espaciais de produção localizadas em São Bento, no Sertão paraibano (**ver mapa 05, p. 275**). Essa empresa é a maior produtora paraibana de redes de dormir confeccionadas com fios do algodão convencional branco, além de produzir, com este algodão, outros produtos como colchas, mantas, cobertores, tapetes, xales, capas de almofada etc. Em 2007, a referida empresa, valendo-se do seu poder e visão de mercado, e das suas estruturas físicas de produção, também revolveu explorar os nichos de mercado nascidos com a globalização da questão e das subjetividades ecológicas. Para isso, passou a produzir produtos do algodão colorido.

Em 2008, quando visitamos as instalações de produção dessa empresa, constatamos que a mesma produzia pequenos lotes de têxteis do algodão colorido, tais como: colchas, mantas, redes, tapetes, xales, capas de almofada etc.

Essa empresa, para realizar a produção dos seus têxteis, estabelece acordo com o produtor/arrendatário que produz o algodão colorido no Sítio União, em São Bento, para produzir as variedades BRS Verde e BRS Safira exclusivamente para ela. Posteriormente, contrata os serviços da CAMPAL, em Patos, para realizar o beneficiamento do algodão. Em outro momento da produção, contrata os serviços da Empresa Fio Campo, em Alhandra, para produzir os fios que utiliza no processo de fabricação dos seus produtos derivados do algodão colorido.

Os fios são transportados em seus veículos para suas instalações em São Bento, onde começa todas as etapas da transformação deles nos produtos têxteis do algodão colorido. Para isso, as máquinas e equipamentos elétricos, típicos da indústria têxtil do período/meio técnico, devem ser limpos rigorosamente, procurando-se evitar a mistura com os resíduos do processo produtivo dos produtos confeccionados com o algodão comum branco. A preparação e a tecelagem dos fios do algodão colorido e, conseqüentemente, a produção das mantas, redes, colchas, tapetes, xales e capas de almofadas, entre outros, são realizadas pela força de trabalho formal da empresa. A etapa de elaboração das varandas e punhos das redes é realizada por trabalhadores terceirizados, que a realizam em seus espaços domiciliares. Essa etapa do processo produtivo também é realizada por 5 presidiários do sistema carcerário da

cidade. O total da produção não foi divulgado pelo dono da empresa, segundo ele, por questões de proteção dos seus mercados de consumo⁹².

Outra empresa individual que atua na produção e na comercialização de têxteis do algodão colorido é a fábrica/loja Terra do Sol, do município de Gurinhém (**ver mapa 05, p. 275**). Essa empresa possui a fábrica no referido município e a loja em João Pessoa. Inquirida sobre o porquê de se produzir e vender confecções do algodão colorido, a gerente da loja, em João Pessoa, respondeu que “segue a tendência do mercado, ou seja, a valorização, pelo consumidor, de produtos adquiridos em processos produtivos ecologicamente corretos e que trazem a especificidade da cultura local como marca⁹³”. Segundo ela, “esses atributos do produto do algodão colorido é o que mais chama a atenção dos turistas”. Essa empresa, segundo a sua gerente, atua no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados, desde o início, ou seja, desde o ano 2000. No referido circuito, ela produz e comercializa produtos de decoração como redes, capas de almofada, colchas, tapetes, mantas etc. Para isso, compra o fio na Limoeiro Malhas, em Campina Grande, e o transforma, através de processos mecânicos de tecelagem, nos referidos produtos.

A Galante Art Decó constitui-se em mais uma empresa que atua de forma individual no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados da Paraíba. Essa empresa tem suas localizações de produção no Distrito de Galante, Município de Campina Grande (**ver mapa 05, p. 275**). Ela começou a produzir produtos têxteis do algodão colorido em 2005. Segundo informações colhidas junto ao seu proprietário⁹⁴, sua inserção nessa produção se deve à experiência que já possuía como empregado do setor têxtil em Campina Grande. Sua empresa produz redes, mantas, colchas, tapetes, passadeiras, capas de almofada etc., com este tipo de algodão. Para realizar a produção desses produtos, adquire os fios na Fio Campo (Alhandra) e na Limoeiro Malhas (Campina Grande). Segundo nos informou o proprietário, a Galante Art Decó produz, em média, 3.000 peças por ano. A produção é intermediada pelo uso de dois teares mecânicos e as relações de trabalho envolvem uma combinação dos trabalhos familiar e por produção. O proprietário e um irmão realizam as funções de tecelagem das peças. Neste processo, também estão incluídos alguns trabalhadores, que recebem por produção. O acabamento artesanal das peças, com bordados ou renda macramé, e a feitura dos punhos e das varandas das redes, são ações realizados através do trabalho

⁹² Todas essas informações foram fornecidas pelo proprietário da Redes Santa Luzia, ao autor, em entrevista realizada em São Bento, no dia 17 de janeiro de 2008.

⁹³ Em entrevista realizada, pelo autor, em João Pessoa, no dia 24/01/2008.

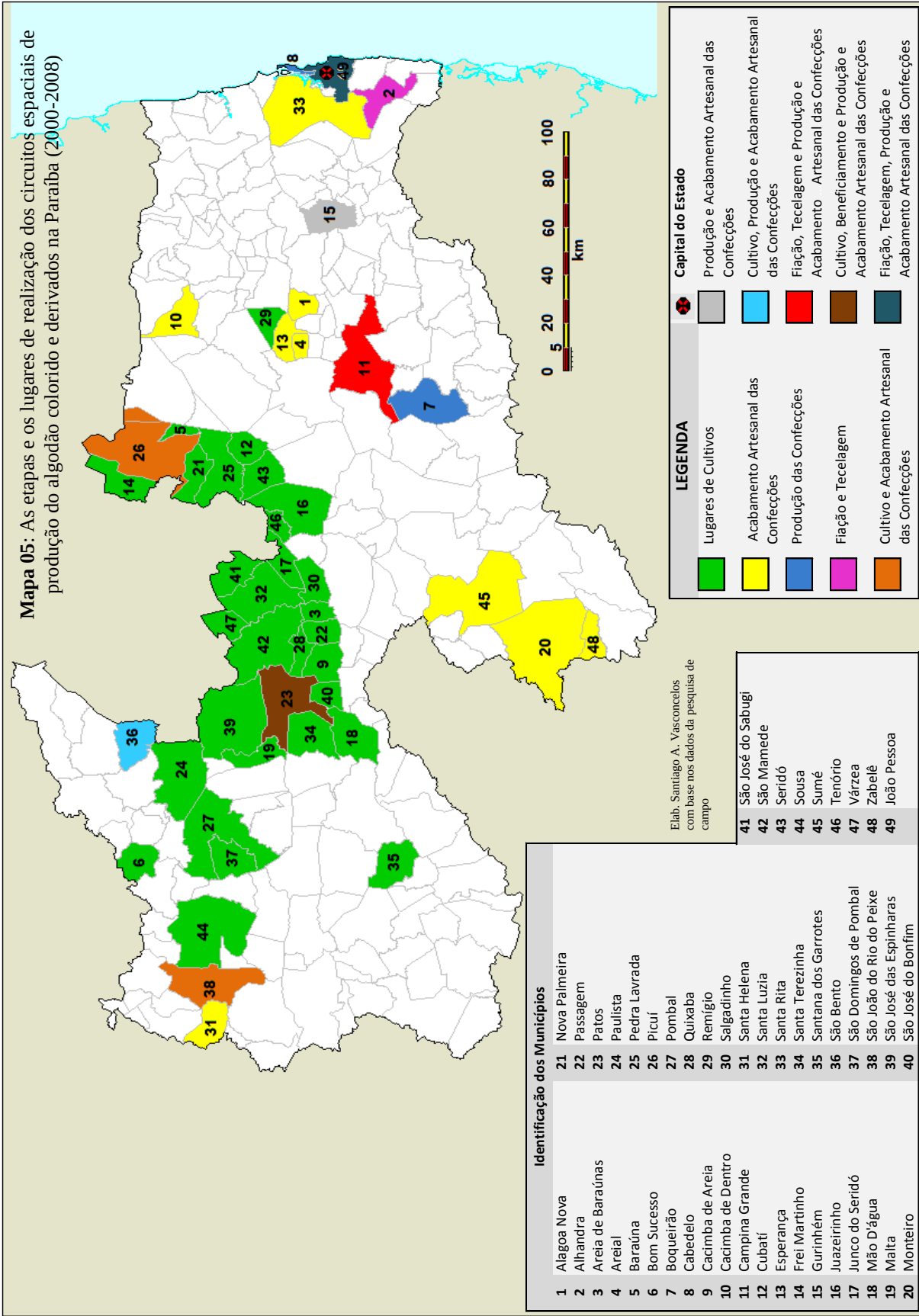
⁹⁴ Em entrevista realizada pelo autor, em João Pessoa, durante a realização do Salão do Artesanato Paraibano, no dia 24 de janeiro de 2008.

terceirizado de artesãs do Distrito de Galante, que recebem por produção pelo trabalho realizado. A empresa conta com um total de seis funcionários, incluindo os que atuam na produção e no acabamento artesanal das peças.

Quanto às unidades domésticas de produção de derivados do algodão colorido baseadas no trabalho familiar, encontramos uma pequena unidade no Bairro da Liberdade, em Campina Grande. A produtora nos informou que começou a produzir produtos com o algodão colorido por iniciativa própria⁹⁵. Para realizar a sua produção, ela compra os tecidos do algodão colorido na Limoeiro Malhas (Campina Grande) e na Novitex (João Pessoa). Com os tecidos e fios desse algodão, produz bonecas, bichinhos e lembrancinhas. Realiza a sua produção no próprio espaço domiciliar e, para isso, usa uma máquina de costura comum. A produtora e sua filha executam todas as etapas do processo produtivo, ou seja, projetam o produto, elaboram seus moldes, cortam os tecidos de acordo com os moldes, costuram e fazem o enchimento das bonecas e dos bichinhos. Os aviamentos complementares são adquiridos no comércio de Campina Grande e as etiquetas com a marca dos seus produtos (algodão natural) são encomendadas em serigrafias desta mesma cidade. Conforme nos relatou, “produzir e vender artesanato do algodão colorido é financeiramente muito compensador, os produtos são muito apreciados por turistas”.

⁹⁵ Em entrevistas que realizamos em Campina Grande, no mês de fevereiro de 2008.

Mapa 05: As etapas e os lugares de realização dos circuitos espaciais de produção do algodão colorido e derivados na Paraíba (2000-2008)



Apesar de ser financeiramente compensador produzir e vender produtos confeccionados do algodão colorido, micro empresas, como a Galante Art Decó, e estruturas produtivas domésticas baseadas no trabalho familiar, como a que visitamos em Campina Grande, enfrentam sérios problemas para adquirir a matéria-prima (tecidos e fios do algodão colorido). Isto fica bastante claro nas falas dos seus proprietários,

Apesar de ser compensadora financeiramente, nossa produção enfrenta algumas dificuldades e o maior problema é a falta da matéria-prima.
(PRODUTORA EM UNIDADE DOMÉSTICA DE CAMPINA GRANDE)

É muito difícil adquirir a matéria-prima. Por isso, vou plantar o algodão que preciso. Pretendo arrendar uma propriedade para plantar de 10 a 15 hectares, na qual quero colher 15 toneladas em caroço que pode render 10 toneladas de pluma. Como não tenho instalações para beneficiar e fiar o algodão, espero trocar essa produção pelo fio pronto com fiadoras do Estado
(PROPRIETÁRIO DA GALANTE ARTE DECÓ)

A que ou a quem atribuir essas dificuldades ao acesso à matéria-prima básica por parte desses agentes? As cooperativas, como a COOPNATURAL, e empresas, como a Redes Santa Luzia, costumam encomendar a quantidade do algodão que precisam, adquiri-lo diretamente do produtor ou produzi-lo. As encomendas ou aquisição do algodão em caroço são realizadas diretamente por elas, caso da Redes Santa Luzia, intermediadas por comerciantes de algodão e de fios, pela beneficiadora (a CAMPAL) ou, pela atuação conjunta de ambos, ou ainda, pode ser diretamente cultivado pela produtora das confecções, que paga o beneficiamento, a fiação e a tecelagem, a exemplo da COOPNATURAL. Nesse sentido, como já analisamos em páginas anteriores, as tecelagens fiam e tecem o algodão colorido que pertencem às cooperativas ou empresas independentes, ou seja, são contratadas para realizar essas funções, portanto, não são proprietárias dos fios e tecidos que produzem. Por outra parte, as tecelagens que dispõem de produção própria atendem, primeiro, às demandas de consumo das empresas com maior poder de barganha. Assim, os pequenos negócios independentes têm dificuldades para dispor dos fios e tecidos e, conseqüentemente, realizar a produção dos derivados do algodão colorido.

Entretanto, consonante a Santos,

(...) Não basta produzir muito. Uma vez que a área de mercado tem tendências a ampliar-se e estender-se a todo o território da nação, ou, mesmo, para além dele, é indispensável transformar as massas produzidas em fluxos, para reaver o dinheiro investido e reiniciar o ciclo produtivo.

Quem o fizer mais rapidamente, terá condições para tornar-se o mais forte.
(SANTOS, 1997b, p. 62-63)

Assim, se o sentido da realização mercadológica de toda produção é a sua transformação em fluxos, resta-nos agora tentar esboçar como estes diferentes agentes sociais distribuem ou comercializam a produção dos confeccionados do algodão colorido. Em outras palavras, como o produto confeccionado com o algodão colorido (as massas produzidas) é transformado em mercadoria ou capital dinheiro para reaver o capital investido e reiniciar o ciclo produtivo.

A COOPNATURAL transforma os seus produtos em mercadoria ou capital-dinheiro através da adoção de vários sistemas de venda: lojas ancoradas, representantes comerciais, feiras e eventos, e o sistema *private label*.

As lojas ancoradas são pontos de venda onde os produtos do algodão colorido são vendidos diretamente ao consumidor. Tratam-se de “lojas que vendem exclusivamente os produtos da marca natural *fashion*, pertencente à cooperativa, ou lojas multimarcas, que vendem produtos afins” (FARIAS e RAMOS, 2009, p. 29). Situam-se, geralmente, em espaços de *Shoppings Centers* (**ver figura 71**) dos pontos fortes da rede urbana brasileira, em lugares brasileiros de forte atratividade turística, ou no exterior. “Em 2005, a referida cooperativa contava com 60 lojas ancoradas, 59 localizadas no Brasil e uma em Portugal” (DUARTE, 2006, p. 10), destas, “cerca de 35 vendiam exclusivamente ou semi-exclusivamente a marca *natural fashion*” (FARIAS e RAMOS, op. cit., p. 29). Ainda de acordo com os referidos autores (op. cit., p. 28), algumas dessas lojas pertencem a cooperados que já realizavam a venda em varejo de suas linhas próprias ou a cooperados que decidiram abrir uma loja para revender os produtos da cooperativa. Esses tipos de lojas predominam na região Nordeste e a venda das confecções é feita pela cooperativa diretamente para elas. Em 2005, a comercialização direta entre a cooperativa e as lojas ancoradas “foi responsável por 60% do volume total das vendas” (DUARTE, 2006, p. 10).



Fig. 71: Confeções do algodão colorido expostas na vitrine da loja Dona Terra no Shopping Center Boulevard – Campina Grande – PB
Foto: O autor

A venda realizada por representantes comerciais ocorre quando as lojas estão localizadas distantes de Campina Grande, onde se localiza a sede da cooperativa. Os representantes comerciais atuam principalmente no Centro-Sul e são responsáveis pela venda para lojas do Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo e, quando realizam as vendas, enviam as solicitações por intermédio de e-mails para a cooperativa. Esta possui dois representantes comerciais atuando na referida região (FARIAS e RAMOS, op. cit., p. 29). Segundo Duarte (op. cit., p. 10), em 2005, os representantes comerciais foram responsáveis por 25% do total das vendas da cooperativa (**ver mapa 06, p. 281**).

As feiras e os eventos, notadamente os grandes eventos nacionais e internacionais da moda correspondem à outra estratégia utilizada pela COOPNATURAL para comercializar a sua produção. A referida cooperativa participa de mais de 31 feiras internacionais por ano, afora eventos nacionais importantes, como a São Paulo *Fashion Week* e a Rio *Fashion*. A participação nesses eventos possibilita a venda dos seus produtos no mercado externo, que, em 2005, respondia por 10% do total das suas vendas (FARIAS e RAMOS, 2009, p. 29-30). Ela, atualmente, exporta seus produtos para a Suécia, Estados Unidos, Chile, Inglaterra, França, Itália, Espanha, Alemanha, Dinamarca, Portugal, Coreia do Sul, Japão, Taiwan e Austrália (COOPNATURAL, 2009) (**ver mapa 07, p. 282**). Em 2005, as feiras e eventos responderam por 10% do volume total de vendas da cooperativa (DUARTE, op. cit., p. 10).

Finalmente, outra forma usada pela COOPNATURAL para a comercialização dos seus produtos corresponde ao sistema *private label*, “forma em que os produtos são entregues com as etiquetas dos compradores” (DUARTE, op. cit., p. 10). Segundo essa autora (op. cit.), em 2005, esse sistema respondeu por 5% do total de vendas da cooperativa. A participação percentual das diferentes formas de comercialização da produção dessa estrutura cooperada de empresas pode ser visualizada no gráfico abaixo.

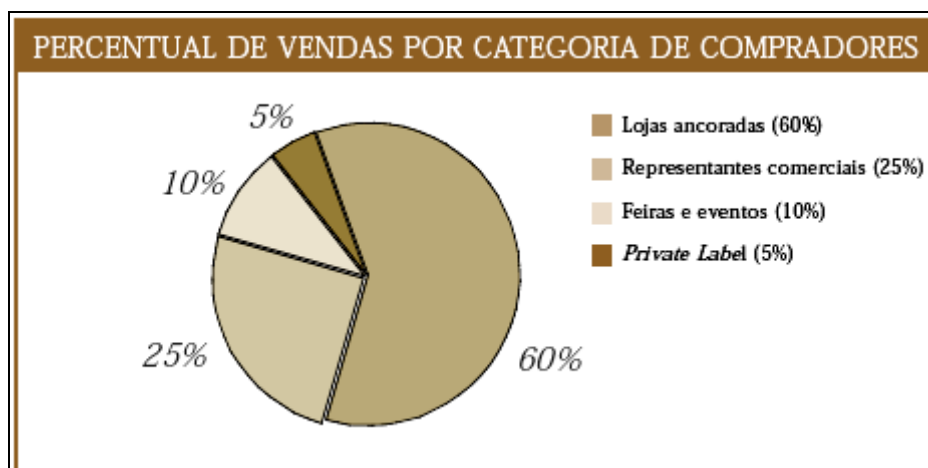


Gráfico 03: Percentual da participação das formas de comercialização no total de vendas da COOPNATURAL.
Fonte: COOPNATURAL (*apud* DUARTE, 2006, p. 10).

Segundo Duarte (op. cit., p. 12), em 2004, o faturamento da COOPNATURAL foi de R\$ 519.340,51. No ano seguinte subiu para R\$ 1.052.698,88. O crescimento entre um ano e outro foi de 102%. Estes números podem ser visualizados na tabela abaixo.

FATURAMENTO MENSAL – COOPNATURAL 2004/2005		
Mês	2004	2005
Janeiro	R\$ 18.983,08	R\$ 78.019,73
Fevereiro	R\$ 6.129,57	R\$ 81.938,03
Março	R\$ 20.875,22	R\$ 42.151,60
Abril	R\$ 93.757,27	R\$ 54.740,21
Maior	R\$ 62.811,62	R\$ 76.097,65
Junho	R\$ 32.559,95	R\$ 89.216,85
Julho	R\$ 63.767,68	R\$ 84.814,54
Agosto	R\$ 47.009,03	R\$ 81.502,27
Setembro	R\$ 26.264,98	R\$ 105.900,47
Outubro	R\$ 33.959,96	R\$ 99.238,77
Novembro	R\$ 31.192,40	R\$ 145.364,39
Dezembro	R\$ 82.029,75	R\$ 113.714,37
TOTAL	R\$ 519.340,51	R\$ 1.052.698,88

Tabela 02: Faturamento mensal e anual da COOPNATURAL 2004/2005.
Fonte: COOPNATURAL (*apud* DUARTE, 2006 p. 12).

A Natural Cotton Color também tem nos lugares brasileiros os principais destinos da sua produção. Entre estes lugares se destacam como compradores da sua produção os principais centros urbanos e os mais consumidos pelos turistas na região Nordeste. A cooperativa também comercializa a sua produção através de representantes comerciais e de feiras para logistas do Centro-Sul (**ver mapa 06, p. 281**). Os pedidos de mercadoria feitos pelos logistas dessa região aos representantes comerciais são enviados para a cooperativa por meio da internet. As vendas para o mercado externo representam apenas 10% do total. Os principais destinos da sua produção no mercado externo são o Japão, a Espanha, Portugal, Suécia e Inglaterra (**ver mapa 07, p. 282**). Em 2009, “o faturamento anual com a transformação dos seus produtos em mercadoria foi de R\$ 20.000,00 por mês” (TEIXEIRA, 2010).

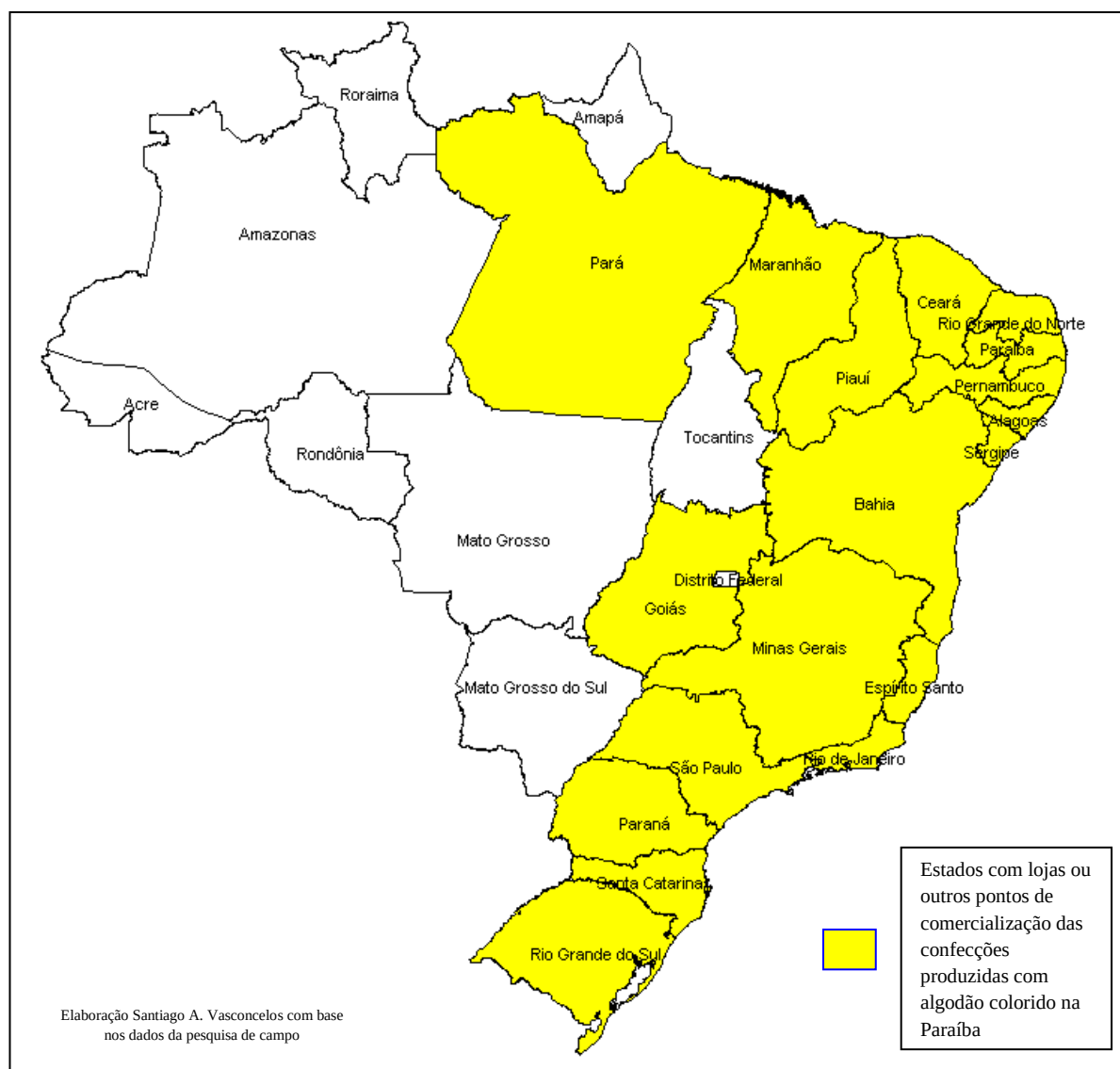
A Redes Santa Luzia comercializa suas colchas, mantas, redes, tapetes, xales e capas de almofada tanto no mercado interno quanto no externo. No mercado brasileiro, as suas vendas são realizadas nas seis lojas de fábrica que a empresa possui na região Nordeste, sendo 3 em João Pessoa, 2 em Natal e uma em Fortaleza (**ver mapa 06, p. 281**). Portanto, a produção dessa empresa é destinada unicamente para a comercialização em suas próprias lojas. Nelas, os produtos do algodão colorido são comercializados juntamente com os produtos semelhantes produzidos com o algodão convencional branco. O deslocamento dos produtos da fábrica, em São Bento, até as lojas é realizado através do sistema de circulação rodoviário, em caminhões da própria empresa. Os mercados externos de destino de parte das suas peças do algodão colorido se localizam nos EUA, Finlândia, Suíça, Espanha e Portugal (**ver mapa 07, p. 282**).

A Terra do Sol comercializa a sua produção em todo o Brasil, mas seu principal mercado é o Centro-Sul, região na qual a empresa possui representantes comerciais que fazem as vendas aos logistas e enviam os pedidos por meio da internet para a empresa produtora. Contudo, a maior parte da comercialização da produção dessa empresa é feita em feiras do gênero, que se constituem em locais de contato com os clientes. No Nordeste, ela vende diretamente ao logista e o principal destino da sua produção é a cidade de Recife (**ver mapa 06, p. 281**). Dispõe de uma loja de fábrica em João Pessoa, na qual o período em que as vendas realizadas diretamente para o consumidor são mais intensas é o começo do ano, que corresponde ao período de férias e de veraneio, em que a cidade recebe muitos turistas.

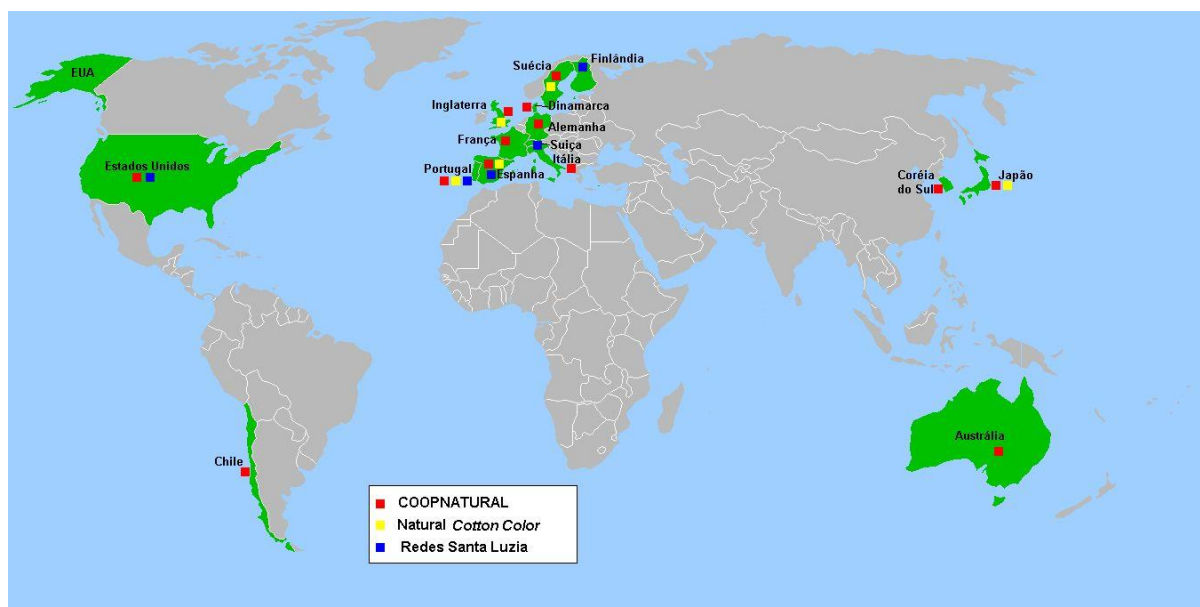
A Galante Art Decó vende diretamente para lojistas de Recife, João Pessoa e Natal; enquanto que a produção de bichinhos, bonecas e lembrancinhas realizada na forma de produção domiciliar, com base do trabalho familiar, como observamos em Campina Grande,

realiza-se como mercadoria em lojas de Caruaru, Recife, Brasília, Maceió e João Pessoa (**ver mapa 06, p. 281**). No último caso, como a produção descolada é pequena, sua proprietária a transforma em fluxos através dos serviços de empresas como a Progreso, a Real e a Viação Nordeste, sendo o frete pago pelo comprador.

Para esses últimos produtores, que não podem participar de feiras e eventos nacionais e internacionais, o programa de estímulo ao artesanato do Governo do Estado da Paraíba é muito importante porque organiza eventos regionais, como as diversas versões dos salões do artesanato, principalmente durante as festas juninas em Campina Grande e o Fest Verão em João Pessoa, possibilitando-lhes entrar em contato com novos compradores.



Mapa 06: Estados brasileiros que dispõem de lojas que comercializam os confeccionados do algodão colorido produzidos na Paraíba



Mapa 07: Os mercados externos onde as confecções produzidas com o algodão colorido na Paraíba são comercializadas

Fonte: Elaboração Santiago Andrade Vasconcelos, com base em dados da pesquisa de campo

As peças do algodão colorido, pelo alto valor agregado que portam – o próprio tecido natural e o acabamento artesanal –, são vendidas a preços bem mais elevados que peças semelhantes feitas com as fibras do algodão comum ou com outro tipo de fibra, por isso, não são acessíveis a maioria dos consumidores paraibanos. A produção é destinada para nichos de consumidores formados por turistas e pessoas da classe média-alta do Brasil e do exterior. Este fato também foi observado por Picciotto e Shewchenko,

(...) os produtos de algodão colorido são destinados principalmente para turistas, para a classe média-alta e para a exportação, já que seus preços são relativamente altos. Dificilmente encontra-se em Campina Grande um morador que esteja vestindo algum destes produtos. (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, 2006, p. 10)

Desse modo, se são “as firmas mais poderosas [que] agem eficazmente sobre o território pelo fato de que podem mais rapidamente colocar a sua produção em pontos os mais distantes, num espaço de tempo menor e a um custo também mais reduzido” (SANTOS, 1997b, p. 63), no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados da Paraíba,

essa primazia é um usufruto, principalmente, da COOPNATURAL. Tal cooperativa de empresas possui as melhores condições para produzir, as melhores estruturas produtivas e a capacidade de colocar a sua produção em todo o território nacional e em territórios internacionais. Secundariamente, a Natural Cotton Collor e Redes Santa Luzia, em proporções menores, também possuem força e poder para fazer seus produtos circularem nas esclas nacional e internacional.

À guisa do exposto, a produção do algodão colorido e derivados na Paraíba traça circuitos de produção que envolvem diversos agentes e lugares internos e externos ao território estadual. Porém, essa compartimentação é soldada pelos fluxos de capitais, ordens, normas, mensagens, entre outros, que não são facilmente passíveis de descrição, uma vez que não se materializam no território, embora circulem usando redes e bases fixas montadas sobre ele, e que conformam os seus círculos de cooperação.

Para conformar esses círculos de cooperação entre os agentes públicos e privados mais poderosos do circuito, no início de 2005, começou a implantação da metodologia de trabalho chamada Gestão Estratégica Voltada para Resultados (GEOR), cujo objetivo é o de articular as etapas da produção do circuito espacial do algodão colorido e derivados em Arranjos Produtivos Locais (APL). Este método tem como fundamentos básicos a transparência, simplicidade e flexibilidade e reúne parceiros como a EMBRAPA, a EMATER, a AMDE, o SINDIVEST (Sindicato das Indústrias de Vestuário da Paraíba), o SENAI, a COOPNATURAL, a FIEP e o Governo do Estado em um sistema *on-line* que detalha, em um cronograma, as principais ações que devem ser tomadas por cada um deles para o melhoramento da cadeia produtiva. Assim, esses atores, intermediados pelas redes informacionais, emitem ordens e fazem circular normas e mensagens entre eles, com o intuito de organizar e controlar as atividades no circuito.

Cumprе destacar que, pelo perfil da sua estrutura de produção, o circuito do algodão colorido e derivados da Paraíba expressa a manifestação da flexibilização do produto, da produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções. Tal circuito apresenta, na sua constituição, redes de empresas organizadas em cooperativas, uma das forma de articulação de firmas em rede para enfrentar a competição nos mercados e que se difundiu com a passagem do regime de acumulação fordista para o da acumalação flexível. Além disso, nas formas de relação entre empresas e entre o capital e o trabalho se presencia a terceirização de funções entre firmas e o uso de trabalho terceirizado e subcontratado em algumas etapas de elaboração do produto final (acabamento artesanal das peças, por exemplo), respectivamente. Existem ainda, no circuito supracitado, formas artesanais e paternais de organização da

produção, que funcionam como parte do processo produtivo. Os produtores de confecções, com a intencionalidade de enfatizar a diferenciação dos produtos, incorporam o artesanato e adereços da cultura regional às suas peças. A produção manipula pequena e diferenciada quantidade de matéria-prima e se baseia numa gama diversificada de pequenos lotes de produtos, destinados a nichos de mercado de alto e médio poder aquisitivo. Essas, entre outras características, atorizam-nos a afirmar que o circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados da Paraíba corresponde a uma das manifestações espaciais do regime de acumulação flexível.

Por fim, afora a Paraíba, que se destaca como pioneira e principal produtora do algodão colorido e derivados no Brasil, outros Estados já aparecem também como produtores, evidenciando que não há mais o acordo entre segmentos de empresas têxteis e de confecções desse Estado e a EMBRAPA-Algodão, para que esse algodoeiro só seja cultivado em solo paraibano. Assim, o cultivo e a transformação de variedades coloridas de algodão em produtos manufaturados também ocorrem em Estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, entre outros. Neles, o cultivo do algodoeiro de cor é realizado em pequenas propriedades, através da agricultura familiar, para a produção de têxteis e confecções que trazem, também, como elemento de diferenciação marginal, adereços do artesanato de cada um desses Estados ou das regiões onde eles se inserem. Porém, inexistem dados que permitam estabelecer, com mais detalhes, as características geográficas desses circuitos produtivos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos demonstrar ao longo deste estudo, as condições históricas do presente funcionaram como os vetores que inseriram o algodão colorido e derivados nos circuitos da economia de mercado, transformando-os de produtos com valores de uso, como sempre representaram para os povos que lhes produziram ao longo da história, em mercadorias com valores de troca.

Entre os eventos do tempo presente que decretaram essa transformação está a passagem do regime de acumulação e do modo de regulação fordista/keynesiano para o da acumulação flexível/neoliberalismo, passagem essa autorizada pela constituição do meio técnico-científico-informacional que, ao ser acompanhada na ponta pela flexibilização do consumo, dos gostos, da moda, do vestuário etc., e por aprofundar a competição nos mercados globais de algodão branco, têxteis e confecções, criou possibilidades para a produção mercantil de pequenas quantidades desse algodão e dos seus manufaturados, e, conseqüentemente, a montagem ou reutilização de espaços para a realização da produção de suas economias de nicho ou de variedades, entre eles o paraibano, aqui objetivado.

Contudo, além dos eventos estruturais que marcaram as mudanças no paradigma produtivo do capitalismo, outros relacionados às mudanças na superestrutura ou psicosfera também contaram para realizar a mercantilização do algodão colorido e derivados. Tais eventos dizem respeito à crise das metaidentidades calcadas nas insígnias de classe e no nacionalismo e, conseqüentemente, ao advento de diversos movimentos identitários centrados nos mais diversos campos simbólicos – etnia, raça, gênero, geração, localismos, regionalismos, ambiental, entre outros. A emergência desses diversos movimentos identitários, conjunto de eventos simultâneos que marcou as mudanças culturais em processo desde o final dos anos de 1960, compôs uma psicosfera que, apropriada e mercantilizada pela indústria de têxteis e confecções, em um panorama de abertura e flexibilização da moda, portou outras possibilidades para a transformação do algodoeiro de cor e dos manufaturados com ele produzidos em mercadorias com valores de troca. Como mostramos, esse algodão, por ser naturalmente colorido e não necessitar de corantes artificiais nos processos de transformação da suas fibras em produtos manufaturados, tornou-se atrativo para os consumidores que se identificam com a causa ambiental, que consomem os seus derivados porque expressam o caráter rústico da identidade do paraibano ou do brasileiro, caso o

consumo se realize no espaço nacional ou no internacional, respectivamente, ou para estarem em consonância com a moda do seu tempo. Por outro lado, as confecções paraibanas que o utilizam como matéria-prima básica para a elaboração da suas peças agregam a elas elementos da cultural regional nordestina e paraibana, ou enfatizam a sua identidade telúrica com o Nordeste e a Paraíba para atrair os consumidores que guardam verdadeiro fascínio pelos produtos etnizados, uma vez que, paradoxalmente à tendência homogeneizadora da globalização, cresce, por outro lado, em todo o mundo, o fascínio pelas diferenças, o qual também leva ao consumo de produtos que trazem a alteridade simbólica ou material do outro na sua constituição.

No caso da produção paraibana de algodão colorido e derivados, além dos eventos relacionados às mudanças estruturais e superestruturais que marcaram a passagem do fordismo/keynesianismo à acumulação flexível/neoliberalismo, e às superestruturais que anteciparam ou acompanharam essas mudanças, contaram outros eventos que guardam íntimas relações com a dinâmica interna da cotonicultura e da indústria de têxteis e confecções no Brasil, no Nordeste e na Paraíba.

Em outras palavras, a competição interna entre os espaços brasileiros produtores do algodão branco, de têxteis e confecções; a incoerência entre o subsistema de objetos e ações do complexo gado/algodão arbóreo branco/culturas de subsistência nordestino e, por extensão, paraibano, e os parâmetros técnicos e científicos modernos e atuais implantados nos processos produtivos da cotonicultura brasileira; a competição entre fibras naturais e fibras químicas, acentuada no início da década de 1960; as secas prolongadas; a descapitalização e o atraso tecnológico dos cotonicultores nordestinos e paraibanos e, conseqüentemente, a sua incapacidade para enfrentar as vicissitudes históricas e naturais impostas às suas plantações de algodão branco; a falência da indústria de beneficiamento desse algodão na região e no Estado e, como extensão, a crise dos seus setores produtores de têxteis e confecções, entre outros, constituíram-se em um conjunto de eventos superpostos portadores das possibilidades para a transformação do algodão colorido e derivados em mercadorias com valores de troca na Paraíba. Como procuramos demonstrar ao longo do texto, o cultivo do algodoeiro de cor representa uma alternativa à marginalização da cotonicultura tradicional da Paraíba na divisão territorial da produção do algodão convencional branco no Brasil. Por outra parte, os derivados com ele produzidos representam, para alguns segmentos da indústria de têxteis e confecções do Estado, uma alternativa de inserção competitiva nos mercados dos quais a produção paraibana do algodão branco e derivados foi alijada. Destarte, em meio à competitividade nos mercados interno e externo, e diante das possibilidades oferecidas pelas

escalas do mundo, do país, da região e do Estado, alguns agentes da economia paraibana descobriram nos têxteis e confeccionados produzidos com o algodão colorido um elemento de criação da especialização produtiva, para se inserirem de maneira competitiva nos nichos de mercado que possibilitaram o surgimento das economias de variedades, justificando assim a produção e transformação industrial de pequenas quantidades do algodão de cor nesse Estado.

Desse modo, no caso específico dos espaços de cultivo e de produção de manufaturados do algodão colorido na Paraíba, eventos estruturais superpostos, operando a partir de diferentes dimensões territoriais, agiram como portadores das possibilidades para a sua emergência e inserção nos circuitos produtivos e de trocas da atualidade.

Estabelecidas as condições históricas para se produzirem comercialmente o algodão colorido e seus derivados, o primeiro passo no sentido de viabilizar essa produção na Paraíba e em outros lugares do Brasil foi inventar ou criar algumas de suas variedades, através da utilização de métodos e procedimentos científicos, visando a torná-las adequadas ao processamento têxtil em moldes industriais modernos. No Brasil, o cruzamento ou melhoramento genético de espécies com o intuito de inventar ou criar variedades comerciais e industriais do algodão de cor vem sendo realizado mediante o uso dos objetos e das ações públicas do Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPA), da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, localizado em Campina Grande-PB. Portanto, o CNPA se constitui na principal instância espacial em que vem ocorrendo a conquista científica das variedades coloridas de algodão no Brasil.

O primeiro impulso no sentido de inventar ou criar variedades coloridas de algodão no CNPA foi dado pelo interesse de empresários têxteis japoneses pelas fibras desses algodões, quando estes visitaram a EMBRAPA - Algodão, em Campina Grande-PB, no ano de 1989 (BRASIL, 2000).

Desse modo, os interesses dos japoneses vislumbravam a existência de uma potencial demanda de nichos de mercado, o que direcionou as ações racionais dos pesquisadores do CNPA para inventar ou criar variedades comerciais de algodão de cor, através do cruzamento genético entre as amostras de algodão colorido do seu banco de germoplasma, com espécies coloridas importados e com variedades brancas de algodão, resultando nas linhagens comerciais coloridas de algodoeiro BRS 200, BRS Safira, BRS Rubi e BRS Verde, que vêm sendo cultivadas para o processamento têxtil na Paraíba e em outros Estados brasileiros.

Contudo, na Paraíba, a iniciativa pioneira de cultivar e transformar o algodão colorido em produtos têxteis e confeccionados, especialmente na forma de roupas, data do começo dos anos 2000, quando o Sindicato da Indústria do Vestuário da Paraíba (SINDIVEST), presidido,

à época, pela empresária Maysa Gadelha, procurava elementos de diferenciação para as roupas dos seus associados que seriam exibidas na São Paulo *Fashion Week*.

Assim, o que se procurava era a produção de uma especialização produtiva que marcasse o diferencial competitivo das roupas paraibanas no conjunto das roupas nacionais e internacionais exibidas nesse evento de moda. Essa procura se constituiu, também, numa tentativa das instituições públicas da Paraíba, especialmente da Prefeitura Municipal de Campina Grande, em superar a crise dos setores cotonicultor e produtor de têxteis e confecções do Estado e do município, respectivamente, em meio à competitividade interna e externa que se instalava nos mercados em face do aprofundamento da globalização.

Nesse sentido, as possibilidades oferecidas pela escala do mundo – a existência de nichos de mercados de consumo de produtos naturais e orgânicos; a disponibilidade de sementes de variedades coloridas de algodão (BRS 200 marrom claro) já elaboradas pela pesquisa no CNPA e já disponíveis para serem cultivadas, e o ambiente político favorável, possibilitaram à presidente do SINDIVEST, pertencente a uma tradicional família de políticos e empresários do Estado (os Gadelha), dispor, naquele momento, de o todo o apoio institucional da Prefeitura de Campina Grande para viabilizar a implantação do projeto de criação e ordenação do circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados no Estado.

As participações do Estado, em suas diversas esferas, da iniciativa privada, de instituições pára-estatais e do terceiro setor foram essenciais para a criação e ordenação do circuito produtivo do algodão colorido e derivados. No caso das esferas públicas essa participação se efetivou através dos esforços de coordenação da cadeia produtiva realizados pela AMDE, da colaboração do CNPA/EMBRAPA (criação e fornecimento das sementes, assistência técnica e, no início, disponibilização das sementes para o cultivo exclusivo na Paraíba), da Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba, da EMATER (aquisição e distribuição de sementes, e assistência técnicas aos agricultores), entre outros. Tais ações revelam que a criação de um novo processo produtivo, “a internalização do externo, a renovação do velho a serviço das forças de mercado não seria possível sem o apoio, ainda que não deliberado, do Estado” (SANTOS, 1997b). Os órgãos privados que contribuíram para a concreção do circuito foram o SENAI (fornecendo o corpo de estilistas para elaborar as coleções de confecções), o SINDIVEST e a FIEP. O SEBRAE se constitui como a instituição pára-estatal que vem promovendo programas de qualificação para os diversos agentes envolvidos no processo; além disso, fornece apoio à realização de feiras e eventos de divulgação dos produtos e oferece cursos técnicos em *design* para os artesãos, costureiros e

bordadeiras. A ONG Credação, como órgão representante do terceiro setor, foi criada com o intuito de adquirir e distribuir as primeiras sementes aos agricultores.

Essas ações viabilizaram a criação, em 2000, do Consórcio *Natural Fashion*, transformado, em 2003, na cooperativa COOPNATURAL, que, usando um forte apelo de *marketing* ambiental e social, bem como a estratégia de agregar elementos da cultura popular regional às peças (a exemplo do artesanato), vem atuando na fabricação das confecções do algodão colorido e comandando a organização de todas as etapas do circuito desse algodão e seus derivados no Estado.

A partir dessas iniciativas, foram distribuídos homens, funções e recursos em vários lugares do espaço paraibano, conformando a divisão territorial da produção do circuito do algodão colorido e derivados. Ou seja, o cultivo, o beneficiamento, a fiação e a tecelagem, a produção das confecções e o acabamento artesanal das confecções são etapas realizadas na Paraíba, enquanto a distribuição e o consumo em pontos fortes da rede urbana desse Estado e em outros lugares brasileiros e do exterior.

A etapa do cultivo ou da produção propriamente dita do algodão colorido, que corresponde à cadeia primária do circuito, é realizada em pequenas propriedades ou áreas entregues para o trabalho de parceiros ou arrendatários em lugares do Sertão e em alguns do Agreste. Nelas, predomina o sistema de sequeiro, embora se presencie também o irrigado, este em pequenos trechos de várzeas de rios perenizados e nas margens de alguns açudes sertanejos.

Nessa, principalmente no sistema de sequeiro, embora se use, em muitos casos, a mecanização do preparo da terra para semear o algodão e defensivos agrícolas para combater às pragas que o atacam, predominam métodos e técnicas rotineiros, ou seja, o uso de instrumentos movidos pela força humana e animal, tanto para realizar a produção como para produzir o espaço. No sistema irrigado, que não se constitui como o predominante, o ato de produzir o algodão colorido e o seu respectivo espaço é intermediado pelo uso mais constante de instrumentos maquinicos, embora, em algumas etapas, como a colheita, a limpeza das ervas daninhas que nascem no algodoal, sejam usados o próprio corpo dos trabalhadores (a exemplo das mãos) ou instrumentos que são suas meras extensões (enxadas, cultivadores a tração animal etc.) e que, portanto, funcionam a partir da utilização da força de energia humana e animal. Nos dois sistemas, a prática de consorciar o algodão com a pecuária, através do uso do restolho da cultura algodoeira para alimentar o gado, é muito comum e não representa nada de novo, uma vez que esse era um procedimento produtivo comum no velho complexo gado/ algodão branco/culturas de subsistência.

O sistema de ações organizado para realizar o ato de produzir o algodão colorido e seu espaço produtivo é dominado pela estrutura familiar de produção. Porém, no interior desse sistema revivem e florescem formas de relações sociais de produção arcaicas legadas, também, do velho complexo gado/algodão branco/culturas de subsistência, a exemplo da parceria (meia) e do arrendamento. Assim, a persistência dessas formas de relações sociais de produção no cultivo do algodão colorido corrobora para a manutenção da extração da renda em produto e da renda da terra por parte dos seus proprietários.

As semelhanças com o velho e falido sistema produtivo do algodão branco não param por aí. Como no passado, os agricultores continuam enfrentando dificuldades para obter o financiamento para a produção. Tais dificuldades são impostas pela falta de linhas de crédito destinadas ao produtor; pela inadimplência de muitos deles junto ao sistema bancário; pela indisponibilidade de terra suficiente ou pela forma precária de acesso a ela, que não permitem ao pequeno produtor oferecer garantias aos bancos em troca de empréstimos. Até o ano de 2008, mesmo os créditos do PRONAF, não vinham sendo disponibilizados ao agricultor familiar para custear a produção do algodão colorido. Outras dificuldades enfrentadas pelos agricultores se referem ao momento de transformar as massas produzidas (algodão colorido em caroço) em fluxos. No momento da comercialização, são a cooperativa beneficiadora, as empresas ou cooperativas formadas por elas que atuam na ponta do circuito, adquirindo o algodão colorido junto aos agricultores, quem define ou acorda com eles o valor do seu quilo em caroço que, mesmo sendo superior ao preço do quilo do algodão convencional branco em semelhantes condições, não tem sido compensador para o produtor. Para complicar a situação, a persistência da ação de atravessadores atuando junto aos produtores arrasta os preços do quilo do algodão colorido bruto para valores ainda mais baixos. Por outro lado, as dificuldades de transportar a produção se constituem como outro fator que tem desestimulado a continuidade do cultivo desse algodão por agricultores do Sertão e do Agreste da Paraíba.

Assim, considerando que o primeiro enfoque da técnica a ser levado em conta nos estudos da geografia “é considerar a própria técnica como um meio” e que, assim, “a ordem criada pela técnica inclui o homem em um verdadeiro novo meio natural” (ELLUL *apud* SANTOS, op. cit., p. 32), o qual, na contemporaneidade, manifesta-se, geograficamente, como “técnico-científico informacional” (op. cit.), e que este, mesmo se materializando de forma desigual na escala do mundo, torna-se a referência para a análise da manifestação do fenômeno técnico como espaço em qualquer realidade histórica e geográfica, podemos aferir que sua mediação espacial da produção do algodão colorido na Paraíba é pontual. Restringe-se às próprias variedades do algodão (produto da racionalização científica dos pesquisadores

nos laboratórios do CNPA/EMBRAPA), aos defensivos agrícolas usados para combater as pragas do algodão, aos instrumentos mecânicos (colheitadeira, pulverizadora e arado mecânicos, bombas, equipamentos e o pivô central) intermediadores da produção em alguns lugares, a exemplo do Sítio União, em São Bento, entre outros. Desse modo, na estrutura sócio-técnica do arranjo de objetos e ações do meio produtor do algodão colorido paraibano, parecem predominar as rugosidades, ou seja, as heranças deixadas, para ela, pelo velho complexo gado/algodão branco/culturas de subsistência.

Em suma, o meio produtor do algodão colorido, no campo paraibano, expressa a combinação de técnicas e relações sociais de tempos disparatados no arranjo do seu subsistema de objetos e ações. Nesse arranjo, as rugosidades físico-territoriais e sócio-territoriais do velho e ultrapassado complexo gado/algodão branco/culturas de subsistência revivem e florescem, e se combinam com as variáveis físico-territoriais e sócio-territoriais do meio técnico-científico-informacional que, nele, manifestam-se de maneira pontual.

Entretanto, se tais condições geográficas são incompatíveis com a produção de grandes quantidades de algodão branco, são suficientes para a produção de pequenas quantidades do algodão colorido, uma vez que esta produção fornece a matéria-prima, suficiente e necessária, para a produção de pequenos lotes de produtos diferenciados para nichos de mercados de consumo muito específicos.

Como analisado, no contexto da divisão territorial da produção do circuito do algodão colorido e derivados na Paraíba, a etapa do beneficiamento tem como lugar de realização o espaço urbano de Patos e é realizada pela Cooperativa Mista dos Produtores de Algodão de Patos LTDA. (CAMPAL). A eleição desta cooperativa para realizar a etapa do beneficiamento (descaroçamento, prensagem e enfardamento) do algodão colorido refuncionalizou ou esposou novamente a sua forma geográfica, que se encontrava viúva desde a “morte” da produção do algodão branco convencional no Estado. A CAMPAL, além de beneficiar o algodão dos associados ou o que adquire junto a produtores não-associados, realiza o beneficiamento, mediante contrato previamente estabelecido, da produção adquirida pela COOPNATURAL e pela empresa Redes Santa Luzia diretamente junto aos agricultores. As variedades coloridas são beneficiadas de forma separada, porém, em estrutura mecanizada comum típica do meio técnico e herdada do período áureo da cotonicultura convencional na Paraíba. No intervalo entre o beneficiamento de cada uma delas é preciso limpar rigorosamente as máquinas para evitar misturas que possam depreciar a qualidade da fibra, especialmente as suas cores.

Após o beneficiamento, a referida cooperativa vende a sua produção para tecelagens do Estado e repassa os fardos do algodão colorido que beneficia mediante contrato, para as empresas ou cooperativas por elas formadas, que se responsabilizam por contratar os trabalhos de indústrias têxteis paraibanas e de outros Estados para realizarem a fiação e a tecelagem dos tecidos e da malharia.

Estas etapas se consubstanciam, basicamente, na execução da tecelagem manual, da tecelagem plana e da fabricação da malharia com as plumas beneficiadas do algodão colorido. A tecelagem manual e a fabricação da malharia têm como lugares de realização na Paraíba, os pontos fortes da sua rede urbana, a exemplo de João Pessoa e Campina Grande, mas também, em nós fracos desta rede, a exemplo de Alhandra, onde a Empresa Fio Campo produz o fio usado pela Empresa Redes Santa Luzia, de São Bento, onde esta tece os fios do algodão na produção de redes de dormir, entre outros produtos. A tecelagem plana é realizada em Sergipe, uma vez que a Paraíba não dispõe, em seu parque têxtil, de condições tecnológicas para realizá-la.

As etapas da fiação e da tecelagem são as mais problemáticas do circuito espacial de produção do algodão colorido. Isto porque, como a quantidade da produção é pequena e necessita de complexos processos de limpeza do maquinário antes e após as referidas etapas, as empresas que as executam não se sentem motivadas a fazê-lo. Em virtude disso, existe um projeto, desenvolvido em conjunto pela AMDE, FIEP, SENAI e COOPNATURAL, para a construção, no município de Queimadas, de uma mediação espacial destinada a realizar essas etapas da produção.

No geral, as empresas que realizam o processamento têxtil (fiação e tecelagem) do algodão colorido não o compram para fiá-lo e tecê-lo. A pluma do algodão colorido é diretamente adquirida ao agricultor pelas confecções. Estas estabelecem contrato com a beneficiadora (a CAMPAL) para separar a pluma do caroço. Depois dessa etapa, contratam o trabalho de empresas têxteis para produzir o fio e os tecidos. Assim, as confecções não compram fios e tecidos, mas o algodão colorido, e pagam as tecelagens para produzi-los. Existem, pelo menos, dois exemplos que nos autorizam a tecer essas conclusões: o da COOPNATURAL e o da Redes Santa Luzia.

No tocante ao primeiro exemplo, como afirmamos, com base em Farias e Ramos (2009), a COOPNATURAL não compra o fio do algodão colorido, mas paga pelo serviço de fiação. Do mesmo jeito, não compra tecido ou malha, pois paga pelo serviço de tecelagem. Quanto ao segundo exemplo, a Redes Santa Luzia dispõe de um agricultor que produz o

algodão colorido diretamente para ela, paga o serviço do beneficiamento à CAMPAL e a fiação à Fio Campo.

Nesse sentido, as empresas que realizam a fiação e a tecelagem atuam, muitas vezes, como prestadoras de serviço para as confecções, aparecendo no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados como empresas terceirizadas. Esta modalidade de relação entre as tecelagens e as confecções difere do que acontece nos circuitos espaciais de produção do algodão branco e derivados, uma vez que nestes, as tecelagens atuam como produtoras e distribuidoras dos fios e tecidos e os vendem para as confecções. No entanto, nessas etapas atuam empresas que dispõem da produção própria de fios e tecidos. Para isso, elas adquirem o algodão beneficiado para produzi-los e os distribuem para empresas e cooperativas que não mantêm relações diretas com o agricultor. Além disso, existem formas de fiação realizadas por comerciantes do algodão colorido, que o compram a agricultores do Sertão, terceirizam o beneficiamento e produzem os fios em estruturas arrendadas de empresas, como é exemplar o caso do Sr. Sandoval Farias, primeiro presidente da ONG Credação, comprador de algodão no Sertão e comerciante dos seus fios, que arrenda maquinário da Evest Têxtil, em Campina Grande, e, através de trabalho de terceiros, produz os fios desse algodão e os distribui para as confecções cooperadas dessa cidade.

O processamento têxtil do algodão colorido é intermediado por equipamentos industriais de grande porte e, em função do tempo de preparação que o antecede, exige que seja processada uma quantidade mínima (lote) de pluma (FARIAS e RAMOS, 2009). A produção da malharia, por exemplo, é intermediada por teares elétricos e semi-eletrônicos, portanto, com objetos técnicos do período/meio técnico-científico-informacional, e resultam no piquet, no canelado, no moleton, na meia malha e na ribana. Segundo Farias e Ramos (op. cit.), este tipo de tecelagem recebe o maior volume de fios de algodão colorido, sendo a malharia produzida a base para a produção de camisetas, blusas masculinas e femininas e também das linhas de roupas infantis. Por outro lado, como não usa água em abundância, alvejantes e corantes artificiais, não causa impactos aos ecossistemas onde as suas mediações espaciais de produção se encontram localizadas. Esta característica do processo de fiação e tecelagem do algodão colorido tem sido a mais divulgada nas campanhas de *marketing* encomendadas pelas confecções e nos discursos das mídias e das ciências duras, com o intuito de enfatizar a probidade ecológica dos produtos derivados desse algodão.

Embora seja difícil analisar o consumo produtivo de fios e tecidos pelas confecções no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados da Paraíba, dada a blindagem que reveste todas as suas etapas, a qual se constitui como uma estratégia carregada de

intencionalidades de defini-lo como calçado em trocas justas entre todos os agentes que dele participam, parece-nos haver uma concentração desse consumo em algumas empresas ou cooperativas formadas por elas. Isto se deve ao fato da maior parte do algodão colorido processado pelas tecelagens pertencer a essas empresas e cooperativas. Estas, por disporem de maior poder de ação, adquirem o algodão diretamente do agricultor e contratam os serviços de indústrias de fiação e tecelagem para produzir os fios e tecidos. Por outro lado, as tecelagens que dispõem de produção própria acabam negociando-a com agentes empresariais ou cooperados que detêm maior poder de barganha, ou seja, que possuem maior capacidade de pagar um preço maior pelos fios e tecidos. Essa concentração do consumo acaba dificultando, mas não impedindo completamente, o acesso aos fios e tecidos por pequenas empresas ou outras formas de produção de confecções independentes, que não atuam diretamente na ponta e possuem menor poder de barganha.

Conforme expusemos ao longo do texto, a etapa da produção das confecções do algodão colorido se concentra em cooperativas de empresas produtoras de confecções e tem como lugares de realização, principalmente, Campina Grande, onde se localiza a maioria das empresas formadoras da Cooperativa COOPNATURAL, maior produtora desses produtos no Estado, e João Pessoa e seu entorno, onde estão localizadas as empresas que compõem a Cooperativa Natural *Cotton Color*. Na primeira cidade, essa etapa do ciclo produtivo do algodão colorido e derivados é efetuada em menores proporções por microempresas independentes e por estruturas produtivas paternais que funcionam no interior do espaço domiciliar dos seus produtores e é realizada com a força do trabalho familiar. Desse modo, no contexto da divisão territorial da produção do algodão colorido e derivados, a transformação dos fios e tecidos em confecções tem como lugar de realização os pontos fortes da rede urbana paraibana. Afora essa distribuição, encontramos algumas localizações pontuais em nós mais fracos dessa rede, a exemplo de São Bento, onde se localizam as mediações espaciais de produção da firma Redes Santa Luzia, e Gurinhém, onde se encontra fixada a estrutura espacial de produção da empresa Terra do Sol.

Como analisado ao longo do texto, são as formas cooperadas de empresas, a exemplo da COOPNATURAL, quem detêm o domínio da etapa de elaboração das confecções no ciclo de produção do algodão colorido e derivados. As estruturas cooperadas entre firmas representam uma das formas de organização de empresas em rede, cujo objetivo é fortalecê-las para enfrentar a competição nos mercados. Portanto, representam uma estratégia de sobrevivência para empresas que, sozinhas, não teriam como fazê-la no contexto de globalização da economia e dos mercados. Essa forma de organização de empresas em rede

corresponde a uma entre tantas outras que se expandiram com a emergência do regime de acumulação flexível do capitalismo. Portanto, é dessa maneira que devemos enxergar a formação da COOPNATURAL e da *Natural Cotton Color*, cooperativas de empresas que comandam a etapa de elaboração de confecções no circuito espacial paraibano de produção do algodão colorido e derivados.

Na elaboração das confecções produzidas com os fios e tecidos do algodão colorido, são essas cooperativas quem estabelecem a divisão do trabalho entre as empresas em cooperação. Para fazê-lo, consideram a especialização produtiva de cada empresa cooperada e, após cortarem as peças, distribuem-nas para as empresas cooperadas. Estas, notadamente as que formam a COOPNATURAL, por vezes contratam os serviços de outras empresas não cooperadas, de associações de costureiras (a exemplo da Associação de Costureiras de Sumé-PB) ou de costureiras individuais, para costurarem as peças. Ao todo, são produzidos, por empresas independentes, cooperativas formadas por elas, estruturas paternais de produção, entre outros, pequenos lotes de mais de 400 diferentes produtos derivados do algodão colorido, entre eles: acessórios (colares, sandálias etc.), brinquedos (bonecas, bichinhos etc.), artigos de decoração (redes, tapetes, jogos americanos etc.) e artigos do vestuário feminino, masculino e infantil.

Cumprе destacar que praticamente todas as peças produzidas pela COOPNATURAL, pela *Natural Cotton Color* e pelas demais empresas independentes que atuam no circuito (Redes Santa Luzia, Galante Arte Decó, Terra do Sol, entre outras) trazem agregados alguns detalhes do artesanato regional. Como apontado diversas vezes neste texto, o artesanato se constitui em uma das formas utilizada por elas para reforçar o “diferencial marginal” ou realizar a “laminagem de ouro” das peças, especialmente do vestuário. Estas peças são produzidas seguindo os padrões e formas ditados pela moda em cada estação, ou seja, na mesma plataforma comum na qual são produzidas as roupas com o algodão comum ou qualquer outro tipo de tecido e malharia. A agregação do artesanato regional nas peças, juntamente com o tecido natural do algodão colorido utilizado para confeccioná-las, constituem-se como marcadores das suas diferenças perante outros produtos confeccionados, com o claro objetivo de atrair os consumidores de alteridades.

Para realizar a etapa do acabamento artesanal das peças, as empresas ou as cooperativas formadas por elas terceirizam as funções junto a cooperativas e associações de artesãos, artesãos organizados em clubes de mães, artesãos independentes e presidiários do sistema carcerário de João Pessoa e São Bento. A remuneração dos artesãos pelo acabamento artesanal das peças é feita por produção, paga em real ou centavos de real/peça. Quem define

o valor/peça é a empresa ou cooperativa e nessa definição “os artesãos têm pouco poder de barganha e acabam tendo que adequar seus preços às exigências do mercado” (PICCIOTTO e SHEWCHENKO, 2006, p. 20), ou melhor, às exigências dos agentes que fabricam as confecções. Por isso, a definição do valor do trabalho de acabamento artesanal por peça é, muitas vezes, permeada por conflitos.

Na realização do acabamento artesanal das peças, as cooperativas de empresas organizam a divisão territorial do trabalho, aproveitando a especialização do artesanato de cada lugar inserido nos seus circuitos espaciais de produção. Por outro lado, para se inserirem no circuito, os artesãos recebem cursos de *design* de artesanato, ministrados por *designers* do SEBRAE e da AMDE, para produzir um artesanato mais atrativo para o mercado. Os artesãos, para realizar a etapa de agregação de adereços artesanais ou para produzir acessórios e brinquedos, recebem a matéria-prima (fios e restos de tecidos do algodão colorido) e os desenhos que devem produzir nas peças. A cooperativa estipula o tempo de realização do trabalho e de devolução das peças. Quanto às empresas independentes, a exemplo da Redes Santa Luzia e da Galante Art Decó, procuram terceirizar essa etapa usando a capacidade de produção dos artesãos dos próprios lugares onde realizam as suas produções.

A apropriação da ecologia e do artesanato tem sido um fato na indústria da moda em sua versão aberta, flexível e contemporânea. Por outro lado, o uso da força de trabalho de artesãos corrobora para a produção de um forte *marketing* social em torno dos produtos da moda, uma vez que se prega a valorização da sua arte e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda para esses sujeitos sociais. No entanto, amparando-nos em Canclini (1983), pensamos que tudo isso releva que o capitalismo, além de engendrar os seus próprios mecanismos para a produção social da diferença, apropria-se também de elementos das diferenças alheias com a finalidade de aferir lucros. É assim que devemos interpretar a apropriação do algodão naturalmente colorido e do artesanato paraibano por esses segmentos produtores de confecções na Paraíba.

O artesanato, embora sirva para revitalizar o consumo, principalmente em um contexto marcado por consumidores cansados de produtos homogeneizados, não é introduzido em uma típica produção serial e massificada para o consumo de massa. Embora as confecções do algodão colorido, a exemplo das peças do vestuário, sejam produzidas na mesma plataforma comum (modelos das roupas), ditada pela moda, em cada estação, e usada para se fabricarem confecções com outras fibras, tratam-se de uma pequena, diferenciada e diversificada produção de pequenos lotes de roupas femininas, masculinas e infantis.

Os artesãos não vivem em comunidades tradicionais. Muitos deles vivem em realidades urbanas bem complexas, a exemplo de Campina Grande e da Região Metropolitana de João Pessoa. Desse modo, quando o consumidor adquire as confecções com adereços artesanais, não está estabelecendo relações simbólicas com o modo de vida ou gêneros de vida simples dos artesãos que elaboraram os adereços.

Muitos artesãos foram treinados para se constituírem como tal em cursos de *design* do artesanato realizados por instituições como o SEBRAE, e, assim, dispõem de uma alternativa de renda que supere a sua condição de desempregados. O melhor exemplo da invenção de artesão em cursos de formação, neste caso ministrado por uma ONG, é o das detentas do Presídio Bom Pastor, em João Pessoa, que foram treinadas e muitas aprenderam o ofício de bordadeiras em cursos ministrados na prisão.

Exceto as habilidades e alguns instrumentos manuais, o artesão não é proprietário do produto em que faz acabamento, não prepara e nem é dono da matéria-prima que usa para fazê-lo, não escolhe os desenhos que agrega às peças, não controla o tempo de execução de sua arte, não define o padrão de qualidade da sua produção, não vende a sua produção em feiras ou a atravessadores tradicionais, entre outros. Aliás, em muitos casos, os desenhos são produzidos por *designers*, com o intuito de evitar imperfeições do artesanato e torná-lo mercadologicamente mais valorizado, e o que resta ao artesão é reproduzi-los, com perfeição, nas roupas, sob o controle de qualidade de quem os projetou. Assim sendo, a arte de fazer artesanato deixa de ser uma tradição transmitida de uma geração a outra no seio de uma família ou comunidade e passa a ser uma inovação produzida através de princípios racionalizantes do *design*. Nestes termos, o artesanato deixa de ter valor de uso para o artesão e passa a ser uma mercadoria com valor de troca, mal paga e com os insumos, processos e tempo de produção controlados pelo mercado (os compradores do artesanato e os técnicos que, em seu nome, impõem a racionalização ao artesanato).

Por outra parte, a imposição da racionalidade do *design* ao artesanato o transforma em um produto do período/meio técnico-científico-informacional, uma vez que já não é, exclusivamente, produto do saber tradicional dos seus produtores, mas inovação resultante do saber científico de *designers*. Harvey (1998) enfatiza o renascimento ou florescimento de estruturas produtivas baseadas na produção artesanal, não como um apêndice do capitalismo, mas como parte do seu funcionamento na atual contextura do seu regime de acumulação flexível.

A utilização da força de trabalho das encarceradas do Presídio Feminino Bom Pastor, em João Pessoa, pela empresa Francisca Vieira, pertencente à Cooperativa Natural *Cotton*

Color, para agregar o artesanato (bordados) às suas peças do vestuário, bem como de presidiários do Presídio de São Bento, pela empresa Redes Santa Luzia, para executar a produção dos punhos e das varandas de suas redes de dormir produzidas com o algodão colorido, é trocada pela diminuição da pena, ou seja, cada dia de trabalho corresponde a três dias de redução no tempo penal, além de ser considerada como uma forma de ressocialização, reintegração e reinserção socioespacial desses(as) encarcerados(as). Contudo, pensamos que essa troca de parcelas do tempo penal pelo tempo de trabalho cria uma situação que permite aos donos das mercadorias se apropriarem do tempo social estabelecido para o cumprimento da sentença à qual esses sujeitos foram submetidos. Assim, um tempo que é devido pelo(a) detendo(a) à sociedade, em geral é apropriado por segmentos do capital privado (FARIAS e SÁ, 2007).

O trabalho desses encarcerados, ao mesmo tempo em que agrega valor às peças através do acabamento com o artesanato regional, tão valorizado nesses tempos de mercadificação das singularidades culturais, agrega, também, valor social às mesmas. Isto porque, no mundo em que são finitas ou, no mínimo, estão em crise as grandes utopias sociais coletivas, a inclusão dos que estão à margem da sociedade passa a ser responsabilidade da ação individual de cada indivíduo que, muitas vezes, procura realizá-la dentro da esfera do mercado. Assim, o indivíduo que consome um produto que traz o acabamento artesanal realizado por um segmento marginalizado da sociedade, como o presidiário, tem a satisfação individual de que cumpriu a sua responsabilidade social para a melhoria da sociedade. Portanto, é também desse “consumo” individual da utopia da inclusão que segmentos do setor produtor de confecções do circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados esperam manter e aumentar a demanda pelos seus produtos (FARIAS e SÁ, op. cit.).

Acreditamos que o uso desse tipo de trabalho no acabamento artesanal das peças do vestuário ou na elaboração de varandas e punhos das redes de dormir produzidas com o algodão colorido representa mais uma forma de explorar uma mão-de-obra barata, desamparada e desassistida pelas normas que regulam o trabalho no Brasil, portanto, corresponde ao uso de mão-de-obra flexível, como outras formas presentes no circuito.

Após a produção final, a transformação das confecções em mercadorias é feita através de várias formas de distribuição ao consumidor final: lojas ancoradas, representantes comerciais, lojas de fábrica, lojas especializadas na venda de produtos confeccionados naturais e orgânicos, feiras e eventos, e o sistema *private label*.

As peças do algodão colorido, pelo alto valor agregado que portam – o próprio tecido natural e o acabamento artesanal –, são vendidas a preços bem mais elevados que peças

semelhantes feitas com as fibras do algodão comum ou com outro tipo de fibra, por isso não são acessíveis à maioria dos consumidores paraibanos. A produção é destinada para nichos de consumidores formados por turistas e pessoas da classe média-alta do Brasil e do exterior.

Se são “as firmas mais poderosas [que] agem eficazmente sobre o território pelo fato de que podem mais rapidamente colocar a sua produção em pontos os mais distantes, num espaço de tempo menor e a um custo também mais reduzido” (SANTOS, 1997b, p. 63), no circuito espacial de produção do algodão colorido e derivados da Paraíba, essa primazia é um usufruto, principalmente, da COOPNATURAL. Tal cooperativa de empresas possui as melhores condições para produzir, as melhores estruturas produtivas e a capacidade de colocar a sua produção em todo o território nacional e em territórios internacionais. Secundariamente, a *Natural Cotton Color* e a Redes Santa Luzia, em proporções menores, também possuem força e poder para fazer seus produtos circularem nas escalas nacional e internacional.

Pelo exposto, a produção do algodão colorido e derivados na Paraíba traça circuitos de produção que envolvem diversos agentes e lugares internos e externos ao território estadual. Porém, essa compartimentação é soldada pelos fluxos de capitais, ordens, normas, mensagens, entre outros, que não são facilmente passíveis de descrição, uma vez que não se materializam no território, embora circulem usando redes e bases fixas montadas sobre ele, e que conformam os seus círculos de cooperação.

Para conformar esses círculos de cooperação entre os agentes públicos e privados mais poderosos do circuito, no início de 2005, começou a implantação da metodologia de trabalho chamada Gestão Estratégica Voltada para Resultados (GEOR), cujo objetivo é articular as etapas da produção do circuito espacial do algodão colorido e derivados em Arranjos Produtivos Locais (APL). Este método tem como fundamentos básicos a transparência, simplicidade e flexibilidade e reúne parceiros como a EMBRAPA, a EMATER, a AMDE, o SINDIVEST (Sindicato das Indústrias de Vestuário da Paraíba), o SENAI, a COOPNATURAL, a FIEP e o Governo do Estado em um sistema *on-line* que detalha, em um cronograma, as principais ações que devem ser tomadas por cada um deles para o melhoramento da cadeia produtiva. Assim, esses atores, intermediados pelas redes informacionais, emitem ordens e fazem circular normas e mensagens entre si, com o intuito de organizar e controlar as atividades no circuito.

À guisa do exposto, como manifestação geográfica única, singular e particular, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados da Paraíba estão longe de se consubstanciarem como um exemplo de sustentabilidade

ambiental e social, de economia solidária ou de mercado justo. Tratam-se, portanto, de uma das dimensões espaciais da flexibilização capitalista da produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções.

9 REFERÊNCIAS

- AGLIETA, M. 1979. **Regulación y crisis del capitalismo**. Madri: Siglo Veintiuno Editores.
- ALBUQUERQUE, R. P. L. de. 1983. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola**: as relações de produção na cotonicultura paulista (1920-1950). São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq.
- ALVES, L. R. A. 2006. **A reestruturação da cotonicultura no Brasil**: fatores econômicos, institucionais e tecnológicos. 120 f. Tese. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros. Universidade de São Paulo. Piracicaba.
- ANDERSON, P. 1992. **O fim da história**: de Hegel a Fukuyama. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ANDRADE, M. C. de. 1986. **A terra e o homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- _____. 2005. **A terra e o homem no Nordeste**. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez.
- ANTUNES, R. 1999. Fordismo, toyotismo e acumulação flexível. In:_____. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- ARANHA, G. B. 1991. **Campina Grande no espaço econômico regional**: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957). Dissertação. Departamento de Antropologia e Sociologia. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.
- ARAÚJO, T. B. de. 2000. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase.
- ARAÚJO, M. A. Moda ecológica ou ecologia para a moda? Disponível em www.idhea.com.br. Acesso em 09/09/2008.
- BAYLISS-SMITH, T. & OWENS, S. 1996. O Desafio Ambiental. In: GREGORY, D.; MARTIN, R. & SMITH, G. **Geografia Humana**: sociedade, espaço e ciência. Tradução Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BARBOSA, F. B. da C. 2005. Relações de produção na agricultura: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929). In: **Agricultura**. São Paulo, v. 52, n. 2, p. 17-27, jul./dez.
- BARBOSA, A. D. 1998. **A pecuarização no Agreste da Paraíba**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana (Estudos e pesquisas; n. 92).
- BARBOSA, M. Z.; MARGARIDO, M. A.; NOGUEIRA JÚNIOR, S. 2002. Análise da elasticidade de transmissão de preços no mercado brasileiro de algodão. In: **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 78-108, jul./dez.
- BARBOSA, J.; SHOJI, M. Y. Supermercado de estilos: a moda aberta. In: **Antenna Web**, n. 2. Disponível em www.ibmoda.com.br. Acesso em 27/08/2008.

BAUMAN, Z. 1999. **Globalização**: as conseqüências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. 2001. Tempo/Espaço. In:_____. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dientzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. 2003. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dientzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. 2005. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BECKER, B. K. 2002. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In:_____; CHRISTIFOLETTI, Antonio; DAVIDOVICH, Fany R.; GEIGER, Pedro P. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. ; EGLER, C. A. 1994. **Brasil**: uma potência regional na economia-mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

BELTRÃO, N. E. de M. 2004. O Algodão Colorido no Brasil e no Mundo. In: _____& ARAÚJO, A. E. de. **Algodão**: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

BENKO, G. 1996. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec (Geografia: teoria e realidade; 34).

BEZERRA, A. A. 2007. Festa e identidade: a busca da diferença para o mercado de cidades. In: ARAÚJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACCESS.

BIO-PIRATERIA. 1993. La história de los algodones de pigmentación natural en las Américas. In: **Rafi Communiqué**, nov. 6 p. Disponível em <http://www.rafi/espanol/e19935>. Acesso em 22/02/2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. EMBRAPA ALGODÃO. EMBRAPA/CNPA. 2000. **O Algodão Colorido do Brasil**. Campina Grande-PB (folder de divulgação).

CANO, W. 1990. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec.

CARDOSO, C. F. S. 1983. **América pré-colombiana**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense (Tudo é história; 16).

CAVALCANTI FILHO, P. F.; MOUTINHO, L. M. G. 2006. Inovatividade e cooperação no arranjo produtivo de confecções em Campina Grande-PB. In: LASTRES, M. M.; CASSIOLOTO, J. E (orgs.). **Estratégias para o desenvolvimento**: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Rio de Janeiro: E-papers.

CARVALHO, L. P. de. Algodão de fibra colorida no Brasil. In: **V CONGRESSO BRASILEIRO DE ALGODÃO**. Disponível em www.cnpa.embrapa.br. Acesso em 22/02/2008.

_____. 2006. Cultivo do Algodão herbáceo na agricultura familiar. In: **Revista Eletrônica da Embrapa Algodão**, 2. ed., n. 1, Set. Disponível em www.cnpa.embrapa.br. Acesso em 22/05/2010.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 1999. Tradução de Venâncio Majer. Vol. 01. São Paulo: Paz e Terra.

_____. **O poder da identidade**. 1999. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. Vol. 02. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.

CASTORIADIS, C. 1992. Via sem saída? In:_____. **O mundo fragmentado: as cruzilhadas do labirinto III**. Tradução de Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CANCLINI, N. G. 1983. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense.

CHESNAIS, F. 1996. **A mundialização do capitalismo**. São Paulo: Xamã.

CLEMENTINO, M. do L. 1986. **O maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal: Editora da UFRN.

COLOMBO, C.1998. **Diários da descoberta das Américas: as quatro viagens e o testamento**. Tradução de Milton Person. Porto Alegre: L&PM, (Col. L&PM Pocket).

COOPERATIVA NATURAL FASHION. Disponível em <http://www.naturalfashion.com.br>. Acesso em 23/06/2010.

CORRÊA, R. L. 1995. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CORRÊA, S. T.; COUTO, E. P. 2001. **A história do algodão no Brasil e seu desenvolvimento no Estado do Mato Grosso, o atual maior produtor do país**. Uberlândia: IE/ UFU (digitalizado).

COSTA, A. A. da. 2003. **Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo**. 230 f. Dissertação. Departamento de Ciências Geográficas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

COSTA, J. J. D. da. 1996. **A crise do sistema algodoeiro paraibano: uma análise das suas causas**. 135 f. Dissertação. Departamento de Economia e Finanças. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

COSTA, M. I.; SOARES, M. de T. 2007. Moda comprometida com a sustentabilidade ecológica e social. In: ENCONTRO DE SUSTENTABILIDADE EM PROJETO DO VALE DO ITAJAÍ. 1. ITAJAI-SC. **Anais...** Itajaí-SC: EDUSC. Disponível em <http://www.ensus.com.br/>. Acesso em 19/09/2008.

DÄNIKEN, E. von. 1968. **Eram os deuses astronautas?** enigmas indecifrados do passado. Tradução de E. G. Kalmus. São Paulo: Círculo do Livro.

DEAN, W. 1996. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras.

DERRUAU, M. 1973. **Geografia Humana II**. Tradução de Arlindo Mota. Lisboa: Editora Presença.

DUARTE, R. B. de A. (org.). 2006. **Histórias de sucesso**: indústria têxtil e confecções, madeira e móvel. Brasília: SEBRAE.

ENRÍQUEZ, S. C. 2005. El algodón “país” um cultivo milenar peruano. In: **América Indígena**, Cidade do México, vol. 61, n. 2, p. 21-34, abr./jun.

ELIAS, D. 1996. Globalização e modernização agrícola. In: **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 01, p. 5-16.

_____. 2003. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EDUSP, (Coleção Campi; 21).

FARIAS, P. S. C.; SÁ, A. J. de. 2005. Acumulação flexível e espaço geográfico: primeiras notas sobre os fixos e os fluxos geográficos do algodão colorido da Paraíba. In: **Revista de Geografia**, Recife, v. 2, n. 22, jul/dez.

_____. 2006a. O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido da Paraíba (1989-2005). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 14. 2006. Rio Branco. **Anais...** Rio Branco-AC: AGB. 1 CD-ROM.

_____. 2006b. A reorganização do espaço cotonicultor paraibano: os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 18. 2006. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ/UFRJ/IBGE/PUC-Rio. 1 CD-ROM.

_____. 2006c. O planejamento regional no contexto de inserção do Brasil na Globalização neoliberal: a AMDE e outras estratégias de desenvolvimento local em Campina Grande-PB. In: SÁ, A. J. de; CORRÊA, A. C. de B. **Regionalização e análise regional**: perspectivas e abordagens contemporâneas. Recife: Editora da UFPE.

_____. 2007. O trabalho de encarcerados no circuito espacial cotonícola/têxtil do algodão colorido da Paraíba: reinserção socioespacial ou exploração de mão-de-obra flexível? In: SÁ, A. J. de (org.). **Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: Editora da UFPE.

FARIAS, A. S. D. de; RAMOS, F. de S. 2009. Cooperação industrial: alternativa para a competitividade de micro e pequenas empresas. In: **Revista Inovare**, 8. ed., jul./dez.

FREIRE, E.C. et al. 2001. BRS 200 marrom: cultivar de algodão de fibra colorida para uso por agricultores familiares no Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALGODÃO, 3, Campo Grande, 2001. **Anais...** Campo Grande-MS, 2001, p. 765-769.

_____. s/d. Algodão colorido. In: **Biotecnologia, Ciência e Desenvolvimento**. Disponível na Internet. Acesso em 18/05/2010.

FURTADO, C. 1980. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. 1889. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GEORGE, P. 1993. **O homem na Terra**. A geografia em ação. Lisboa: Edições 70.

GIDDENS, A. 1991. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP (Biblioteca Básica).

GORINI, A. P. F. 2000. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. In: **BNDS Setorial**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set.

GUIMARÃES NETO, L. 1989. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana.

HAESBAERT, R. 1994. **Blocos internacionais de poder**. 4. ed. São Paulo: Contexto (Coleção repensando a geografia).

HARVEY, D. 2000. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola.

_____. 2004. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola.

HOBBSBAWM, E. 1995. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santana. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras.

_____.; RANGER, T. 2002. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IANNI, O. 2003. **Teorias da globalização**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ISNARD, H. 1982. **O espaço geográfico**. Tradução de João Vitor G. da Silva Pereira. Coimbra: Almedina.

INSTITUCO AKATU. 2007. O algodão orgânico ganha mercado em todo o mundo. Disponível em <http://www.akatu.net>. Acesso em 31/05/2007.

KAYSER, B. 1969. Tipologia do espaço geográfico no mundo subdesenvolvido. In: **Orientação**, São Paulo, nº 4, p. 25-30.

KELLER, P. F. 2002. Economia global e novas formas de organização da produção na cadeia têxtil-confecção. In: **Rev. Univ. Rural, Sér. Ciênc. Humanas**, Rio de Janeiro, Vol. 24(1-2, p. 193-206, jan./jun.

LEITÃO, D. K. 2007. Nós, os outros: construção do exótico e consumo de moda brasileira na França. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 203-230, jul./dez.

LEMO, M. A. 1986. **Efeitos sócio-econômicos da crise da cotonicultura com a praga do "bicudo"**. Estudo de caso: município do Ingá-PB. 95 f. Dissertação. Departamento de Economia e Finanças. Centro de Humanidades. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

LIPIETZ, A. 1988. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel.

_____. 2003. A ecologia política e o futuro do marxismo. In: **Ambiente e Sociedade**. Vol. V, nº 2, ago./dez. 2002. Vol. VI, nº 1, p. 9-22, jan./jul.

LIPOVETSKY, G. 1989. **O império do efêmero**: a moda e o seu destino nas sociedades modernas. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

LOURIDO, C. 2005. O artesanato no capitalismo avançado: da tradição ao desemprego estrutural, do turismo a decoração. In: **I ENECULT**. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult2005>. Acesso em 28/05/2008.

MARX, K. ; ENGELS, F. 1999. **A ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucitec (Pensamento socialista; 12).

_____. 2004. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor).

MELO, M. L. de. 1988. **Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco**. Recife: SUDENE-PSU-SER (Brasil. SUDENE. Estudos Regionais; 19).

MILHOMEM, A. de V. 1997. **O perfil tecnológico, econômico e social da agricultura nordestina**: o caso da cotonicultura do semi-árido. 159 f. Dissertação. Departamento de Economia e Finanças. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

MOREIRA, J. de A. N.; SANTOS, R. F. dos. 1994. **Origens, crescimento e progressos na cotonicultura do Brasil**. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA; Brasília: EMBRAPA-SPI.

MOREIRA, R. 2006. **Para onde vai o espaço geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto.

_____. 2007. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto.

MOREIRA, E. de R. F. ; TARGINO, I. 1997. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB.

MORIN, E. 2007. **Cultura de massas no século XX**. O espírito do tempo: neurose. Tradução de Maria Ribeiro Sardinha. Vol. 1. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

NERY, M. S. 2007. Nos domínios da moda: o par produção-consumo de vestuário e a paisagem social dos anos 2000. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. 3. 2007. Salvador-BA. **Anais...** Salvador-BA: Faculdade de Comunicação/UFBA. Disponível em <http://www.cult.ufba>. Acesso em 27/08/2008.

NOVIDADES NA ÁREA TÊXTIL. Disponível em <http://jorgepalma55.tripod.com/novidades.htm>. Acesso em 26/04/2010.

PICCIOTTO, G.; SHEWCHENKO, M. C. 2006. **Projeto de fortalecimento da cadeia produtiva do algodão colorido**. 29 f. Relatório de Pesquisa. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo.

PINHEIRO, L. 2003. Programa de fortalecimento da cadeia produtiva do setor têxtil. In: LOTTA, G. S.; BARBOSA H. B.; Teixeira, M. A. C.; PINTO. V. (orgs.). **20 experiências de gestão pública e cidadania**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania.

POLHEMUS, T. O grito íntimo das ruas. Disponível em: <http://www.angelfire.com.br>. Acesso em 27/08/2008.

PORTAL DO ALGODÃO COLORIDO. 2007. **Produtos feitos de algodão colorido ganham evidência nacional**. Disponível em balcon.dsc.ufcg.edu.br. Acesso em 16/10/2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. 1982. Notas para uma interpretação não ecológica do problema ecológico. In: MOREIRA, R. (org.). **Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes.

_____. 2006. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PRADO JÚNIOR, C. 1987. **História econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

RETONDAR, A. M. 2007. **Sociedade de consumo, modernidade e globalização**. São Paulo-SP: Annablume; Campina Grande-PB: EDUEFG.

RIBEIRO, D. 1998. **O processo civilizatório**. Estudos de antropologia da civilização: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 2007. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. São Paulo: Companhia das Letras.

RODRIGUES, A. de J. 2006. **Metodologia científica: completo e essencial para a vida universitária**. São Paulo: Avercamp.

ROLIM, C. F. C. 1997. Efeitos regionais da abertura comercial sobre a cadeia produtiva do algodão, têxtil, vestuário. Curitiba: CMDE/UFPR (Texto para discussão; n. 19). Disponível em: <http://www.economia.ufpr.br/departamento/docente/cassio.htm#publicacoes>. Acesso em 22/11/2008.

SÁ, A. J. de. 1998. **O espaço citricultor paulista nos anos 90: a (re)afirmação de um meio técnico-científico-informacional da globalização**. 168 f. Tese. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

SÁBATO, E. 1993. **Homens e engrenagens: reflexões sobre o dinheiro, a razão e a derrocada do nosso tempo**. Tradução de Janer Cristaldo. Campinas: Papirus.

SANTANA, J. C. F. 2000. Padronizando a qualidade do algodão. In: **Cultivar Grandes Cultivares**, São Paulo, n. 14, março. Disponível em <http://www.grupocultivar.com.br/artigo.asp?id=233>. Acesso em 22/05/2008.

SANTOS, B. de S. 2005. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10. ed. São Paulo: Cortez.

SANTOS, C. L. dos. 1995. **Por que o laboratório está distante da porteira?** Uma análise crítica das relações entre a EMBRAPA/CNPA e a pequena produção familiar de algodão do Seridó paraibano. 257 f. Dissertação. Departamento de Sociologia e Antropologia. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

SANTOS, M. 1993. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec.

_____. 1995. A questão do meio-ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. In: **Anales de Geografía de La Universidad Complutense**, Madrid, nº 15, p. 695-705.

_____. 1996. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. Tradução de Sandra Lencioni. 4. ed. São Paulo:Hucitec.

_____. 1997a. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. 1997b. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, (Coleção espaços).

_____. 1998. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. 1999. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. 2000. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record.

_____. 2002. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da USP (Coleção Milton Santos; 2).

_____. 2005. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP (Coleção Milton Santos; 7).

_____. 2007. O dinheiro e o território. In:_____; *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina.

_____; SILVEIRA, M. L. 2001. **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, R. F. dos; SANTOS, J. W. dos. 1999. Agronegócio do algodão: crise no mercado brasileiro da matéria-prima agrícola. In: BELTRÃO, N. E. de M. (org.). **O agronegócio do algodão no Brasil**. Brasília: EMBRAPA Comunicação para a Transferência de Tecnologia.

SENNETT, R. 2006. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record.

SILVEIRA, M. L. 1999. **Um país, uma região**: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP; LOBOPLAN-USP.

SORRE, M. 1984. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, J. F. (org.). **Max Sorre**. São Paulo: Ática.

SOUZA, M. C. M. de. 2000. Produção de algodão orgânico colorido: possibilidades e limitações. In: **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 6, p. 91-99, jun.

SOUZA, M. A. A. de. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: metáforas do capitalismo. Disponível em www.territorial.org.com.br. Acesso em 09/11/2003.

SUZIGAN, W. 2000. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da UNICAMP.

TEIXEIRA, A. Algodão colorido vendido na Europa. **Correio da Paraíba**, Paraíba, p. 5D, jun. 2010.

VALVERDE, O. 1985. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes.

VIRILIO, P. 1993. **O espaço crítico**. Tradução de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Editora 34 (Coleção trans).

VREELAND JÚNIOR, J. M. 1999. The revival of colored cotton. In: **Scientific American**, New York, v. 280, n. 4, p. 112-118, Abr.

_____. Recuperando el algodón nativo: una tecnología nativa para la agricultura del desierto peruano. Disponível em <http://www.sepia.org.pe/apc>. Acesso em 22/02/2008.

ZISCHKA, A. 1936. **A guerra secreta do algodão**. Porto Alegre: Globo.